

RELATÓRIO E CONTAS

2018



MOBILIDADE INTELIGENTE



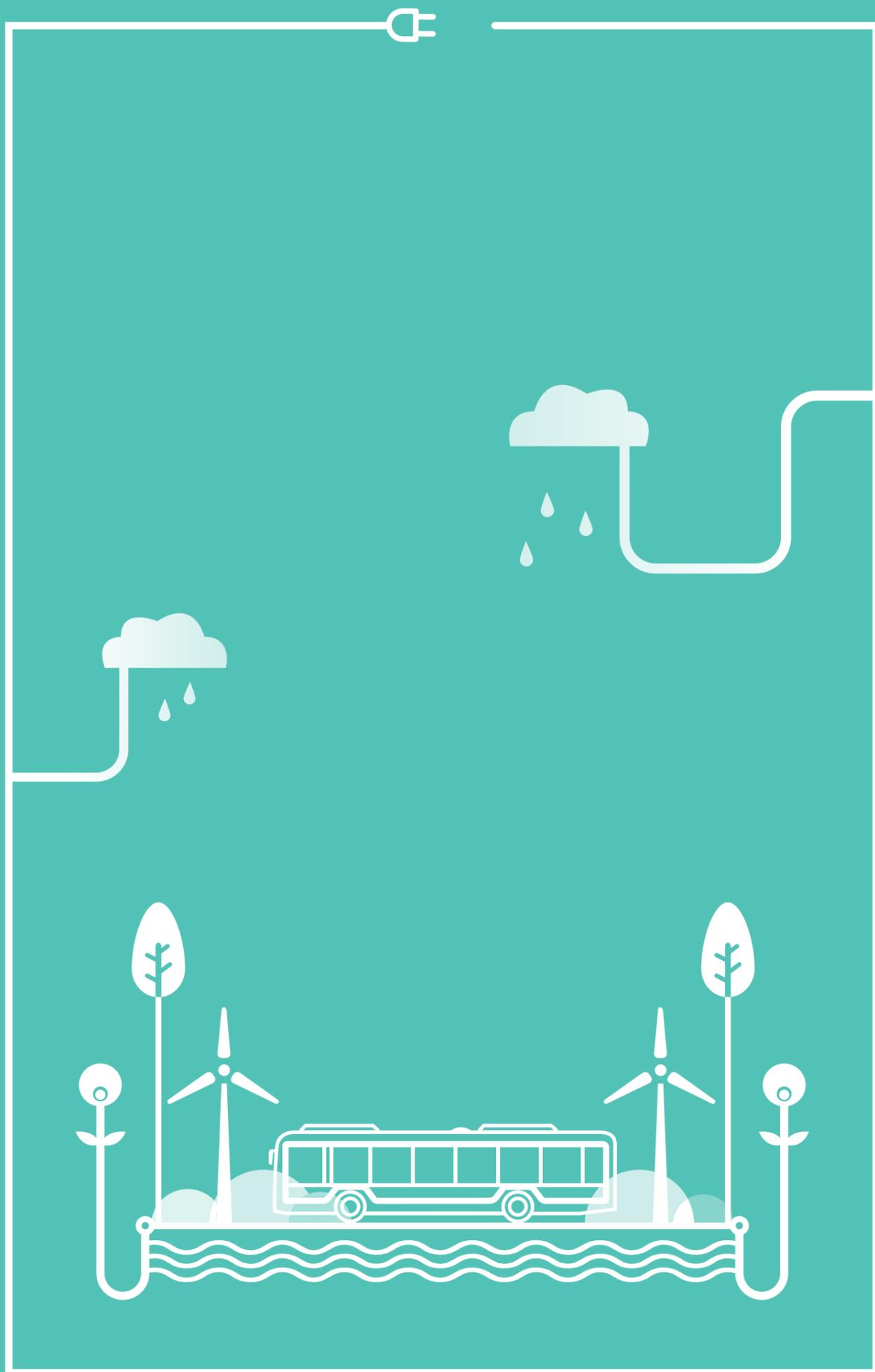
RELATÓRIO E CONTAS

2018

ÍNDICE

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE	5	6. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	87
2. ENQUADRAMENTO	9	6.1. Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento	88
3. STCP NUM RELANCE	13	6.2. Gestão do Risco Financeiro	91
3.1. Números Chave	14	6.3. Limites de Crescimento do Endividamento	92
3.2. Sobre a STCP	16	6.4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento e <i>Arrears</i>	93
3.3. Principais Acontecimentos 2018	18	6.5. Recomendações do Acionista	94
4. A SUSTENTABILIDADE NA STCP	25	6.6. Remunerações	94
4.1. Modelo de Governação	26	6.7. Artigos 32º e 33º do Estatuto de Gestor Público (EGP)	100
4.2. O Sistema Integrado de Gestão	29	6.8. Despesas não Documentadas ou Confidenciais	101
4.2.1. Inovação e Desenvolvimento	31	6.9. Relatório sobre Remunerações	101
4.3. Principais Partes Interessadas / <i>Stakeholders</i>	32	6.10. Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção	101
4.3.1. Acionista e AMP / Autarquias	33	6.11. Contratação Pública	101
4.3.2. Clientes	35	6.12. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)	102
4.3.2.1. Serviço de Transporte Público de Passageiros	36	6.13. Medidas de Redução de Gastos Operacionais	103
4.3.2.2. Comunicação e Informação aos Clientes	49	6.14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	105
4.3.3. Comunidade	51	6.15. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos Últimos Três Anos	106
4.3.4. Colaboradores	55	6.16. Divulgação de Informação	107
4.3.5. Fornecedores	63	6.17. Quadro Resumo do Cumprimento das Obrigações Legais	108
4.4. Perspetiva Ambiental	63	7. PERSPETIVAS PARA 2019	113
4.5. Perspetiva Económica	70	8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	117
4.6. Riscos e Oportunidades	73	9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	121
4.6.1. Segurança (<i>Security</i>)	74	9.1. Contas do Exercício de 2018	122
5. DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO	77	9.2. Notas às Demonstrações Financeiras	130
5.1. Balanço do Ano	78	10. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	187
5.2. Investimento e Alienações	79	11. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	195
5.3. Financiamento	80	12. ÍNDICE GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)	209
5.4. Evolução Patrimonial	81		
5.5. Demonstração de Resultados e EBITDA	83		





1

MENSAGEM DO PRESIDENTE



MENSAGEM DO PRESIDENTE

No ano de 2018, o primeiro do atual Conselho de Administração, ficou integralmente materializada a transferência das competências de gestão operacional da STCP, do Estado para os seis municípios da Área Metropolitana do Porto (AMP) servidos pela rede de transportes da STCP – Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo.

As mudanças demonstraram melhorias no transporte público de passageiros e nos resultados operacionais, objetivos a que nos tínhamos proposto aquando da tomada de posse.

O Conselho de Administração tem trabalhado para promover uma renovação sustentável na STCP: sustentabilidade de negócio, contribuindo para um futuro saudável da empresa, com mais passageiros e mais receita, e sustentabilidade ambiental, com o início da circulação dos primeiros autocarros elétricos, juntamente com autocarros da nova geração movidos a gás natural, que contribuem para uma melhoria do bem-estar nos seis municípios servidos pela STCP e para as metas ambientais do país e da Europa.

Durante o ano de 2018 começaram a ser rececionados os primeiros 28 autocarros a gás natural, de um total de 173, e 12 autocarros movidos a energia elétrica, de um total de 15, em sequência dos concursos públicos internacionais lançados em 2017, correspondendo ao investimento global de 47 milhões de euros, que inclui também os respetivos posto de carregamento de energia elétrica e posto de abastecimento de gás da Estação de Recolha da Via Norte, que se irá ainda concretizar pela entrega em 2019 de 60 autocarros a gás e dos restantes no ano de 2020. O projeto é cofinanciado pelo programa POSEUR.

Em outubro foi lançada a segunda fase de renovação da frota de autocarros da STCP, com a candidatura ao novo programa POSEUR para a aquisição de mais 5 autocarros elétricos e 81 autocarros a gás natural e ainda a construção das infraestruturas para o respetivo abastecimento / carregamento na Estação de Recolha de Francos, num investimento global de 23 milhões de euros.

Foi um ano em que o número de passageiros aumentou para 73,4 milhões, crescendo 1,4% face ao ano anterior, algo que foi possível pelo aumento do efetivo de motoristas em funções e pela renovação da frota, o que aumenta o conforto e o bem-estar dos nossos clientes.

Vivemos num período de transformação da mobilidade nas grandes áreas urbanas e a STCP, como um dos principais operadores na Área Metropolitana do Porto, quer inovar e ter um papel ativo nessa mudança.

Foi por esta razão que a 20 de abril de 2018 apresentámos uma alteração na identidade da marca da empresa, adotando a assinatura “Mobilidade Inteligente”, pois acreditamos que é esse o desígnio da STCP e do transporte público nas próximas décadas.

Associado ao conforto dos passageiros e à inovação, gostaria ainda de destacar o lançamento da aplicação móvel “Anda”, que veio revolucionar a forma como muitos cidadãos se relacionam com os transportes públicos.

Tudo isto apenas foi possível com um aumento 2,5 vezes superior à soma do investimento efetuado nos últimos sete anos, alcançando os 14,7 milhões de euros no ano de 2018, algo que o atual Conselho de Administração considera essencial. Apenas investindo nos serviços e meios conseguiremos atrair mais cidadãos para a utilização do transporte público e da STCP e, dessa forma, manter uma operação economicamente sustentável.

Em 2018 sentiu-se esse efeito, com um aumento de 5% na receita do serviço de transporte atingindo 47,8 milhões de euros, com principal incidência num aumento das receitas no carro elétrico da ordem dos 12%, que se traduziu num EBITDA Recorrente positivo de 1,8 milhões de euros, superior em 309% ao obtido no ano anterior, para o qual contribuem também as compensações financeiras dos municípios, pelo cumprimento das obrigações do serviço prestado pela STCP, conforme estabelecido no segundo aditamento do Contrato de Serviço Público da STCP celebrado entre o Estado Português, a AMP e a STCP, em julho de 2017.

Os resultados demonstram que, para o futuro, este é o caminho a seguir pela STCP, independentemente do modelo de governo societário e / ou da titularidade do seu capital.

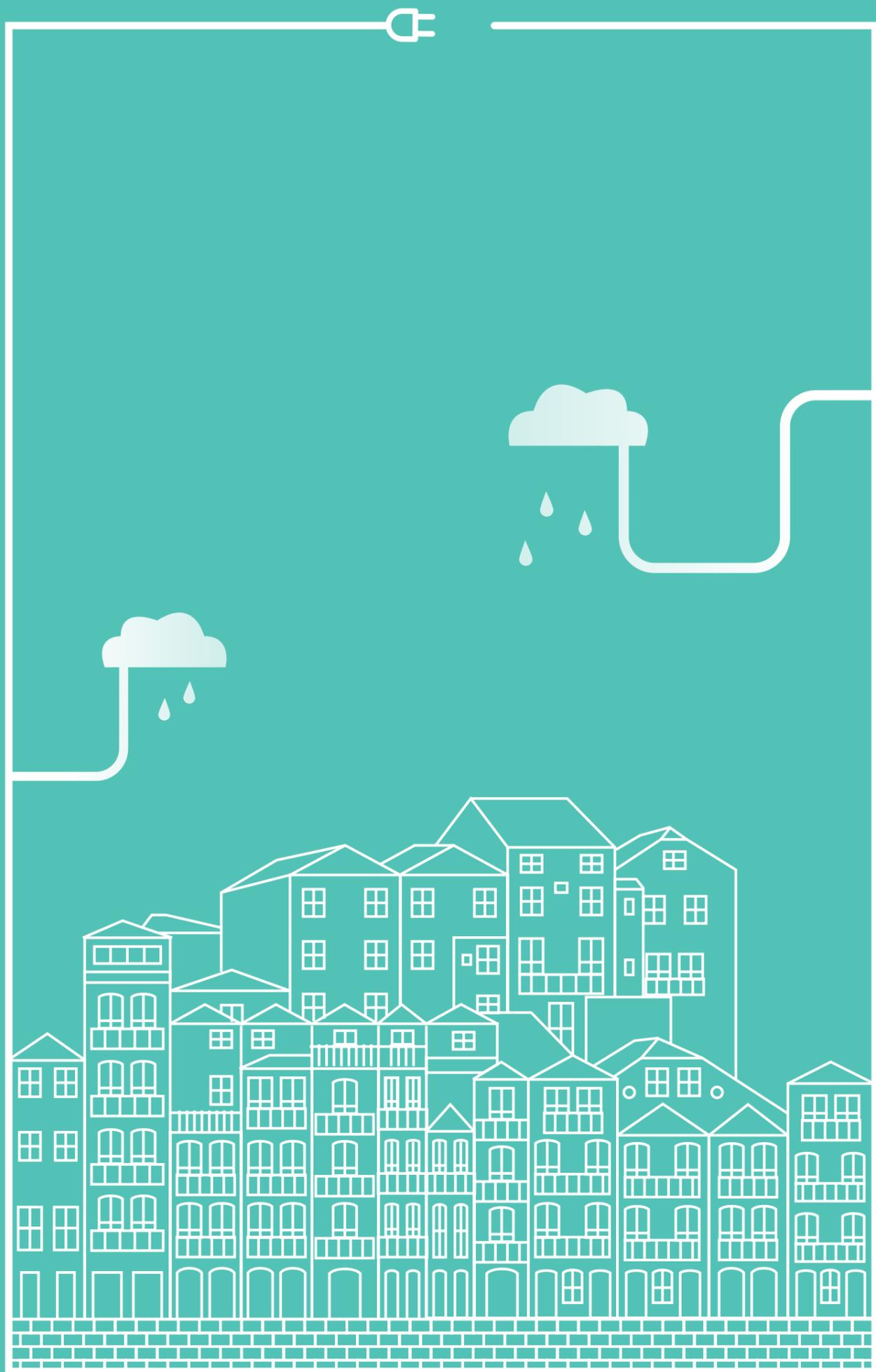
Será ainda de relevar no ano o reforço da política de segurança da empresa, com a implementação de várias medidas nomeadamente ao nível da operação do carro elétrico, da segurança dos trabalhadores e das instalações. Neste âmbito há a destacar a redução da taxa de sinistralidade rodoviária relativa ao modo autocarro, em cerca de 9%.

Com um papel central em toda esta transformação estão os colaboradores e parceiros da STCP. Ao longo de 2018 foi mantido um estreito relacionamento com as diversas Organizações Representativas dos Trabalhadores, o que contribuiu para a celebração de vários acordos entre as partes, equilibrando os interesses da empresa e dos seus trabalhadores, possibilitando, deste modo, o alcance da paz social na empresa.

Apenas com profissionais de qualidade e bem formados a empresa consegue ser uma referência no transporte público coletivo de passageiros, servindo uma média de 200 mil passageiros por dia que utilizam os nossos transportes para a sua vida pessoal e profissional.

Agradeço a todos que colaboram para que a STCP consiga servir diariamente os habitantes da zona Metropolitana do Porto, convicto de que apenas juntos será possível à nossa empresa servir melhor um maior número de passageiros.





ENQUADRAMENTO

2



Este relatório respeita ao ano económico de 2018 e inclui a informação que se considera necessária para dar cumprimento aos nossos compromissos e obrigações legais de reporte financeiro, bem como de reporte de sustentabilidade e de boas práticas de governo societário, este tratado detalhadamente em relatório autónomo designado por Relatório de Governo Societário 2018.

Desde o ano de 2006 que a STCP opta por integrar num relatório único o reporte financeiro e de sustentabilidade.

As demonstrações financeiras e o relatório foram aprovados pelo Conselho de Administração na reunião de 12 de abril de 2019.

As contas são auditadas pelo Revisor Oficial de Contas da sociedade que procede à sua Certificação Legal, incluída no capítulo 10 deste relatório, que contém a verificação à Demonstração não Financeira.

O Conselho Fiscal da sociedade emitiu o Relatório Anual sobre o Relatório e Contas 2018, constante no capítulo 11 deste relatório.

REPORTE FINANCEIRO

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, e preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho.

A informação financeira encontra-se detalhada nos capítulos 5 e 9 deste relatório.

REPORTE DE SUSTENTABILIDADE

Pretende-se com este relatório dar cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, que altera a Diretiva 2013/34/UE, no que se refere a determinadas entidades, entre as quais se insere a STCP, terem de incluir no seu relatório de gestão uma demonstração não financeira.

A demonstração não financeira (nos termos do artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais), descrita no capítulo 4 deste relatório, centra-se principalmente em questões materialmente relevantes do ponto de vista da Sustentabilidade, nas vertentes Económica, Social e Ambiental, no âmbito da sua importância para o negócio e para as Partes Interessadas. Inclui informações que permitem avaliar o desempenho da empresa no que refere às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, ao seu modelo empresarial, às políticas seguidas e aos principais riscos associados à sua atividade.

A demonstração não financeira foi preparada tendo como base de orientação as Diretrizes de Elaboração do *GRI (Global Reporting Initiative)*, padrão internacional para o desenvolvimento de modelos de sustentabilidade, na sua versão 4 (G4), não sendo realizada verificação externa.

Para esclarecimentos ou sugestões:

Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.

Avenida Fernão de Magalhães, 1862 – 13º · 4350-158 Porto - Portugal

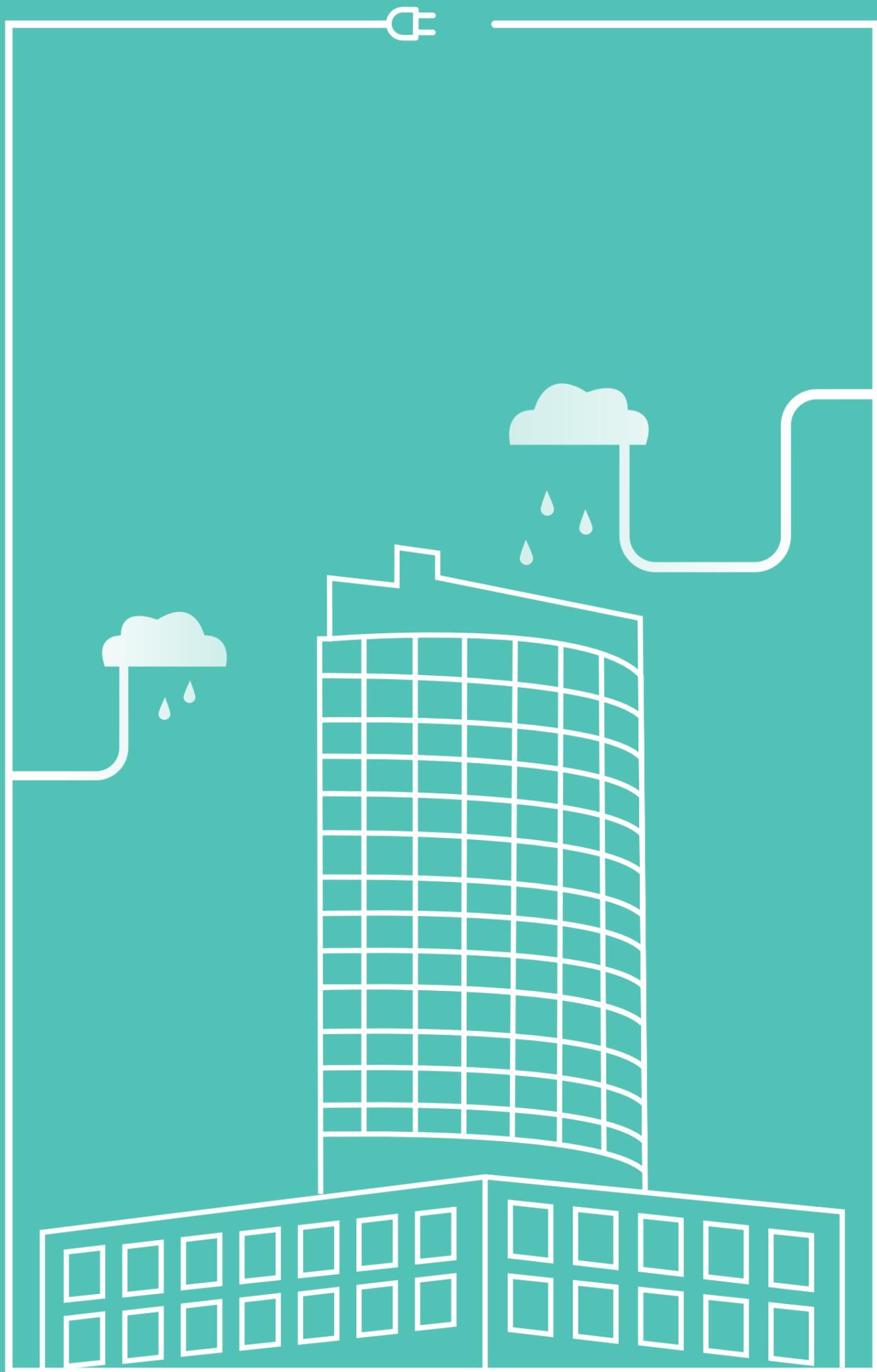
Telefone: +351 22 507 1000 · Fax: +351 22 507 1150

Endereço eletrónico: geral@stcp.pt

NIF: 500246467

www.stcp.pt



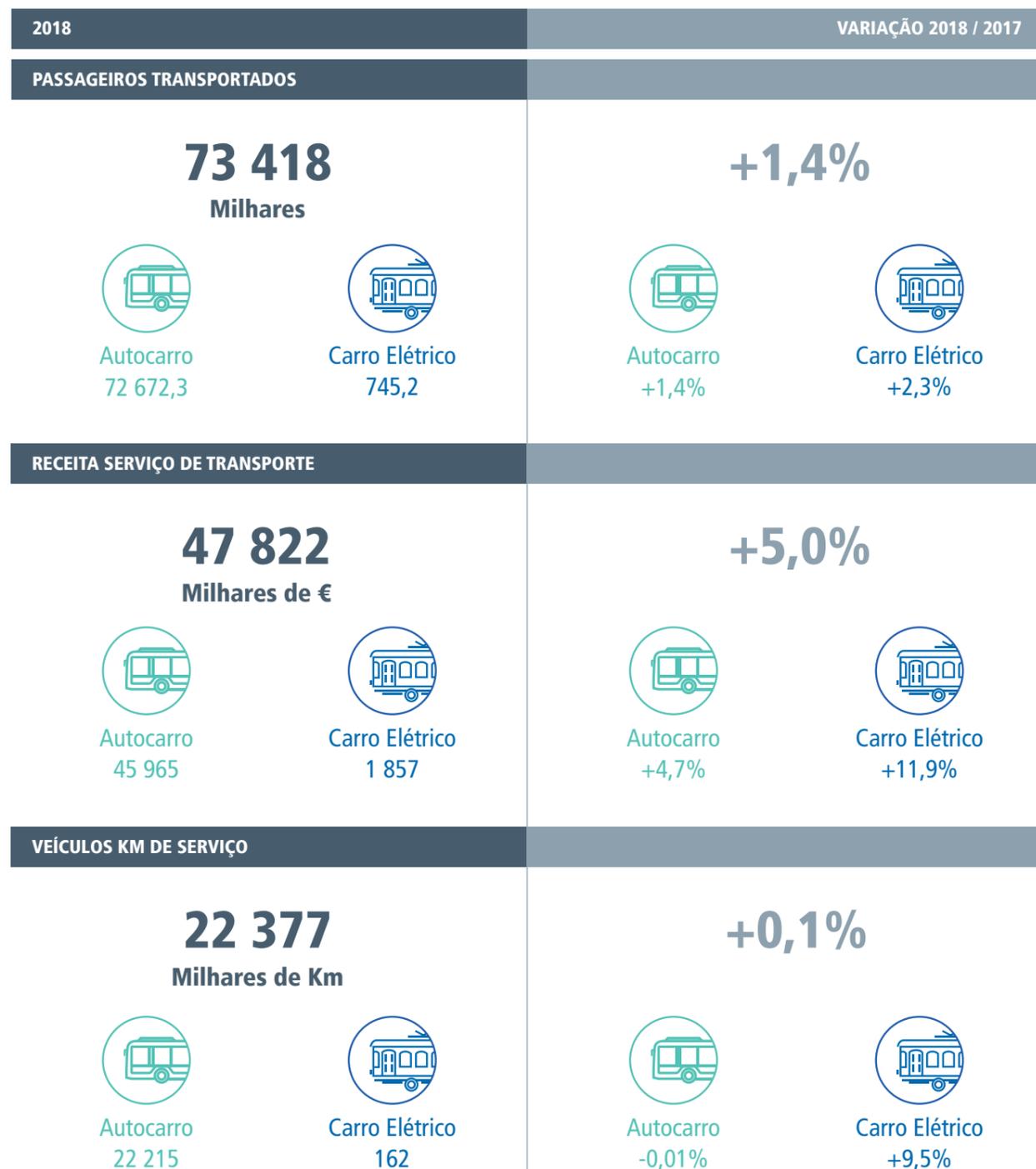


3

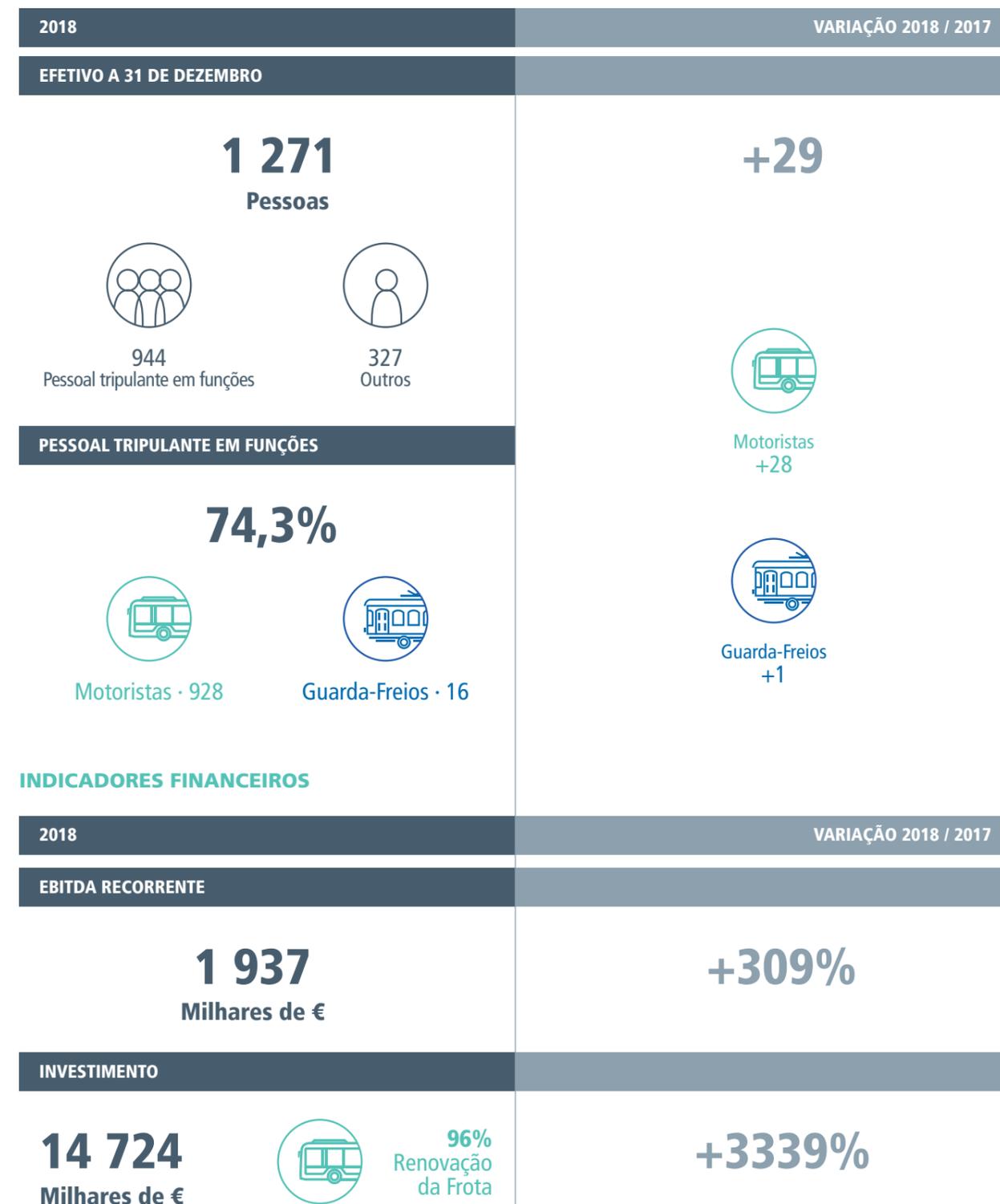
STCP NUM RELANCE

3.1. NÚMEROS CHAVE

INDICADORES OPERACIONAIS

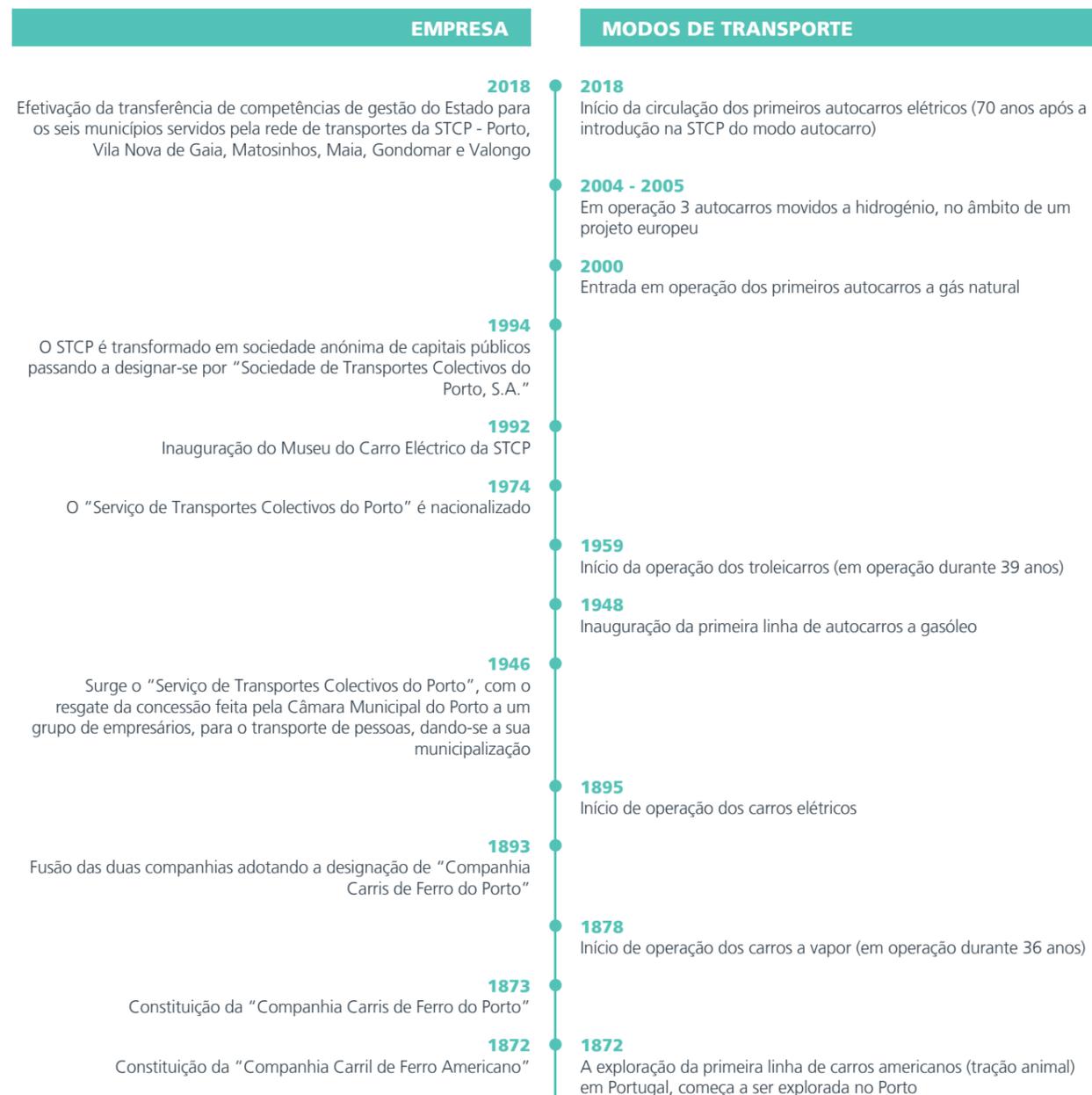


COLABORADORES



3.2. SOBRE A STCP

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA

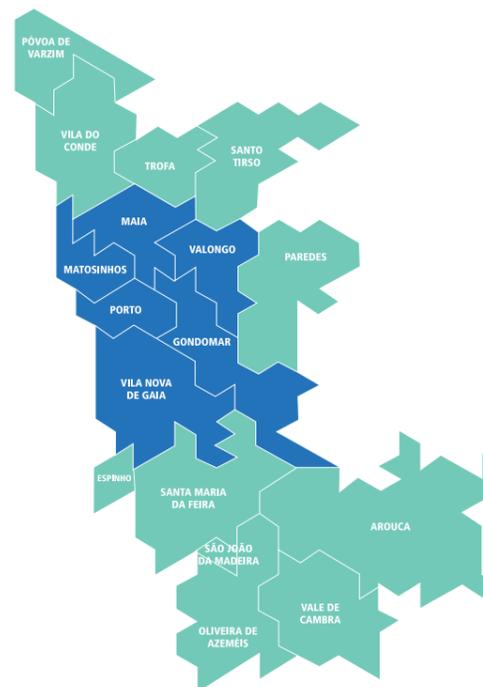


Em 2018 a STCP mantém o estatuto de maior operador de transporte público da Área Metropolitana do Porto, com **73,4 milhões de passageiros transportados**.



A área de operação da STCP é totalmente urbana, tendo o exclusivo do transporte rodoviário de passageiros na cidade do **Porto**, operando em concorrência nos concelhos de **Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia**.

Explora 73 linhas – 70 de autocarro e 3 de carro elétrico – com uma extensão total de rede de 485 km, disponibilizando um total de 2.456 paragens, com uma frota total de 419 autocarros e 6 carros elétricos.



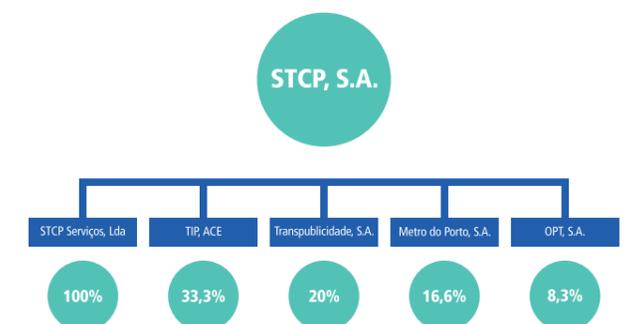
A **STCP está sediada** no concelho do **Porto**, na Torre das Antas. Possui três estações de recolha – duas de autocarros em **Francos** e **Via Norte** e uma de carros elétricos em **Massarelos**.



Explora o **Museu do Carro Elétrico**, um espaço de referência na cidade do Porto, onde se pode conhecer de perto a história e desenvolvimento dos transportes públicos sobre carris da cidade do Porto.



A **STCP** possui **participações de capital** nas seguintes empresas:



3.3. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS 2018

CONCRETIZAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO OPERACIONAL DA STCP DO ESTADO PARA AS AUTARQUIAS E TOMADA DE POSSE DA NOVA ADMINISTRAÇÃO DA STCP

No dia 2 de janeiro, com a nomeação dos órgãos sociais da STCP, indicados maioritariamente pela Área Metropolitana do Porto – AMP –, ficou integralmente materializada a transferência das competências do Estado para os seis municípios servidos pela rede de transportes da STCP – Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo – no que respeita à gestão operacional da STCP. Na cerimónia de nomeação do novo conselho de administração, presidida pelo Ministro do Ambiente, Eng.º João Pedro Matos Fernandes, estiveram reunidos os presidentes das seis autarquias, os representantes da AMP, bem como os membros do conselho de administração, empossados.

Durante os próximos sete anos, a gestão do serviço público de transporte de passageiros da STCP passa para a esfera das autarquias, com a indicação do Presidente do Conselho de Administração, Dr. Paulo de Azevedo, pela Câmara Municipal do Porto, mantendo-se, no entanto, a propriedade da empresa na posse do Estado.

Os restantes membros do conselho de administração – administrador executivo Eng.º Ângelo Oliveira e administradores não executivos, Arquiteto Avelino Oliveira e Eng.ª Paula Ramos – foram nomeados pela AMP. A administradora executiva Dra. Isabel Botelho Moniz foi indicada pelo Governo.



ENTRADA EM OPERAÇÃO DE NOVOS AUTOCARROS A GÁS NATURAL E ELÉTRICOS

No dia 20 de abril de 2018 deu-se início à operação na rede STCP dos autocarros 100% elétricos e da nova geração de autocarros movidos a gás natural com a disponibilização, numa primeira fase, de três veículos em circulação, dois elétricos e um a gás natural comprimido.

A data foi assinalada com uma cerimónia realizada no Museu do Carro Eléctrico, presidida pelo Ministro do Ambiente, Eng.º João Pedro Matos Fernandes, que contou ainda com as presenças do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, Dr. José Gomes Mendes, do Presidente do Conselho Metropolitano do Porto, Dr. Eduardo Vítor Rodrigues e dos autarcas da Área Metropolitana do Porto. O evento disponibilizou a todos os participantes a realização de uma viagem pelas ruas do Porto, em dois autocarros, um elétrico e um a gás natural, onde foi possível verificar as múltiplas vantagens destes novos veículos. Simultaneamente, outro autocarro elétrico fez a sua viagem inaugural na linha 201 entre os Aliados e o Viso, marcando o arranque oficial da circulação nas linhas de serviço público destas novas viaturas.



Esta operação, com um investimento total de 47,5 M€, é cofinanciada pelo POSEUR Portugal 2020 - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.

Com a renovação da frota, a STCP pretende prestar um serviço mais eficiente, em termos económicos e ambientais, através de uma redução significativa de emissões de carbono, estando ainda a contribuir ativamente para que Portugal atinja as metas propostas em termos de eficiência energética.

Este esforço de renovação da frota, por parte da STCP, tem um grande impacto na contribuição para a melhoria do ambiente.

Essa contribuição faz-se a vários níveis, quer pela substituição de autocarros a gasóleo e conseqüente diminuição dos principais poluentes resultantes da combustão, particularmente ao nível das partículas de suspensão (mais de 95% nas PM), monóxido de carbono (mais de 25% de CO) e óxidos de azoto (mais de 85% nos NOx), quer pela substituição de autocarros a gás natural mais antigos e menos eficientes energeticamente, contribuindo ainda para uma redução das emissões de CO₂.

A substituição das viaturas mais antigas por autocarros limpos elétricos com sistema de travagem regenerativa e autocarros a Gás Natural que cumprem a Norma EURO VI traduz-se numa diminuição generalizada das emissões, bem como numa diminuição do ruído.

No final do ano estavam em serviço nas linhas de transporte público 12 autocarros elétricos e 28 autocarros a gás natural, da totalidade dos 188 a integrar a frota da STCP até ao ano de 2020, 15 dos quais são movidos a eletricidade e 173 a gás natural.



A opinião dos nossos clientes sobre os novos autocarros conta

"(...) são muito silenciosos, têm uma estética bonita. Ao entrar são muito iguais aos autocarros antigos, mas têm uma imagem muito ligada à natureza."

"(...) são um luxo, não há comparação com os autocarros antigos. Os assentos são muito diferentes. São mais confortáveis e é mais fácil de perceber as paragens."

"Tudo de positivo são 5 estrelas e deviam ser todos assim."

"(...) saliento o facto de serem elétricos e menos poluentes."

A opinião dos nossos motoristas sobre os novos autocarros elétricos conta

"As vantagens identificadas nos autocarros elétricos são a ergonomia e todo o ambiente de condução, estão bem adaptados. Por exemplo, se um motorista mais alto precisar de ajustar o banco à sua altura, o painel de comandos sobe e acompanha o ajuste. O banco está mais conciliado com o posto de condução do que nos autocarros de gás."

"(...) a ausência de ruído nos elétricos é uma vantagem."

"A novidade é a questão ecológica. É importante que os autocarros contribuam para o fim das emissões."

"(...) os autocarros elétricos são mais confortáveis, não apenas em termos de condução, mas também causam menos stress."

"O silêncio e a economia são os aspetos que mais destaco."



LANÇAMENTO DA SEGUNDA FASE DE RENOVAÇÃO DA FROTA DE AUTOCARROS

Em outubro de 2018 foi dado início à segunda fase de renovação da frota de autocarros da STCP, com a candidatura ao Aviso POSEUR-07-2018-10, destinada ao cofinanciamento da aquisição de 86 novos autocarros, dos quais 62 veículos *low floor* movidos a gás natural e 19 veículos *low entry* movidos a gás natural, a que acrescem ainda 5 veículos *low floor* elétricos, para renovação de 86 autocarros da atual frota envelhecida.

Foi também objeto desta candidatura, a renovação do posto de enchimento de gás natural localizado na Estação de Recolha de Francos, que tem cerca de 20 anos de existência, e ainda a aquisição de novas estações de carregamento destinadas aos novos autocarros elétricos a adquirir.

O total de investimento associado a esta candidatura é de aproximadamente 23 M€, tendo sido previamente autorizado pelas Tutelas setorial e financeira.

XXVIII DESFILE DE CARROS ELÉTRICOS

A STCP promove anualmente um Desfile de Carros Elétricos históricos, fornecendo a oportunidade ao público em geral de viajar dentro dos elétricos históricos - peças expostas no Museu do Carro Elétrico.

Na edição de 2018, que contou com o apoio do Museu Mineiro de São Pedro da Cova e do Movimento Sénior, gerido pela Junta da União das Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova, circularam 8 elétricos de diferentes épocas e 2 zorras.

O evento assinalou o centenário da conclusão da linha de carro elétrico até São Pedro da Cova, em Gondomar (1918-2018), criada para efetuar a ligação do Porto àquela localidade de tradição mineira.



STCP FAZ RESTYLING DA IDENTIDADE DA MARCA

O *restyling* da marca STCP foi oficialmente lançado a 20 de abril, aquando da cerimónia de apresentação dos novos autocarros. A nova imagem dos autocarros é o primeiro marco desta transição. Entendeu-se ser o momento oportuno para olhar para a identidade da STCP e perceber como esta se podia atualizar, tendo por base os valores e atributos enquanto marca de proximidade, de confiança e de inovação.

As mudanças são ligeiras, centrando-se em novas cores que foram assumidas após um estudo efetuado por uma entidade externa, com a envolvimento de clientes e potenciais clientes, do qual resultou uma avaliação positiva às novas cores apresentadas. Concluiu-se que o verde e azul, associados à vertente ambiental e transmissão de serenidade, são uma mais-valia para a imagem atual da STCP.

A tecnologia, os novos modelos de serviço e a descarbonização, constituem a base para a criação da nova assinatura da marca STCP como "Mobilidade Inteligente".

A implementação da nova identidade será efetuada gradualmente na frota de serviço público, nas paragens, no estacionamento e em todos os suportes da marca.



SERVIÇOS ESPECIAIS A GRANDES EVENTOS DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Ao longo de todo o ano, a STCP desenvolveu e implementou um conjunto de operações especiais, em parceria com várias instituições, com o intuito de aumentar a mobilidade, comodidade e segurança dos seus clientes. Em 2018 é de destacar os serviços especiais realizados para os seguintes eventos: festivais NOS Primavera *Sound* e Marés Vivas, semana da Queima das Fitas, Serralves em Festa, noite de S. João, Noite Branca em Gondomar, serviço especial *Halloween*, inauguração das luzes de Natal e operação especial Fim de Ano.



ALTERAÇÕES NAS LINHAS E PARAGENS DE SERVIÇO PÚBLICO

LINHA 200 BOLHÃO – CASTELO DO QUEIJO

A linha 200 voltou a ter término no Bolhão, com novo percurso de volta a partir da Avenida dos Aliados, depois de mais de um ano com desvio no percurso.

ALTERAÇÕES NO HORÁRIO NORMAL / INVERNO

O horário normal, que teve início a 8 de setembro, alterou os horários das linhas 202, 500 e 504 nos dias úteis e sábados e das linhas 201, 202, 500 e 504 aos domingos.

NOVA DISPOSIÇÃO DAS PARAGENS DE AUTOCARROS NA AVENIDA DOS ALIADOS

No final de outubro foi efetuada uma reorganização dos locais de paragem na Avenida dos Aliados, uma das zonas de maior movimento da cidade do Porto. A medida resultou de um trabalho conjunto com a Câmara Municipal do Porto, tendo por objetivo melhorar o uso do espaço da Avenida, bem como os fluxos de trânsito, dos peões e dos próprios passageiros da STCP.

PARAGENS COM MAIS E MELHOR INFORMAÇÃO

Desde o passado dia 31 de outubro que, na Avenida dos Aliados, as placas de paragem contam com um *layout* também ele novo e com particularidades distintas em relação ao que vigorava anteriormente. Esta alteração visa aumentar a identificação das linhas à distância, com maior destaque dos números das linhas e nomes das paragens.



A opinião dos nossos clientes conta

“Mal cheguei aqui, apercebi-me logo das alterações e gostei muito. Os números veem-se bem melhor”, comentou Paulo, enquanto aguardava pelo 201 na paragem.

“Julgo que, globalmente, estão aqui todas as informações essenciais. O código de paragem está perceptível e, além disso, estou a ver que também já vem inserido o novo logo da STCP, que me parece muito bom”, transmitiu Carlos, que costuma apanhar o autocarro naquela zona.

Lucinda, reformada e cliente STCP desde sempre, “Isto é formidável! Não tem comparação com as placas que cá estavam. É que agora nem sequer preciso de pôr os óculos para ver os números. Foi uma bellissima ideia e é bom ver como as coisas realmente se vão modernizando”.

TARIFÁRIO E TÍTULOS DE TRANSPORTE

APLICAÇÃO (APP) ANDA

Está disponível ao público desde 29 de junho, e permite uma experiência de utilização simplificada do sistema de transportes públicos do Grande Porto, desmaterializando o título de transporte numa *app*, dispensando assim o recurso ao cartão físico.

É uma aplicação destinada a telemóveis com sistema *Android*, que permite ao utilizador do sistema, viajar sem necessidade de conhecer previamente todas as regras tarifárias e beneficiar do preço mais vantajoso para as viagens que realiza.



AUMENTO DE TARIFAS

No dia 1 de janeiro, na sequência da publicação do Despacho Normativo nº 21-A/2017, de 11 de dezembro, e das orientações superiores, que consideraram ser adequado definir um nível de aumento idêntico à inflação prevista para 2018, foi aprovado pelas entidades competentes, Área Metropolitana do Porto e Instituto da Mobilidade e dos Transportes, um aumento médio ponderado de tarifas de 1,4%.

SEMANA EUROPEIA DA MOBILIDADE

A STCP participou na Semana Europeia da Mobilidade, tendo-se associado à iniciativa da Câmara Municipal da Maia, através da disponibilização de um dos seus autocarros 100% elétricos, para fazer gratuitamente um pequeno percurso com início e término no Fórum da Maia. Ao longo de todo o dia 22 de setembro, Dia Europeu Sem Carros, foram várias as pessoas que marcaram presença no centro daquela cidade e tiveram a oportunidade de viajar num autocarro elétrico.



STCP COM CERTIFICADOS RENOVADOS PELA APCER

No início de agosto, a APCER – Associação Portuguesa de Certificação – confirmou que a STCP transitou com sucesso as certificações em Gestão da Qualidade (ISO 9001:2015) e em Gestão do Ambiente (ISO 14001:2015), cumprindo assim com as últimas condições exigidas no âmbito destes dois referenciais. Simultaneamente, a empresa viu ainda ser confirmada a certificação que já possuía no que respeita à Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (OHSAS 18001:2007).

ASSEMBLEIA GERAL DA STCP

No dia 14 de agosto foi concluída a reunião da Assembleia Geral da STCP, iniciada a 22 de maio. Salieta-se a aprovação, pelo acionista Estado Português, das contas de 2017 e da proposta do Plano de Atividades e Orçamento para 2018. No âmbito desta aprovação, a STCP obteve a autorização para a realização de investimento no montante de 25,8 M€, sendo 18,8 M€ para a renovação da frota de autocarros. Foi também autorizada a contratação de 56 novos trabalhadores (36 em 2018 e 20 em 2019) e à substituição de até 63 trabalhadores, para compensação das saídas. Do total de trabalhadores autorizados, 48 destinam-se à operação do modo autocarro, cuja admissão decorre de forma faseada, 28 em 2018 e 20 em 2019, estas últimas sujeitas a avaliação da redução do trabalho extraordinário, por via da contratação ocorrida em 2018.

ACORDOS CELEBRADOS COM AS ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS DOS TRABALHADORES

Das negociações encetadas com as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT), destacam-se os acordos alcançados, com vista à paz social na empresa, e dos quais resultou:

- o memorando de entendimento, assinado a 14 de agosto, relativo aos termos da atualização salarial a implementar, com produção de efeitos a 1 de maio de 2018, e por um período de 20 meses;
- o acordo celebrado a 12 de dezembro relativo à inclusão no subsídio de férias e retribuição das férias, dos valores referentes à prestação de trabalho noturno e extraordinário, desde que ocorram em pelo menos 11 meses num ano, considerando também os anos de 2012 a 2017;
- o acordo celebrado a 10 de janeiro de 2019 que permitiu que não avançasse a greve decretada, a partir de 9 de janeiro de 2019, que abrangia todos os serviços diários a todos os dias da semana;
- o acordo celebrado a 17 de janeiro de 2019, com efeitos a 4 de fevereiro de 2019, relativo ao levantamento da greve que abrangia as duas últimas horas de cada serviço diário, decretada no dia 5 de agosto de 2017.

OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO DA STCP

Empréstimos de médio e longo prazo concedidos pelo Estado Português

Em janeiro foi concedido um empréstimo no montante de 29.666.503,73 euros, autorizado pelo Estado Português, em dezembro de 2017, para fazer face às necessidades de financiamento da empresa, para pagamento dos juros do contrato SWAP do Banco Santander Totta (BST), que se encontravam suspensos desde dezembro de 2013 a dezembro de 2017.

Em maio foi aprovada a concessão do empréstimo, no valor de até 17.589.232,29 euros, para fazer face às necessidades de financiamento, associadas aos fluxos do SWAP do ano, disponibilizado em duas tranches, 8.427.624,65 euros em junho e 9.161.607,64 euros em novembro.

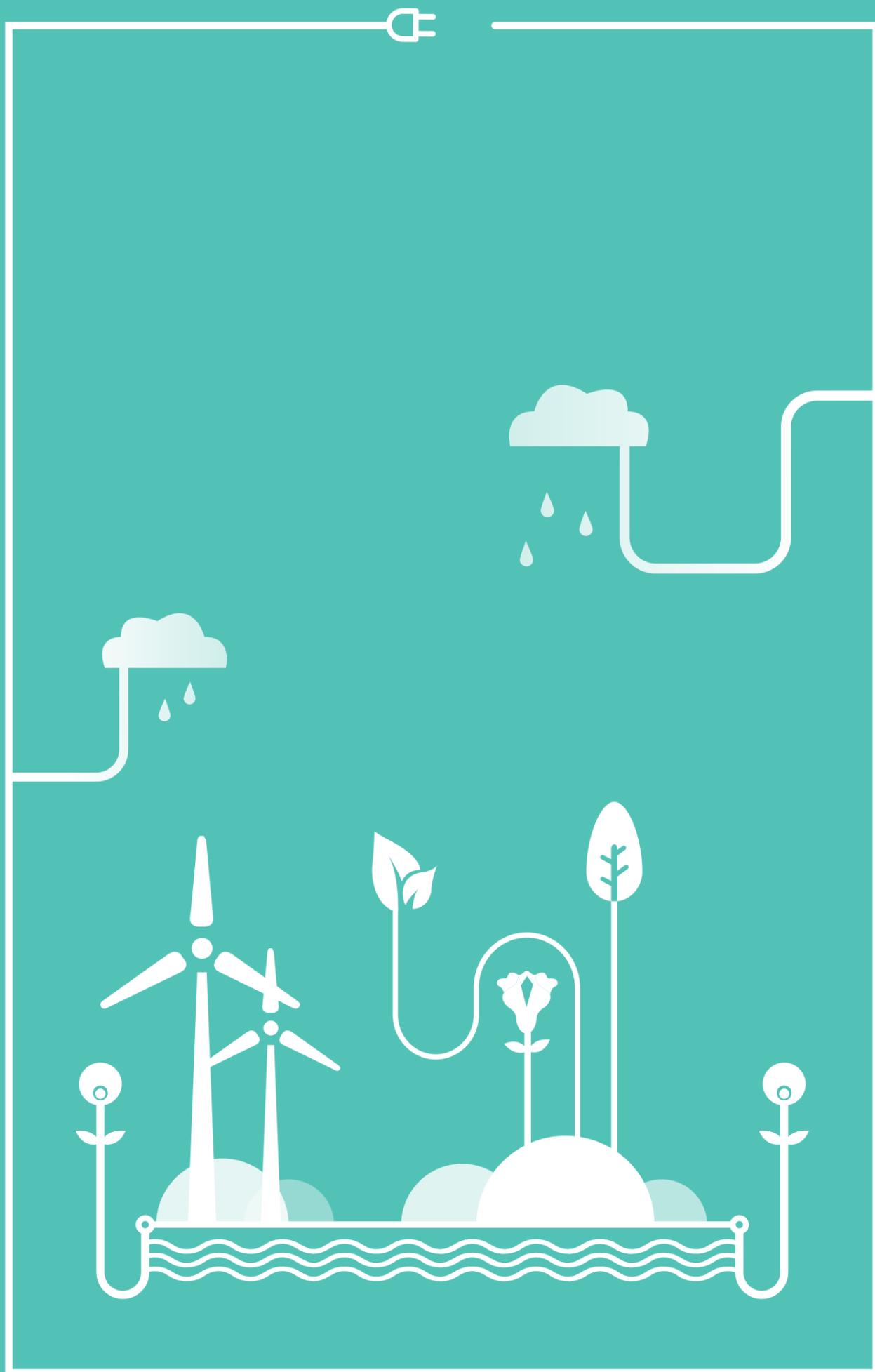
Em dezembro, foi autorizada a concessão de novo empréstimo até ao limite de 1.211.424 euros, em duas tranches, para a empresa regularizar pagamentos no âmbito do Acordo assinado entre a STCP e as ORT a 12 de dezembro de 2018. Em dezembro foi desembolsado o montante de 725.557,90 euros e o restante será desembolsado em 2019.

Aumentos de Capital Social

Em 2018 o acionista, Estado Português, procedeu à concessão de dois aumentos de capital, no montante global de 74.882.010,00 euros, realizados nas seguintes datas:

- em maio, no montante de 18.200.000,00 euros, em numerário, destinado à cobertura das necessidades financeiras relativas a investimentos e ao serviço da dívida contraída junto da banca comercial;
- em dezembro, no montante de 56.682.010,00 euros, 1.177.061,05 euros em numerário e 55.504.948,95 euros por conversão de créditos detidos pelo Estado Português, que se venceram em 31 de maio e 30 de novembro de 2018.





A SUSTENTABILIDADE NA STCP

4

“Mobilidade Sustentada é a capacidade de responder às necessidades da sociedade de se movimentar livremente, aceder, comunicar, transacionar e estabelecer relações sem sacrificar outros valores humanos ou ecológicos essenciais, no presente ou no futuro.”

(Fonte: World Business Council for Sustainable Development)

A empresa tem por missão a prestação de um serviço de transporte público urbano de passageiros na Área Metropolitana do Porto, em articulação concertada com os demais operadores rodoviários, ferroviário e de metro ligeiro, contribuindo para a efetiva mobilidade das pessoas, disponibilizando uma alternativa competitiva ao transporte individual privado e gerando, pela sua atividade, benefícios sociais e ambientais num quadro de racionalidade económica e na busca da melhoria contínua do seu desempenho.

Este compromisso implica que as atividades desenvolvidas pela empresa sejam norteadas por princípios de sustentabilidade, com vista ao impacto positivo que queremos ter sobre a comunidade, o ambiente e os colaboradores.

Em 2010, a STCP aderiu voluntariamente à Carta de Sustentabilidade da UITP - Union Internationale des Transports Publics, associação que integra muitas empresas ligadas ao transporte público em todos os continentes, detendo atualmente o estatuto *Full Signatory Member*. Com a adesão a esta Carta, foi reforçado o compromisso mensurável, para monitorizar e reportar o desempenho de uma organização em termos ambientais, económicos e sociais, de forma a garantir as melhores práticas de desenvolvimento sustentável e melhoria contínua na prossecução das suas atividades.

A Visão da STCP é “Ser reconhecida como empresa de referência entre as que apresentam as melhores práticas do setor dos transportes públicos de passageiros, a nível nacional e europeu”.

Os valores que definem a postura da empresa perante a sociedade em geral, perante os clientes, perante o acionista, perante os parceiros e os fornecedores e, igualmente, nas relações com todos os que nela trabalham ou com ela cooperam, são:

- Legalidade
- Responsabilidade
- Rigor
- Transparência e Isenção
- Cooperação
- Qualidade
- Serviço Público
- Consciência Social
- Modernidade
- Segurança

A STCP possui, desde dezembro de 2008, um Código de Ética e de Conduta, divulgado por todos os trabalhadores e ao público em geral, que constitui um instrumento fundamental na definição normativa que deve ser respeitada por toda a estrutura da organização da empresa.

Dispõe ainda de um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas divulgado a todos os trabalhadores, através da página da *intranet*, e publicado no sítio da empresa para conhecimento público.

4.1. MODELO DE GOVERNAÇÃO

A transferência das competências da gestão operacional da STCP do Estado para os municípios servidos pela rede de transportes da empresa - Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo - foi consumada a 1 de janeiro de 2018, com a eleição dos novos membros do Conselho de Administração da STCP.

O Decreto-Lei nº 82/2016, de 28 de novembro, regulou o novo modelo de gestão operacional da STCP prevendo a delegação, parcial e temporária, de competências de autoridade de transportes do Estado para a Área Metropolitana do Porto (AMP), relativas ao serviço de transporte público de passageiros e a delegação, parcial e temporária, da gestão operacional da STCP. Em consequência, foi celebrado a 2 de janeiro de 2017, entre o Estado e a AMP, o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Estado para a AMP. Também a 2 de janeiro de 2017, foi celebrado o Contrato de Gestão Operacional entre o Estado e a AMP, no qual foi transferida para esta última entidade, a gestão operacional da STCP, e em que o Estado atribuiu à AMP o direito de propor quatro dos cinco membros do Conselho de Administração, incluindo o presidente.

Durante sete anos, a gestão do serviço público de transporte de passageiros da STCP passa para a esfera das autarquias, com a administração a ser presidida pela Câmara do Porto.

O Estado Português mantém-se, no entanto, como o detentor de 100% do capital, sendo a função acionista exercida pelo membro do Governo responsável pela área das finanças em articulação com o membro do Governo responsável pelo setor de atividade.

A estrutura de governo da STCP, assente num modelo monista, é composta pela Mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, conforme definido nos seus estatutos.

A separação das funções de gestão e de supervisão materializa-se na existência de um Conselho de Administração que inclui administradores executivos e administradores não executivos.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição
Mesa da Assembleia Geral		
Presidente	José António Ferreira de Barros	25/Jan/16
Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	25/Jan/16
Secretário	Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres	25/Jan/16
Conselho de Administração		
Presidente Executivo	Paulo de Azevedo Pereira da Silva	15/Jan/18
Vogal Executivo	Ângelo Augusto Santos Oliveira	1/Jan/18
Vogal Executiva	Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça	1/Jan/18
Vogal Não Executiva	Paula Cristina David Vaz Ribeiro Ramos	1/Jan/18
Vogal Não Executivo	Avelino José Pinto de Oliveira	1/Jan/18
Conselho Fiscal		
Presidente	Pedro Romano Martinez	25/Jan/16
Vogal Efetiva	Ana Alexandra Filipe Freitas	25/Jan/16
Vogal Efetivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	25/Jan/16
Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	25/Jan/16
Revisor Oficial de Contas		
	Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. (*) Representada pelo sócio Fernando Manuel de Sousa Pires de Matos, ROC nº 757	30/Mai/16
	Rosa, Correia e Associados, SROC, S.A. Representada pelo sócio Gabriel Correia Alves, ROC nº 784	19/Mar/19

(*) Apresentou renúncia ao cargo a 30 de agosto de 2018.



O Conselho de Administração foi eleito para o mandato 2018-2020, nos termos do artigo 13º, nº 6 do Estatuto do Gestor Público, pelas Deliberações Sociais Unânicas por Escrito, de 29 de dezembro de 2017 e de 12 de janeiro de 2018, de acordo com a vontade expressa pelo acionista Estado Português, ao abrigo da primeira parte do nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais.

A presidência do conselho de administração é assumida pelo Dr. Paulo de Azevedo, indicado pela Câmara Municipal do Porto. O administrador executivo Eng.º Ângelo Oliveira foi nomeado pelas outras autarquias da Área Metropolitana do Porto, e a administradora executiva Dra. Isabel Botelho Moniz, foi indicada pelo Governo. Compõem ainda o conselho de administração os administradores não executivos, Arquitecto Avelino Oliveira e Eng.ª Paula Ramos, nomeados pelas outras autarquias da Área Metropolitana do Porto.

Os membros dos órgãos sociais, Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal, eleitos para o mandato 2016-2018, foram

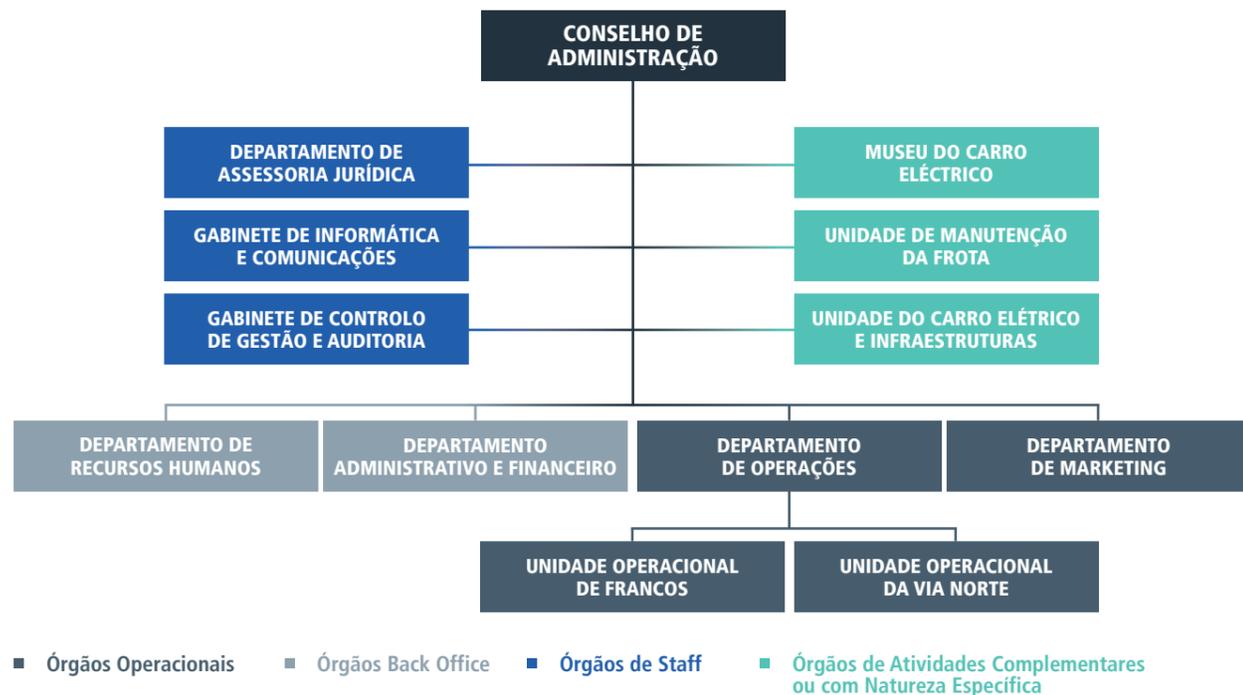
designados através da Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 25 de janeiro de 2016, e mantiveram-se em funções.

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade, a Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A., representada pelo sócio Fernando Manuel de Sousa Pires de Matos, que foi nomeado para o mandato 2016 – 2018, na Assembleia-Geral da STCP de 30 de maio de 2016, apresentou renúncia ao cargo a 30 de agosto de 2018.

Em 19 de março de 2019, de acordo com a vontade expressa pelo acionista único Estado Português, por Deliberação Social Unânime Por Escrito, foi eleita para Revisor Oficial de Contas da STCP, para o biénio 2019-2020, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, SA, representada por Gabriel Correia Alves. Consta da referida deliberação que a Certificação Legal de Contas, individuais e consolidadas de 2018, fica a cargo da RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, SA.

MACROESTRUTURA

A 31 de dezembro de 2018 a macroestrutura da empresa era a seguinte:



No ano, cabe relevar a criação do Departamento de Assessoria Jurídica, que passou a integrar o organigrama da empresa, como órgão de Staff, englobando as funções e competências do Secretariado Geral e Apoio ao Conselho de Administração.

A macroestrutura da empresa, dependente do Conselho de Administração, está funcionalmente distribuída por cada um dos Administradores abaixo indicados:

Presidente do Conselho de Administração · Dr. Paulo de Azevedo: Departamento de Marketing, Museu e Departamento de Assessoria Jurídica.

4.2. O SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO

O Sistema Integrado de Gestão da STCP, S.A. encontra-se Certificado em Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, pelas seguintes Normas:

- NP EN ISO 9001:2015 >> **Sistemas de Gestão da Qualidade**
- NP EN ISO 14001:2015 >> **Sistemas de Gestão Ambiental**
- OHSAS 18001:2007 / NP 4397:2008 >> **Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho**

Vogal Executivo · Eng.º Ângelo Oliveira: Departamento de Operações, Unidade de Manutenção da Frota, Unidade do Carro Elétrico, Gabinete de Informática e Comunicações e é o representante do conselho para o Sistema Integrado de Gestão e Qualidade.

Vogal Executiva · Dra. Isabel Botelho Moniz: Gabinete de Controlo de Gestão e Auditoria, Departamento de Recursos Humanos e Departamento Administrativo e Financeiro.

As primeiras Certificações foram obtidas em 2008, e foram sendo renovadas com sucesso por ciclos sucessivos de três anos.

Em 2018, foi concluído com sucesso o processo de transição das certificações para as novas versões, das normas de gestão em Qualidade e Ambiente, referenciais que vêm introduzir na gestão das empresas a abordagem pelo pensamento baseado em risco, a análise de contexto e partes interessadas. Foi aproveitado o momento da transição para realizar uma análise dos processos em vigor, que culminou com a definição de uma nova rede de processos, mais adequada à realidade empresarial atual. A Rede de Processos e as suas ligações são expressas esquematicamente na figura seguinte:

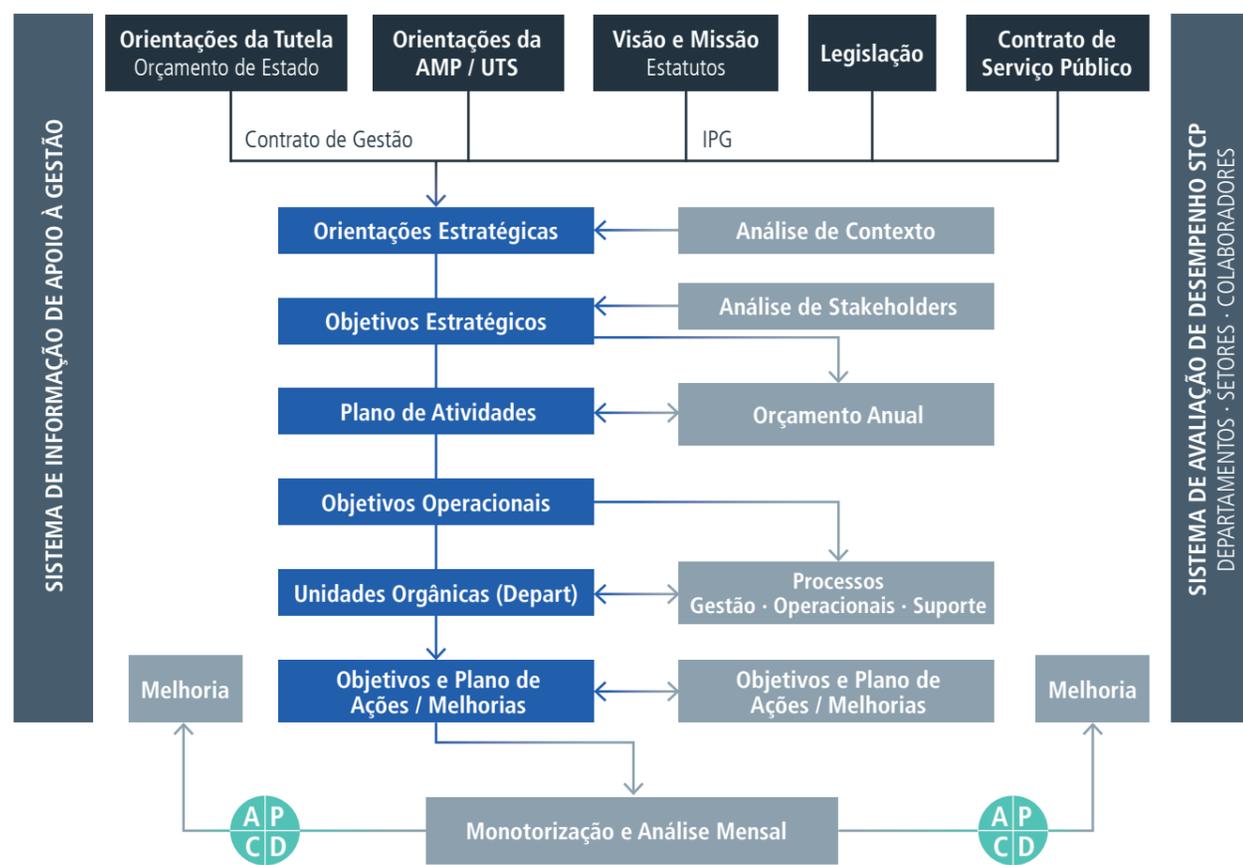


No âmbito da transição para as novas normas, foram:

- revistos os Indicadores dos Processos e definidos os seus objetivos;
- realizada a Análise do Contexto da Organização, com a identificação das questões internas e externas relevantes;

- elencadas e avaliadas as diversas fontes de informação de base da gestão do conhecimento;
- elaborada uma matriz de identificação das Partes Interessadas.

O modelo representativo da gestão da empresa é representado esquematicamente da seguinte forma:



A implementação e evolução do Sistema Integrado de Gestão assenta na metodologia de melhoria contínua, ciclo PDCA (planear, executar, controlar e atuar).

Em agosto de 2018 foram atribuídos, pela entidade certificadora (APCER), os novos Certificados em Qualidade e Ambiente, decorrente do resultado obtido na Auditoria de Transição para as novas versões destes referenciais, realizada no mês anterior. O Certificado em Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho mantém-se válido.

A Política Estratégica da empresa consiste em:

- afirmar-se como agente dissuasor da utilização do transporte individual através da promoção de um transporte público urbano de passageiros de qualidade, seguro, moderno e eco eficiente;
- responder às necessidades de mobilidade física e social dos clientes, através de uma adequada oferta ao nível da rede de transportes, da sua acessibilidade, dos horários e produtos, dentro dos limites permitidos pelas concessões, e pela racionalização dos recursos humanos e materiais;
- promover a comunicação e a cooperação permanente com as entidades externas, nomeadamente instituições governamentais centrais e locais, associações corporativas, autarquias e público em geral;
- garantir o desenvolvimento profissional, saudável e social dos seus trabalhadores, designadamente criando as condições adequadas ao exercício das suas atividades, que previnam as lesões, os ferimentos e os danos para a sua saúde;
- minimizar o impacto ambiental da sua atividade de suporte, dotando as instalações e os equipamentos de soluções tecnologicamente eficientes, que promovam a redução progressiva da poluição e do consumo dos recursos energéticos e naturais;
- desenvolver todas as suas atividades, produtos e serviços enquadrados por um sistema integrado de gestão, nas dimensões de qualidade, ambiente, segurança e saúde do trabalho, com o envolvimento de todos os seus trabalhadores, fornecedores, contratados, autoridades locais e clientes;
- assumir a procura da melhoria contínua e o respeito pelos requisitos estabelecidos no seu Sistema Integrado de Gestão, incluindo, não só os legalmente e estatutariamente aplicáveis, como os de adesão voluntária, avaliando regularmente o seu desempenho através da realização de auditorias internas e culminando com a revisão anual do sistema.

4.2.1. INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A aposta da STCP na Investigação e Desenvolvimento (I&D) é demonstrativa da vontade de inovar e de procurar a mudança

na empresa, tendo em vista a melhoria contínua dos processos internos, o aprofundamento do conhecimento e a satisfação das Partes Interessadas, procurando contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentado do serviço de transporte público de passageiros.

Os estudos e projetos desenvolvidos e/ou em desenvolvimento em 2018 recorreram ao capital humano da empresa e, em vários casos, a parcerias com outras entidades, e são identificados seguidamente:

PROJETO FABULOS (FUTURE AUTOMATED BUS URBAN LEVEL OPERATION SYSTEMS)

Em abril de 2017 foi decidido a participação da STCP no programa europeu de R&I do Horizon 2020, que se materializou numa candidatura a fundos comunitários de apoio a um projeto I&D para conceção, teste e utilização de sistemas de gestão de autocarros automatizados sem condutor integrado na frota de serviço público de transporte. A candidatura foi aprovada pela Comissão Europeia, em agosto de 2017, designando-se por projeto FABULOS (Sistemas de Operação de Nível Urbano de Autocarros Automatizados Futuros), que consiste no uso de miniautocarros sem condutor de forma sistemática. Em 2018, foram desenvolvidas as seguintes fases do projeto:

- preparação dos documentos para lançamento do concurso incluindo a localização do percurso da possível linha a operar;
- consultas abertas ao mercado e lançamento do procedimento na plataforma TED eTendering, para a apresentação de propostas de fornecimento;
- avaliação das propostas pelo comité técnico de avaliação;
- adjudicação da 1ª fase do projeto (desenho e desenvolvimento da solução) a 5 consórcios dos 6 que se apresentaram a concurso.

PROJETO C-ROADS

A Plataforma C-ROADS tem como principal objetivo interligar as diferentes atividades de Sistemas Cooperativos de Transporte Inteligente (C-ITS). A STCP está envolvida nos dois projetos piloto seguintes:

- monitorização em tempo real do tráfego: a participação da STCP está relacionada com o fornecimento de dados



de posicionamento dos autocarros e respetiva velocidade instantânea de circulação e acompanhamento da integração dos dados na monitorização e predição de fluxos de tráfego;

- implementação de serviços de troca de informação do veículo com a infraestrutura: a STCP disponibiliza um autocarro elétrico para a montagem de equipamento de comunicação V2I e I2V (comunicação entre o veículo e a infraestrutura) para cedência de prioridade ao transporte público em cruzamentos regulados por informação luminosa; o autocarro estará também equipado com um *display* na traseira que fornecerá informação em tempo real do estado da circulação do tráfego na zona de circulação.

PROJETO DE DESMATERIALIZAÇÃO DOS AUTOS DE NOTÍCIA

O projeto “Autos de Notícia Simplificados nos Transportes Públicos Coletivos do Porto” teve início no 2º semestre de 2018. Trata-se de um projeto conjunto com a Metro do Porto e o TIP, com o objetivo de agilizar o modo de exercer a função de fiscalização dos títulos de transporte, em caso de incumprimento que dê lugar a coimas, através da leitura direta dos dados do Cartão de Cidadão e emissão automática do auto. Em 2018 foi elaborado o Caderno de Encargos para a consulta de fornecedores. Trata-se de um projeto cofinanciado pelo SAMA - Sistema de apoio à transformação digital da administração pública. Este projeto está também integrado nas medidas do SIMPLEX.

REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (RGPD)

A STCP efetuou um trabalho de adaptação à legislação de proteção de dados, com base no apoio de auditores externos que efetuaram um levantamento de todos os dados de caráter pessoal que recolhemos e tratamos bem como da componente de Cibersegurança. Foi definido o regulamento interno de aplicação do RGPD e as políticas de segurança, face a eventuais ocorrências de acesso indevido a dados pessoais. Foi eleito como DPO - *Data Protection Officer* / Encarregado de Proteção de Dados, o Dr. Paulo Ferreira, conforme indicado no regulamento para empresas da nossa dimensão. Reforçou-se a componente de Cibersegurança e identificaram-se os *softwares* necessários, com vista à melhoria das condições existentes neste domínio. Trata-se de um projeto, em curso, que conta com o cofinanciamento pelo SAMA.

PROJETO ANDA

A STCP participou no projeto Anda, conjuntamente com o TIP, através do projeto piloto iniciado em 2017 na linha 500. O Anda passou a estar disponível ao público a 29 de julho de 2018 em todas as linhas. Trata-se de um novo modo de viajar usando o telemóvel e a *APP* Anda como um título virtual, variável conforme a utilização, e ao qual está associado o pagamento posterior de acordo com a tarifa mais conveniente ao utilizador.



4.3. PRINCIPAIS PARTES INTERESSADAS – STAKEHOLDERS

O ano de 2018, em consequência da transição realizada para as novas versões das normas de Gestão da Qualidade e do Ambiente, marca a reorganização dos conceitos e a forma estruturada de identificação das Partes Interessadas.

Foi elaborada uma matriz de identificação das principais Partes Interessadas, das suas expectativas e necessidades e do impacto das suas ações nas expectativas da STCP.

Cada uma das partes interessadas é objeto de uma análise própria. Elencam-se as principais Partes Interessadas identificadas:

- Acionista e Área Metropolitana do Porto / Autarquias
- Clientes
- Sociedade / Comunidade
- Colaboradores
- Fornecedores

4.3.1. ACIONISTA E AMP / AUTARQUIAS

No início do ano de 2018 foi concluído o processo de transferência de competências de gestão da STCP do Estado — que continua proprietário — para os seis municípios servidos pela sua rede de transportes - Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo - com o início de funções do novo conselho de administração, que inclui membros nomeados pela Área Metropolitana do Porto e pelo acionista, Estado Português.

Com este modelo de gestão a Área Metropolitana do Porto (AMP) passa a estabelecer um contacto direto com os utentes do serviço público e a regular as relações que estes estabelecem com a STCP, de forma mais adequada, equilibrada e ajustada aos interesses das populações das concelhias servidas.

O Contrato de Gestão Operacional (CGO) celebrado entre o Estado e a Área Metropolitana do Porto, em janeiro de 2017, e que recebeu o visto do Tribunal de Contas em agosto daquele ano, estabelece respetivamente no nº 1 e nº 2 do seu Anexo I, Indicadores de monitorização mensal e Metas anuais.

Mensalmente, ao longo do ano de 2018, foi remetido à Unidade Técnica de Serviço (UTS) - entidade constituída pelo Contrato celebrado entre a AMP e os seis Municípios servidos pela rede da STCP, em janeiro de 2017 - o Relatório do Contrato de Gestão Operacional, com a monitorização e acompanhamento dos indicadores definidos no respetivo contrato.

As metas anuais de 2017 foram avaliadas no início do ano de 2018 e enviado o respetivo Relatório de Execução à UTS.

Em 28 de julho de 2017 foi também celebrado entre o Estado Português, a AMP e a STCP, o Segundo Aditamento ao Contrato de Serviço Público (CSP), que foi visado pelo Tribunal de Contas, onde é atribuído “(...) à STCP o direito de explorar o serviço de transporte público de passageiros por modo autocarro, na Área Metropolitana do Porto (...)”. Este contrato define também as condições de prestação do serviço de transporte por parte da STCP e estabelece o cumprimento das obrigações de serviço público a que a empresa está vinculada, que são objeto de compensação financeira pelo serviço público prestado (OSP).

O ano de 2018 foi o primeiro exercício económico completo após a assinatura do Segundo Aditamento ao Contrato de Serviço Público.

Foram realizadas quatro reuniões entre o Conselho Executivo da STCP, os diferentes Municípios e o Secretariado Técnico da AMP que compõe a UTS, em 2018.

Durante o ano executaram-se também reuniões, individualmente com cada Município, para além das reuniões realizadas em sede da UTS, onde foram expostas as rentabilidades da operação da STCP nas linhas da rede diurna e noturna por dia útil, excetuando a operação da rede da madrugada e a rede de fim-de-semana e feriados, para os quais cada município onde a STCP opera efetua a respetiva compensação financeira devida, conforme definido no Contrato Interadministrativo de Constituição de “Unidade Técnica de Serviço”, e de Delegação de Competências celebrado entre a AMP e os Municípios onde a STCP opera.

A informação trimestral disponibilizada a cada Município em sede da UTS, com o cálculo da rentabilidade económica, resultado operacional bruto normalmente traduzido por EBITDA foi efetuada por Município com uma dupla vertente, linha destino e número de quilómetros maioritariamente percorridos no concelho respeitante ao município em questão.

Esta preocupação de evidenciar a rentabilidade económica da STCP nas linhas da rede diurna e noturna decorre do compromisso assumido pela AMP no Contrato de Delegação de Competências, em que a AMP se propõe assegurar que a gestão e exploração da STCP se realiza no sentido de promover o seu equilíbrio financeiro, tendo por base o estipulado no nº 2 do artigo 6º do DL nº 82/2016, de 28 de novembro, onde é mencionado que “as partes definem metas que permitam assegurar uma contínua trajetória de equilíbrio financeiro da empresa, tendo por objetivo alcançar um resultado operacional bruto tendencialmente positivo”, bem como o compromisso definido no nº 2, do Anexo I, do Contrato de Gestão Operacional.

O cumprimento deste contrato é vital para o nível de oferta programado e sem ele a sustentabilidade económica da STCP não é possível ser assegurada.

Em 2018 foram solicitados à AMP vários pedidos de autorização para alterações de percursos e/ou horários das linhas de serviço público, e efetuadas várias propostas de mobilidade para reforço de oferta a serviços especiais a eventos.

Em setembro, de acordo com o estabelecido contratualmente no CSP, foi enviado à AMP o Plano de Oferta para 2019, das linhas de serviço público, contendo propostas de ajustamentos de percursos e horários, na sequência de estudos internos e das reuniões de trabalho sobre mobilidade, efetuadas com os responsáveis das diversas Câmaras onde a STCP opera.



O Plano de Atividades e Orçamento para 2018, foi aprovado na reunião da Assembleia Geral da STCP, que ocorreu no dia 14 de agosto, em continuação da reunião iniciada no dia 22 de maio, onde ficou expressa a autorização para a contratação por reforço de 36 trabalhadores e para a realização de investimento, no montante de 25,8 M€, sendo 18,8 M€ destinados à renovação da frota de autocarros. Refira-se que no n.º 4 da cláusula 5.ª do Segundo Aditamento ao Contrato de Serviço Público de 28 de julho de 2017, é referido que não são regulados no âmbito do contrato: “a) as responsabilidades relativas à Dívida Histórica da STCP; b) as responsabilidades relativas à Grande Manutenção; c) o serviço de transporte prestado pela STCP por meio de carro elétrico histórico (...); d) o Museu do Carro Elétrico (...)”. Nesta assembleia foram também aprovadas as contas de 2017.

Deslocações por dia AMP (em 10 ³)	2017	%
Total	3.427	100%
Transporte Individual	2.364	69,0%
Automóvel - condutor	1.737	50,7%
Automóvel - passageiro	580	16,9%
Transporte Público e/ou Coletivo	382	11,1%
Autocarro (transporte público)	233	6,8%
Comboio	27	0,8%
Metropolitano	68	2,0%
Modos Suaves (a pé e bicicleta)	648	18,9%

% Deslocações Diárias de Autocarro	2017
Deslocações Autocarro / Deslocações Totais	6,8%
Deslocações Autocarro / Deslocações Transporte Público e/ou Coletivo	61,0%

Fonte: INE - Inquérito à mobilidade na AML e AMP 2017 - 02/jul/2018

Estima-se que na Área Metropolitana do Porto são efetuadas cerca de 3,4 milhões de deslocações diariamente seja por transporte individual, transporte público, a pé ou de bicicleta. Apesar do maior peso do transporte individual no meio de deslocação dos residentes na AMP, no modo autocarro são registadas cerca de 233 mil deslocações diariamente, sendo

A MOBILIDADE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Na Área Metropolitana do Porto residem cerca de 1,6 milhões de pessoas. Um estudo desenvolvido pelo INE (inquérito à Mobilidade na AMP¹), com referência ao ano de 2017, revelou que a população móvel da AMP corresponde a cerca de 78,9% da população total residente, onde cada pessoa se desloca, em média, 2,72 vezes por dia.

o meio de transporte público mais utilizado por parte da população móvel. É um mercado com elevada dimensão, justificando a necessidade da STCP em proporcionar um serviço de qualidade, de modo a dar resposta às necessidades dos cidadãos que escolhem o autocarro como meio de transporte para as suas deslocações.

A STCP NA AMP

A população móvel atinge proporções mais elevadas no caso da população com emprego ou trabalho e também no caso dos estudantes. Cerca de 87,1% dos residentes na AMP com emprego ou trabalho fazem deslocações, enquanto para os estudantes da AMP, essa percentagem fixa-se nos 81,2%.

Passageiros AMP	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Passageiros AMP [1]	10 ⁶	165	173	177	4	2,3%
Passageiros STCP	10 ⁶	69,4	72,4	73,4	1	1,4%
Quota STCP	%	42,0%	41,9%	41,6%	-0,4 pp	-0,9%

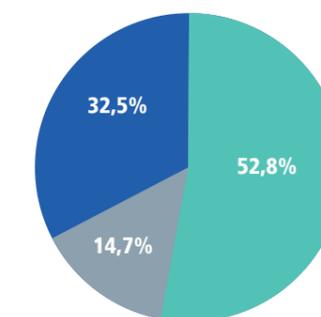
Fonte: Relatório e Contas TIP 2018.

[1] Inclui a procura de transporte público do conjunto dos operadores que utilizam o tarifário intermodal Andante e as tarifas monomodais STCP e CP.

4.3.2. CLIENTES

Os clientes regulares da STCP são os que possuem cartões de assinatura mensais (cerca de 245 mil, no ano de 2018) na medida em que, na grande maioria das vezes, são os que mais utilizam os transportes públicos disponibilizados pela STCP no seu quotidiano. De todos os clientes que possuem assinaturas mensais, cerca de 33% dos clientes são jovens de idade inferior a 23 anos, 15% são clientes já reformados ou pensionistas, com idade superior a 65 anos e os restantes, cerca de 53% correspondem na sua maioria a população ativa com idades compreendidas entre os 23 e os 64 anos.

CLIENTES COM ASSINATURA MENSAL: STCP 2018



- Restantes
- 3ª Idade, Reformados / Pensionistas (maiores 65 anos)
- Estudantes / Menores 23 anos

1. Inquérito à mobilidade realizado nas áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, inquirindo cerca de 100.000 residentes das duas áreas (cerca de 40.000 na AMP), com idades entre os 6 e 84 anos.

4.3.2.1. SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS

PROCURA

O ano de 2018 consolida a tendência de crescimento da procura iniciada em 2016, apresentando um aumento face ao ano anterior de 1,4% com mais um milhão de passageiros, aproximando-se dos valores registados em 2014 – cerca de 73,4 milhões de passageiros transportados em 2018.

Em 2018, manteve-se a tendência de crescimento do peso do tarifário intermodal na procura total, correspondendo a cerca de 84,7% dos passageiros transportados – mais 0,5 pontos percentuais quando comparado com 2017. Em média, um passageiro da STCP percorreu em 2018 cerca de 3,72 quilómetros, resultando num total de cerca de 273 milhões de passageiros km.

PASSAGEIROS TRANSPORTADOS



RECEITA

Com o aumento da procura e também devido ao aumento do tarifário² a partir de 1 de janeiro de 2018, registou-se naturalmente um aumento da receita de 5,0%, mais 2,3 milhões de euros, em relação ao ano anterior, resultando uma receita total de títulos de transporte, de cerca de 47,8 milhões de euros em 2018.

O peso do tarifário intermodal no total da receita foi de cerca de 76,1% em 2018, menos 0,8 pontos percentuais do que em 2017.

RECEITA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE



REDE VENDAS

A rede de vendas dos títulos de transporte válidos na STCP é maioritariamente gerida pelo TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE que efetua a gestão do Sistema Intermodal Andante (SIA) através dos cerca de 1.080 locais disponíveis ao público no final de 2018, distribuídos entre Lojas Andante, Máquinas de Venda Automática (MVA), Bilheteiras CP com venda Andante, Posto de Turismo do Aeroporto, Caixas Multibanco (apenas assinaturas normais), Agentes Autorizados e Terminais dos Operadores Rodoviários Privados. A STCP assume a gestão da venda do título agente único a bordo dos autocarros, e dos títulos válidos no carro elétrico, através da venda a bordo dos carros elétricos, no Museu do Carro Eléctrico e nos revendedores autorizados. A partir de 2018 passou a ser possível efetuar o pagamento do título de transporte a bordo do carro elétrico através da rede multibanco.

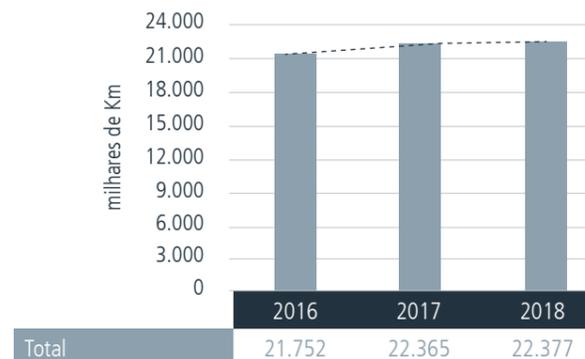
OFERTA

Em relação à oferta realizada pela STCP em 2018 pode dizer-se que foi efetuado praticamente o mesmo número de veículos km do ano anterior, cerca de 22,4 milhões de veículos km em 2018, mais 12 mil em relação a 2017.

A lotação média por viatura disponibilizada foi de cerca de 91 lugares, resultando num total de cerca de 2.038 milhões de lugares km oferecidos.

A taxa de ocupação total em 2018 foi de cerca de 13,4%.

VEÍCULOS KM SERVIÇO



MODO AUTOCARRO

A rede STCP abrange 33 freguesias de 6 concelhos da Área Metropolitana do Porto – Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Gondomar, Valongo e Maia –, apresentando uma rede com extensão total de 485 quilómetros no modo rodoviário. No mapa ao lado, podemos ver a distribuição da rede da STCP do modo rodoviário.

No final de 2018, a STCP tinha 70 linhas de autocarro em exploração, estando disponíveis 2.452 paragens (8 dessas paragens, partilhadas com o modo carro elétrico).

Das 70 linhas de autocarro da STCP, apenas uma não opera ao sábado e apenas sete não operam aos domingos e feriados.



PERÍODO DIURNO 6H ATÉ 21H • PERÍODO NOTURNO 21H ATÉ 0H30 • PERÍODO MADRUGADA 0H30 ATÉ 6H

2. Novo tarifário, por autorização do despacho normativo nº 21 - A/2017, de 11 de dezembro, salientando-se o aumento do agente único (bilhete de bordo do modo autocarro) de 1,90€ para 1,95€.



PROCURA E RECEITA

Indicadores Modo Autocarro	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Passageiros Transportados	10³	68.738	71.679	72.672	993	1,4%
Percurso Médio Passageiro	Km	3,67	3,73	3,74	0,02	0,5%
Passageiros Km	10 ⁶	252	267	272	5	1,9%
Receita	10³ €	41.515	43.884	45.965	2.081	4,7%
Receita Média Passageiro	€	0,60	0,61	0,63	0,02	3,3%

A receita inclui participação social tarifário andante.

No ano de 2018, foram transportados cerca de 72,7 milhões de passageiros no modo autocarro, aproximadamente mais 1 milhão (1,4%) quando comparado com o ano anterior.

O percurso médio por passageiro também aumentou ligeiramente, resultando no aumento do número de passageiros km.

No que toca à receita, registou-se um aumento significativo de quase 5%, mais 2,1 milhões de euros em relação ao ano anterior, fruto do aumento da procura e da atualização do tarifário.

Passageiros Autocarro	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Total	10³	68.738	71.679	72.672	993	1,4%
Assinaturas	10 ³	54.190	56.571	56.892	322	0,6%
Ocasionais e Diários	10 ³	14.548	15.109	15.780	671	4,4%
Total Intermodal	10³	58.103	60.828	62.051	1.223	2,0%
Total Monomodal	10³	10.635	10.851	10.622	-230	-2,1%

Embora as assinaturas continuem a ter maior peso no total da procura do modo autocarro (78%), é importante realçar o crescimento dos títulos ocasionais e diários ao longo dos últimos 2 anos. A procura de títulos de tarifário intermodal continua a registar um acentuado aumento, - utilizado por 85% dos passageiros utilizadores de autocarros STCP, em 2018 - especialmente quando comparado com a evolução da procura monomodal.

Em 2018, a receita do modo autocarro na STCP acompanhou a tendência de crescimento que já se tinha verificado no ano anterior, aumentando 4,7% (cerca de 2 M€). O aumento mais significativo registou-se nos títulos ocasionais e diários, o que pode ser explicado, em parte, devido ao aumento do turismo na cidade do Porto, e pelo aumento do preço do bilhete de bordo dos autocarros, respeitante ao tarifário monomodal.

Receita Autocarro	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Total	10³ €	41.515	43.884	45.965	2.081	4,7%
Assinaturas	10 ³ €	25.904	27.442	28.162	721	2,6%
Ocasionais e Diários	10 ³ €	15.611	16.443	17.803	1.360	8,3%
Total Intermodal	10³€	32.808	34.995	36.370	1.375	3,9%
Total Monomodal	10³€	8.707	8.889	9.595	706	7,9%

A receita inclui compensação social tarifário andante.

COMBATE À FRAUDE NOS TRANSPORTES PÚBLICOS

No ano de 2018, foram fiscalizados cerca de 930 mil passageiros utilizadores do modo autocarro STCP, correspondendo a uma taxa de fiscalização de cerca de 1,3%. A taxa de fraude fixou-se nos 0,45%, tendo sido emitidos 4.220 autos de notícia. A taxa de fiscalização das viagens situou-se em 3,2%.

No ano há a realçar o esforço efetuado na gestão administrativa dos autos de notícia, em cumprimento do estabelecido

pelo Decreto-lei nº 117/2017, de 12 de setembro, articulado com a Portaria nº 37/2018, de 29 de janeiro, que para os autos emitidos no período compreendido entre 1 de março de 2016 e 12 de setembro de 2017, veio autorizar a redução de 50% sobre o valor das coimas, acrescido de redução de 25% sobre o remanescente. Na sequência da campanha informativa efetuada junto de todos os clientes autuados, foram liquidados cerca de 3.350 autos.

Fiscalização: Modo Autocarro	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Passageiros Fiscalizados	unidade	1.028.443	992.501	927.900	-64.601	-6,5%
Número de Autos	unidade	5.510	5.769	4.220	-1.549	-26,9%
Taxa de Fiscalização dos Passageiros [1]	%	1,5%	1,4%	1,3%	-0,1 pp	-7,8%
Taxa de Fraude [2]	%	0,5%	0,6%	0,5%	-0,1 pp	-21,8%
Viagens Fiscalizadas	unidade	73.658	71.698	63.319	-8.379	-11,7%
Taxa de Fiscalização de Viagens [3]	%	3,8%	3,6%	3,2%	-0,4 pp	-11,1%

[1] Passageiros Fiscalizados ÷ Passageiros Transportados

[2] Número de Autos ÷ Passageiros Fiscalizados

[3] Viagens Fiscalizadas ÷ Viagens Realizadas



SERVIÇO DE MADRUGADA

A STCP é o único operador de transportes públicos na Área Metropolitana do Porto a operar durante toda a madrugada, período compreendido entre a 00h30 e as 06h00, ao longo dos 365 dias do ano. O serviço funciona com 11 linhas, identificadas com a letra M, que garantem de hora em hora, as ligações entre a Avenida dos Aliados, no centro do Porto e os concelhos periféricos de Vila Nova de Gaia, Gondomar, Maia, Matosinhos e Valongo.

A Rede da Madrugada está em funcionamento desde 2005, de forma ininterrupta, tendo transportado mais de 7 milhões de passageiros deste então.

Ao longo do ano foi reforçada a promoção da Rede da Madrugada junto dos públicos-alvo, trabalhadores em horário noturno, estudantes universitários, bem como para aqueles que frequentam a 'movida' da Baixa do Porto³. Em 2018 foram transportados 625 mil passageiros, correspondendo a um aumento de 5,1% face a 2017.



OFERTA

Em 2018 foram percorridos praticamente os mesmos quilómetros de serviço quando comparado com o ano anterior. Apesar da taxa de ocupação e da velocidade média terem registado um ligeiro aumento, todos os restantes indicadores mantiveram-se praticamente inalterados, registando uma ligeira descida.

Embora tenha sido incrementado em 5 o número médio de motoristas em funções em 2018 – 898 em 2018 face a 893 no ano anterior – a taxa de absentismo registou um crescimento, devido essencialmente ao aumento das baixas por doença e também devido às greves. A STCP esteve sob o efeito de dois pré-avisos de greve que vigoraram durante todo o ano de 2018. Um teve início a 18 de março de 2017, abrangendo todos os serviços diários aos feriados, sábados e domingos. Outro vigorou entre 5 de agosto de 2017 até 4 de fevereiro de 2019, abrangendo as duas últimas horas de cada serviço diário, bem como às duas últimas horas da 1ª parte e às duas primeiras horas da 2ª parte de todos os serviços diários organizados, com intervalos entre etapas, bem como,

a todos os serviços diários aos feriados, sábados e domingos.

A taxa de absentismo dos motoristas em 2018 foi de 9,3%, mais 1,3 pontos percentuais do que no ano anterior, com implicações na taxa de cumprimento de serviço em 2018.

Importa referir que embora tenha sido obtida autorização por parte da Tutela, para a contratação de 28 novos motoristas, de forma a colmatar parcialmente um défice estrutural na empresa de pessoal tripulante, as contratações só foram totalmente efetuadas no último trimestre de 2018, pelo que a melhoria do nível da oferta no serviço público da empresa, por este motivo, apenas será sentida durante o ano de 2019, já que as contratações e o plano de formação subsequente apenas irá permitir que o contingente de motoristas fique totalmente disponível para a operação em fevereiro de 2019.

O cumprimento do serviço está também dependente de outros fatores para além do absentismo, nomeadamente a taxa de imobilização, embates e desvios.

Indicadores Modo Autocarro	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Veículos Km Serviço	10 ³	21.622	22.216	22.215	-2	-0,01%
Lotação Média	unidade	91,8	91,6	91,5	-0,2	-0,2%
Lugares Km	10 ⁶	1.984	2.035	2.032	-4	-0,2%
Horas de Serviço	10 ³	1.367	1.407	1.406	-1	-0,1%
Velocidade Média	km/h	15,82	15,79	15,80	0,01	0,1%
Taxa de Ocupação	%	12,7%	13,1%	13,4%	0,3 pp	2,0%
Viaturas na Ponta Máxima	unidade	382	384	385	1	0,3%
Taxa Cumprimento Serviço [1]	%	94,8%	97,4%	96,0%	-1,3 pp	-1,4%

[1] (Viagens Previstas - Viagens Perdidas) ÷ Viagens Previstas

Fonte: Departamento de Operações da STCP. Inclui viagens de entradas e saídas de linhas e exclui greves e/ou plenários.

TAXA DE IMOBILIZAÇÃO

Em 2018 registou-se um aumento significativo da taxa de imobilização da frota quando comparado com 2017. Pese embora se tenha dado início à renovação da frota em 2018, até ao final do ano apenas entraram 40 novos autocarros para um total de 419 que constituem o total da frota da STCP. De realçar que essa mesma renovação apenas começou em abril e ocorreu de modo faseado, até dezembro de 2018. Deste modo, é expectável que só a partir de 2019 se comece a diminuir a taxa de imobilização.

Imobilização	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Frota [1]	número	417	417	419	2	0,4%
Taxa de Imobilização	%	10,8%	10,2%	11,7%	1,5 pp	14,3%
Avarias / 1.000 kms [2]	1/10 ³ km	1,36	1,37	1,46	0,1	6,5%

[1] Em 2017, a frota de autocarros da STCP era composta por 419 viaturas, encontrando-se 2 autocarros inoperacionais devido a acidente com elevados danos. Para o cálculo dos indicadores operacionais, estas viaturas não são consideradas.

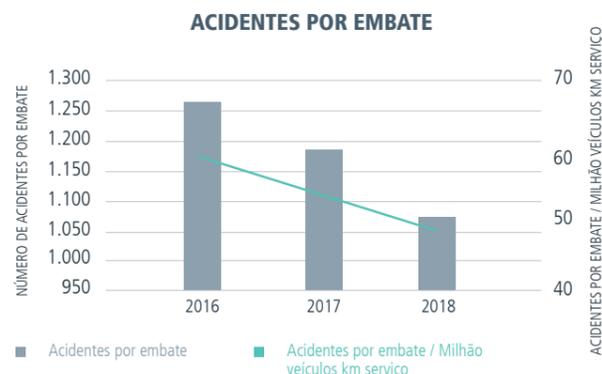
[2] Considera os quilómetros totais realizados por toda a frota de autocarros (não apenas quilómetros de serviço).

3. Destaca-se a reportagem da RTP, no dia 7 de setembro de 2018, com transmissão nos vários canais daquela estação, informando sobre a rede da madrugada da STCP.



ACIDENTES POR EMBATE

Em 2018 continuou a tendência de diminuição dos acidentes por embate verificada também no ano anterior. O número de acidentes por embate por cada milhão de quilómetros de serviço percorridos acompanhou naturalmente a descida do número de acidentes por embates.



DESVIOS

O número de desvios efetuados também diminuiu em 2018, tanto por motivo de obras como por eventos. A duração média dos desvios também apresentou um decréscimo de cerca de 5 dias face ao ano anterior. Os desvios com impacto mais significativo na operação da STCP em 2018 foram os causados pelas obras de recuperação da escarpa dos Guindais, levando à interrupção da operação da linha ZR – entre 17 de dezembro de 2017 e 20 de junho de 2018 –, e também o desvio provocado pelas obras em Alfena desde o dia 21 de junho de 2017 e 5 de maio de 2018.

Desvios	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
				absoluta	%
Total de Desvios	317	355	301	-54	-15,2%
Por Obras	173	190	160	-30	-15,8%
Por Eventos	144	165	141	-24	-14,5%
Duração Média dos Desvios (em dias)	58	54	49	-5	-9,0%

OPERAÇÃO VIA LIVRE

Através de uma parceria estabelecida desde 2004 entre a Câmara Municipal do Porto (CMP) e a STCP, envolvendo a Polícia Municipal, está em vigor a Operação Via Livre, com o objetivo de reduzir o estacionamento abusivo / irregular em vias reservadas ao transporte público, paragens ou locais de maior dificuldade de circulação. Esta parceria ajuda a uma melhor circulação dos transportes públicos na cidade do Porto. Em 2018 apenas foi mantida uma equipa operacional, tendo realizado um total de 3.152 intervenções.

Operação Via Livre	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
				absoluta	%
Multas	3.255	3.061	3.029	-32	-1,0%
Bloqueamentos [1]	18	4	2	-2	-50,0%
Reboques [1]	82	45	114	69	153%
Medidas Corretivas [2]	3.402	3.158	3.152	-6	-0,2%

[1] Um reboque é sempre precedido de um bloqueamento e de uma multa. Um bloqueamento é precedido de uma multa.
 [2] Inclui intervenções de multa e ações de advertência.

GRUPO DE TRABALHO VIA LIVRE

Na sequência da criação do Serviço Via Livre, foi criado, em 2014, um grupo de trabalho que junta técnicos da STCP, da Polícia Municipal e do Departamento Municipal de Gestão de Mobilidade e Transportes da CMP, com o objetivo de encontrar soluções simples e expeditas que permitam resolver constrangimentos à circulação do Transporte Público.

Este grupo tem conseguido reduzir drasticamente o número de vezes em que os autocarros ficam bloqueados devido a estacionamentos abusivos, criar melhores condições de paragem e respetivos acessos e melhores condições de inserção após cruzamentos.

CENTRO DE CONTROLO DA REDE

A STCP, através do seu Centro de Controlo de Rede e da ferramenta aí instalada – o SAEI – Sistema de Apoio à Exploração e Informação –, coordena a operação de transporte público em modo rodoviário, procurando garantir o cumprimento do serviço planeado, atuando em tempo real para reduzir os desvios nos horários de passagem, minimizando os efeitos dos mais diversos constrangimentos que acontecem ao longo do dia.

Em dias de grandes eventos, implicando desvios de trânsito e grandes constrangimentos na sua fluidez, a STCP tem a possibilidade de colocar um operacional afeto à gestão da operação, no Centro de Gestão Integrada da CMP. Deste modo, existe uma melhor ligação entre o Centro de Controlo de Rede da STCP, Técnicos da Mobilidade e Tráfego da CMP e as Forças de Segurança e Proteção Civil, conjugando esforços para uma resposta mais célere às dificuldades de circulação dos autocarros.



CORREDORES BUS

A rede STCP dispõe de 144 corredores – com extensão total de 25 quilómetros – reservados à circulação de Transportes Públicos, sendo eles, na sua maioria, na cidade do Porto – 82 corredores com 19,8 quilómetros de extensão.

Corredores BUS	unid.	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Extensão	km	25,2	25,5	25,0	-0,5	-1,8%

OPERAÇÕES ESPECIAIS

Em complemento à oferta do serviço público de transporte, a STCP ao longo do ano, desenvolveu e implementou um conjunto de operações especiais, com o intuito de aumentar a mobilidade, comodidade e segurança dos seus clientes a eventos com elevada atração de pessoas e de épocas festivas. A implementação destas operações só foi possível em parceria com as entidades organizadores dos eventos, em articulação com as câmaras municipais onde os eventos foram realizados e na maior parte das vezes, com o apoio das forças de segurança.

Eventos como os festivais *NOS Primavera Sound* e *Marés Vivas*, o *Serralves em Festa*, a noite de S. João e a *Semana da Queima das Fitas* fazem parte integrante das operações dedicadas, devido ao número avultado de pessoas que atraem, necessitando de um modo de transporte rápido, seguro e eficaz para as suas deslocações.

De destacar que o ano de 2018 foi o que registou a maior operação de sempre na noite do Cortejo da Queima das Fitas por parte da STCP, com o transporte de mais de 20 mil passageiros.



No serviço especial da *Semana da Queima das Fitas*, foram transportados cerca de 90 mil passageiros, + 20% (+ 15 mil) do que em 2017.

Passageiros Autocarro	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
				absoluta	%
Queima das Fitas	75.000	76.250	91.268	15.018	19,7%

Este resultado justifica-se essencialmente pelo aumento da oferta, na ordem dos 25% na operação de 2018, que foi possível devido ao acordo celebrado com a FAP – Federação Académica do Porto – e pela adoção de um conjunto de práticas que garantiram uma maior segurança a todos.

São também de referir os reforços de serviços efetuados nos festejos no Porto da noite de *Halloween*, na Noite Branca em Gondomar, na inauguração das luzes de Natal, entre outros, em que a empresa disponibilizou aos passageiros um aumento de número de veículos em circulação e das frequências do serviço.

À semelhança de anos anteriores a STCP preparou uma operação especial para o Natal, garantindo aos seus utilizadores a possibilidade de viajar de forma segura e confortável, ao

longo de toda a noite e madrugada. A operação teve início às 21h00 do dia 24 de dezembro, véspera de Natal, e terminou pelas 6h00 do dia 25.

A STCP promoveu também, uma vez mais, uma operação especial Fim de Ano, que garantiu o transporte ao longo de toda a noite e madrugada. Com esta operação especial de Fim de Ano, integrada no Plano de Mobilidade promovido pela Câmara Municipal do Porto, pretendeu-se que os passageiros da STCP pudessem usufruir da maior festa do ano, fazendo viagens seguras e confortáveis, deixando de lado as preocupações com o trânsito e estacionamento.

REDE DE ACESSO FÁCIL

A STCP tem instituída uma política de integração e massificação do transporte público a pessoas com mobilidade reduzida. A empresa STCP dispõe de uma frota de autocarros urbanos acessíveis, com 40 já renovados em 2018, e disponibiliza aos seus clientes uma sub-rede de linhas com autocarros equipados com rampa e lugar reservado para cadeiras de rodas. Todos os autocarros têm piso rebaixado e permitem que um carrinho de bebé possa viajar aberto.

A empresa tem uma rede acessível, composta por 100% dos veículos com piso rebaixado e 82% com rampa. Para além disso, a política e prática da STCP centra-se na promoção à inclusão social e acessibilidade para todos, oferecendo informação acessível para os seus clientes com necessidades especiais e desenvolvendo a cooperação com as autarquias e outros responsáveis pelo espaço público onde opera.



MODO CARRO ELÉCTRICO

No final de 2018, a STCP tinha 3 linhas em atividade, apresentando uma extensão de rede total de 9 quilómetros, no modo carro eléctrico. O carro eléctrico da STCP serve os clientes, no concelho do Porto, num percurso que vai desde a Foz até ao

centro histórico do Porto, servindo 42 paragens no total – 34 exclusivas e 8 partilhadas com o modo autocarro. Abaixo, é possível ver o mapa da rede do carro eléctrico no final de 2018.



PROCURA E RECEITA

No ano de 2018, foram transportados cerca de 745 mil passageiros no modo carro eléctrico, aproximadamente mais 17 mil (2,3%) em relação ao ano anterior. O aumento mais significativo registou-se ao nível da receita, em cerca de 200 mil euros (12%), atingindo-se um montante de cerca de 1,9 milhões de euros.

Nos últimos anos, a percentagem de assinaturas no total das validações no carro eléctrico tem vindo a diminuir, aumentando o peso dos títulos ocasionais e diários, sendo seguro afirmar que o turismo tem desempenhado um papel cada vez mais importante no aumento da procura do carro eléctrico. De todos os passageiros transportados no modo carro eléctrico em 2018, cerca de 84% fizeram-no adquirindo um título ocasional ou diário.

Indicadores Modo Carro Elétrico	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Passageiros Transportados	10³	622	729	745	17	2,3%
Percurso Médio Passageiro	Km	1,65	1,76	1,77	0,01	0,6%
Passageiros Km	10 ³	1.027	1.281	1.317	36	2,8%
Receita	10³ €	1.190	1.660	1.857	197	11,9%
Receita Média Passageiro	€	1,91	2,28	2,49	0,21	9,4%

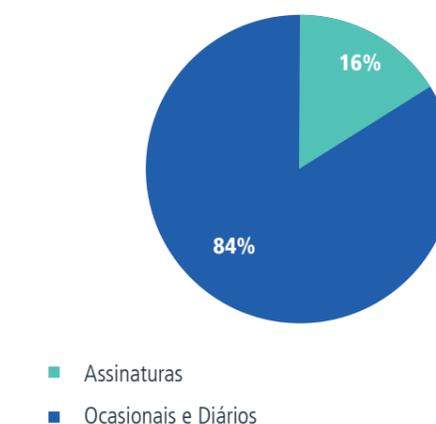
A receita inclui compensação social tarifário andante.

Passageiros Carro Elétrico	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Total	10³	622	729	745	17	2,3%
Assinaturas	10 ³	136	133	119	-14	-10,4%
Ocasionais e Diários	10 ³	486	596	626	30	5,1%
Total Intermodal	10³	124	120	109	-11	-9,1%
Total Monomodal	10³	498	609	636	27	4,5%

O sucessivo aumento que se tem vindo a verificar do peso dos passageiros que utilizam títulos ocasionais e diários na procura do carro eléctrico, ajudam a explicar o elevado aumento da receita que se tem registado ao longo dos últimos 3 anos.

A receita proveniente das assinaturas tem vindo a diminuir, representando em 2018 apenas 2,5% da receita deste modo de transporte, sendo uma consequência natural da diminuição dos passageiros transportados com título de assinatura mensal no carro eléctrico. Os títulos ocasionais e diários são inteiramente responsáveis pelo aumento da receita total.

PASSAGEIROS TRANSPORTADOS CARRO ELÉCTRICO 2018



Receita Carro Elétrico	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Total	10³ €	1.190	1.660	1.857	197	11,9%
Assinaturas	10 ³ €	61	50	46	-4	-7,9%
Ocasionais e Diários	10 ³ €	1.130	1.610	1.811	201	12,5%
Total Intermodal	10³€	56	46	43	-3	-5,9%
Total Monomodal	10³€	1.134	1.614	1.814	200	12,4%

A receita inclui compensação social tarifário andante.



OFERTA

No ano de 2018 manteve-se a tendência de crescimento dos quilómetros de serviço efetuados, tendo-se percorrido mais 14 mil quilómetros quando comparado com o ano anterior. Pese embora se tenha registado um aumento da velocidade média, a taxa de ocupação diminuiu.

A taxa de cumprimento de serviço diminuiu cerca de 1,8 pontos percentuais, devido essencialmente ao aumento significativo da taxa de absentismo dos guarda-freios, que é justificado em grande parte pelas baixas por doença e greves. Em 2018, a taxa de absentismo dos guarda-freios situou-se nos 18,4%, mais 6,9 pontos percentuais quando comparado com o ano anterior.

No final de 2018, estava em fase de conclusão a implementação do SAE – Sistema de Apoio à Exploração – no apoio à gestão da operação dos carros elétricos, que irá permitir a gestão da frota em tempo real. Efetua a gestão semafórica virtual da circulação dos carros elétricos nos troços de via única de duplo sentido de circulação, assim como a gestão da venda a bordo dos títulos de transporte. Este sistema está também ligado diretamente ao CGI – Centro de Gestão Interligado – da CMP, de modo a permitir a ligação direta das autoridades competentes com os guarda-freios, por forma a otimizar as respostas às ocorrências verificadas na operação.

Indicadores Modo Carro Elétrico	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Veículos Km Serviço	10³	130	148	162	14	9,5%
Lotação Média	unidade	42,0	42,0	42,0	0,0	0,0%
Lugares Km	10 ³	5.474	6.223	6.816	593	9,5%
Horas de Serviço	10 ³	16,2	17,6	18,9	1,2	7,0%
Velocidade Média	km/h	8,0	8,4	8,6	0,2	2,3%
Taxa de Ocupação	%	18,8%	20,6%	19,3%	-1,3 pp	-6,1%
Viaturas na Ponta Máxima	unidade	6	6	6	0	0,0%
Taxa Cumprimento Serviço [1]	%	93,7%	92,1%	90,2%	-1,8 pp	-2,0%

[1] (Viagens Previstas - Viagens Perdidas) ÷ Viagens Previstas.

Fonte: Departamento UCE da STCP. Nas viagens planeadas não são consideradas as viagens de reforço.

4.3.2.2. COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO AOS CLIENTES

A disponibilização de informação oportuna e relevante para o cliente e para o mercado foi assegurada de forma integrada através de múltiplos meios, sendo cada vez mais utilizados os digitais, nomeadamente, os telemóveis.



- Foram **emitidos cerca de 600 avisos diversos**, sobre alterações na rede ou no tarifário, que correspondem a mais de 5.000 colocações e outras tantas remoções em paragens. **Todos estes avisos foram publicados no site STCP** e deram origem ao envio de alertas a clientes conforme as suas subscrições de informação.
- Foram colocados **mais de 3.000 horários à paragem**, devido a atualizações ou reposições.
- A linha telefónica de apoio da STCP, designada por **Linha Azul**, atendeu mais de 75 mil contactos, sendo a esmagadora maioria referente a questões sobre horários.
- A informação ao público nas paragens começou a ser **traduzida para inglês** e complementada com pictogramas, de modo a ser mais legível para um maior número de pessoas, incluindo obviamente os turistas ou residentes de nacionalidade estrangeira.
- Aos horários afixados nas paragens foi adicionada informação sobre o **título ocasional andante necessário a partir da paragem e em cada linha e um QR Code**, de modo a ser possível **consultar o horário em tempo real** através do telemóvel.



- A **Aplicação Anda**, apresentada ao público em maio, introduziu a possibilidade de adquirir o título de viagem através do telemóvel, sendo um sistema pós-pagamento em relação à viagem realizada. No final do ano, cerca de 1.500 clientes tinham já utilizado este meio de pagamento, em cerca de 15.000 viagens.
- O serviço **Wi-Fi gratuito** disponibilizado em todos os autocarros foi alargado para os carros elétricos no ano de 2018. A utilização deste serviço tem vindo a aumentar nos últimos anos. Em 2018 registaram-se cerca de 814 mil utilizadores, com cerca de 5,7 milhões de sessões iniciadas.
- A STCP em 2018 continuou a apostar nas **redes sociais**, nomeadamente no **facebook**, que acaba por ser uma ferramenta com elevada importância, na medida em que permite contactar e informar um grande número de clientes da STCP, de um modo mais fácil. Alterações de serviço, oportunidades de emprego na STCP e eventos especiais são alguns exemplos dos temas divulgados pela STCP em 2018, através das redes sociais.
- **A STCP está no Google Transit**, possibilitando ao cliente o conhecimento de todas as partidas previstas na sua paragem, guardar os seus locais habituais e explorar todas as opções de transporte dentro dos autocarros da STCP.
- Os **objetos perdidos pelos nossos clientes e encontrados**, designados por “perdidos e achados”, foram centralizados na Linha Azul. Em 2018, foram superiores a 6.000, tendo sido entregues aos clientes, cerca de 34%.

Testemunho

“(...) a minha filha resolveu viajar juntamente com outras colegas de Amarante até ao Porto para desse modo festejar a entrada no Novo Ano de 2019. Dentro da Cidade do Porto, viajou no autocarro 305, tendo saído na última paragem no Bolhão por volta das 23h. Inadvertidamente e antes da saída do autocarro deixou cair a carteira dentro do mesmo, na qual continha dinheiro, documentos e telemóvel. Após contactar os Serviços dos STCP no dia 2 de janeiro, foi-nos transmitido que os pertences na minha filha estavam guardados na Estação de Recolha de Francos - Rua Eng.º Luís Delgado dos Santos. No dia 3 de janeiro, deslocamo-nos à Estação de Francos e de facto estava tudo direitinho, nada faltava. Deste modo, venho por este meio e em nome da minha filha prestar um especial agradecimento ao motorista do Autocarro 305 (que não sei sequer o nome). Louvo a honestidade e profissionalismo deste senhor – um bem-haja.”

RECLAMAÇÕES

No ano de 2018, registou-se um aumento significativo do número de reclamações efetuadas por clientes, conforme se apresenta na tabela seguinte:

Reclamações de Clientes	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
				absoluta	%
Total Reclamações	1.793	1.337	2.110	773	57,8%

O principal motivo das reclamações diz respeito ao incumprimento dos horários divulgados. No entanto, há a realçar a diminuição contínua verificada nas reclamações sobre o comportamento do pessoal.

CAMPANHAS DE DIVULGAÇÃO

A STCP executou duas iniciativas, no dia 19 de março, para assinalar o Dia do Pai, que envolveram os clientes e alguns dos colaboradores. Foram distribuídos pelos autocarros em circulação marcadores de livro, alusivos à ocasião. Além disso, criou-se uma moldura, com referências ao dia, onde dezenas de pessoas foram fotografadas no interior dos autocarros ou nas paragens. Esta ação contou, igualmente, com a participação de vários colaboradores da empresa. As fotografias foram publicadas também no *facebook*, como dedicatória aos respetivos pais.

O Dia da Mãe foi assinalado pela STCP através da entrega de marcadores de livro alusivos à ocasião, no interior dos autocarros. Os marcadores encontravam-se nas portas de saída dos autocarros ou eram oferecidos aos clientes pelos motoristas, à entrada. Estes marcadores podiam ser recortados em forma de flor de papel. A STCP disponibilizou também uma moldura digital sobre o tema, a ser aplicada na fotografia de perfil, no *facebook*.



4.3.3. COMUNIDADE

A STCP tem um papel relevante na comunidade onde atua – seis concelhos da Área Metropolitana do Porto - Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia – uma vez que a sua operação impacta diretamente com a população em geral e com as várias instituições da comunidade local, parceiros e associados.

RECYCLING DA IDENTIDADE DA MARCA

A STCP fez o *restyling* da marca em 2018, lançado oficialmente a 20 de abril, aquando da cerimónia de apresentação dos novos autocarros. Foi entendido ser o momento oportuno para olhar para a identidade da STCP, reconhecida pelo público em geral, e perceber como esta se podia atualizar tendo por base os valores e atributos enquanto marca de proximidade, de confiança e de inovação. Embora com mudanças ligeiras, centradas em novas cores, o verde e azul, associadas à vertente ambiental e transmissão de serenidade, considerou-se haver uma mais-valia na mudança da imagem da STCP e criação de uma assinatura **STCP “Mobilidade Inteligente”**, tendo por base os novos modelos de serviço e a descarbonização.

A implementação da nova identidade está a ser efetuada gradualmente, tanto na frota de serviço público, como nas paragens, estacionário e em todos os suportes da marca.



MUSEU DO CARRO ELÉCTRICO

A STCP tem à disposição da comunidade, desde 1992, o **Museu do Carro Eléctrico (MCE)**, localizado na cidade do Porto, no edifício da Antiga Central Termoeléctrica de Massarelos, e integrado na Rede Portuguesa de Museus, desde 2001.

A coleção do MCE inclui veículos de transporte público de 1872 a 1951, maquinaria pesada, acessórios de veículos, acessórios dos funcionários das empresas de transporte público da cidade do Porto e a Sala das Máquinas da Central Termoeléctrica de Massarelos.

O MCE tem por missão preservar, conservar e interpretar, em benefício do público, espécies e artefactos ilustrativos e representativos da história e desenvolvimento dos transportes públicos urbanos sobre carris da cidade do Porto.

Em 2018 contou com cerca de 29 mil visitantes, registando um acréscimo significativo face ao ano anterior, devido

essencialmente ao aumento do número de visitantes estrangeiros, que representaram cerca de 44% do total, quando em 2017 eram cerca de 37%.

O Museu do Carro Eléctrico abre as suas portas à comunidade, um dia por ano, promovendo também, no mesmo dia, o seu tradicional Desfile anual de carros eléctricos, que continua a fazer a ligação entre as coleções do museu e a cidade. Em 5 de maio de 2018, foi realizado o XXVIII Desfile de Carros Eléctricos, que contou com 12 carros eléctricos que saíram da exposição do Museu, oferecendo a possibilidade ao público de viajar num dos vários veículos históricos.

Em 2018 foram também celebrados com várias iniciativas, o Dia Internacional dos Museus e a Noite Europeia dos Museus, nos dias 18 e 19 de maio. O Museu participou ainda nas iniciativas, Semana das Camélias, em março, organizada pela Câmara Municipal do Porto e pela Associação Portuguesa de Camélias, e nas Jornadas Europeias do Património, em setembro.

Visitantes Museu Carro Eléctrico	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
				absoluta	%
Total	21.859	23.892	28.556	4.664	19,5%
Alunos	10.948	11.688	13.099	1.411	12,1%
Portugueses	3.825	3.302	2.869	-433	-13,1%
Estrangeiros	7.086	8.902	12.588	3.686	41,4%

Não inclui utilizadores gratuitos

O Serviço Educativo do Museu realizou também em 2018 as Oficinas de Natal, que decorreram entre 18 e 22 de dezembro destinadas às crianças entre os 6 e os 12 anos.

O Museu do Carro Eléctrico recebeu nos dias 24 e 25 de maio, o MOBITRANS – 12.º Encontro Transportes em Revista, que contou com o apoio da STCP. Sob o tema de fundo “Pessoas | Cidades | Regiões”, um total de 32 oradores, provenientes dos mais variados campos, partilharam experiências e ideias sobre como se perspectiva o funcionamento das grandes áreas urbanas no futuro, especialmente no que respeita à questão dos transportes.

A STCP é associada das seguintes entidades:

- AEP – Associação Empresarial de Portugal
- Associação Comercial do Porto
- ADEPORTO – Agência de Energia do Porto

- APVGN - Associação Portuguesa de Veículos a Gás Natural
- CODIPOR - Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos
- ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade
- ATP – Associação de Turismo do Porto
- INEGI – Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial
- AMTC – Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações
- Associação dos Amigos do Arquivo Distrital do Porto
- Associação “Amigos do Coliseu do Porto”
- Associação Centro de Informação de Consumo e Arbitragem do Porto
- Fundação de Serralves

É ainda membro da organização internacional UITP – Union Internationale des Transports Publics – e da Comissão Técnica de Normalização - CT 148 (Transporte, logística e serviços).



COMUNIDADE ESCOLAR E ACADÉMICA

A STCP apoiou a divulgação ou realização de várias atividades académicas e escolares e esteve envolvida em ações especiais, como as iniciativas da Câmara Municipal da Maia durante a Semana Europeia da Mobilidade e as Jornadas da Mobilidade Elétrica realizadas pelo Instituto Superior de Engenharia do Porto.

No âmbito da colaboração com a comunidade escolar e académica foram ainda disponibilizados vários estágios curriculares.

Em colaboração com a MAN e a Caetano Bus, a STCP organizou uma ação de formação, dirigida às corporações de bombeiros dos seis municípios onde opera. O objetivo prendeu-se com a apresentação das características das novas viaturas (a gás natural e elétricas) às entidades com responsabilidade em operações de socorro.

A STCP proporcionou ao longo do ano, algumas visitas às suas instalações, com o objetivo de dar a conhecer a empresa e algumas das suas principais particularidades em termos de funcionamento interno, como foi o caso da visita realizado em 14 de dezembro, pela comitiva da Agência Metropolitana de Transportes de Maputo – AMTM.



CONSCIÊNCIA AMBIENTAL

A STCP presta um serviço de transporte imprescindível para a comunidade, patente numa oferta durante 24 horas, todos os dias do ano. A renovação da frota, com investimento em 15 autocarros elétricos zero emissões, é uma evidência de relevo do peso que as questões importantes para a sociedade têm nas decisões estratégicas da empresa e no seu investimento.



SOLIDARIEDADE SOCIAL

A STCP em 2018, com a cooperação do CCDT e da Comissão de Trabalhadores, realizou à semelhança dos anos anteriores, um jantar de Natal para pessoas desfavorecidas, que juntou aproximadamente 150 pessoas no refeitório da empresa.

4.3.4. COLABORADORES

EVOLUÇÃO DO EFETIVO

Durante o exercício de 2018, a STCP fortaleceu a sua política de ajustamento quantitativo do efetivo, através do reforço de trabalhadores de forma a colmatar parcialmente o défice estrutural existente especialmente ao nível do pessoal tripulante e qualitativo, pelo reforço na formação.

O efetivo total a 31 de dezembro era de 1.271 trabalhadores, representando um aumento de 29 elementos relativamente ao final do ano anterior.

Efetivo a 31 de dezembro [1]	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
				absoluta	%
Total	1.232	1.242	1.271	29	2,3%
Pessoal Tripulante em Funções	912	915	944	29	3,2%
Motoristas	900	900	928	28	3,1%
Guarda-Freios	12	15	16	1	6,7%
% Pessoal Tripulante em funções	74,0%	73,7%	74,3%	0,6 pp	0,8%

[1] Não inclui órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.

As autorizações para a contratação para reforço de pessoal foram obtidas pelo Despacho nº 540/18-SET, de 3.07.2018, nos seguintes termos:

- 1 - Área de Apoio Administrativo / técnico de suporte: 7 trabalhadores;
- 2 - Área de Operação do Carro Elétrico: 1 trabalhador;

3 - Área de Operação do Modo Autocarro: 48 trabalhadores de forma faseada, 28 em 2018 e 20 em 2019. Estas últimas estão sujeitas a avaliação da redução do trabalho extraordinário por via de contratação ocorrida em 2018 e deverão ser analisadas em "processo autónomo".

Efetivo Médio [1]	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
				absoluta	%
Total	1.197	1.226	1.231	5	0,4%
Pessoal Tripulante em Funções	882	906	913	8	0,9%
Motoristas	871	893	898	6	0,6%
Guarda-Freios	12	13	15	2	17,3%
% Pessoal Tripulante em funções	73,7%	73,9%	74,2%	0,3 pp	0,5%

[1] Não inclui órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.



A concretização das contratações ocorreu sobretudo no último trimestre do ano, pelo que os seus efeitos, nomeadamente ao nível da operação do serviço, apenas serão sentidos no ano de 2019, algo que também é possível verificar quando se observa a evolução do efetivo médio de 2018 face ao ano anterior.

Seguindo a política de rejuvenescimento e qualificação do seu efetivo, a STCP procurou, igualmente em 2018, dotar alguns departamentos de suporte com novos trabalhadores, para garantir a permanência de competências nucleares e compensar as saídas massivas de trabalhadores destas áreas na última década. Esta política foi materializada no reforço de 7 trabalhadores para as áreas técnicas / administrativas, nomeadamente ao nível do departamento jurídico, sistemas de informação, marketing, aprovisionamentos, controlo de gestão e recursos humanos.

Em 2018 foi igualmente continuado o esforço no recrutamento de trabalhadores para compensação das saídas verificadas ao longo do ano, no total de 86, incluindo licenças sem vencimento, respeitando 57% a motoristas. Relativamente às áreas oficiais (manutenção de autocarros), as saídas de colaboradores foram igualmente significativas, cerca de 30% do total, e muito concentradas no final do ano, o que combinado com a falta de resposta do mercado, não permitiu que as respetivas admissões ocorressem até 31 de dezembro de 2018.

Ao longo de 2018 foram disponibilizados 17 estágios profissionais e 13 estágios curriculares, a maioria em cooperação com escolas profissionais e instituições de ensino.

A evolução da estrutura do efetivo a 31 de dezembro é a seguinte:

Estrutura Efetivo a 31 de dezembro [1]	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
				absoluta	%
Pessoal afeto à Operação	79,7%	79,0%	79,4%	0,4 pp	0,5%
Pessoal Tripulante	74,0%	73,7%	74,3%	0,6 pp	0,8%
Inspetores / Coordenadores	2,8%	2,7%	2,4%	-0,2 pp	-8,2%
Abastecedores	2,9%	2,7%	2,7%	0,0 pp	0,7%
Pessoal afeto à Manutenção	8,2%	8,9%	8,3%	-0,5 pp	-5,8%
Restantes	12,1%	12,2%	12,3%	0,1 pp	1,0%

[1] Não inclui órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.

Até 31 de dezembro de 2018, saíram da STCP 86 trabalhadores (incluindo saídas por licenças sem vencimento), dos quais 59 de pessoal afeto à operação e 25 das áreas oficiais. No ano, entraram na empresa 115 trabalhadores (incluindo regressos de licenças sem vencimento).

ABSENTISMO

O absentismo evoluiu desfavoravelmente em 2018, tendo-se registado aproximadamente mais 13 mil horas de ausência do que em 2017.

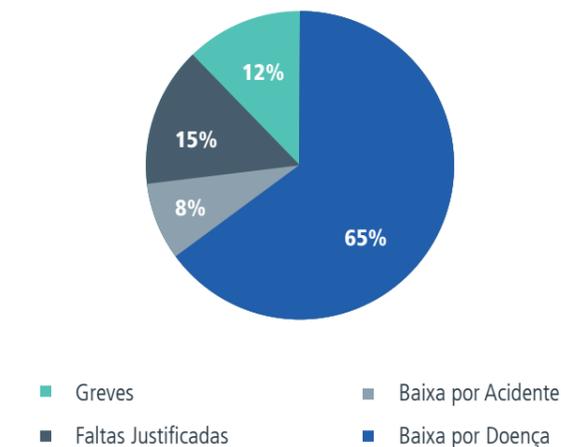
Absentismo	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
				absoluta	%
Total da Empresa	8,3%	8,4%	8,9%	0,5 pp	6,0%
Pessoal Tripulante [1]	8,8%	8,1%	9,5%	1,4 pp	17,3%
Outro Pessoal	7,0%	9,2%	7,3%	-1,9 pp	-20,6%

[1] Motoristas e Guarda-Freios

A taxa de absentismo global situou-se em 8,9%, superior em 0,5 p.p. à verificada no ano anterior, devido ao agravamento do absentismo do pessoal tripulante.

A principal causa para o absentismo são as baixas por doença, responsáveis por 65% do total, sendo que um terço destas baixas são de longa duração – ausência superior a 6 meses. As greves contribuíram também marcadamente para o aumento das horas perdidas. Embora em 2018 não tenha sido decretada nenhuma nova greve, o número de horas perdidas por este motivo aumentou em cerca de 8 mil horas face a 2017.

ESTRUTURA DO ABSENTISMO TOTAL 2018



TRABALHO SUPLEMENTAR

No ano de 2018 foram efetuadas cerca de 75 mil horas extra, mais 31,6% (+18 mil horas) do que em 2017, devido essencialmente às horas extras realizadas pelo pessoal tripulante, que corresponderam a 89% do total.

Este aumento foi provocado pelo défice de efetivo que ainda se verificou em 2018. A contratação de pessoal para reforço foi concentrada no último trimestre do ano, pelo que os seus

efeitos na redução do trabalho extra apenas se irão verificar no ano de 2019, no pressuposto de se manter pelo menos o mesmo nível de efetivo, ou seja, sejam garantidas as substituições dos trabalhadores que cessem contrato com a STCP, ao longo do ano.

O custo com o trabalho extra foi de cerca de 547 mil euros em 2018, mais 38,5% (+152 mil euros) face ao ano anterior.

Trabalho Suplementar	unid.	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Horas Extra Total	10³	56	57	75	18	31,6%
Horas Extra Pessoal Tripulante	10 ³	49	49	67	18	36,7%
Custo Total [1]	10³ €	324	395	547	152	38,5%
Custo Pessoal Tripulante [1]	10 ³ €	277	322	473	151	46,9%

[1] Não inclui encargos com Segurança Social.



CARACTERIZAÇÃO DO EFETIVO

ESTRUTURA ETÁRIA

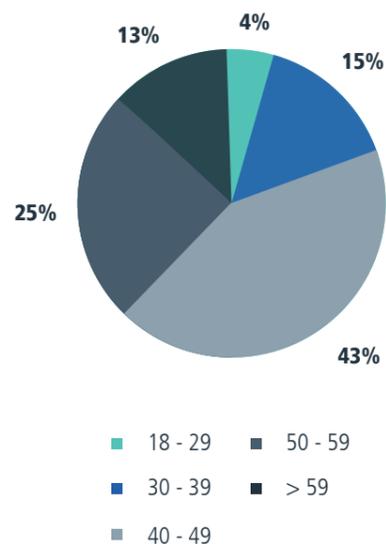
A política de admissões seguida nos últimos anos para reforço do efetivo e para substituição por motivo de saída, tem permitido inverter o seu ciclo de envelhecimento. A idade média reduziu, passando de 48 anos em 2017 para 47 em 2018.

O efetivo com idade inferior a 40 anos representava 19% do total em 2018, quando em 2017 correspondia a 16%.

A antiguidade média na empresa, de 20 anos em 2017, situou-se nos 18 anos em 2018, apresentando também uma redução.

O grau de escolaridade manteve em 2018 a tendência de subida dos últimos anos, atingindo, o número total de trabalhadores com habilitações iguais ou superiores ao ensino secundário, 42%.

ESTRUTURA ETÁRIA 2018



Estrutura Etária Efetivo [1]	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
				absoluta	%
18 <--> 29	23	30	53	23	76,7%
30 <--> 39	179	171	194	23	13,5%
40 <--> 49	546	537	543	6	1,1%
50 <--> 59	305	297	311	14	4,7%
> 59	179	207	170	-37	-17,9%
Total	1.232	1.242	1.271	29	2,3%

[1] Não inclui órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.

EFETIVO POR GÉNERO

A 31 de dezembro de 2018 trabalhavam na empresa 112 mulheres, correspondendo a 9% do total do efetivo (8% em 31 de dezembro de 2017).

No final do ano de 2018 cerca de 46% do efetivo feminino exercia funções de motorista ou guarda-freio, registando-se

um acréscimo do peso do efetivo feminino nessas funções, que no final de 2017 era de 43%.

De registar igualmente o crescimento do peso do pessoal feminino no total de pessoal tripulante (motoristas e guarda-freios) passando de 4,7% em 2017, para 6% em 2018.

Efetivo por Género (31 dez 2018) [1]	Total	Mulheres (M)	Homens (H)	% M por Cargo	% Cargo por M
Dirigentes	10	2	8	2%	20%
Pessoal Tripulante	944	52	892	46%	6%
Outros	317	58	259	52%	18%
Total	1.271	112	1.159	100%	9%

[1] Não inclui órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.

PRÁTICAS DE IGUALDADE NO TRABALHO E NO EMPREGO

A STCP, como entidade socialmente responsável, assume a promoção da igualdade de género e da conciliação do trabalho e da vida familiar e pessoal, integrando na sua gestão, políticas e práticas nestes domínios.

A política de recursos humanos da empresa é baseada na igualdade de oportunidades, no respeito pelos direitos humanos e não da discriminação, nomeadamente no que se refere às remunerações.

Em 2017 foi elaborado o Plano para a Igualdade da STCP, amplamente divulgado a todos os trabalhadores, onde se encontram estabelecidos planos de ação para o curto e médio prazo. Neste âmbito, foram concretizadas algumas das medidas propostas, nomeadamente ao nível da informação e comunicação, do diálogo social e participação dos trabalhadores e do tratamento da informação relativa aos recursos humanos da entidade desagregada por sexo sendo elaborado anualmente um Relatório sobre remunerações por género.

Desde 2008 que a STCP possui o Código de Ética e Conduta tendo elaborado em 2018 o Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, ambos divulgados a todos os trabalhadores, e disponíveis na *intranet* da STCP, que constituem instrumentos fundamentais na definição normativa que deve ser respeitada por toda a estrutura da organização da empresa

No que respeita a medidas que promovam o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, e a disponibilização de benefícios sociais, destacam-se:

- O apoio logístico e financeiro ao Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da STCP (CCDT), transferindo para esta entidade todo um conjunto de atividades e eventos, que eram assegurados pela empresa. Como atividades salientam-se a **Festa de Natal**, realizada no dia 8 de dezembro no Coliseu do Porto, com a atuação de um circo, momento único do ano em que a empresa reúne os seus trabalhadores e familiares. A **Colónia de Férias** para os filhos de trabalhadores até aos 12 anos é também outra atividade a destacar.



- Quotizações mensais de todos os trabalhadores ao CCDT, permitindo assim o seu equilíbrio financeiro e a promoção de outras atividades, nomeadamente desportivas e culturais.
- Desde 2017, que o CCDT assegura a gestão do refeitório da STCP, localizado na Estação de Recolha de Francos, disponibilizando a STCP o transporte dos trabalhadores dos diferentes locais, onde a empresa opera.
- Nos casos previstos nos Acordos de Empresa em vigor, a empresa disponibiliza o acesso gratuito a especialidades médicas e enfermagem no seu Posto Clínico, bem como a comparticipação medicamentosa.
- O pagamento de uma comparticipação fixa aos trabalhadores com filhos até 6 anos que frequentem infantários.
- Benefícios pós-reforma - a empresa possui, desde 1 de maio de 1975, um plano de benefícios definidos que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez a todos os trabalhadores, conforme previsto nos acordos da empresa e legislação em vigor, calculados com base numa fórmula fixada, e pagos desde que o somatório da pensão atribuída pela Segurança Social com o respetivo complemento não ultrapasse 650 euros (valor em vigor desde 2007). Em dezembro de 1998 a empresa transferiu a sua responsabilidade para o Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização, tendo vindo a contribuir anualmente e, desde essa data, de acordo com os pedidos de financiamento exigidos pelo Fundo.

QUALIFICAÇÃO E MOTIVAÇÃO

FORMAÇÃO

Considerando o papel relevante da formação no desenvolvimento profissional, em 2018 a STCP procurou solidificar a formação dos seus trabalhadores, aos mais variados níveis da empresa.

Foram realizadas cerca de 29 mil horas de formação em 2018, mais cerca de 33% face ao ano anterior, sendo que 92% dessas horas são direcionadas a pessoal tripulante. O número de trabalhadores que tiveram ações de formação foi de 952, correspondendo a cerca de 75% do total do efetivo em 2018.

Horas de Formação	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
				absoluta	%
Total	16.450	21.756	28.924	7.168	32,9%
Pessoal Tripulante	15.885	20.358	26.636	6.278	30,8%
Formação Contínua	3.269	14.737	15.130	393	2,7%
% Pessoal Tripulante	96,6%	93,6%	92,1%	-1,5 pp	-1,6%

Número de Trabalhadores Formação	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
				absoluta	%
Total	257	804	952	148	18,4%
Pessoal Tripulante	195	683	829	146	21,4%
Formação Contínua	72	640	750	110	17,2%
% Pessoal Tripulante	75,9%	85,0%	87,1%	2,1 pp	2,5%

Das ações realizadas destaca-se:

- A formação inicial e contínua de motoristas e guarda-freios, que envolveu um total de 829 trabalhadores, e cerca de 26 mil horas, com especial enfoque na vertente comportamental.
- 45 ações de formação e sensibilização de segurança, nomeadamente formação relacionada com medidas de autoproteção, segurança na condução e formação em evacuação de edifícios e combate a incêndio, envolvendo 341 trabalhadores. Ainda neste âmbito, destaca-se a formação relativa ao posto de abastecimento de gás, bem como à proteção contra explosões e manuseamento de equipamentos de alta pressão.
- Foram ainda realizadas outras ações, nos seguintes âmbitos: Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD); habilitação para a obtenção do certificado de aptidão de motoristas (CAM); formação em língua inglesa; formação legal e contabilística e a realização do MBA executivo por 2 quadros da empresa.
- Participação de diversos quadros da empresa em programas, feiras e eventos internacionais relacionados com a frota de autocarros e formação avançada promovida pela UITP – Union Internationale des Transports Publics.

Sistema de avaliação de desempenho

Está implementado na empresa um sistema de avaliação de desempenho anual dos colaboradores, tendo em vista a sua evolução profissional. Esta serve como um incentivo à melhoria contínua de cada trabalhador, permitindo premiar anualmente os trabalhadores com melhor avaliação na empresa, pela aplicação do estabelecido nos Acordos de Empresa em vigor. Em 2018 foi aplicado o sistema de avaliação de desempenho.

Aplicação dos acordos de empresa

Conforme determinado no artigo 21º (Alteração ao Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (Regime Jurídico do Setor Público Empresarial) e da Lei do Orçamento de Estado de 2017, em 2017 havia sido retomada a aplicação dos instrumentos de regulamentação coletiva do trabalho. Contudo, quanto a matérias previstas nos Acordos de Empresa, como diuturnidades e avaliação do desempenho, os direitos adquiridos foram repostos em 50% em 2017, sem efeitos retroativos, e os restantes 50% em janeiro de 2018.

No ano de 2018, decorrente do memorando de entendimento, assinado a 14 de agosto com as ORT, foi implementado um aumento salarial, com produção de efeitos a 1 de maio de 2018, e por um período de 20 meses.

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO (SAFETY)

Destaca-se em 2018 o reforço de mais um elemento na equipa de Higiene, Saúde e Segurança do Trabalho (HST), área integrada no Departamento de Recursos Humanos, numa clara aposta na política de segurança interna. A HST da empresa trabalha em estreita colaboração com a Medicina do Trabalho, nomeadamente na avaliação dos riscos profissionais, das condições de trabalho, e avaliação e análise dos acidentes de trabalho.

Neste âmbito, HST avalia os riscos associados aos locais de trabalho, realiza visitas inspetivas aos postos e equipamentos de trabalho, elabora e implementa recomendações sobre matérias de prevenção, relatórios sobre as condições de trabalho e planos de ação. No ano foram realizadas 48 inspeções às instalações, postos de trabalho e equipamentos.

Em 2018, verificou-se um acréscimo da taxa de gravidade, correspondendo a um aumento dos dias perdidos por acidente de trabalho, apesar da redução do número de acidentes.

Em 2018, foram aprovados investimentos em algumas instalações, de forma a melhorar as suas condições de trabalho. Destacam-se, os locais de apoio na rua ao pessoal tripulante, através da renovação da sala para motoristas localizada no interface do Hospital S. João e da nova sala na zona do Bolhão. Deu-se início aos projetos para a execução das empreitadas de renovação das Estações de Recolha de Francos e Via Norte, a executar nos próximos anos.



Indicadores de Acidentes de Trabalho		2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Taxa de Frequência (Tf) =	(Nº de acidentes de trabalho com baixa / Nº horas efetivamente trabalhadas) x 1.000.000	37,7	36,0	36,3	0,3	0,8%
Taxa de Gravidade (Tg) =	(Nº de dias perdidos / Nº de horas efetivamente trabalhadas) x 1.000.000	942	970	1.187	217	22,4%
Taxa de Incidência (TIT) =	(Nº de acidentes totais / Nº total de trabalhadores) x 1.000	73,3	74,0	69,6	-4,4	-5,9%

SAÚDE

A STCP assegura, nas suas instalações, a assistência de especialidades médicas e de enfermagem aos seus colaboradores, possibilitando o acesso externo a especialidades não asseguradas internamente. Em 2018, no Posto Clínico, foram realizadas aproximadamente 4.800 consultas nas diversas especialidades médicas existentes, e assegurados os cuidados de enfermagem em permanência no Posto Clínico na Unidade Operacional de Francos e, duas vezes por semana, no posto de enfermagem da Unidade Operacional da Via Norte.

A Medicina do Trabalho, composta por um médico interno e dois em regime de prestação de serviços, assegurou ao longo do ano aproximadamente 1.900 consultas aos trabalhadores, sendo igualmente responsável pela avaliação de todos os candidatos para admissão na STCP.

O controlo de alcoolemia na STCP, integrado na Medicina do Trabalho em estrito cumprimento do Regulamento de Alcoolemia em vigor na empresa, realizou em 2018, 3.976 testes dos quais 6 foram positivos.

RELACIONAMENTO COM AS ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS DOS TRABALHADORES (ORT)

Ao longo de todo o ano de 2018, foi mantido um estreito relacionamento com as diversas Organizações Representativas dos Trabalhadores tendo em vista alcançar plataformas de entendimento comum, equilibrando os interesses da empresa e dos seus trabalhadores.

O ano ficou marcado pela negociação e acordo com todas as ORT, relativamente ao aumento das tabelas de remuneração bases mínimas da empresa, algo que não acontecia desde 2009, altura em que foram bloqueadas quaisquer valorizações remuneratórias, através da legislação em vigor.

De relevar igualmente o facto de, pela primeira vez desde 1984, ter sido possível reunir as 3 organizações sindicais subscritoras do Acordo de Empresa de 1984, no sentido da publicação pela primeira vez de um texto único consolidado, permitindo atualizar um conjunto de alterações feitas ao documento ao longo de mais de 30 anos, alteração que mereceu a aprovação de todos os sindicatos.

A empresa manteve em 2018 o plano de reuniões mensais entre a Comissão de Trabalhadores e o Conselho de Administração, procurando convergir esforços e envolvimento dos trabalhadores, em prol do desenvolvimento da empresa e melhoria das condições de trabalho.

Num contexto, em que o índice de sindicalização geral se situa em 84% (no pessoal tripulante situa-se em 97%), onde os trabalhadores filiados se encontram distribuído por 5 organizações sindicais, onde vigoram 2 acordos de empresa, o ano de 2018 ficou marcado por um forte empenho por parte da empresa, no sentido da obtenção de consensos e da criação de alicerces para o fomento da paz social.

4.3.5. FORNECEDORES

Uma das componentes da política da STCP é “desenvolver todas as suas atividades, produtos e serviços enquadrados por um sistema integrado de gestão, nas dimensões de qualidade, ambiente, segurança e saúde no trabalho, com o envolvimento de todos os seus trabalhadores, fornecedores, contratados, autoridades locais, e clientes.”

Para o bom funcionamento do serviço prestado a STCP tem necessidade da cooperação de todos os fornecedores, de quem direta e indiretamente depende.

A empresa dispõe de um Regulamento Para Fornecedores onde especifica os critérios mínimos de exigência, legais e de boas práticas, que devem ser observados pelos prestadores de serviços e de fornecimento de bens à STCP ao nível das condições de segurança e higiene no trabalho.

O regulamento aplica-se a todas as entidades, individuais ou coletivas, fornecedoras de bens e serviços, independentemente da sua forma jurídica ou contratual, sempre que desenvolvam trabalho no interior das instalações da STCP, ou em sua vez. É de realçar que, além do cumprimento do disposto no regulamento, os fornecedores e prestadores de serviços e bens devem conhecer, dar a conhecer e assegurar o cumprimento dos regulamentos internos da STCP aplicáveis ao trabalho a ser realizado, assim como de toda a legislação aplicável ao mesmo.

Os fornecedores são ainda suscetíveis de serem alvo de auditorias de controlo, que poderão ser realizadas por colaboradores da STCP ou por entidades externas.

Para a aquisição de bens e serviços a STCP rege-se pelo Código da Contratação Pública, quando aplicável, e pelos procedimentos internos em vigor que impõem, sempre que possível a consulta a, no mínimo, três fornecedores e, apenas excepcionalmente, por questões técnicas específicas, sempre devidamente fundamentadas, e autorizadas, a consulta pode ser efetuada a apenas um ou dois fornecedores.

Os critérios de adjudicação são seguidos por princípios de transparência.

4.4. PERSPETIVA AMBIENTAL

Enquanto empresa de transporte público rodoviário de passageiros, a STCP assume um papel importante na qualidade ambiental do espaço urbano onde atua.

A sua política tem como um dos seus princípios “minimizar o impacto ambiental da sua atividade de suporte, dotando as instalações e os equipamentos de soluções tecnologicamente eficientes, que promovam a redução progressiva da poluição e do consumo dos recursos energéticos e naturais”.

A empresa obteve em 2008 a Certificação Ambiental no referencial normativo NP EN ISO 14001:2004 que transitou com sucesso em 2018 para o novo referencial NP EN ISO 14001:2015.

Todas as atividades e instalações da empresa encontram-se abrangidas pela política ambiental no âmbito da certificação, com exceção do Museu do Carro Eléctrico.

Esta certificação visa a competitividade e o desenvolvimento sustentável da empresa, nas vertentes ambientais.

Em 2018 foi consolidada a comunicação com as entidades reguladoras, de acordo com o normativo legal que regula a sua atividade em termos de impacte ambiental, nomeadamente através da monitorização das fontes de emissão, do controlo da utilização de gases fluorados com efeito de estufa e empobrecedores da camada de ozono, da análise e controlo dos efluentes e da gestão dos resíduos produzidos.



ENERGIA

No desempenho da sua operação a STCP exerce atividades que exigem um elevado consumo de energia, com impactes ambientais e sociais associados. Ciente da sua responsabilidade nesta temática a empresa tem procurado afirmar-se cada vez mais eficiente do ponto de vista energético, através da

inovação e competitividade, contribuindo deste modo para a redução de efeitos ambientais nocivos.

Na tabela seguinte apresenta-se a evolução do consumo total de energia da STCP, medida em tep:

Consumo de Energia	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Total	tep	13.047	13.665	13.699	34	0,3%

TEP ---> Tonelada Equivalente de Petróleo. Cálculo efetuado de acordo com conversores fornecidos pela Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) no âmbito de candidatura ao POSEUR 2018. Os valores de 2016 e 2017 foram recalculados com base nos coeficientes utilizados para 2018.

O consumo de energia em 2018 manteve a tendência global de subida (+34 tep em 2018 face a 2017). Para o desempenho da atividade, no ano de 2018, foram consumidos 13.699 tep, sendo que a energia consumida pela frota no desenvolvimento da operação do transporte público de passageiros foi responsável por 97,5% do total. A restante energia, cerca de 2,5% do total, destinou-se à execução das atividades de suporte realizadas nas instalações da empresa.

CONSUMO DE ENERGIA DA FROTA DE SERVIÇO PÚBLICO

O crescimento dos consumos da frota, devido ao aumento dos consumos com a frota a gás natural, é justificado pelo acréscimo dos consumos médios das viaturas mais antigas, que têm ainda um grande peso no total da frota.

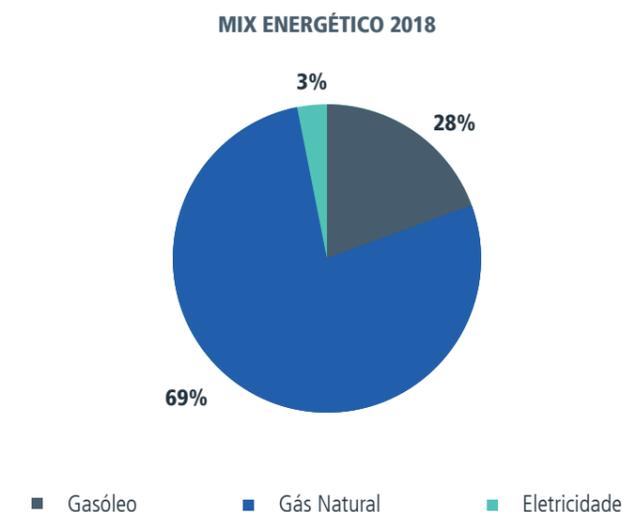
Consumo de Energia Frota Serviço Público	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Carro Elétrico	tep	34	40	39	-0,3	-0,7%
Autocarros Elétricos	tep	-	-	5	-5	-
Autocarros Gás Natural	tep	9.026	9.464	9.502	38	0,4%
Autocarros Gasóleo	tep	3.653	3.828	3.805	-22	-0,6%
Consumo de Energia	tep	12.713	13.331	13.351	20	0,1%

TEP ---> Tonelada Equivalente de Petróleo. Cálculo efetuado de acordo com conversores fornecidos pela Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) no âmbito de candidatura ao POSEUR 2018. Os valores de 2016 e 2017 foram recalculados com base nos coeficientes utilizados para 2018.

CONSUMO DE ENERGIA DAS INSTALAÇÕES FIXAS

O consumo de energia das instalações fixas foi agravado, devido à existência de instalações elétricas e infraestruturas de iluminação e climatização desatualizadas e a necessitarem de renovação e modernização. Neste âmbito, estão previstas intervenções de renovação e reestruturação nas instalações de Francos e Via Norte, onde um dos objetivos é o de melhorar o balanço energético.

Em 2018, as fontes de energia total utilizadas pela STCP foram distribuídas da seguinte forma:



Consumo de Energia Instalações Fixas	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Eletricidade	tep	334	332	346	13	4,0%
Gás Natural	tep	0,04	1,01	2,00	0,99	97,8%
Total	tep	334	333	348	14,3	4,3%

TEP ---> Tonelada Equivalente de Petróleo. Cálculo efetuado de acordo com conversores fornecidos pela Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) no âmbito de candidatura ao POSEUR 2018. Os valores de 2016 e 2017 foram recalculados com base nos coeficientes utilizados para 2018.

A FROTA DA STCP E DESEMPENHO AMBIENTAL

Nas últimas décadas a empresa tem vindo a implementar múltiplas ações para reduzir as emissões de poluentes dos veículos, nomeadamente pela diversificação dos combustíveis usados na frota de autocarro. No ano 2000 foram introduzidos na operação os primeiros autocarros movidos a gás natural, que correspondiam no final de 2018 a 59% do total da frota de autocarros. Em abril de 2018 entraram ao serviço na rede de transportes da STCP os primeiros autocarros movidos a energia elétrica.

Em 2018 foi iniciada a implementação do programa de renovação da frota de autocarros com a receção dos primeiros 40 autocarros, 28 movidos a gás natural comprimido e 12 totalmente elétricos, de um total de 188 autocarros previstos para o triénio 2018-2020, dos quais 173 a gás natural e 15 elétricos.

Esta primeira operação de renovação irá permitir, em 2020, que a frota da STCP seja maioritariamente constituída por autocarros movidos a gás natural – cerca de 77% – e por cerca de 4% movidos a energia elétrica. Visa promover a



renovação de autocarros em fim de vida por veículos mais eficientes e que utilizem combustíveis com melhor desempenho ambiental, designadamente veículos movidos a gás natural comprimido – GNC – com emissões inferiores, em pelo menos 15%, em cada um dos limites máximos aplicáveis, fixados na Norma Euro VI e veículos movidos a energia elétrica. São assim expectáveis importantes benefícios ambientais, associados tanto a um aumento de eficiência da frota, como a uma menor emissão de poluentes.

O esforço de renovação da frota efetuado pela STCP terá assim um grande impacto na contribuição para a melhoria do ambiente. Essa contribuição faz-se a vários níveis, quer pela substituição de autocarros a gasóleo e consequente diminuição dos principais poluentes resultantes da combustão, particularmente ao nível das partículas de suspensão (mais de 95% nas PM), monóxido de carbono (mais de 25% de CO) e óxidos de azoto (mais de 85% nos NOx), quer pela substituição de autocarros a gás natural mais antigos e menos eficientes energeticamente, contribuindo ainda para uma redução das emissões de CO2. A substituição das viaturas mais antigas por autocarros limpos elétricos com sistema de travagem regenerativa e autocarros a gás natural que cumprem a Norma EURO VI traduz-se numa diminuição generalizada das emissões, bem como numa diminuição do ruído.

Para além dos benefícios ambientais associados diretamente à frota, há ainda a considerar os benefícios associados à construção de uma estação de enchimento de gás natural liquefeito – GNL – localizada na Estação de Recolha da Via Norte, que implicará uma redução do consumo de energia.

A renovação da frota em curso é cofinanciada por fundos europeus, através do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos – POSEUR – e enquadra-se

no seu Eixo I “Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores”. Irá permitir que a STCP contribua para que Portugal consiga atingir as metas a que se propôs, em termos de eficiência energética. A renovação da frota da STCP, em curso, irá contribuir de forma significativa para aumentar a percentagem de energia utilizada nos transportes proveniente de fontes renováveis. De acordo com o estabelecido no Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis para o período 2013-2020, 10% da energia utilizada nos transportes deve provir, precisamente, de fontes renováveis.

De acordo com o Plano Nacional de Ação (Estratégia para as Energias Renováveis – PNAER 2020), deve ser alcançada uma redução de 25% no consumo de energia primária, uma redução de 31% no consumo final bruto e 10% da energia utilizada nos transportes deve provir de fontes renováveis.

Em 2018 foi também iniciada a 2ª fase de renovação da frota de autocarros da STCP com a candidatura ao Aviso POSEUR-07-2018-10, em outubro de 2018, para a renovação de 86 autocarros da atual frota envelhecida, por 86 novos autocarros, dos quais 62 veículos standard *low floor* movidos a gás natural (que permitem a circulação em qualquer linha, podendo com facilidade ser alocados às linhas com “pontos críticos”, como por exemplo os túneis) e 19 veículos standard *low entry* movidos a gás natural, a que acrescem ainda 5 veículos standard *low floor*, elétricos. Foi também objeto da candidatura a renovação do posto de enchimento de gás natural, localizado na Estação de Recolha de Francos, e que tem cerca de 20 anos de existência e novos postos de carregamento para os novos autocarros elétricos. O investimento total associado a esta candidatura é de, aproximadamente, 23 M€, para o qual foi previamente obtida a respetiva autorização das Tutelas setorial e financeira.

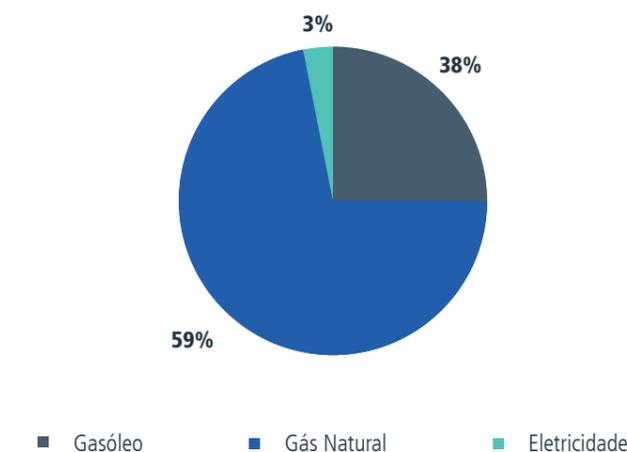


No final de 2018, a frota de autocarros da STCP tinha uma idade média de 13,9 anos. A sua distribuição por tipo de combustível é apresentada no quadro e gráfico abaixo:

Frota STCP	2016	2017	2018
Autocarros [1]	417	417	419
Gasóleo	160	160	159
Standard	117	117	116
Articulados	20	20	20
Minis	8	8	8
2 Pisos	15	15	15
Gás Natural	257	257	248
Standard	228	228	219
Articulados	29	29	29
Eletricidade	-	-	12
Standard	-	-	12
Carros Elétricos	6	6	6
Frota Total	423	423	425

[1] Em 2017, a frota de autocarros da STCP era composta por 419 viaturas, encontrando-se dois autocarros inoperacionais devido a acidente com elevados danos. Estas viaturas não são consideradas.

FROTA DE AUTOCARROS STCP 2018



NORMAS EURO

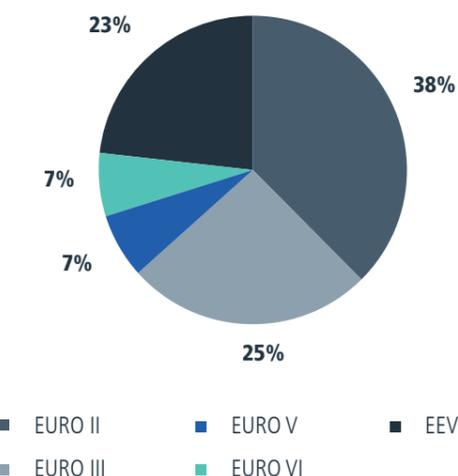
As normas Euro correspondem às normas impostas pela União Europeia no que toca ao limite de emissões de gases nocivos permitidos por viatura, mediante a sua data de fabrico. No quadro apresenta-se o número de autocarros da STCP por respetiva norma euro.

No final de 2018, a STCP já tinha em operação 28 novas viaturas a gás natural que cumprem a norma Euro VI e ainda 12 autocarros elétricos que não estão incluídos nesta análise, uma vez que não emitem gases nocivos.

AUTOCARROS STCP E NORMAS EURO

Normas Euro	unid.	2016	2017	2018
Euro II	nº	192	192	153
Euro III	nº	105	105	104
Euro V	nº	28	28	28
Euro VI	nº	-	-	28
EEV	nº	94	94	94

Em 2018 não inclui os 12 autocarros elétricos em operação, pois não emitem gases nocivos.



EMISSÕES CO₂

De realçar em 2018 uma diminuição do peso das emissões CO₂ por veículo km realizado, demonstrando o efeito positivo da renovação da frota, não só dos autocarros 100% elétricos, como também dos novos autocarros a gás natural, que emitem menos CO₂ que os autocarros mais antigos. De igual forma, o peso das emissões CO₂ por passageiro km também diminuiu.

Emissões CO ₂	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
CO₂ Gasóleo	g/lt	3.100	3.102	2.652	-450	-14,5%
CO₂ Gás Natural	g/m³	2.349	2.349	2.147	-202	-8,6%
Gasóleo	ton	13.244	13.887	11.804	-2.083	-15,0%
Gás natural	ton	23.198	24.323	22.320	-2.004	-8,2%
Emissões de CO₂	ton	36.442	38.210	34.124	-4.087	-10,7%
Emissões de CO ₂ / Veículos Km Totais	kg/km	1,65	1,67	1,49	-0,2	-10,6%
Emissões de CO ₂ / Passageiros Km Totais	kg/pass km	0,144	0,143	0,125	-0,02	-12,3%

ÁGUA

Durante o ano de 2018 foram consumidos cerca de 24 mil m³ de água nas atividades de suporte à operação.

Continuou a verificar-se a predominância da utilização de água proveniente das captações – 72,2% do total – utilizada principalmente na lavagem de viaturas. De 2017 para 2018, constatou-se um aumento de 5,4 % no consumo total de água, tendo-se mantido praticamente inalterado o consumo de água proveniente da rede pública.

Os consumos de água são monitorizados mensalmente, o que permite que eventuais anomalias detetadas (problemas no sistema de canalização, avarias de torneiras, entre outras) sejam regularizadas de imediato, evitando que se traduzam em consumos excessivos de água.

Consumo Água	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Consumo Água da Rede	m ³	6.317	6.764	6.733	-31	-0,5%
Consumo Água Captações	m ³	16.819	16.182	17.461	1.279	7,9%
Total Consumo Água	m³	23.136	22.946	24.194	1.248	5,4%

GESTÃO DE RESÍDUOS

Na STCP, é efetuada a recolha seletiva de resíduos e o seu encaminhamento para o destino mais adequado, privilegiando, sempre que possível, a sua valorização.

Operando em quatro localizações distintas – Antas, Francos, Via Norte e Massarelos –, a STCP adota uma estratégia de separação e gestão de resíduos com caráter fluído e adaptável, integrada numa visão de análise e melhoria contínua.

É também encorajado o envolvimento, participação e feedback dos colaboradores neste processo cíclico de análise, planeamento e ação, nomeadamente no tipo de resíduos produzidos e recipientes de acondicionamento indicados.

É seguida a legislação aplicável nesta temática, nomeadamente quanto ao reporte das quantidades e destinos dos resíduos gerados.

Os resíduos produzidos pela STCP são recolhidos e tratados por operadores contratados especializados, existindo, no entanto, uma fração que é recolhida pelo Sistema de Recolha Municipal (RSU).

Os resíduos produzidos em maior quantidade no ano de 2018 são os indicados seguidamente:

- **Águas e Lamas com Óleo** - a quantidade produzida deste tipo de resíduo, tem como variável preponderante o esforço que tem vindo a ser desenvolvido na melhoria da qualidade dos efluentes industriais produzidos nas 3 instalações industriais de manutenção de viaturas (Francos, Via Norte e Massarelos). Em 2018 corresponderam a cerca de 325 toneladas.
- **Veículos em Fim de Vida (VFV)** - o abate de um autocarro traduz-se inevitavelmente numa elevada produção de resíduos de veículos em fim de vida. Iniciou-se em 2018 o processo de renovação da frota com conseqüente abate de veículos. Em 2018, os resíduos dos VFV corresponderam a cerca de 212 toneladas.
- **Outros Resíduos**

Gestão de Resíduos	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Resíduos Industriais Perigosos						
Óleos Usados	litros	10.005	9.988	11.220	1.232	12,3%
Baterias Usadas	unidades	119	162	121	-41	-25,3%
Lâmpadas Fluorescentes	kg	321	333	372	39	11,7%
Resíduos Industriais não Perigosos						
Madeira	kg	3.380	1.660	1.220	-440	-26,5%
Resíduos Industriais Banais	kg	19.104	20.511	22.854	2.343	11,4%
Resíduos Metálicos	kg	36.434	36.648	24.123	-12.525	-34,2%
Outros Resíduos						
Papel e Cartão	kg	3.090	3.059	3.218	159	5,2%
Resíduos de Demolição e Construção	kg	50.640	0	0	0	-
Resíduos Hospitalares Dr. III e IV	kg	53	46	46	0	0,0%



4.5. PERSPETIVA ECONÓMICA

Face ao ano anterior, em 2018 registou-se:

- Um aumento de 5% na receita de títulos de transporte;
- Um aumento de 1,4% no número de passageiros transportados;
- Um crescimento de 5 colaboradores no total do efetivo médio;
- Os veículos km de serviço permaneceram estáveis.

De seguida, apresentam-se alguns indicadores que se consideram relevantes.

Receita Média por Passageiro	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Total	€	0,62	0,63	0,65	0,02	3,6%
Autocarro	€	0,60	0,61	0,63	0,02	3,3%
Carro Elétrico	€	1,91	2,28	2,49	0,21	9,4%

A receita inclui compensação social tarifário andante.

Destaca-se o aumento da receita média por passageiro transportado de cerca de 2 cêntimos (+3,6%) quando comparado com 2017.

Receita Média por Veículo Km	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Total	€	1,96	2,04	2,14	0,10	4,9%
Autocarro	€	1,92	1,98	2,07	0,09	4,8%
Carro Elétrico	€	9,13	11,20	11,44	0,24	2,1%

A receita inclui compensação social tarifário andante.

Face a 2017, destaca-se o crescimento da receita média por veículo km percorrido em cerca de 10 cêntimos (4,9%). Em 2018, por cada quilómetro percorrido, a STCP obteve em média 2,14€ de receita.

Verificou-se em 2018 um ligeiro aumento do número de passageiros transportados por pessoal tripulante médio do

ano. Em 2018, cada pessoal tripulante transportou em média cerca de 80,4 mil passageiros.

A quantidade de veículos km realizados por efetivo médio apresentou um decréscimo de 0,8% face a 2017. Em 2018, cada motorista efetuou, em média, cerca de 25 mil quilómetros e cada guarda-freio cerca de 11 mil quilómetros.

Passageiros por Efetivo Médio	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Total	10³	78,6	80,0	80,4	0,4	0,5%
Autocarro	10 ³	79,0	80,3	80,9	0,6	0,8%
Carro Elétrico	10 ³	53,3	56,1	48,9	-7,2	-12,8%

Efetivo médio: Motoristas e Guarda-Freios em funções

Veículos Km por Efetivo Médio	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Total	10³ Km	24,7	24,7	24,5	-0,2	-0,8%
Autocarro	10 ³ Km	24,8	24,9	24,7	-0,2	-0,6%
Carro Elétrico	10 ³ Km	11,2	11,4	10,6	-0,8	-6,6%

Efetivo médio: Motoristas e Guarda-Freios em funções

Taxa de Cobertura	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Autocarro						
Rendimentos [1]	10 ³ €	43.658	47.743	53.705	5.962	12,5%
Gastos [2]	10 ³ €	46.301	49.066	52.472	3.405	6,9%
EBITDA Rodoviário	10³ €	-2.643	-1.323	1.233	2.557	-193%
Taxa de Cobertura	%	94%	97%	102%	5,0 pp	5,2%
Carro Elétrico e Museu						
Rendimentos [1]	10 ³ €	1.441	1.975	2.173	198	10,0%
Gastos [2]	10 ³ €	1.388	1.577	1.469	-107	-6,8%
EBITDA Rodoviário	10³ €	53	398	703	305	76,5%
Taxa de Cobertura	%	104%	125%	148%	22,6 pp	18,0%
Total STCP						
Rendimentos [1]	10 ³ €	45.099	49.718	55.878	6.159	12,4%
Gastos [2]	10 ³ €	47.689	50.643	53.941	3.298	6,5%
EBITDA Rodoviário	10³ €	-2.590	-925	1.937	2.861	-309%
Taxa de Cobertura	%	95%	98%	104%	5,4 pp	5,5%

[1] Inclui Obrigações de Serviço Público

[2] Não inclui gastos não recorrentes. Inclui reposições salariais da LOE 17 de cerca de 738 mil € em 2017 (dos quais 21 mil € para o modo carro elétrico) e 2,7 M€ em 2018 (dos quais 87 mil € para o modo carro elétrico).

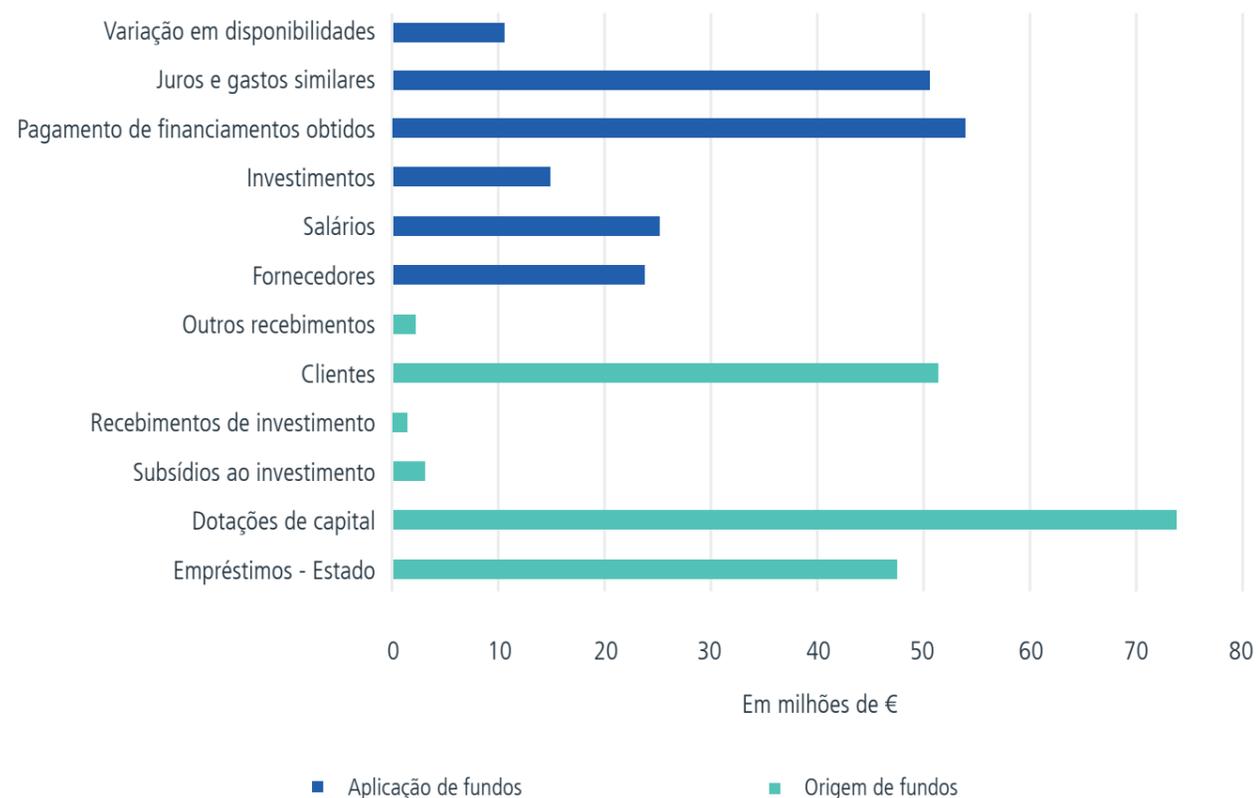


No quadro anterior é indicada a taxa de cobertura dos gastos da STCP afetos à operação pelos rendimentos. Verifica-se em 2018 um crescimento da taxa de cobertura dos gastos afetos à operação, resultado do aumento significativo dos rendimentos gerados pela STCP, quando comparado com 2017.

VALOR ECONÓMICO

Tendo por base a Demonstração dos Fluxos de Caixa do ano de 2018, apresenta-se no quadro seguinte a origem e a aplicação dos fundos da STCP no ano:

ORIGENS E APLICAÇÕES DE FUNDOS NO ANO 2018



EVOLUÇÃO DE RESULTADOS

Em 2018, todos os Resultados tiveram uma evolução favorável face ao ano anterior, com exceção dos Resultados Financeiros, devido ao aumento dos encargos com SWAP.

Resultados (em milhares de euros)	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
				absoluta	%
EBITDA (x)	-14.484	-977	819	1.795	184%
· Indemnizações (ICCT)	27	52	3	-50	-95,2%
· Extraordinários Gastos Pessoal	1.780	0	1.116	1.116	-
· Memorando de Entendimento com a CMP	10.086	-	-	-	-
EBITDA RECORRENTE	-2.590	-925	1.937	2.861	309%
Resultado Operacional (EBIT) (x)-(y)-(z)	-12.325	-10.756	5.121	15.877	148%
Resultado Financeiro	-14.449	-4.136	-6.928	-2.792	-67,5%
Resultado Líquido	-26.788	-14.911	-1.820	13.091	87,8%
Resultado Líquido sem SWAP (var. justo valor e juros)	-17.564	-15.173	1.301	16.473	109%

4.6. RISCOS E OPORTUNIDADES

Em 2018, aquando da transição para as novas versões das normas de gestão em Qualidade (NP EN ISO 9001:2015) e Ambiente (NP EN ISO 14001:2015), referenciais estes que vêm introduzir na gestão das empresas, entre outras filosofias, a abordagem pelo pensamento baseado em risco, foi aproveitado pela STCP o momento da transição para se realizar uma análise mais abrangente das Oportunidades e Riscos, e definir de uma forma mais integrada e estruturada a sua identificação e avaliação.

A aplicação do pensamento baseado no risco passou pela análise do contexto interno e externo, com base numa análise SWOT (Pontos Fortes, Pontos fracos, Oportunidades e Ameaças)

e consequentemente pela elaboração da Matriz de Riscos e Oportunidades, considerando os processos definidos para a atividade da empresa e a conformidade legal.

Foi definida a metodologia de avaliação dos Riscos e Oportunidades e as graduações que determinam necessariamente uma atuação. Os Riscos foram avaliados de acordo com a gravidade do impacto e a probabilidade de ocorrência, e as Oportunidades de acordo com o benefício expectável e o esforço de implementação. Foram utilizadas escalas de quatro níveis para a sua classificação e, a partir do resultado obtido, foi possível a identificação das situações principais a serem objeto de acompanhamento e ações.



4.6.1. SEGURANÇA (SECURITY)

No ano de 2018 há a destacar a redução da taxa de sinistralidade rodoviária relativa ao modo autocarro, situação que já não se verificava há alguns anos, mas que corrobora a tendência já iniciada no 2º semestre de 2017, tendo cumprido o objetivo anual estabelecido.

Existe a preocupação interna na identificação de medidas de contenção e redução da sinistralidade, nomeadamente através do enfoque na formação específica dos novos motoristas admitidos, que se espera venha a ter um impacto positivo na produção de transporte, a médio prazo.

A STCP tem em vigor Protocolos de Cooperação com as forças de segurança, nomeadamente com a PSP e a Polícia Municipal do Porto, com vista à atuação célere em caso de eventuais acidentes, incidentes de natureza criminal, problemas com a fiscalização de passageiros e no combate ao estacionamento abusivo.

A empresa colabora com as autoridades judiciárias e entidades de investigação criminal através da disponibilização de imagens do sistema de videovigilância embarcado nas suas viaturas, e da participação em reuniões / exercícios promovidos pelos Serviços Municipais de Proteção Civil nas áreas onde opera.

Para avaliar a segurança da operação do carro elétrico foi constituída, em fevereiro de 2018, uma equipa de trabalho pluridisciplinar com técnicos da STCP e da Câmara Municipal do Porto, nomeadamente do Batalhão de Sapadores Bombeiros, do Departamento Municipal de Proteção Civil e da Polícia Municipal. O objetivo foi o de eliminar ou reduzir os riscos associados ao sistema de transporte público de passageiros no modo carro elétrico e a preparação das equipas com especial vocação para intervenção no âmbito da proteção civil, para que, face a um eventual cenário de acidente grave ou catástrofe, a intervenção ocorra de forma estruturada e treinada.

Embates	unidade	Variação 2018/2017				
		2016	2017	2018	absoluta	%
Acidentes por Embate	número	1.266	1.213	1.105	-108	-8,9%
Acidente por Embate / Milhão Veículos Km Serviço	1/10⁶ km	58	54	49	-5	-9,0%

O relatório, de março de 2018, contém a análise aos fatores de risco implícitos ao sistema do modo carro elétrico e um programa com medidas a implementar para a prevenção e mitigação dos riscos identificados.

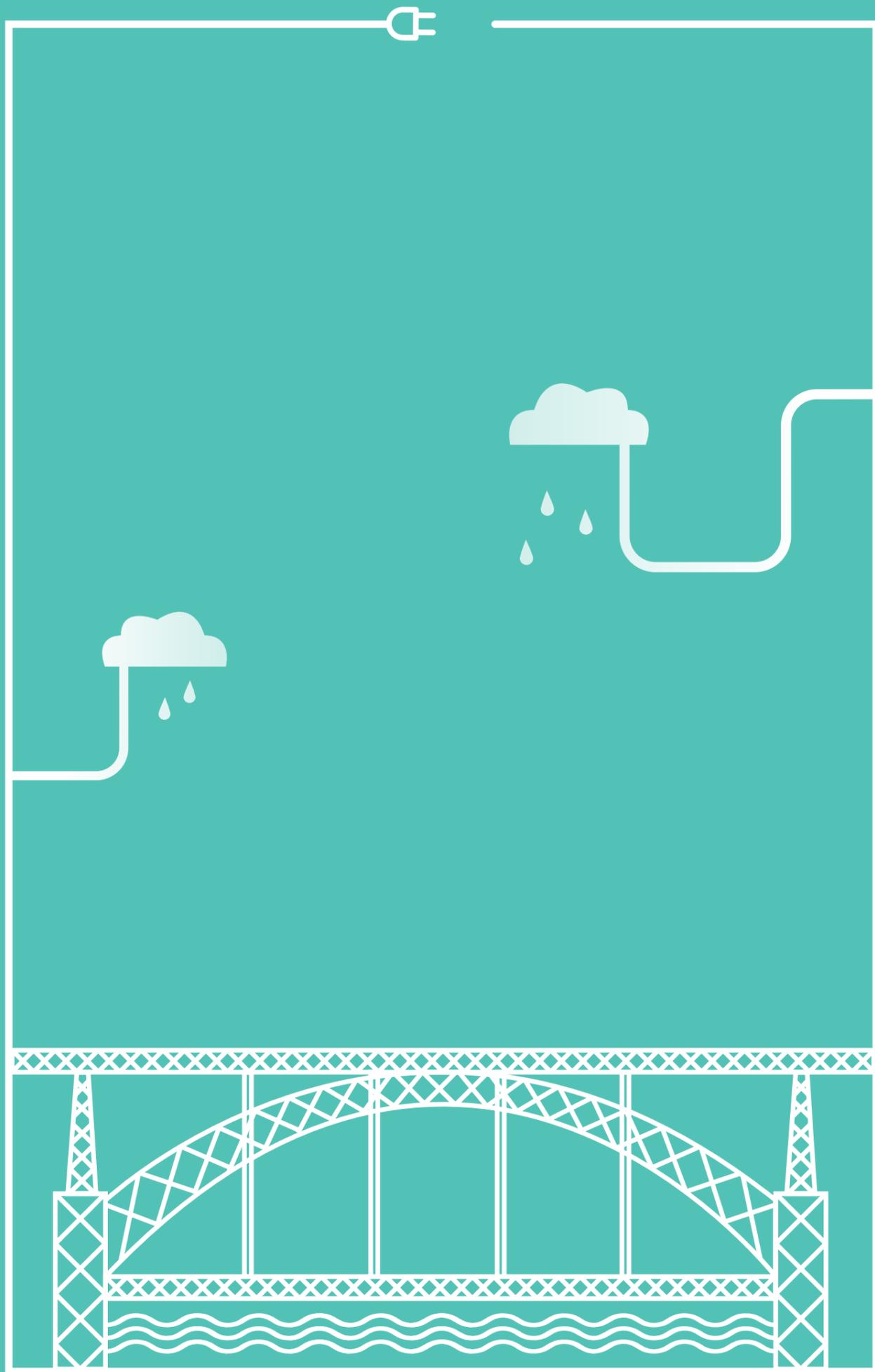
Ao nível da operação da tração elétrica é de realçar a implementação do Sistema de Ajuda à Exploração (SAE), que permite não só a gestão em tempo real, mas também a ligação direta ao Centro de Gestão Integrado (CGI) da Câmara Municipal do Porto, a fim de estabelecer a ligação direta das autoridades (Polícia Municipal, PSP, Sapadores Bombeiros, Proteção Civil) com os guarda-freios, no sentido de otimizar as respostas às eventuais ocorrências registadas na operação.

Foi ainda implementado um sistema de corte remoto da corrente elétrica que alimenta a catenária, que pode ser realizado via SMS, a partir do CGI da CM do Porto, sempre que por razões de segurança é necessário cortar no imediato a corrente das

catenárias, e pode ser realizado a qualquer uma das 3 subestações elétricas de tração, existentes na rede de via-férrea da STCP. Esta medida permite uma resposta em tempo real por parte da proteção civil, para proceder ao corte de corrente elétrica e possibilitar o desenvolvimento das ações de socorro em segurança, na envolvente da catenária.

Em colaboração com o Comando Distrital do Porto da Autoridade Nacional de Proteção Civil, foram organizadas sessões de formação sobre os sistemas de segurança nos novos autocarros da frota de serviço público (a gás natural e elétricas, que vêm equipadas com um sistema de deteção e extinção automática de incêndio nos órgãos mecânicos), que abrangeu cerca de 300 participações. Estas ações de formação foram dirigidas às corporações de bombeiros voluntários e profissionais dos seis concelhos em que a STCP opera as suas linhas de serviço público de transporte de passageiros (Porto, Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Gaia).





5

**DESEMPENHO
ECONÓMICO - FINANCEIRO**

5.1. BALANÇO DO ANO

O ano de 2018 ficou marcado pela concretização da operacionalização do novo modelo de gestão da STCP, com a transferência da gestão operacional da empresa do Estado para as autarquias e tomada de posse da nova Administração da STCP.

De salientar, no ano, o início da concretização da primeira fase de renovação da frota de autocarros, com a entrada em operação, em abril, de 3 autocarros novos - 2 elétricos e 1 a gás natural comprimido. No total a STCP irá receber 188 novos autocarros - 15 elétricos e 173 a gás natural - a rececionar até 2020. No final de 2018 já estavam em operação 40 novos autocarros na rede STCP - 12 elétricos e 28 a gás natural. Esta renovação da frota conta com o cofinanciamento, a título não reembolsável, do POSEUR Portugal 2020 - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.

Procedeu-se também ao lançamento da segunda fase de renovação da frota de autocarros, em outubro de 2018, com a submissão da candidatura ao Aviso POSEUR-07-2018-10, destinada ao cofinanciamento da aquisição de 86 novos autocarros, dos quais 62 veículos *low floor* movidos a gás natural e 19 veículos *low entry* movidos a gás natural, a que acrescem ainda 5 veículos *low floor* elétricos, para substituição de 86 autocarros da atual frota envelhecida, e respetivas infraestruturas - renovação do posto de enchimento de gás natural localizado na Estação de Recolha de Francos, que tem cerca de 20 anos de existência e aquisição de novos postos de carregamento destinadas aos novos autocarros elétricos a adquirir - num investimento total associado de 23 M€, tendo sido previamente autorizado pelas Tutelas setorial e financeira.

Em 2018 foi mantida a tendência de crescimento da procura, que se vem a verificar desde meados de 2016, aumentando cerca de 1,4% face ao ano anterior, com 73,4 milhões de passageiros transportados.

A receita do serviço de transporte atingiu 47,8 milhões de euros no ano, crescendo 5%, cerca de +2,3 milhões de euros, face ao ano anterior, devido ao crescimento da procura e ao aumento tarifário verificado no ano, com especial incidência no preço do bilhete vendido a bordo dos autocarros.

A produção do serviço de transporte público de passageiros, medida em veículos km, foi de 22,4 milhões, crescendo ligeiramente (0,1%) face a 2017.

Há a realçar no ano, o acentuado crescimento do preço dos combustíveis, gás (+ 27,2%) e gasóleo (+8,5%), com um impacto muito significativo nos gastos com combustíveis da empresa (+1,2 milhões de euros, por via do efeito preço).

No que respeita aos Recursos Humanos, há a salientar, no ano:

- o cumprimento ao disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016 (LOE 2017), de 29 de dezembro, e à Lei OE 2018, no que se refere a reposição dos direitos previstos em instrumentação coletiva de trabalho, representando cerca de 2,45 milhões de euros, cerca de +1,7 milhões de euros, do que em 2017;
- o reforço do efetivo, em 29 trabalhadores, autorizado pelas Tutelas;
- o memorando de entendimento, assinado a 14 de agosto, com as ORT, relativo aos termos da atualização salarial a implementar, com produção de efeitos a 1 de maio de 2018, e por um período de 20 meses, representando no ano, cerca de 293 mil euros;
- o acordo celebrado a 12 de dezembro, com as ORT, relativo à inclusão no subsídio de férias e retribuição das férias, dos valores referentes à prestação de trabalho noturno e extraordinário, desde que ocorram em pelo menos 11 meses num ano, considerando também os anos de 2012 a 2017 (1,1 M€ de 2012 a 2017) e cerca de 258 mil € em 2018 (a pagar em 2019);
- o acordo celebrado a 10 de janeiro de 2019 que permitiu que não avançasse a greve decretada, a partir de 9 de janeiro de 2019, que abrangia todos os serviços diários a todos os dias da semana;
- o acordo, celebrado a 17 de janeiro de 2019, com efeitos a 4 de fevereiro de 2019, relativo ao levantamento da greve que abrangia as duas últimas horas de cada serviço diário, decretada no dia 5 de agosto de 2017.

5.2. INVESTIMENTO E ALIENAÇÕES

INVESTIMENTO

O investimento ascendeu a cerca 14,7 milhões de euros, dos quais 14,1 milhões de euros (96%) respeitam à renovação da frota de autocarros.

O restante investimento, de cerca de 620 mil euros, foi efetuado na reabilitação de carros elétricos, nas infraestruturas associadas à renovação da frota, nos sistemas informáticos nomeadamente na renovação da Base de Dados Oracle e SQL Server e na renovação de equipamento oficial e administrativo, obsoleto.

De referir que o Plano de Investimento de 2018, aprovado na Assembleia Geral de 14.08.2018, foi de 25,8 milhões de euros, sendo que destes, 18,8 milhões de euros referem-se a investimentos associados à renovação da frota. No entanto, dado que alguns dos projetos de investimento aprovados para 2018 são investimentos plurianuais, nomeadamente a renovação das instalações das Estações de Francos e Via Norte, a execução do plano de investimentos aprovado, será efetuada no período 2018-2020.

Investimento	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Material Circulante	10 ³ €	75	112	14.149	14.036,9	1254%
Infraestruturas	10 ³ €	22	66	184	118,5	180%
Outros	10 ³ €	280	251	391	140,8	56%
Total	10³ €	377	428	14.724	14.296,3	3339%

ALIENAÇÕES

O valor obtido com alienações correspondeu a, aproximadamente, 1,14 milhões de euros, em 2018.

Cerca de 1,07 milhões de euros respeitam à alienação de terrenos e edifícios detidos pela STCP, e não afetos à operação,

nomeadamente as subestações de Brás Oleiro e Escola Normal e o terreno localizado em Vila Nova de Gaia. No ano foram ainda alienadas viaturas ligeiras, peças de autocarros e equipamento informático obsoleto.

Alienações	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Instalações / Edifícios [1]	10 ³ €	705	24	1.066	1.042	4352%
Outros	10 ³ €	0	29	70	41	141%
Total	10³ €	705	53	1.136	1.083	2043%

[1] Inclui recebimento de 100 mil euros referentes ao contrato promessa realizado pela antecipação da alienação do prédio urbano sito na Travessa da Rua do Loureiro.



5.3. FINANCIAMENTO

Em 2018, a STCP obteve financiamento através de dois aumentos de capital e de três empréstimos do Estado Português.

AUMENTOS DE CAPITAL

O acionista, Estado Português, procedeu à concessão de dois aumentos de capital, no montante global de 74.882.010,00 euros, realizados nas seguintes datas:

- em maio, no montante de **18.200.000,00 euros**, em **numerário**, destinado à cobertura das necessidades financeiras relativas a investimentos e ao serviço da dívida contraída junto da banca comercial;
- em dezembro, no montante de **56.682.010,00 euros**, sendo **1.177.061,05 euros** em **numerário** e **55.504.948,95 euros** por **conversão de créditos** detidos pelo Estado Português, que se venceram em 31 de maio e 30 de novembro de 2018.

A empresa procedeu ao cumprimento dos normativos associados, tais como, a elaboração de relatório elaborado por um Revisor Oficial de Contas, conforme disposto no artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais, a alteração dos Estatutos da Sociedade e a inscrição do novo capital na Conservatória do Registo Comercial, bem como à comunicação do facto à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e à Central de Valores Mobiliários – Interbolsa.

EMPRÉSTIMOS

Em 2018, foram concedidos à STCP três empréstimos, no montante global de **47.981.293,92 euros**, realizados nas seguintes datas:

- em **janeiro**, um empréstimo no montante de **29.666.503,73 euros**, autorizado pelo Estado Português, em dezembro de 2017, para fazer face às necessidades de financiamento da empresa, para pagamento dos juros do contrato SWAP feito com o Banco Santander Totta (BST), que se encontravam suspensos desde dezembro de 2013 a dezembro de 2017;
- em **maio**, um empréstimo, no valor de até **17.589.232,29 euros**, para fazer face às necessidades de financiamento, associadas aos fluxos do SWAP do ano, disponibilizado em duas tranches, **8.427.624,65 euros** em **junho** e **9.161.607,64 euros** em **novembro**;
- em **dezembro**, foi autorizado o empréstimo até ao limite de **1.211.424 euros**, em duas tranches, para a empresa regularizar pagamentos no âmbito do Acordo assinado entre a STCP e as ORT a 12 de dezembro de 2018, tendo sido desembolsado o montante de **725.557,90 euros** em **dezembro** e o restante será desembolsado em 2019.

ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO

Na tabela seguinte apresenta-se a evolução do esforço financeiro do Estado, a 31 de dezembro:

Esforço Financeiro do Estado	unidade	Variação 2018/2017				
		2016	2017	2018	absoluta	%
Dotações de Capital	10³ €	57.784	69.863	74.882	5.019	7,2%
Em Numerário	10 ³ €	0,003	13.491	19.377	5.886	43,6%
Conversão de Crédito [1]	10 ³ €	57.784	56.372	55.505	-867	-1,5%
Empréstimos do Estado	10³ €	0	14.643	47.981	33.338	228%
PIDDAC	10 ³ €	1.016	931	446	-486	-52,1%
Compensação Tarifário Social Andante [2]	10³ €	3.711	3.893	4.008	115	3,0%
Esforço Financeiro do Estado	10³ €	62.511	89.331	127.317	37.986	42,5%

[1] Corresponde a aumentos de capital por conversão de créditos detidos pela DGTf.

[2] Valores líquidos de IVA.

No final de 2018, o endividamento remunerado (conta 25) da STCP ascendia a 324,6 milhões de euros, reduzindo cerca de 6,3 milhões de euros (1,9%) face ao ano anterior.

A variação do endividamento, calculada de acordo com a fórmula constante no DLEO 2018 (DL n.º 33/2018, de 15 de maio) é de 1,24%, expurgando do financiamento remunerado, a dívida contraída para pagamento de encargos com SWAP.

Variação do Endividamento (em euros)	2016	2017	2018
Financiamento Remunerado (conta 25)	370.324.692	330.944.972	324.630.759
Capital Social	143.289.490	213.152.770	288.034.780
Endividamento Ajustado [1]	-	4,81%	9,90%
Endividamento Ajustado [1] com a exclusão [2]	-	1,44%	1,24%
Indicações da Tutela / OE [3]	3,0%	2,00%	2,00%

[1] De acordo com a fórmula de cálculo indicada pela DGTf, constante no ponto 4.2 do Anexo ao Ofício Circular 5127, de 29 de dezembro de 2017, e DLEO 2018 (DL n.º 33/2018, de 15 de maio).

[2] Exclusão da dívida contraída para pagamento de encargos com swap, no valor de 14,6 M€ em 2017 e de 61,9 M€ em 2018.

[3] Relativas ao crescimento global do endividamento das empresas públicas para o ano de 2018.

5.4. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Acionistas a 31 de dezembro de 2018:

Acionista	Número de Ações	Capital Social	% Capital Social
Estado Português	57.606.956	288.034.780 €	100%



BALANÇO

Balanço	unidade				Variação 2018/2017	
		2016	2017	2018	absoluta	%
Ativo Não Corrente	10 ³ €	72.554	70.368	83.754	13.386	19,0%
Ativo Corrente	10 ³ €	11.896	11.573	25.911	14.338	123,9%
Total do Ativo	10³ €	84.450	81.941	109.665	27.723	33,8%
Capital Próprio	10³ €	-463.574	-408.051	-331.741	76.310	18,7%
Passivo Não Corrente	10 ³ €	441.692	394.073	361.145	-32.928	-8,4%
Passivo Corrente	10 ³ €	106.331	95.920	80.261	-15.659	-16,3%
Total do Passivo	10³ €	548.024	489.993	441.406	-48.587	-9,9%
Total do Capital Próprio e Passivo	10³ €	84.450	81.941	109.665	27.723	33,8%

O **ativo** atingiu a 31 de dezembro, o montante de 109,7 milhões de euros, registando um aumento de 27,7 milhões de euros (9,9%) face a 2017, devido principalmente ao investimento realizado no ano, e ao aumento das disponibilidades em 10,8 milhões de euros, para fazer face à liquidação, nos primeiros meses de 2019, das faturas relativas aos novos autocarros, recebidas nos últimos meses do ano.

O **passivo** atingiu 441,4 milhões de euros a 31 de dezembro em 2018, registando uma redução de 48,6 milhões de euros (9,9%), face ao período homólogo de 2017, principalmente pela amortização dos empréstimos contraídos junto do Estado, através do aumento de capital em espécie. As provisões atingem um montante de 15,2 milhões de euros, 31 de dezembro, tendo registado uma reversão líquida face ao ano de 2017 de 4,7 milhões de euros. De salientar no ano, pela sua materialidade, a anulação de duas provisões para processos judiciais em curso, no montante global de 2,48 milhões de euros, cujo gasto não veio a ocorrer, uma vez que a empresa ganhou o processo, uma delas referente à impugnação do ato de adjudicação de um concurso público internacional, e a outra referente a um processo de um operador de transporte público de passageiros. Há ainda a realçar, pela sua materialidade, a reversão da provisão no montante de 2,02 milhões de euros,

para riscos de pagamento de verbas com responsabilidades legais com trabalhadores, relativas ao período de dezembro de 2010 a dezembro de 2017. A anulação desta provisão teve um gasto associado de 1,1 milhões de euros, devido ao acordo celebrado com as ORT, em dezembro, relativo à inclusão no subsídio de férias e retribuição das férias, dos valores referentes à prestação de trabalho noturno e extraordinário, desde que ocorram em pelo menos 11 meses num ano, considerando também os anos de 2012 a 2017.

A 31 de dezembro de 2018 o **capital próprio** era negativo em 331,7 milhões de euros, registando um desagravamento de 76,3 milhões de euros (18,7%) devido aos aumentos de capital, ocorridos no ano.

A 31 de dezembro de 2018, não existem dívidas em mora ao Estado nem a outros entes públicos, incluindo à Segurança Social.

5.5. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E EBITDA

Demonstração de Resultados (em milhares de euros)				Variação 2018/2017	
	2016	2017	2018	absoluta	%
Vendas e Serviços Prestados	42.797	45.646	47.925	2.279	5,0%
Subsídios à Exploração	0	1.661	4.852	3.191	192%
Outros Rendimentos e Ganhos	2.301	2.411	3.101	690	28,6%
Rendimentos	45.099	49.718	55.878	6.159	12,4%
CMVMC	1.255	1.181	1.443	262	22,1%
Fornecimentos e Serviços Externos	17.280	18.500	19.913	1.413	7,6%
Gastos com o Pessoal	30.296	29.812	32.776	2.964	9,9%
Outros Gastos e Perdas	10.751	1.203	927	-275	-22,9%
Gastos	59.582	50.695	55.059	4.364	8,6%
EBITDA (x)	-14.484	-977	819	1.795	184%
Indemnizações (ICCT)	27	52	3	-50	-95,2%
Extraordinários Gastos Pessoal [1]	1.780	-	1.116	1.116	-
Memorando de Entendimento com a CMP	10.086	-	-	-	-
EBITDA RECORRENTE	-2.590	-925	1.937	2.861	309%
Gastos de Depreciação e de Amortização (y)	4.315	3.694	3.631	-63	-1,7%
Imparidades, Provisões e Var. Justo Valor - Reversões (z) e ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-6.473	6.085	-7.933	-14.018	-230%
Resultado Operacional (EBIT) (x)-(y)-(z)	-12.325	-10.756	5.121	15.877	148%
Juros de SWAP	11.960	14.889	17.846	2.957	19,9%
Variação de Justo Valor SWAP	-2.736	-15.150	-14.725	425	2,8%
Encargos com SWAP	9.224	-262	3.121	3.382	1293%
Juros e Encargos de Financiamento	5.234	4.398	3.807	-591	-13,4%
Juros Auferidos	9	0	0	0	-
Resultado Financeiro	-14.449	-4.136	-6.928	-2.792	-67,5%
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	14	18	13	-6	-30,3%
Resultado Líquido	-26.788	-14.911	-1.820	13.091	87,8%
Resultado Líquido sem SWAP (var. justo valor e juros)	-17.564	-15.173	1.301	16.473	109%

[1] Em 2016 inclui 673.287 euros referentes ao aumento de teto de 600 para 650 euros dos benefícios de reforma, valor contabilizado em abril, e cerca de 1 milhão de euros de reconhecimento do acordo com descansos compensatórios a partir de junho, valor provisionado nas contas de 2015. Em 2018, reconhecimento do gasto não recorrente relativo a acordos judiciais ou extra judiciais de responsabilidades laborais para os quais tinha sido constituída uma provisão, que foi revertida no final do ano. Foram contabilizados cerca de 1,1 M€ para este efeito em 2018.



O **EBITDA Recorrente** de 2018 foi de 1,9 milhões de euros, registando uma melhoria face a 2017 de 2,9 milhões de euros.

Os **resultados operacionais** foram positivos em 5,1 milhões de euros, apresentando uma melhoria de 15,9 milhões de euros (148%) face a 2017.

Os **rendimentos operacionais** registaram um aumento de 6,2 milhões de euros (12,4%) comparativamente com o ano anterior, fruto:

- do aumento das Vendas e Serviços Prestados em 2,3 milhões de euros, devido ao aumento da procura e de tarifas;
- do aumento das comparticipações pelas Obrigações de Serviço Público em 3,2 milhões de euros de 2017 para 2018, dado que em 2017 foram contabilizadas as OSP apenas desde agosto;
- e pelo aumento dos outros rendimentos em cerca de 690 mil euros devido essencialmente ao aumento de indemnizações por sinistros, à imputação de subsídios ao investimento e a mais-valias com as alienações de ativos.

Os **gastos operacionais** (sem depreciações, amortizações, provisões, imparidades, variação de justo valor de ativos, reversões e ganhos/perdas imputados a subsidiárias e empréstimos conjuntos), registaram um acréscimo de 4,4 milhões de euros (8,6%), devido essencialmente aos seguintes fatores:

- o CMVMC registou um acréscimo de 262 mil euros, devido essencialmente ao aumento de gastos com fardamentos;
- os FSE registam um aumento de 1,4 milhões de euros (7,6%) devido essencialmente ao aumento dos gastos com combustíveis (gás e gasóleo) em 1,2 milhões de euros. De referir que face a 2017, o preço médio do metro cúbico do gás registou um aumento de 27,2% (+8,5 cêntimos por m³) e o preço médio do gasóleo registou um aumento de 8,8% (+ 8 cêntimos por litro);

- os gastos com o pessoal aumentaram cerca de 3 milhões de euros (9,9%) face a 2017 pelos seguintes motivos: 1,7 milhões de euros respeitam ao acréscimo das reposições salariais ao abrigo da LOE de 2017 e 2018 (2,5 M€ em 2018 e 0,74 M€ em 2017), cerca de 293 mil euros respeitam ao impacto no ano das valorizações remuneratórias, com efeitos a maio, decorrendo do memorando de entendimento celebrado com as ORT, cerca de 1,1 milhões de euros respeitam ao acordo celebrado com as ORT relativo à inclusão no subsídio de férias e retribuição das férias, dos valores referentes à prestação de trabalho noturno e extraordinário, desde que ocorram em pelo menos 11 meses num ano, considerando também os anos de 2012 a 2017, e cerca de 258 mil euros, relativos ao ano de 2018 (a pagar em 2019). Expurgando dos gastos com pessoal estes efeitos, no montante de 3,38 milhões de euros, os gastos com pessoal atingiram o valor de 28,65 milhões de euros no ano, reduzindo 1,4% (418 mil euros) face a 2017;
- os outros gastos e perdas apresentaram uma redução de 275 mil euros (22,9%) devido essencialmente à redução dos gastos com indemnizações de sinistros.

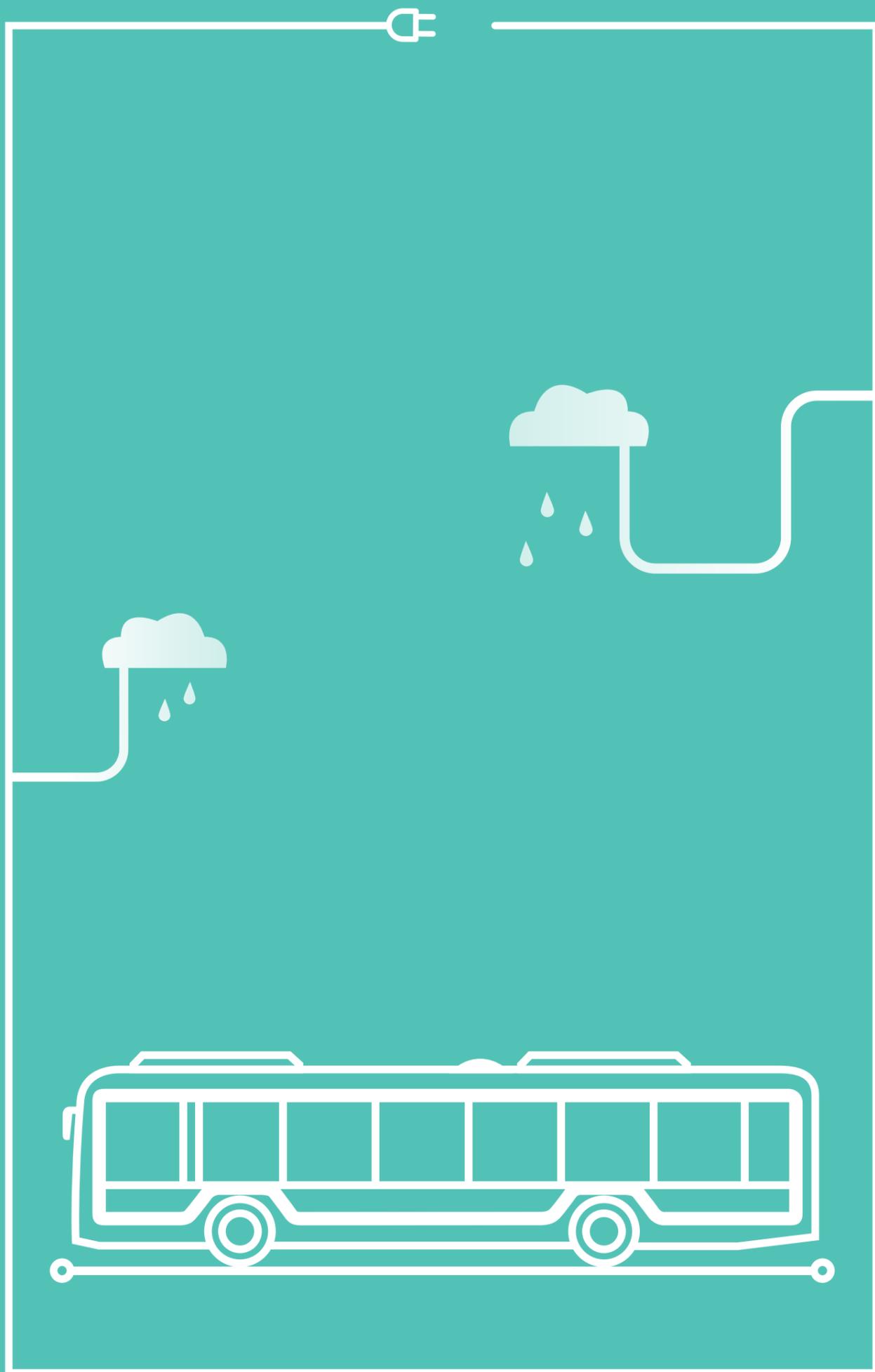
Os **gastos de depreciações e de amortizações** registaram uma ligeira redução em 2018, face a 2017, de 63 mil euros. Pese embora o aumento do volume de investimentos no ano, ainda não teve o respetivo efeito ao nível das amortizações.

Os **valores não correntes** (imparidades, provisões, variação de justo valor, reversões e ganhos / perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos) foram positivos em 2018 em cerca de 7,9 milhões de euros (ver notas 23, 15, 20 e 29 às demonstrações financeiras) verificando-se um desvio positivo de 14 milhões de euros face a 2017.

O **Resultado Financeiro** de 2018 foi negativo em 6,9 milhões de euros verificando um agravamento de 2,8 milhões de euros face a 2017 devido ao aumento dos encargos com SWAP, em cerca de 3,4 milhões de euros já que os encargos e juros com a dívida diminuíram em cerca de 600 mil euros.

O **Resultado Líquido** de 2018 foi negativo em cerca de 1,8 milhões de euros, registando um desagravamento face a 2017 de 13,1 milhões de euros.





6

**CUMPRIMENTO DAS
OBRIGAÇÕES LEGAIS**

Neste capítulo é dado cumprimento ao estipulado no Anexo I e respetivos Apêndices 1 e 2 do ofício nº 1116, de 12 de março de 2019, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

6.1. OBJETIVOS DE GESTÃO E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

No âmbito dos princípios do Governo Societário, o artigo nº 38 do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, determina o conteúdo e exercício da função acionista, integrando a definição das orientações a aplicar no desenvolvimento da atividade empresarial reportada a cada triénio, bem como a definição dos objetivos e resultados a alcançar em cada ano, em especial, os económicos e financeiros.

A. METAS DEFINIDAS PARA 2018 NO CONTRATO DE GESTÃO OPERACIONAL CELEBRADO ENTRE O ESTADO PORTUGUÊS E A AMP – ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

O Contrato de Gestão Operacional, celebrado no dia 2 de janeiro de 2017, estabelece metas para cada ano do contrato, no nº 2 do Anexo I.

Apresenta-se na tabela seguinte as metas estabelecidas para o ano de 2018 e a respetiva execução:

Indicadores Modo Autocarro	Unidade	Metas 2018	Real 2018	Variação	
				absoluta	%
EBITDA (de gestão) do modo rodoviário [1]	10 ³ €	3.533	1.233	-2.300	-65,1%
Resultado Rodoviário [2]	10 ³ €	-1.147	-1.605	-458	-39,9%
Velocidade Média [3]	km/h	15,7	15,8	0,1	0,7%
Taxa de Cumprimento do Serviço [4]	%	95,0%	96,0%	1,0 pp	1,1%
Veículos Km de Serviço [5]	10 ³ km	22.400	22.215	-185	-0,8%
Nº Reclamações por milhão de veículo km [6]	recl./vkm 10 ⁶	100	95	-5	-5,1%
Nº Reclamações por milhão de passageiros [7]	recl./pass 10 ⁶	40	29	-11	-27,5%
Obrigações de Serviço Público (OSP) [8]	10 ³ €	4.838	4.757	-81	-1,7%

Metodologia de Cálculo dos Indicadores:

[1] **EBITDA (de gestão) do modo rodoviário** - resultado rodoviário sem depreciações.

[2] **Resultado Rodoviário** - resultado excluído de valores relativos ao Carro Elétrico e Museu (a repartição entre o modo rodoviário e carro elétrico e Museu teve por base a estrutura de gastos por centro de custo), gastos de financiamento e impostos, provisões, reversões e imparidades, variações de justo valor, componente financeira das rendas de leasing operacional, indemnizações por cessação do contrato de trabalho e, no real de 2018, cerca de 1,1 milhão de euros do acordo celebrado com os trabalhadores relativo às médias de trabalho extra e noturno. Inclui as OSP e juros de financiamento dos autocarros, nas depreciações e, no real de 2018, cerca de 2,7 milhões de euros com encargos sociais pelo impacto das reposições dos direitos previstos em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e impacto das atualizações salariais, decorrentes do memorando de entendimento assinado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores e aprovado pela Tutela.

[3] **Velocidade Média** - rácio entre Veículos km de serviço em modo rodoviário e as Horas de serviço do pessoal tripulante, em modo rodoviário, obtidos através do SAEI - Sistema de Apoio à Exploração e Informação (fonte: Departamento de Operações).

[4] **Taxa de Cumprimento Serviço** - obtida pelo rácio (viagens planeadas em modo rodoviário deduzidas das respetivas viagens perdidas) / viagens planeadas em modo rodoviário. As viagens planeadas são obtidos através do SAEI - Sistema de Apoio à Exploração e Informação. As viagens perdidas são obtidas em suporte manual e registadas na aplicação SICO - Sistema Integrado de Comunicação de Ocorrências. As viagens perdidas não incluem os motivos greves e/ou plenários (fonte: Departamento de Operações).

[5] **Veículos Km Serviço** - quilómetros percorridos nas linhas do modo rodoviário, efetuados através de produção própria, que incluem as entradas / saídas de linha. São obtidos através do SAEI - Sistema de Apoio à Exploração e Informação (fonte: Departamento de Operações).

[6] **Nº de Reclamações por milhão de veículos km** - resultante da divisão do número de reclamações relativas ao modo rodoviário, por milhão de Veículos km de serviço do modo rodoviário. São consideradas todas as reclamações recebidas através dos seguintes canais: linha de atendimento aos clientes (linha azul), livro de reclamações, correio eletrónico, via CTT, ou impresso entregue nos postos de atendimento. São excluídas as reclamações relativas a multas e as recebidas através das redes sociais.

[7] **Nº de Reclamações por milhão passageiros** - resultante da divisão do número de reclamações relativas ao modo rodoviário, por milhão de passageiros transportados em modo rodoviário. São consideradas todas as reclamações recebidas através dos seguintes canais: linha de atendimento aos clientes (linha azul), livro de reclamações, correio eletrónico, via CTT, ou impresso entregue nos postos de atendimento. São excluídas as reclamações relativas a multas e as recebidas através das redes sociais. Os passageiros transportados são o total de validações de títulos de transporte efetuadas nas linhas do modo rodoviário.

[8] **Obrigações de Serviço Público (OSP)** - calculadas de acordo com a metodologia descrita nos Anexos Técnicos ao Contrato de Serviço Público.

ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS (METAS) PARA 2018

1 - O EBITDA (de gestão) do modo rodoviário foi de 1,233 milhões de euros, registando um desvio negativo em cerca de 2,3 milhões de euros face à meta estabelecida no contrato de gestão operacional. Este desvio é explicado essencialmente pelas reposições remuneratórias de cerca de 2,7 milhões de euros, incluindo encargos sociais, pelo impacto das reposições dos direitos previstos em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e impacto das atualizações salariais, decorrentes do memorando de entendimento assinado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores e aprovado pela Tutela.

Aquando da fixação das metas do Contrato de Gestão Operacional, não foram consideradas as reposições salariais decorrentes da Lei do Orçamento de Estado de 2017. Também não foi previsto o aumento do efetivo da STCP, nomeadamente pessoal tripulante, fundamental para o cumprimento da oferta contratualizada, conforme já exposto em documentos apresentados e reuniões havidas com a Unidade Técnica de Serviço.

Se fosse expurgado do real de 2018 o montante das reposições salariais, o EBITDA (de gestão) do modo rodoviário teria atingido o montante de cerca de 3,9 milhões de euros e registaria assim um desvio positivo de 10% face ao objetivo definido, em vez dos 65% negativos registados.

2 - O Resultado Rodoviário foi de - 1,605 milhões de euros, ficando aquém da meta estabelecida, em cerca de 500 mil euros. À semelhança do EBITDA (de gestão) do modo rodoviário, este desvio é explicado essencialmente pelas reposições salariais de cerca de 2,7 milhões de euros.

Se fosse expurgado do real de 2018 o montante das reposições salariais, o resultado rodoviário teria atingido o montante de cerca de 1,1 milhões de euros e registaria assim um desvio positivo de 193% face ao objetivo definido, em vez dos 40% negativos registados.

3 - A Velocidade Média foi de 15,8 Km por hora, superando o objetivo estabelecido para este indicador, em cerca de 0,1 p.p..

4 - A Taxa de Cumprimento de Serviço foi de 96%, registando um acréscimo de 1,0 p.p. face à meta do contrato de gestão. A evolução favorável deste indicador é explicada pela contratação de pessoal para reforço e substituição, por motivos de saída, efetuadas essencialmente no último trimestre do ano, de forma a colmatar o défice de pessoal tripulante na empresa.

5 - Os Veículos Km de Serviço atingiram 22,215 milhões, registando uma diminuição marginal de 185 mil quilómetros (0,8%) face ao objetivo estabelecido. Esta variação é explicada essencialmente pelos desvios provisórios de percurso de linhas por motivos de obras e eventos. No real de 2018 registou-se uma ínfima redução de 2 mil veículos km de serviço face ao real de 2017, que corresponde a uma variação de -0,01%.

6 - O número de Reclamações por Milhão de Veículos Km foi de 95, apresentando uma melhoria face ao objetivo de 5,1%.

7 - O número de Reclamações por Milhão de Passageiros foi de 29, apresentando uma melhoria face ao objetivo de 27,5%.

8 - O montante de Obrigações de Serviço Público (OSP) apuradas para 2018 foram de 4,757 milhões de euros, inferior em 80,7 milhares de euros à meta estabelecida, no valor de 4,838 milhões de euros.



B. METAS DEFINIDAS PARA 2018 NO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO (PAO)

O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) do ano 2018 foi aprovado pelo Despacho nº 540/18 – SET, de 03.07.2018. Também o acionista, na Assembleia Geral da STCP realizada no dia 14 de agosto de 2018, em continuação da iniciada em 22 de maio de 2018, aprovou o PAO de 2018, no seu ponto 6 da ordem dos trabalhos com o seguinte teor: “O acionista Estado aprova a proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2018 (...), concedendo as autorizações referentes: i) ao aumento do conjunto dos encargos com deslocações, alojamento e ajudas de custo e dos associados à frota automóvel; ii) ao aumento dos gastos com estudos, pareceres, projetos e consultoria; iii) à variação do endividamento; e iv) manutenção do EBIT e dos resultados líquidos negativos. No âmbito do aumento do efetivo de recursos humanos, fica a STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. autorizada a contratar trabalhadores nos seguintes termos: i) Área de apoio administrativo / técnico de suporte: 7 trabalhadores; ii) Área de operação do carro elétrico: 1 trabalhador; iii) Área de operação do modo autocarro; 48 trabalhadores de forma faseada: 28 trabalhadores em 2018 e 20 em 2019. Estas últimas contratações estão sujeitas a avaliação da redução do trabalho extraordinário por via de contratação ocorrida em 2018 e deverão ser analisadas em processo autónomo. É autorizada a realização do investimento até ao limite de M€ 25,8, sendo que destes, M€ 18,8 se referem aos custos diretos associados à renovação da frota. Por último, fica ainda a STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. autorizada a proceder à substituição de até 63 trabalhadores, para substituição de saídas por motivo de reforma, desde que tal não implique um aumento do nº de trabalhadores nem dos encargos com pessoal”.

ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DO PAO PARA 2018

- **EBITDA Recorrente** (*Crescimento do EBITDA, face ao ano anterior, de forma a garantir a sustentabilidade económico-financeira da empresa*): O EBITDA recorrente foi de 1,9 milhões de euros, registando um crescimento de 2,9 milhões de euros face ao verificado em 2017. Relativamente ao valor orçamentado, a execução de 2018 apresentou um valor superior em 2,7 milhões de euros.
- **Resultados Líquidos** (*resultados líquidos positivos para todos os anos do triénio*): o Resultado Líquido de 2018 foi negativo em 1,8 milhões de euros, registando, no entanto, um desagravamento de 13,1 milhões de euros face ao verificado em 2017. Face ao valor orçamentado, apresenta um desagravamento de 6,3 milhões de euros.
- **Eficiência Operacional** (*o rácio dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos resultantes do disposto em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho em resultado da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das indemnizações por rescisão, sobre o volume de negócios, deve ser igual ou inferior ao verificado em 2017*): em 2018 o peso dos gastos operacionais no volume de negócios foi de 92%, reduzindo face a 2017 em 5,8 p.p.. Face ao orçamento, registou um desagravamento de 6,5 p.p..
- **Gastos com Pessoal** (*devem ser iguais ou inferiores aos montantes registados em 2017 os seguintes gastos operacionais: a) com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes das indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado*): os gastos com pessoal corrigidos dos encargos decorrentes das indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias, foram de aproximadamente 30 milhões de euros em 2018, superior em 1 milhão de euros face ao ano anterior. Relativamente ao valor orçamentado, o valor realizado ficou abaixo em 2,8 milhões de euros.
- **Redução de custos:**
 - (*O conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento e os associados à frota automóvel devem ser iguais ou inferiores aos montantes registados em 2017*): o conjunto dos gastos com deslocações, gastos com ajudas de custo e alojamento e gastos associados à frota automóvel foi de 192 mil euros, menos mil euros

relativamente ao montante de 2017. O valor real de 2018 foi inferior ao orçamentado em 51 mil euros.

· (*o conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria deve ser igual ou inferior ao montante registado em 2017*): os encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria foram de 255 mil euros, apresentando um valor superior ao verificado em 2017, em 6 mil euros. O valor orçamentado para esta rubrica era de 541 mil euros, ou seja, superior em 286 mil euros.

- **Evolução do endividamento** (*O crescimento global do endividamento das empresas públicas fica limitado a 2%, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo investimentos, nos termos a definir no decreto-lei de execução orçamental*):

· A 31 de dezembro, o nível de endividamento (conta 25) da STCP era de 324,6 milhões de euros, inferior em cerca de 6,3 milhões de euros do que o verificado no final de 2017.

· A variação do endividamento de 2018 face a 2017, corrigido pelo capital social realizado e excluindo investimentos, foi de 9,9%. Se do financiamento remunerado, for excluída a dívida contraída para pagamento de encargos com SWAP, no valor de 14,6 M€ em 2017 e de 61,9 M€ em 2018, então a variação do endividamento é de 1,24%.

- **Investimento** – a autorização por parte da Tutela relativamente ao PAO de 2018 da STCP e ao seu financiamento, ocorreu em Assembleia Geral, realizada no dia 14 de agosto, “(...) É autorizada a realização do investimento até ao limite de M€ 25,8, sendo que destes, M€ 18,8 se referem aos custos diretos associados à renovação da frota.”

No ano, o investimento realizado foi de 14,7 milhões de euros, mais 14,3 milhões do que o realizado em 2017, dos quais 96% respeita à renovação da frota. Alguns dos projetos de investimento aprovados para 2018 são investimentos plurianuais, pelo que embora a sua execução tenha tido início em 2018, prolongar-se-á até 2020.

6.2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Em 2018 o Acionista procedeu à concessão de dois aumentos de capital, no montante global de 74.882.010,00 euros: o primeiro no montante de 18.200.000,00 euros, em numerário, destinado à cobertura das necessidades financeiras relativas a investimento e a serviços da dívida contraída junto da banca comercial, o segundo no montante de 56.682.010 euros, sendo 1.177.061,05 euros em numerário e 55.504.948,95 euros por conversão de créditos detidos pelo Estado/DGTF, que se venceram em 31 de maio e 30 de novembro de 2018.

Concedeu, ainda, três empréstimos de médio e longo prazo: o primeiro no montante de 29.666.503,73 euros, autorizado pelo Estado Português, em dezembro de 2017, para fazer face às necessidades de financiamento da empresa, para pagamento dos juros do contrato SWAP, que se encontravam suspensos desde dezembro de 2013 a dezembro de 2017; o segundo de até 17.589.232,29 euros, para fazer face às necessidades de financiamento da empresa, associadas aos fluxos de SWAP do ano, cujo capital mutuado foi disponibilizado em duas tranches, a primeira, de 8.427.624,65 euros, realizada em 1 de junho e a segunda, de 9.161.607,64 euros, realizada em 30 de novembro; o terceiro empréstimo de montante até ao limite de 1.211.424 euros, para a regularização de pagamentos no âmbito do Acordo assinado entre a STCP e as ORT relativo às prestações de trabalho noturno e horas extra no pagamento dos subsídios de férias e remuneração de férias. O capital mutuado será disponibilizado em duas tranches: 725.557,90 euros, realizado em 31 de dezembro de 2018 e o restante a realizar em 2019.

Em 2018, para além do pagamento dos juros dos cupões SWAP do ano, procedeu-se também ao pagamento dos juros históricos de SWAP.

Os restantes encargos financeiros considerados respeitam a:

- Encargos com o empréstimo obrigacionista existente, de 100 milhões de euros;
- Encargos com os contratos de *leasing* em vigor da atual frota de autocarros;
- Encargos com os empréstimos concedidos pelo Estado Português.

É apresentado na Nota 29 às demonstrações financeiras o detalhe da matéria sobre instrumentos financeiros.



Anos	2018	2017	2016	2015	2014
Encargos Financeiros (€) [1]	21.652.594	19.286.253	17.194.169	14.761.383	19.653.131
Taxa Média de Financiamento (%)	1,54%	1,68%	1,69%	1,72%	3,55%

[1] Juros e encargos de financiamento e juros de outros instrumentos financeiros (swap).

6.3. LIMITES DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

Nos termos definidos no n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (LOE 2018), apurado nos termos da fórmula disposta no n.º 4 do artigo 146.º do Decreto-Lei n.º 33/2018 de 15 de maio (DLEO 2018), a variação do endividamento em 2018 é de 9,9%. Se for excluída a dívida contraída para pagamento de encargos com SWAP, então a variação do endividamento é de 1,24%.

Passivo Remunerado	2018	2017	Variação 18/17	
	Valores (€)		Absoluta	%
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)(*)	324.630.759	330.944.972	-6.314.214	-1,9%
· do qual concedido pela DGTF	221.622.077	225.935.636	-4.313.559	-1,9%
Aumentos de Capital por dotação	19.377.061	13.491.175	5.885.886	43,6%
Aumentos de Capital por conversão créditos	55.504.949	56.372.105	-867.156	-1,5%
Novos Investimentos	14.724.402			
Exceção da dívida contraída para pagamento de juros de SWAP	61.899.105	14.643.369		
Endividamento Ajustado [1]	9,90%			
Endividamento Ajustado [1] com a exclusão [2]	1,24%			
Indicações da Tutela / OE [3]	2,00%			

(*) Conta 25 do Balanço

[1] Nos termos definidos no n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (LOE 2018) apurado nos termos da fórmula disposta no n.º 4 do artigo n.º 146 do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio (DLEO 2018).

[2] Exclusão da dívida contraída para pagamento de encargos com SWAP, no valor de 14,6 M€ em 2017 e de 61,9 M€ em 2018.

[3] Relativas ao crescimento global do endividamento das empresas públicas para o ano de 2018.

6.4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO E ARREARS

EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES (PMP)

O prazo médio de pagamentos (PMP), calculado de acordo com a RCM n.º 34/2008 e alterada pelo Despacho n.º 9870/2009, é de 46 em 2018, apresentando uma subida de 5 dias relativamente a 2017. Não foi atingido o grau de cumprimento dos objetivos, definidos no n.º 9 da RCM n.º 34/2008, que estabelece que quando o PMP no ano anterior for inferior a 45 dias, para que o objetivo seja cumprido o PMP deve ser inferior a 40 dias.

Esta situação é explicada pelo aumento da dívida a fornecedores, no final do mês de dezembro, pese embora 96% (5,4 M€) da dívida não se encontrar vencida ou com um prazo de vencimento igual ou inferior a 30 dias, correspondendo 90% (5M€) a dívida não vencida e 6% (0,4M€) a dívida com um prazo igual ou inferior a 30 dias. É de realçar que 60% (3M€) da dívida não vencida respeita à aquisição de 7 autocarros a gás natural e 2 elétricos, cujas faturas se encontravam pendentes, a aguardar a homologação das viaturas.

Se para o cálculo do PMP fossem retirados os valores relacionados com a aquisição de autocarros das contas "271 – Fornecedores de Investimentos" (3M€) e "43 – Aquisições de Ativos Fixos Tangíveis" (2,4M€), então o PMP seria de 41 dias.

PMP	2018	2017	Variação 18/17	
			Absoluta	%
Prazo (dias)	46	41	5	13%

ATRASOS NOS PAGAMENTOS

O valor dos pagamentos em atraso, calculados de acordo com o n.º 1 do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, é o seguinte:

O total dos pagamentos em atraso a 31 de dezembro de 2018 ascendia a 79 mil euros, sendo que 36 mil euros (46%) respeitam a transações entre a STCP e a empresa participada TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE, que é simultaneamente devedora e credora da empresa. O montante restante refere-se, na sua maioria, a faturas em conferência e / ou regularização.

No ano de 2018, foram divulgadas trimestralmente, as dívidas com mais de 90 dias, no sítio da internet (www.stcp.pt).

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias	
Aq. de Bens e Serviços	2.663.259	8.308	12.761	26.605	27.464	
Aq. de Capital	3.054.632	250	3.542	0	0	
Total	5.717.891	8.558	16.304	26.605	27.464	



6.5. RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA

Na Assembleia Geral da STCP realizada no dia 14 de agosto de 2018, o representante do acionista efetuou as seguintes recomendações ao Conselho de Administração:

“ (...) que diligencie no sentido de elaborar o relatório anual sobre prevenção da corrupção em 2017, nos termos do n.º 1 do artigo 46º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação.”

A STCP procedeu à elaboração dos relatórios anuais sobre prevenção da corrupção de 2017 e de 2018, dando cumprimento ao estipulado.

“ (...) que no exercício de 2018 diligencie pelo cumprimento integral da meta relativa ao EBITDA (de gestão) do modo rodoviário.”

De acordo com o já referido no ponto 6.1 a): O EBITDA (de gestão) do modo rodoviário foi de 1,2 milhões de euros, registando um desvio negativo em cerca de 2,3 milhões

de euros face à meta estabelecida. Este desvio é explicado essencialmente pelas reposições remuneratórias de cerca de 2,7 milhões de euros, incluindo encargos sociais, pelo impacto das reposições dos direitos previstos em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e impacto das atualizações salariais, decorrentes do memorando de entendimento assinado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores e aprovado pela Tutela.

Aquando da fixação das metas do Contrato de Gestão Operacional, não foram consideradas as reposições salariais decorrentes da Lei do Orçamento de Estado de 2017, nem foi previsto o aumento do efetivo da STCP, necessário para o cumprimento da oferta de serviço público.

Se fosse expurgado do real de 2018 o montante das reposições salariais, o EBITDA (de gestão) do modo rodoviário teria atingido o montante de cerca de 3,9 milhões de euros e registaria assim um desvio positivo de 10% face ao objetivo definido, em vez dos 65% negativos registados.

6.6. REMUNERAÇÕES

A · ÓRGÃOS SOCIAIS

Para efeitos de fixação das remunerações dos órgãos sociais foi atribuída à empresa STCP, S.A. a classificação C pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 97/2012, de 21 de novembro, 45/2013, de 19 de julho, e 48/2013, de 29 de julho.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2016 -2018	Presidente	José António Ferreira de Barros	500	1.000
2016 -2018	Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	425	850
2016 -2018	Secretário	Carlos Maria Pinheiro Torres (*)	350	668
				2.518

(*) O valor da senha fixado não coincide com o valor bruto, de acordo com o n.º 21 da RCM n.º 16/2012.

1. MESA DA ASSEMBLEIA – GERAL

A Deliberação Social Unânime Por Escrito de 25 de janeiro de 2016 fixou para os membros da Mesa da Assembleia Geral (MAG) os valores das senhas de presença constantes no quadro seguinte:

Por aplicação do art.º 182, do DL n.º 33/2018, de 15 de maio, que prorrogou os efeitos do Programa de Assistência Económica e Financeira, o valor fixado para cada um dos membros da MAG, não pode resultar num aumento de valor, tendo por referência os montantes atribuídos à data da entrada em vigor das Resoluções de Conselho de Ministros n.ºs 16/2012 e 18/2012, pelo que o Secretário da MAG auferiu um montante inferior ao estabelecido na DUE.

2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

As remunerações dos membros do Conselho de Administração (CA) foram fixadas pela Deliberação Social Unânime Por Escrito de 28 de dezembro de 2017.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2018 - 2020	Presidente Executivo	Paulo de Azevedo Pereira da Silva	DUE	15/1/2018	Não	n.a	n.a	1
2018 - 2020	Vogal Executivo	Ângelo Augusto Santos Oliveira	DUE	1/1/2018	Não	n.a	n.a	1
2018 - 2020	Vogal Executiva	Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça	DUE	1/1/2018	Não	n.a	n.a	1
2018 - 2020	Vogal Não Executiva	Paula Cristina David Vaz Ribeiro Ramos	DUE	1/1/2018	Não	n.a	n.a	1
2018 - 2020	Vogal Não Executiva	Avelino José Pinto de Oliveira	DUE	1/1/2018	Não	n.a	n.a	1

(1) DUE - Deliberação Social Unânime por Escrito

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Paulo de Azevedo Pereira da Silva	TIP - Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.	Vogal não executivo do Conselho de Administração	Privado
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça	STCP SERVIÇOS - Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.	Gerente	Privado
Paula Cristina David Vaz Ribeiro Ramos	Gaiurb, EM - Empresa Municipal de Urbanismo e Habitação de Vila Nova de Gaia	Coordenadora da Unidade de Monitorização da Divisão de Planeamento e Reabilitação do Departamento de Urbanismo	Público
Avelino José Pinto de Oliveira	Oval - Arquitetura e Engenharia	Arquiteto Principal e Sócio	Privado
	OLV – Serviços Técnicos	Administrador e Sócio	Privado
	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa	Professor Auxiliar	Público
	Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa	Professor Assistente	Privado



Membro do CA	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal (*)	Despesas Representação (**)
Paulo de Azevedo Pereira da Silva	Sim	C	4.578	1.831
Ângelo Augusto Santos Oliveira	Sim	C	3.663	1.465
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça	Sim	C	3.663	1.465
Paula Cristina David Vaz Ribeiro Ramos	Sim	C	916	0
Avelino José Pinto de Oliveira	Sim	C	916	0

(*) Pago 14 vezes por ano

(**) Pago 12 vezes por ano

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Paulo de Azevedo Pereira da Silva	82.877	0	82.877	4.144	78.733
Ângelo Augusto Santos Oliveira	68.523	0	68.523	3.426	65.097
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça	68.523	0	68.523	3.426	65.097
Paula Cristina David Vaz Ribeiro Ramos	12.736	0	12.736	637	12.099
Avelino José Pinto de Oliveira	12.736	0	12.736	637	12.099
			245.394	12.270	233.125

(1) O valor da Remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Em 2018 foi aplicada aos membros do CA a redução remuneratória prevista no art.º 12º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho, que estabelece a redução dos vencimentos dos gestores públicos e equiparados.

No ano de 2018 não houve lugar à atribuição de prémios de gestão aos membros do CA, conforme medida estabelecida pelo art.º 4º do DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, conjugada com o nº 1 do art.º 20º da LOE de 2018.

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Encargo Anual Seguro de Acidentes Pessoais
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			
Paulo de Azevedo Pereira da Silva	4,77	1.059	Segurança social	18.699	0	0	262
Ângelo Augusto Santos Oliveira	4,77	1.088	Segurança social	16.264	0	0	262
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça	4,77	1.102	Segurança social	16.373	0	0	262
Paula Cristina David Vaz Ribeiro Ramos	0,00	0	Segurança social	2.873	0	0	262
Avelino José Pinto de Oliveira	0,00	0	Segurança social	2.873	0	0	262
		3.248		57.083	0	0	1.308

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
Paulo de Azevedo Pereira da Silva	Sim	Não	-	-	-	-	-	-	-
Ângelo Augusto Santos Oliveira	Sim	Sim	34.989	ALD	2018	2022	506	10.575	42
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça	Sim	Sim	34.716	ALD	2016	2020	537	6.441	20

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Paulo de Azevedo Pereira da Silva	666	985	0	-	0	1.651
Ângelo Augusto Santos Oliveira	0	328	0	-	0	328
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça	94	150	0	-	0	244
Paula Cristina David Vaz Ribeiro Ramos	0	0	0	-	0	0
Avelino José Pinto de Oliveira	0	0	0	-	0	0
						2.223



3. FISCALIZAÇÃO

Conselho Fiscal

A Deliberação Social Unânime Por Escrito de 25 de janeiro de 2016 fixou para os membros do Conselho Fiscal (CF), o estatuto remuneratório constante no quadro seguinte:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€) (*)	N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2016-2018	Presidente	Pedro Romano Martinez	DUE	25/1/2016	1.282	4
2016-2018	Vogal Efetiva	Ana Alexandra Filipe Freitas	DUE	25/1/2016	961	4
2016-2018	Vogal Efetivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	DUE	25/1/2016	961	2
2016-2018	Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	DUE	25/1/2016	0	4

(1) DUE - Deliberação Social Unânime por Escrito

(*) Pago 14 vezes por ano

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Pedro Romano Martinez	17.947	897	17.049
Ana Alexandra Filipe Freitas	13.460	673	12.787
Paulo Jorge Rodrigues Mateus	13.460	673	12.787
			42.623

Em 2018 foi aplicada aos membros do CF a redução prevista no art.º 12º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho, que estabelece a redução dos vencimentos dos gestores públicos e equiparados, uma vez que as remunerações mensais fixadas para os membros do CF estão indexadas ao vencimento do Presidente do Conselho de Administração.

Revisor Oficial de Contas

A Deliberação Social Unânime Por Escrito de 30 de novembro de 2016 deliberou que a remuneração anual ilíquida do Revisor Oficial de Contas (ROC) será a constante do contrato de prestação de serviços a celebrar entre a STCP e o ROC,

com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a doze meses da remuneração global ilíquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da empresa classificada como C.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2016-2018	Revisor Oficial de Contas	Sociedade Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	235	20161528	AG	30/5/2016	13/12/2016	-	3

(1) AG - Assembleia Geral

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2018 (€) (*)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2018 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Sociedade Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	8.653	853	7.800	-	-	-	-

(*) Valor auferido corresponde a 6 meses de remuneração (janeiro a junho inclusive)

Por aplicação do art.º 182, do DL n.º 33/2018, de 15 de maio, que prorrogou os efeitos do Programa de Assistência Económica e Financeira, o valor da remuneração auferida não pode resultar num aumento de valor, tendo por referência os montantes atribuídos à data da entrada em vigor das Resoluções de Conselho de Ministros n.ºs 16/2012 e 18/2012, pelo que no valor de 2018 foram aplicadas as reduções constantes na tabela acima.

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade, a Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A., representada pelo sócio Fernando Manuel de Sousa Pires de Matos, apresentou renúncia ao cargo a 30 de agosto de 2018.

Em 19 de março de 2019, de acordo com a vontade expressa pelo acionista único Estado Português, por Deliberação Social Unânime Por Escrito, foi eleita para Revisor Oficial de Contas da STCP, para o biênio 2019-2020, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, SA, representada por Gabriel Correia Alves. Consta da referida deliberação que a Certificação Legal de Contas, individuais e consolidadas de 2018, fica a cargo da RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, SA.

B · AUDITOR EXTERNO – NÃO APLICÁVEL À STCP



6.7. ARTIGOS 32º E 33º DO ESTATUTO DE GESTOR PÚBLICO (EGP)

No ano foi dado cumprimento ao disposto nos artigos 32º e 33º do EGP, no que se refere:

- a) À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;
- b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- c) Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e *internet*, conforme se apresenta na tabela seguinte:

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Paulo de Azevedo Pereira da Silva	80	296	-
Ângelo Augusto Santos Oliveira	80	346	-
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça	80	360	-
		1.001	

- d) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço, conforme quadro seguinte:

Membro do CA	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Paulo de Azevedo Pereira da Silva	458	1.589	8	1.598	
Ângelo Augusto Santos Oliveira	366	3.251	797	4.048	
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça	366	2.394	897	3.291	
		8.936			

6.8. DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS

Foi dado cumprimento ao disposto no nº 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11º da EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas.

6.9. RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES

Está estabelecido no nº 2 da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 18/2014, de 7 de março, que as empresas do SEE *“promovam, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações”*.

Foi elaborado o Relatório sobre Remunerações por género do ano de 2018, que será divulgado no sítio da *internet* e na *intranet* da empresa.

6.10. RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

Foi elaborado o relatório anual sobre Prevenção da Corrupção referente a cada um dos exercícios de 2017 e 2018 dando cumprimento ao nº 1 do artigo 46º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, e à recomendação na Assembleia Geral de 14 de agosto de 2018.

Os referidos relatórios serão oportunamente publicados nas páginas de *internet* e *intranet* da STCP.

6.11. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

a) A STCP, enquanto entidade criada especificamente para satisfazer necessidades de interesse geral com carácter comercial que exerce atividade no setor dos transportes, conforme previsto no artigo 7º n.º 1 e artigo 9º n.º 3 alínea a) do Código dos Contratos Públicos (CCP), apenas está obrigada a aplicar a parte II do CCP no caso de contratos de empreitadas, quando o valor seja igual ou superior a 5.548.000,00 euros, e no caso de contratos para aquisição de bens móveis ou de fornecimento de serviços de montante superior a 443.000,00 euros (artigos 11º n.º 1 e 474º n.º 4 do CCP).

Em 2018, foram lançados 2 concursos públicos internacionais à luz do CCP, respeitantes a contratos acima dos limiares supramencionados:

- Concurso Público Internacional para o fornecimento de gasóleo
- Concurso Público Internacional para a contratualização de apólices de seguros

b) Por questões de transparência em matéria de aquisições o Conselho de Administração deliberou, conforme consta da ata nº15/17 de 11/04/2017 no seu ponto 6.2 no sentido de recomendar a todos os departamentos da empresa a utilização da plataforma eletrónica em todos os procedimentos de contratação pública futuros com valores superiores a 5.000,00 euros (cinco mil euros).

Tal recomendação só pode ser afastada, desde que justificada por cada responsável de departamento e autorizada pelo Conselho de Administração.

No ano de 2018 foram lançadas na plataforma eletrónica de contratação pública, as seguintes consultas:

- Fornecimento e instalação de posto de transformação
- Consulta para o fornecimento de fardamento
- Consulta para o fornecimento de energia elétrica em média tensão e baixa tensão especial
- Licenciamento de produtos Microsoft
- Fornecimento de títulos Agente Único
- Consulta para o fornecimento, gestão e manutenção de pneus para viaturas de serviço público urbano de passageiros



- Consulta para prestação de serviços de limpeza das instalações
- Consulta para o fornecimento e instalação de duas máquinas de lavar carroçarias de autocarros
- Consulta para a aquisição de equipamentos para infraestrutura HP e Backup
- Fornecimento de servidores de ficheiros com replicação
- Consulta para a elaboração de projeto de requalificação e expansão de Estação de Francos
- Consulta para a elaboração de projeto de requalificação e expansão da Estação da Via Norte
- Consulta para fornecimento de óleos / lubrificantes
- Consulta para a aquisição de serviços de comunicações móveis de voz e dados
- Gerador diesel para a sala de sistemas da STCP

No que concerne às aquisições até 5.000,00 euros, ou acima deste montante e dispensadas da utilização da plataforma eletrónica, de acordo com o acima mencionado, os procedimentos instituídos na empresa, impõem, sempre que possível a consulta a, no mínimo, três fornecedores. Excepcionalmente, por questões técnicas específicas, sempre devidamente fundamentadas, e autorizadas, a consulta pode ser efetuada a apenas um ou dois fornecedores.

A STCP dispõe de um Regulamento para Fornecedores, onde estão estabelecidos os critérios de exigência legais e de boas práticas, que os fornecedores de bens e serviços devem respeitar.

c) Dando cumprimento ao disposto na Lei n.º 98/97 de 26 de agosto (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas), que impõe a fiscalização prévia do Tribunal de Contas de determinados atos, contratos ou outros instrumentos geradores

de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras diretas ou indiretas para verificação da sua conformidade legal e cabimentação orçamental da verba, foram em 2018 submetidos a visto do Tribunal de Contas os seguintes contratos, cujos valores são superiores a 5.000 000,00 euros.

Contratos enviados para o Tribunal de Contas, em 2018, para obtenção do visto prévio:

- 2ª Aditamento Fornecimento Autocarros MAN 2ª Série
- 2º Aditamento Fornecimento Autocarros MAN 3ª Série
- Construção Posto Gás Natural Via Norte
- Fornecimento de Gasóleo

Foram visados pelo Tribunal de Contas até 31 de dezembro de 2018 os seguintes contratos:

- 2ª Aditamento Fornecimento Autocarros MAN 2ª Série, Proc. 539/2018, com atribuição de visto a 17/04/2018
- 2º Aditamento Fornecimento Autocarros MAN 3ª Série, Proc. 2519/2018, com atribuição de visto a 27/09/2018
- Construção Posto Gás Natural Via Norte, Proc. 2855/2018, com atribuição de visto a 9/12/2018

6.12. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (SNCP)

A STCP aderiu ao SNCP, em março de 2011, através da celebração de contrato com a Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (ANCP).

No exercício de 2018 não se procedeu a qualquer adjudicação ao abrigo deste sistema.

6.13. MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

Em conformidade com o estabelecido no artigo 145º do DLEO 2018, Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, apresenta-se seguidamente a tabela do Plano de Redução de Custos (PRC):

PRC	Unid.	Real 2018	Orç 2018 [1]	Real 2017	Real 2016	Variação 2018/2017	
						Absoluta	Var. %
(0) EBITDA	10³ €	1.937	-762	-925	-2.590	2.861	309%
(1) CMVMC	10³ €	1.443	1.434	1.181	1.255	262	22,1%
(2) FSE	10³ €	19.913	20.385	18.500	17.280	1.413	7,6%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i, ii e iii^{a)}	10³ €	30.027	32.815	29.021	30.269	1.006	3,5%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	10³ €	3	0	52	27	-50	-95,2%
(3.ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2018	10³ €	0	0	0	0	0	
(3.iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	10³ €	2.747	2.390	738	0	2.008	272%
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	10³ €	51.382	54.634	48.702	48.804	2.681	5,5%
(5) Volume de Negócios (VN)^{b)}	10³ €	55.783	55.419	49.718	45.099	6.065	12,2%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	%	92%	99%	98%	108%	-5,8 pp	-6,0%
(i) Gastos com Deslocações (FSE)	10³ €	13	18	13	5	-0	-2,0%
(ii) Gastos com Ajudas de custo e Alojamento (G c/ Pessoal)	10³ €	4	3	0,607	4	3	510%
(iii) Gastos associados à frota automóvel ^{c)}	10³ €	175	222	179	154	-4	-2,0%
Total = (i) + (ii) + (iii)	10³ €	192	243	193	163	-1	-0,4%
(7) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	10³ €	255	541	249	418	6	2,2%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	nº	1.284	1.329	1.253	1.244	31	2,5%
N.º Órgãos Sociais (OS)	nº	13	13	11	12	2	18,2%
N.º Cargos de Direção (CD)	nº	10	10	10	10	0	0,0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	nº	1.261	1.306	1.232	1.222	29	2,4%
N.º Trabalhadores/N.º CD	nº	126	131	123	122	3	2,4%
N.º de Viaturas	nº	47	51	50	52	-3	-6,0%

[1] IPG versão março 2018, aprovado em AG do dia 14 de agosto de 2018.

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMCMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos: com as indemnizações por rescisão, decorrentes da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro; das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na LOE 2018.

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias. Inclui a compensação pelas Obrigações de Serviço Público (OSP) suportada pelos municípios.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas / amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.



O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) do ano 2018 foi aprovado pelo Despacho n.º 540/18 – SET, de 03.07.2018., concedendo as seguintes autorizações, referentes:

- i) Ao aumento do conjunto dos encargos com deslocações, alojamento e ajudas de custo e dos associados à frota automóvel;
- ii) Ao aumento dos gastos com estudos, pareceres, projetos e consultoria;
- iii) À variação do endividamento;
- iv) Manutenção do EBIT e dos resultados líquidos negativos.

No âmbito do aumento do efetivo de recursos humanos foi autorizada a contratação de trabalhadores nos seguintes termos:

- i) Área de apoio administrativo / técnico de suporte: 7 trabalhadores;
- ii) Área de operação do carro elétrico: 1 trabalhador;
- iii) Área de operação do modo autocarro; 48 trabalhadores de forma faseada: 28 trabalhadores em 2018 e 20 em 2019. Estas últimas contratações estão sujeitas a avaliação da redução do trabalho extraordinário por via de contratação ocorrida em 2018 e deverão ser analisadas em processo autónomo.

- O EBITDA recorrente de 2018 foi positivo, no montante de 1,9 milhões de euros, representando uma melhoria de 2,9 milhões de euros (309%), face a 2017.
- O peso dos gastos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com o Pessoal corrigidos dos encargos com indemnizações por rescisão de contrato e do impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro) sobre o volume de negócios foi de 92% em 2018, apresentando uma redução de 5,8 pontos percentuais (-6%) face a 2017.
- O conjunto dos gastos com deslocações, com ajudas de custo e alojamento e gastos associados à frota automóvel atingiu 192 mil euros, situando-se abaixo do valor de 2017, em mil euros (-0,4%).
- A 31 de dezembro de 2018 a empresa tinha 47 viaturas de apoio (ligeiras, comerciais e pesadas) menos 3 do que em 31 de dezembro de 2017. Ao longo do ano de 2018 foram abatidas 3 viaturas, com idade elevada que não foram substituídas.
- Os encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria foram de 255 mil euros, apresentando um valor superior ao verificado em 2017, em 6 mil euros (2,2%). Os Gastos com o Pessoal corrigidos dos encargos com indemnizações por rescisão de contrato e do impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro foram de 30,03 milhões de euros, superior em cerca de 1 milhão de euros (3,5%) relativamente a 2017. É de referir que os gastos com pessoal têm incluídos o montante de aproximadamente 1,1 milhões de euros referente ao acordo celebrado com as ORT a 12 de dezembro de 2018, autorizado pelo Despacho n.º 1048/18 – SET de 20.12.2018, relativo à inclusão no subsídio de férias e retribuição das férias, dos valores referentes à prestação de trabalho noturno e extraordinário, desde que ocorram em pelo menos 11 meses num ano, considerando também os anos de 2012 a 2017, e para os quais tinha sido constituída uma provisão em 2017 no montante de 2,08 milhões de euros, que foi revertida em 2,02 milhões de euros em 2018, e o valor de 258 mil €, referente aos encargos a pagar em 2019 relativos a férias e subsídio de férias, calculado com base na média do extra, feriados e noturno, prestados de uma forma regular durante 11 meses, do ano de 2018.
- O efetivo a 31 de dezembro de 2018, sem órgãos sociais, trabalhadores requisitados e licenças sem vencimento era composto por 1.271 trabalhadores, mais 29 trabalhadores do que o verificado a 31 de dezembro de 2017.

Movimento de Entradas e Saídas em 2018:

Total de Entradas	115
Admissões de Pessoal	111
Operação do Modo Autocarro	79
Operação do Modo Carro Elétrico	3
Oficial	21
Técnico / Administrativo	8
Regresso de Licenças sem Vencimento	4
Total de Saídas (motivos)	86
Reforma	72
Outros	11
Licença sem Vencimento	3
Entradas - Saídas	29

A 16 de janeiro de 2018 a STCP efetuou um pedido de autorização à Tutela para substituição de um advogado para o Gabinete Jurídico, após este ter apresentado denúncia de contrato, a 31 de janeiro de 2018. Este pedido foi autorizado por Despacho do SEAAmb, de 30.01.2018, através do Ofício n.º 115, de 30 de janeiro de 2018.

A 24 de janeiro de 2018 a STCP solicitou à Tutela um pedido de prorrogação dos Despachos de 04/12/2017 do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, relativo à autorização para o recrutamento de 33 trabalhadores e 40 motoristas / guarda-freios. Este pedido foi autorizado por Despacho do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, de 16.02.2018.

A STCP efetuou o pedido de autorização para a contratação de trabalhadores por substituição, às Tutelas setorial e financeira, a 15 de junho de 2018. O pedido foi autorizado por Despacho do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, de 19.07.2018 com o seguinte teor "Autorizo a contratação de até 63 trabalhadores na STCP, para substituição de saídas por motivo de reforma, desde que tal não implique num aumento do n.º de trabalhadores nem dos encargos com pessoal" e pelo Despacho n.º 654/18 – SET, de 10.08.2018.

Pelo Despacho n.º 540/18, de 3 de julho da Secretaria de Estado do Tesouro, a STCP obteve autorização para a admissão até 7 colaboradores para as áreas administrativas da empresa e que resultou da exposição efetuada pela STCP à Tutela por

email de 23 de abril de 2018, com esclarecimentos enviados por email de 29 de junho e de 3 de julho, onde se solicitava a autorização para a contratação de 15 trabalhadores.

O Despacho n.º 540/18, de 3 de julho da Secretaria de Estado do Tesouro autoriza a STCP a contratar trabalhadores nos seguintes termos: i) Área de Apoio administrativo/técnico de suporte: 7 trabalhadores; ii) Área de operação do carro elétrico: 1 trabalhador; iii) Área de operação do modo autocarro: 48 trabalhadores de forma faseada: 28 trabalhadores em 2018 e 20 em 2019. Estas últimas contratações estão sujeitas a avaliação da redução do trabalho extraordinário por via de contratação ocorrida em 2018 e deverão ser analisadas em processo autónomo.

6.14. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

Ao abrigo do Artigo 104.º do DLEO 2018 (Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio) em que as empresas públicas não financeiras devem, salvo disposição legal em contrário, manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP, E.P.E., sendo-lhes para esse efeito aplicável o regime de Tesouraria do Estado, e revertendo para o Estado as receitas de todas as aplicações financeiras que sejam efetuadas em violação do Princípio da Unidade de Tesouraria pelas entidades ao mesmo sujeitas, a STCP invocando a necessidade e os motivos para a sua existência, remeteu ao IGCP, E.P.E., a 29 de maio de 2018, o seu ofício n.º 795/2018, com o pedido de dispensa do cumprimento do princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (UTE).

O IGCP, através do seu ofício n.º SGC – 2018/11914, de 18 de julho de 2018, proferiu despacho de autorização no sentido de excecionar do cumprimento da UTE, a STCP, para os anos de 2018 e 2019, relativamente a:

- Empréstimos bancários contraídos (valores estritamente necessários para o serviço do empréstimo, nas datas previstas para o efeito);
- Garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Custódia de títulos que não sejam de dívida pública;
- Objeto do serviço de recolha contratualizado, os quais devem ser transferidos para contas da STCP no IGCP, com uma periodicidade quinzenal.



No quadro abaixo estão indicadas as instituições onde estavam as disponibilidades da STCP e os respetivos montantes no final de cada trimestre de 2018.

Banca Comercial	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Novo Banco	12.438	12.266	12.082	17.274
Banco BPI	355.845	366.121	356.085	22.633
Banco Santander Totta	1.095.395	204.403	87.095	136.106
Banco Santander Totta II	2.784	2.784	2.784	2.784
Banco Santander Totta III	26.465	26.465	26.465	26.465
Banco Millennium bcp	586.257	893.055	128.077	53.910
Caixa Geral de Depósitos	21.416	66.437	0	0
Montepio Geral	21.464	14.932	10.379	9.201
Agência Gestão de Tesouraria Dívida Pública - IGCP	3.331.463	17.301.695	13.627.268	13.791.567
Total	5.453.527	18.888.158	14.250.235	14.059.939
Juros auferidos desde 1 de janeiro de 2016	0	0	0	0

Desde o dia 1 de janeiro de 2016 até ao final de 2018, a STCP não auferiu quaisquer juros de aplicações financeiras junto da banca comercial.

6.15. AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

No triénio 2016 – 2018, foi conduzida pelo Tribunal de Contas, a seguinte auditoria:

“Auditoria à anulação dos atos de adjudicação das subconcessões dos transportes públicos prestados pela STCP e pela MdP”, realizada em 2017, na sequência de um pedido da Assembleia da República.

O Relatório n.º 16/17-2ª Secção desta auditoria, pode ser obtido em: https://www.tcontas.pt/pt/actos/rel_auditoria/2017/2s/rel016-2017-2s.shtm

O Tribunal recomendou ao Governo e aos Conselhos de Administração das entidades auditadas que adotem procedimentos para cumprimento do princípio da legalidade e para impedir as insuficiências detetadas, sem prejuízo da determinação do *value for money* das decisões de anulação dos contratos.

A STCP, S.A. aplicou em 2018 as normas de Contratação Pública.

6.16. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Informação divulgada a 31 de dezembro de 2018 (sítio do SEE, portal da DGTF)	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	12-Fev-19	
Caracterização da Empresa	S	7-Set-18	
Função de Tutela e Acionista	S	9-Nov-18	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S		
Identificação dos Órgãos Sociais	S		
Estatuto Remuneratório Fixado	S	19-Fev-19	
Divulgação das Remunerações Auferidas pelos Órgãos Sociais	S		
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S		
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S		
Esforço Financeiro Público	S	7-Set-18	
Ficha Síntese	S	19-Fev-19	
Informação Financeira histórica e atual	S	7-Set-18	
Princípios de Bom Governo	S		
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S		
Transações relevantes com entidades relacionadas	S		
Outras Transações	S		
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	7-Set-18	
Económico	S		
Social	S		
Ambiental	S		
Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S		
Código de ética	S		

S - Sim / N - Não / N.A. - Não aplicável



6.17. QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações Legais - 2018	Cumprimento	Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do Relatório
	S/N/N.A.		
Objetivos de Gestão [1]			
EBITDA (de gestão) do modo rodoviário	N	-65%	Ponto 6.1. a)
Resultado Rodoviário	N	-40%	Ponto 6.1. a)
Velocidade média	S	0,7%	Ponto 6.1. a)
Taxa de cumprimento do serviço	S	1,1%	Ponto 6.1. a)
Veículos km de serviço	N	-0,8%	Ponto 6.1. a)
Nº de Reclamações por milhão veic km	S	-5,1%	Ponto 6.1. a)
Nº de Reclamações por milhão passag.	S	-28%	Ponto 6.1. a)
Obrigações de Serviço Público (OSP)	S	-1,7%	Ponto 6.1. a)
Metas a atingir no PAO 2018			
EBTIDA recorrente	S	aumento de 309%	Ponto 6.1. b) e 6.13
Resultado Líquido	N	melhorou 88%	Ponto 6.1. b) e 6.13 Foi autorizado o RL negativo
Gastos com pessoal	N	aumento de 9,9%	Ponto 6.1. b) e 6.13 Foi autorizado o aumento
Nº de efetivos	N	aumento em 29	Ponto 6.13. Foi autorizado o aumento do efetivo
Eficiência Operacional (peso dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial e das indemnizações por rescisão, no volume de negócios)	S	92%. Inferior ao ano anterior	Ponto 6.13.
Conjunto de gastos Comunicações, deslocações, ajudas de custo e aloj., e gastos associados à frota	S	redução 0,4%	Ponto 6.1. b) e 6.13.
Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	N	aumento 2,2%	Ponto 6.1 b) e 6.13. Foi autorizado o aumento de gastos
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE			
Gestão do Risco Financeiro	S	Taxa média de financiamento 1,54%	Ponto 6.2.
Limites de Crescimento do Endividamento	S	1,24%	Ponto 6.3. Não considerando o endividamento para encargos com swap
Evolução do PMP a fornecedores	N	+7 dias	Ponto 6.4.
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	78.930 euros	Ponto 6.4.
Recomendações do acionista na aprovação de contas			
1. "(...) elaborar o relatório anual sobre prevenção da corrupção em 2017, nos termos do n.º 1 do artigo 46º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação."	S		Pontos 6.5.
2. "(...) que no exercício de 2018 diligencie pelo cumprimento integral da meta relativa ao EBITDA (de gestão) do modo rodoviário."	N		Pontos 6.5., 6.1 a)
Remunerações:			
Não atribuição de prémios de gestão	S		Ponto 6.6.
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2018	S	12.270 euros	Ponto 6.6.
Fiscalização (CF/ROC) - reduções remuneratórias vigentes em 2018	S	3.096 euros	Ponto 6.6.
Auditor Externo- redução remuneratória vigente em 2018	N.A.		Ponto 6.6.

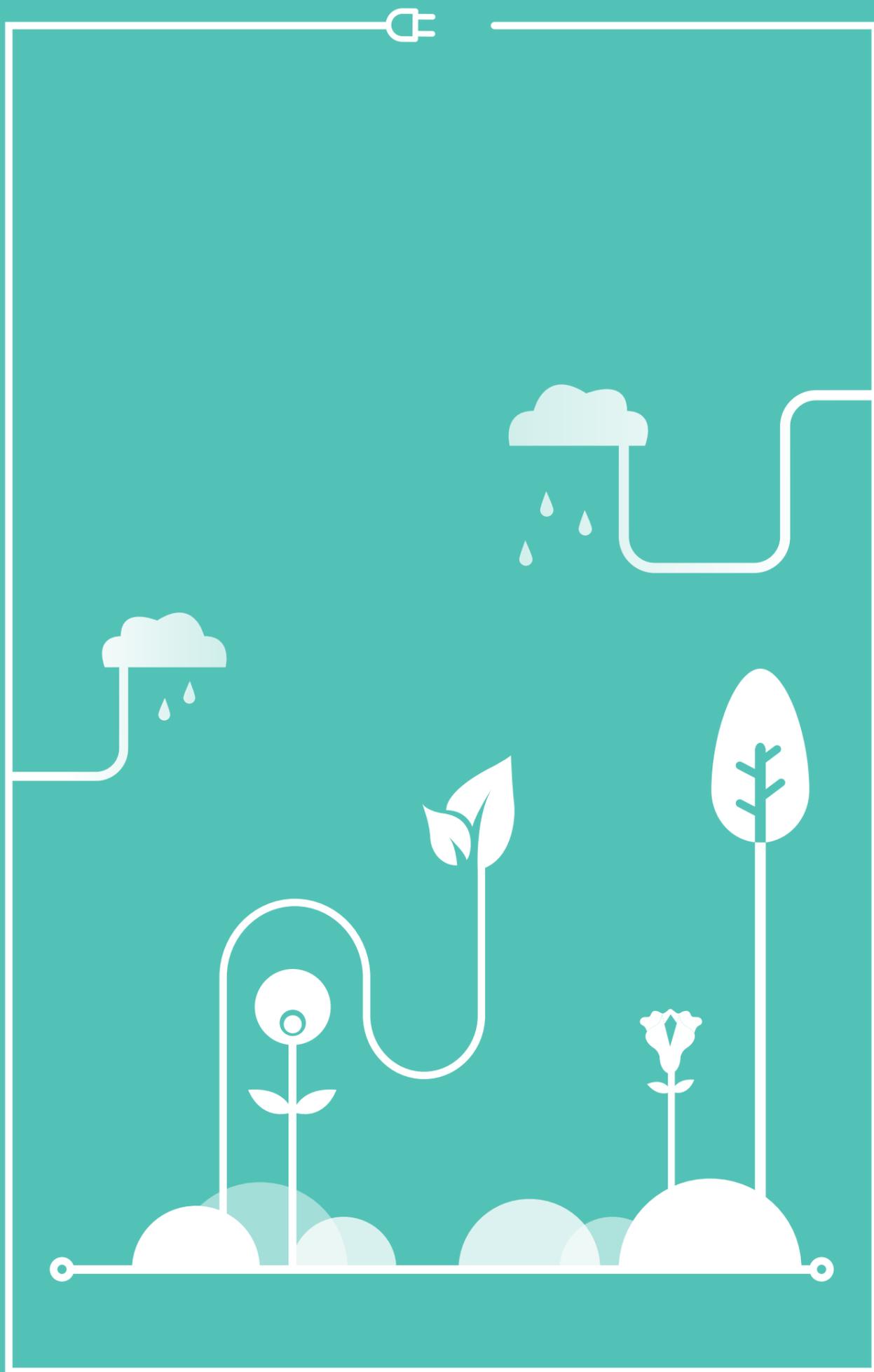
[1] indicar cada objetivo de gestão da empresa.



Cumprimento das Orientações Legais - 2018	Cumprimento	Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do Relatório
	S/N/N.A.		
EGP - artigo 32º e 33º			
Não utilização de cartões de crédito	S		Ponto 6.7.
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		Ponto 6.7.
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		Ponto 6.7.
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		Ponto 6.7.
Despesas não documentadas ou confidenciais - nº 2 do artigo 16 do RJSPE e artigo 11º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Ponto 6.8.
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - nº 2 da RCM nº 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	https://www.stcp.pt/fotos/editor2/Institucional/relatorio_sobre_remuneracoes_por_genero.pdf	Ponto 6.9.
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção			
	S		Ponto 6.10.
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S		Ponto 6.11.
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S		Ponto 6.11.
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	quatro contratos	Ponto 6.11.
Auditorias do Tribunal de Contas [2]	S	explicitadas no ponto referido	Ponto 6.15.
Parque Automóvel			
Nº de viaturas	S	47	Ponto 6.13.
Gastos Operacionais das Empresas Públicas			
	N		Ponto 6.13.
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28º do DL 133/2013)			
Disponibilidades centralizadas no IGCP	S	13.791.567	Ponto 6.14.
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	268.373	Ponto 6.14.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	0 euros	Ponto 6.14.

[2] deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao setor de atividade e/ou SEE.





7

PERSPETIVAS PARA 2019



Estando a decorrer a operacionalização dos contratos celebrados em 2017 relativos à aquisição de 15 novos autocarros para o serviço público movidos a energia elétrica e 173 movidos a gás natural, foi concluída durante o primeiro trimestre de 2019, a totalidade da encomenda dos autocarros elétricos e o primeiro lote de 35 viaturas a gás natural. Ao longo do ano de 2019 está prevista a receção e entrada em operação de mais 60 novos autocarros a gás natural, de modo faseado. Esta primeira fase do projeto da renovação da frota, conta com o financiamento do POSEUR, para a substituição de 188 autocarros em fim de vida por novas viaturas limpas, que estarão em operação na totalidade até dezembro de 2020, contribuindo para a descarbonização da operação da STCP.

Em janeiro de 2019 a STCP foi notificada pelo POSEUR sobre a decisão de aprovação da candidatura efetuada em outubro de 2018 (Aviso 07-2018-10) para o apoio à aquisição de 86 novos autocarros, 81 a gás natural e 5 elétricos, e respetivas infraestruturas de carregamento, num total de investimento orçado em cerca de 23 milhões de euros (segunda fase do projeto de renovação da frota). Os próximos passos serão a assinatura do Termo de Aceitação entre o POSEUR e a STCP, e a conclusão das peças concursais para o lançamento dos concursos públicos internacionais para a aquisição das referidas viaturas e infraestruturas.

Estão assim lançados os alicerces para dar continuidade à renovação da frota, com a substituição de mais 86 autocarros em fim de vida, o que irá permitir um serviço público mais eficiente, em termos ambientais e económicos.

Com a aprovação em agosto de 2018 por parte do acionista, Estado Português, do investimento para a requalificação dos edifícios das estações de recolha de autocarros da STCP, projeto a executar no triénio 2018 – 2020, orçamentado em cerca de 5 milhões de euros, estima-se a conclusão dos projetos de engenharia, a elaboração das peças concursais e lançamento dos concursos públicos internacionais para as empreitadas das obras, em 2019.

Estas estações de recolha há vários anos que não têm obras de manutenção significativas, pelo que é necessário realizar uma empreitada geral de manutenção e reforço estrutural dos edifícios e parques de estacionamento, adaptando o aparcamento à nova tipologia de autocarros, e dotando os edifícios de maior eficiência energética para redução dos consumos de energia.

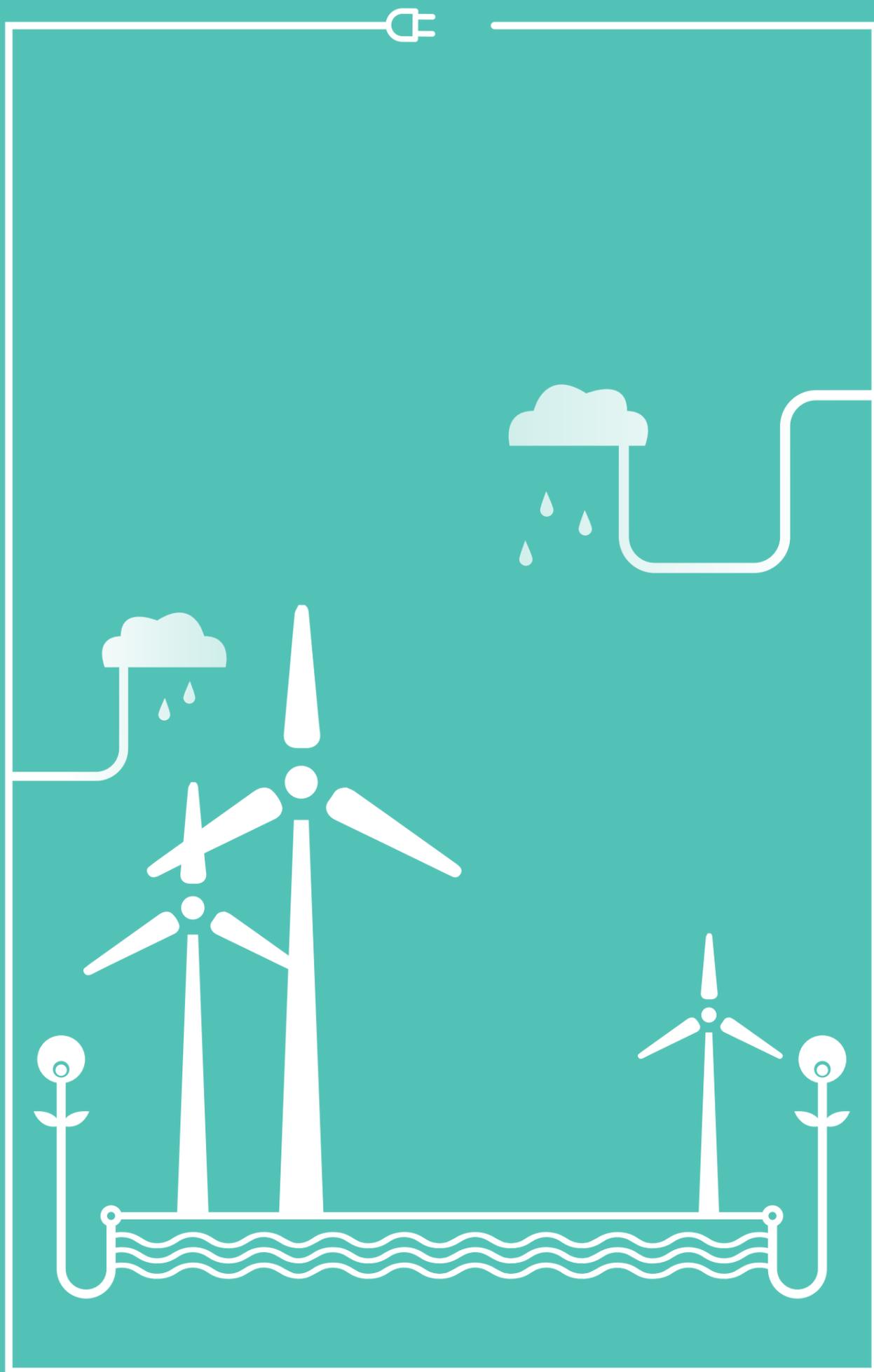
No dia 1 abril de 2019 foi implementado o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), com a criação de novos passes sociais. Durante o primeiro trimestre do ano foram já executados os passos necessários para a implementação dos novos passes sociais, intermodais. A avaliação dos impactos desta medida será monitorizada ao longo do ano, de modo a proceder-se a eventuais ajustamentos da oferta, em função da evolução da procura.

Enfoque na sensibilização das autoridades locais, para que promovam políticas urbanas que privilegiem o aumento da velocidade comercial do transporte público rodoviário, de modo a incrementar a apetência da utilização do transporte coletivo por um maior número de cidadãos.

Será dada continuidade à política de ajustamento do quadro de efetivos, adaptando-o às necessidades da empresa, a concretizar, simultaneamente, através do seu redimensionamento de acordo com as autorizações da Tutela, e da requalificação dos efetivos ao serviço, mediante programas de formação profissional.

Será prosseguido o diálogo com as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT), com vista à contribuição para uma maior paz social e estabilidade laboral.





**PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE
RESULTADOS**





8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício no valor negativo de 1.820.042,93 (um milhão, oitocentos e vinte mil, quarenta e dois euros e noventa e três cêntimos) seja transferido para a conta de Resultados Transitados pelo seu valor global.

Porto, 12 de abril de 2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente executivo:

(Paulo de Azevedo Pereira da Silva)

Vogais executivos:

(Ângelo Augusto Santos Oliveira)

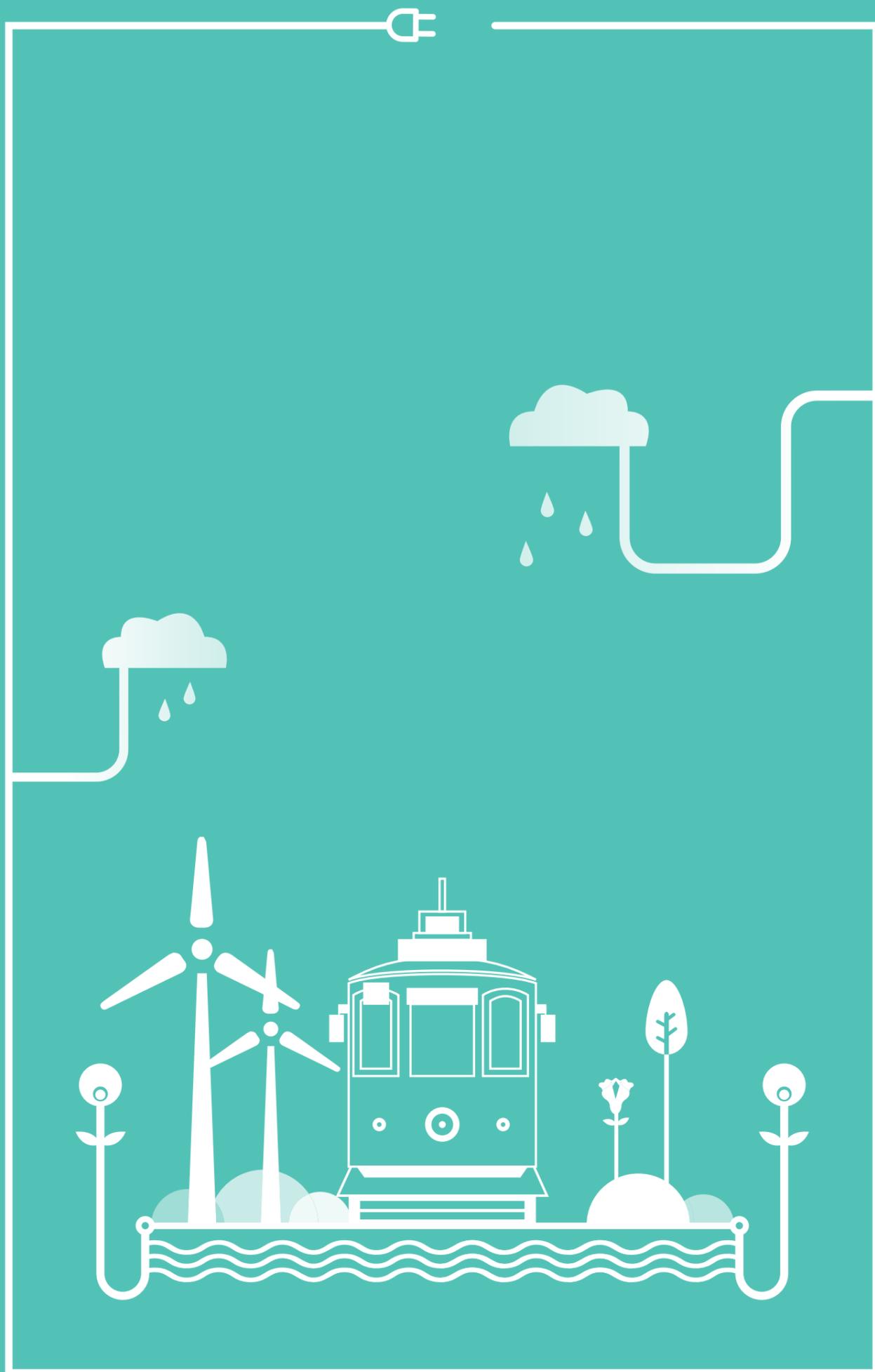
(Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça)

Vogais não executivos:

(Paula Cristina David Vaz Ribeiro Ramos)

(Avelino José Pinto de Oliveira)





9

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

9.1. CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018

BALANÇO

De 31 de dezembro de 2018 e 2017		(montantes expressos em euros)	
ATIVO	Notas	31-Dez-18	31-Dez-17
Ativo não corrente		83.753.508,65	70.367.973,25
Ativos fixos tangíveis	9	67.451.784,75	56.451.968,11
Propriedades de investimento	13	14.124.850,00	13.332.211,72
Ativos intangíveis	8	102.403,42	26.447,71
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	7,15	1.032.975,89	465.523,08
Outros investimentos financeiros	29.1.2.1	108.983,35	91.822,63
Créditos a receber	-	932.511,24	-
Ativo corrente		25.911.184,96	11.573.382,55
Inventários	20	519.909,60	472.776,48
Clientes	29.2.3	3.110.155,66	3.251.009,93
Estado e outros entes públicos	32.2	2.270.703,07	882.646,20
Outros créditos a receber	32.4	5.130.273,41	2.874.737,43
Diferimentos	32.5	632.272,64	633.228,97
Caixa e depósitos bancários	5	14.247.870,58	3.458.983,54
Total do ativo	-	109.664.693,61	81.941.355,80

De 31 de dezembro de 2018 e 2017		(montantes expressos em euros)	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	31-Dez-18	31-Dez-17
Capital próprio			
Capital subscrito	29.4.1	288.034.780,00	213.152.770,00
Reservas legais	29.4.2	74.907,42	74.907,42
Outras reservas	29.4.2	25.727,80	25.727,80
Resultados transitados	-	-668.043.799,10	-653.591.194,69
Excedentes de revalorização	29.4.3	40.983.216,12	42.787.993,72
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	29.4.4	9.003.801,86	4.409.348,40
Resultado líquido do período	-	-1.820.042,93	-14.910.937,48
Total do capital próprio	-	-331.741.408,83	-408.051.384,83
Passivo			
Passivo não corrente	-	361.144.645,74	394.072.690,13
Provisões	23	15.176.432,74	19.911.994,28
Financiamentos obtidos	29.1.1	262.776.876,70	276.330.596,67
Responsabilidade por benefícios pós-reforma	30	563.757,00	477.652,00
Outros passivos financeiros	29.1.3	82.627.579,30	97.352.447,18
Passivo corrente		80.261.456,70	95.920.050,50
Fornecedores	32.1	2.738.396,39	1.135.513,99
Adiantamento de clientes	-	1.395,35	-
Estado e outros entes públicos	32.2	1.784.133,65	990.639,09
Financiamentos obtidos	29.1.1	61.853.882,02	54.614.375,63
Outras dívidas a pagar	32.3	10.429.966,42	6.414.047,65
Diferimentos	32.5	2.040.959,06	1.895.786,44
Outros passivos financeiros	29.1.3	1.412.723,81	30.869.687,70
Total do passivo	-	441.406.102,44	489.992.740,63
Total do capital próprio e do passivo	-	109.664.693,61	81.941.355,80

O Contabilista Certificado n° 6622

O Conselho de Administração
Presidente
Vogais executivos
Vogais não executivos

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017		(montantes expressos em euros)	
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2018	2017
Vendas e serviços prestados	22	47.924.924,87	45.645.941,55
Subsídios à exploração	24	4.851.737,01	1.661.058,86
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	15	537.461,03	241.703,31
Trabalhos para a própria entidade	8,9	15.774,21	13.514,79
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	20	-1.442.556,09	-1.180.990,66
Fornecimentos e serviços externos	32.6	-19.913.071,64	-18.499.628,26
Gastos com o pessoal	30.2	-32.776.131,57	-29.811.705,55
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	20	25.628,12	22.065,45
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	29.2.3	-	555,00
Provisões (aumentos / reduções)	23	4.735.561,54	-7.108.388,50
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	29.1.2.1	-1.431,66	-1.825,12
Aumentos / reduções de justo valor	13	2.635.684,56	760.479,85
Outros rendimentos	32.8	3.085.221,78	2.397.676,37
Outros gastos	32.7	-927.363,55	-1.202.777,12
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		8.751.438,61	-7.062.320,03
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8,9	-3.630.884,21	-3.694.072,64
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)		5.120.554,40	-10.756.392,67
Juros e rendimentos similares obtidos	12	14.724.867,88	15.150.186,73
Juros e gastos similares suportados	12	-21.652.593,89	-19.286.253,17
Resultados antes de impostos		-1.807.171,61	-14.892.459,11
Imposto sobre o rendimento do período	27	-12.871,32	-18.478,37
Resultado líquido do período		-1.820.042,93	-14.910.937,48

O Contabilista Certificado nº 6622

O Conselho de Administração
Presidente
Vogais executivos
Vogais não executivos

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017		(montantes expressos em euros)	
RUBRICAS		2018	2017
Vendas e serviços prestados		52.682.327,38	47.307.000,41
Custo das vendas e dos serviços prestados		-51.194.697,86	-46.961.567,79
Resultado bruto		1.487.629,52	345.432,62
Outros rendimentos		11.478.948,82	5.064.466,98
Gastos de distribuição		-1.562.116,04	-1.557.176,68
Gastos administrativos		-4.503.826,62	-4.124.025,38
Outros gastos		-1.780.081,28	-10.485.090,21
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)		5.120.554,40	-10.756.392,67
Gastos de financiamento (líquidos)		-6.927.726,01	-4.136.066,44
Resultados antes de impostos		-1.807.171,61	-14.892.459,11
Imposto sobre o rendimento do período		-12.871,32	-18.478,37
Resultado líquido do período		-1.820.042,93	-14.910.937,48

O Contabilista Certificado nº 6622

O Conselho de Administração
Presidente
Vogais executivos
Vogais não executivos

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(montantes expressos em euros)

Descrição	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	TOTAL	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2017	1	-	143.289.490,00	74.907,42	25.727,80	-627.535.189,08	43.551.099,80	3.807.998,75	-26.787.587,66	-463.573.552,97
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Realização de excedentes de revalorização	-	29.4	-	-	-	762.369,05	-762.369,05	-	-	-
Excedentes de revalorização	-	29.4	-	-	-	-	-737,03	-	-	-737,03
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	-	-26.818.374,66	-	601.349,65	26.787.587,66	570.562,65
	2	-	-	-	-	-26.056.005,61	-763.106,08	601.349,65	26.787.587,66	569.825,62
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	-	-	-	-	-	-	-	-14.910.937,48	-14.910.937,48
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3	-	-	-	-	-	-	-	11.876.650,18	-14.341.111,86
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Realizações de capital	-	-	69.863.280,00	-	-	-	-	-	-	-
	5	-	69.863.280,00	-	-	-	-	-	-	69.863.280,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2017	6=1+2+3+5	-	213.152.770,00	74.907,42	25.727,80	-653.591.194,69	42.787.993,72	4.409.348,40	-14.910.937,48	-408.051.384,83

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(montantes expressos em euros)

Descrição	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	TOTAL	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2018	6	-	213.152.770,00	74.907,42	25.727,80	-653.591.194,69	42.787.993,72	4.409.348,40	-14.910.937,48	-408.051.384,83
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Realização de excedentes de revalorização	-	29.4	-	-	-	783.657,32	-783.657,32	-	-	-
Excedentes de revalorização	-	29.4	-	-	-	-	-1.021.120,28	-	-	-1.021.120,28
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	-	-15.236.261,73	-	4.594.453,46	14.910.937,48	4.269.129,21
	7	-	-	-	-	-14.452.604,41	-1.804.777,60	4.594.453,46	14.910.937,48	3.248.008,93
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	-	-	-	-	-	-	-	-1.820.042,93	-1.820.042,93
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8	-	-	-	-	-	-	-	13.090.894,55	1.427.966,00
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Realizações de capital	-	-	74.882.010,00	-	-	-	-	-	-	74.882.010,00
	10	-	74.882.010,00	-	-	-	-	-	-	74.882.010,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2018	6+7+8+10	-	288.034.780,00	74.907,42	25.727,80	-668.043.799,10	40.983.216,12	9.003.801,86	-1.820.042,93	-331.741.408,83

O Contabilista Certificado nº 6622

O Conselho de Administração
 Presidente
 Vogais executivos
 Vogais não executivos



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017		(montantes expressos em euros)	
	Notas	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		51.976.806,55	49.975.103,35
Pagamentos a fornecedores		-24.164.836,77	-24.080.425,01
Pagamentos ao pessoal		-25.642.551,23	-24.031.272,25
Caixa gerada pelas operações		2.169.418,55	1.863.406,09
Pagamento/Recebimento do imp.sobre o rendimento		143.397,21	112.987,71
Outros recebimentos/pagamentos		2.047.832,82	-4.608.141,75
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		4.360.648,58	-2.631.747,95
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		-14.941.959,24	-10.704.519,32
Ativos intangíveis		-130.729,96	-3.121,16
Investimento financeiros		-17.996,62	-13.597,58
Outros ativos		-84.073,63	-88.667,02
		-15.174.759,45	-10.809.905,08
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		74.681,54	946.798,75
Outros ativos		1.062.680,00	27.470,00
Subsídios ao investimento		3.298.875,77	942.940,18
Juros e rendimentos similares		355.885,54	395.006,72
		4.792.122,85	2.312.215,65
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-10.382.636,60	-8.497.689,43
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		48.065.599,31	14.714.712,20
Realização de capital e outros instrumentos de capital próprio		74.882.010,00	69.863.280,00
		122.947.609,31	84.577.992,20
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		-52.307.028,41	-52.299.305,11
Juros e gastos similares		-51.287.455,81	-18.444.087,03
Outras operações de financiamento		-2.542.250,03	-2.131.191,84
		-106.136.734,25	-72.874.583,98
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		16.810.875,06	11.703.408,22
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		10.788.887,04	573.970,84
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.458.983,54	2.885.012,70
Caixa e seus equivalentes no final do período	5	14.247.870,58	3.458.983,54

O Contabilista Certificado nº 6622

O Conselho de Administração
 Presidente
 Vogais executivos
 Vogais não executivos



9.2. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Período findo em 31 de dezembro de 2018

(Montantes expressos em euros)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., pelo decreto-lei n.º 202/94 de 23 de julho, foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, tendo sucedido à empresa Serviço de Transportes Colectivos do Porto, criada pelo Decreto-Lei n.º 38144, de 30 de dezembro de 1950. A sua sede é na Avenida Fernão de Magalhães, 1862 - 13º piso, no Porto.

Tem como principal atividade o transporte coletivo público rodoviário de passageiros em regime de exclusividade dentro dos limites do concelho do Porto, e no regime geral de concorrência nos concelhos limítrofes - Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia – integrados na Área Metropolitana do Porto. Explora o modo autocarro e o modo carro elétrico.

Em outubro de 2013, foi publicado o decreto-lei n.º 133/2013, que veio proceder a uma reestruturação do quadro normativo aplicável às empresas públicas de forma a torná-lo mais coerente e abrangente, com vista a submeter a um mesmo regime as matérias nucleares referentes a todas as organizações empresariais direta ou indiretamente detidas pelo Estado, de natureza administrativa ou empresarial, independentemente da forma jurídica que assumam. Foi assim alargado o âmbito setorial de aplicação do setor público empresarial e densificado o conceito de empresa pública, ficando a STCP, por força deste normativo, abrangida pelos princípios e regras preconizados neste diploma.

A STCP celebrou, em 8 de agosto de 2014, um Contrato de Serviço Público com o Estado Português, que tem por objeto a exploração do serviço público de transporte de passageiros por autocarro no território de seis municípios associados da AMP. Em 10 de dezembro de 2014, foi efetuado um aditamento ao referido contrato.

Em 25 de junho de 2016, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre o Novo Modelo de Gestão da STCP, S.A., entre o Estado Português, a STCP, S.A., a Área Metropolitana do Porto e os Municípios do Porto, Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia. O memorando prevê que o

Estado proceda à descentralização, em benefício daqueles municípios, das suas competências de autoridade de transporte, mantendo-se como acionista da empresa e passando a gestão para as autarquias, entidades fundamentais para a gestão de serviços públicos numa lógica de proximidade.

Conforme definido no decreto-lei n.º 82/2016, de 28 de novembro, foi determinada a descentralização, parcial e temporária, de competências de autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto, relativas ao serviço de transporte público de passageiros operado pela STCP, e a descentralização, parcial e temporária, da gestão operacional da STCP.

Em 2 de janeiro de 2017 foi assinado um Contrato Interadministrativo de Constituição da “Unidade Técnica de Serviço” e de Delegação de Competências entre a AMP e os Municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo, no qual se estabelece os termos em que a AMP exerce as competências de autoridade de transporte respeitantes ao Serviço Público de transportes de passageiros explorados pela STCP na área geográfica dos municípios, a criação de uma unidade técnica de apoio à gestão e as regras de repartição, entre os Municípios outorgantes, dos encargos associados ao pagamento das compensações financeiras devidas por obrigações de serviço público.

A 28 de julho de 2017 foi assinado um segundo aditamento ao Contrato de Serviço Público com o Estado Português e a Área Metropolitana do Porto, o qual termina a sua vigência no dia 31 de dezembro de 2024.

Em 2018, a empresa continuou a cumprir as orientações preconizadas no artigo 21.º da lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e reconfirmado pelo art.º 23º da Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro, no que diz respeito à reposição integral dos direitos adquiridos pelos instrumentos de regulamentação coletiva do trabalho vigentes na STCP.

Nos termos do artigo 104.º do Decreto-Lei nº 33/2018, de 15 de maio, a empresa submeteu em maio de 2018 à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, EPE, o pedido de regime de exceção ao Princípio da Unidade de Tesouraria, pelo prazo de dois anos, tendo sido concedida, por Ofício do IGCP n.º 2018/11914, de 18 de julho, autorização para exceção ao cumprimento do princípio da unidade de tesouraria, no que respeita a empréstimos bancários contraídos, garantias bancárias, custódia de títulos que não sejam de dívida pública e objeto de serviço de recolha de valores contratualizado.

Em 2018, foi realizada a auditoria das certificações em Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho,

na sequência da qual foi confirmada a certificação nos três referenciais até 31 de julho de 2021.

As demonstrações financeiras reportam-se ao período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2018 e estão apresentadas em euros. As operações em moeda estrangeira são incluídas nas demonstrações financeiras de acordo com as políticas descritas no ponto 4.8..

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. NORMATIVO CONTABILÍSTICO ADOTADO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (retificado), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho.

2.2. DERROGAÇÕES AO REFERENCIAL CONTABILÍSTICO ADOTADO

Não aplicável.

2.3. CONTEÚDOS DAS CONTAS NÃO COMPARÁVEIS

Não aplicável.

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF: DIVULGAÇÕES TRANSITÓRIAS

Não aplicável.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas nas demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

4.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da STCP, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites.

4.2. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os investimentos em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da participação nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados incluem a parte que lhe corresponde no resultado dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida, na data de aquisição, é reconhecido como goodwill a apresentar separadamente, sendo amortizado nos termos previstos no parágrafo 46 da NCRF 14. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento diferido e é reconhecido em rendimento à medida da sua realização.

Anualmente, é feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existirem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos, na demonstração dos resultados, as perdas de imparidade que se demonstre existirem. Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando o montante da participação da empresa nos prejuízos acumulados da participante excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.



Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da participante nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento na participada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

4.3. CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

As aquisições de subsidiárias e de negócios são registadas utilizando o método da compra. O correspondente custo é determinado como o agregado, na data da aquisição, de:

- Justo valor dos ativos entregues ou a entregar;
- Justo valor de responsabilidades incorridas ou assumidas;
- Justo valor de instrumentos de capital próprio emitidos pela empresa em troca da obtenção de controlo sobre a subsidiária; e
- Custos diretamente atribuíveis à aquisição.

Quando aplicáveis, o custo da concentração ou da aquisição inclui o efeito de pagamentos contingentes acordados no âmbito da transação. As alterações subsequentes em tais pagamentos são registadas por contrapartida do correspondente goodwill.

Na eventualidade da contabilização inicial de uma aquisição não estar concluída no final do período de relato em que a mesma ocorreu, a empresa relata montantes provisórios para os itens cuja contabilização não está concluída. Tais montantes provisórios são passíveis de ajustamento durante um prazo de 12 meses a contar da data da aquisição.

4.4. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos não correntes ou os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente ou grupos para alienação está

disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano, a contar da data da classificação do ativo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando a empresa está comprometida com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que a empresa retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os ativos não correntes ou os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

Os ativos não correntes ou grupos para alienação detidos para venda não devem ser objeto de depreciação ou amortização.

4.5. RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade. A diferença entre o justo valor e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação, à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação, à data de relato, pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente de royalties é reconhecido segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da empresa receber o correspondente montante.

4.6. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não aplicável.

4.7. LOCAÇÕES

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como:

- Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação; ou como,
- Locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto, numa base linear, durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

4.8. TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira são registadas inicialmente às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

O volume de transações da empresa em moeda diferente da moeda funcional (euro) é praticamente inexistente e imaterial.



4.9. ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como tal (ativos fixos tangíveis em curso) são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e quando estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. A capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido.

Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos, antecipadamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

4.10. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua atribuição.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Os subsídios do Governo relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis não reembolsáveis são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica Outras variações no capital próprio – subsídios, sendo posteriormente imputados de forma sistemática para resultados como rendimentos, durante o período de vida útil dos respetivos ativos.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante

os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do Governo, que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados, são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

4.11. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

As responsabilidades com o pagamento de complementos de reforma, reconhecidas à data de balanço, representam o valor presente das obrigações por planos de benefícios definidos, reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões, constituído para o efeito.

No que diz respeito aos planos de benefícios definidos, o montante da responsabilidade assumida é determinado anualmente, à data de 31 de dezembro, de acordo com o método da Unidade de Crédito Projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas pelo BPI Vida e Pensões.

Os custos com responsabilidades passadas são reconhecidos imediatamente em resultados, na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

4.12. PAGAMENTOS COM BASE EM AÇÕES

Não aplicável.

4.13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

A STCP não reconhece quaisquer ativos ou passivos por impostos diferidos, por considerar que não existem expectativas

de que venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados até à data ou que gerem pagamentos de imposto sobre o rendimento.

4.14. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra (quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida) e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação que a STCP espera incorrer.

Os terrenos e edifícios são subsequentemente registados segundo o modelo de revalorização. Segundo este modelo, o ativo fixo tangível é apresentado pelo seu justo valor à data da revalorização deduzido das respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas. O justo valor dos edifícios e terrenos foi determinado com base na avaliação efetuada por avaliadores especializados e independentes, à data de 31 de dezembro de 2016 e será periodicamente revisto ou sempre que existam indícios de que o seu justo valor difere significativamente do valor por que se encontram escriturados os ativos.

As diferenças resultantes das revalorizações são registadas no capital próprio na rubrica Excedentes de revalorização de ativos fixos, exceto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente na rubrica Excedentes de revalorização até ao limite de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização, incluído no

capital próprio associado ao ativo, não é reclassificado para resultados.

Anualmente procede-se à transferência do excedente de revalorização de ativos fixos para resultados acumulados na medida do seu uso, abate ou alienação. Desta forma, o montante do excedente a transferir será a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada revalorizada do ativo e a depreciação baseada no custo original do ativo.

Os restantes ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método de linha reta, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado.

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo que seja significativo em relação ao custo total do item é depreciado separadamente. A STCP imputa a quantia inicialmente reconhecida com respeito a um item do ativo fixo tangível às partes significativas deste e deprecia separadamente cada parte. Uma parte significativa de um item do ativo fixo tangível pode ter uma vida útil e um método de depreciação que sejam os mesmos que a vida útil e o método de depreciação de uma outra parte significativa do mesmo item. Essas partes são agrupadas ao determinar-se o gasto de depreciação.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rubricas do ativo fixo tangível	Anos de vida útil				
	até 1988	1989 e 1990	1991 a 2001	2002 a 2011	2012 a 2018
Edifícios e outras construções	8 a 100	10 a 100	10 a 50	5 a 50	5 a 50
Equipamento básico	5 a 56	5 a 12	5 a 12	3 a 20	3 a 30
Equipamento de transporte	7 a 25	5 a 12	5 a 12	4 a 12	4 a 12
Equipamento administrativo	6 a 10	3 a 10	3 a 10	3 a 16	3 a 20
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	10	4 a 10	4 a 10



As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação, sendo registadas na demonstração dos resultados como Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros ou Gastos e perdas em investimentos não financeiros.

4.15. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente registadas ao custo de aquisição, incluindo todas as despesas imputáveis à compra e, subsequentemente, é utilizado o modelo de justo valor.

O justo valor das propriedades de investimento é determinado com base na avaliação anual efetuada por avaliadores especializados e independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas por aumentos/reduções de justo valor.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como um gasto no exercício a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de Propriedades de investimento.

4.16. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis e se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa e se a empresa puder controlar e medir razoavelmente o seu valor. Os dispêndios

com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. A vida útil e o método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

É reconhecido um ativo intangível gerado internamente, resultante de dispêndios de desenvolvimento de um projeto, apenas se forem cumpridas e demonstradas todas as seguintes condições:

- Existe viabilidade técnica para concluir o intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou para venda;
- Existe intenção de concluir o intangível e de o usar ou vender;
- Existe capacidade para usar ou vender o intangível;
- O intangível é suscetível de gerar benefícios económicos futuros;
- Existe disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para concluir o desenvolvimento do intangível e para o usar ou vender;
- É possível mensurar com fiabilidade os dispêndios associados ao intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido do ativo intangível, gerado internamente, consiste na soma dos dispêndios incorridos após a data em que são cumpridas as condições atrás descritas. Quando não são cumpridas tais condições, os dispêndios incorridos na fase de desenvolvimento são registados como gastos do período.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, despesas com software, despesas de desenvolvimento, cujos critérios para o reconhecimento de um ativo sejam cumpridos, despesas com propriedade industrial e outros direitos e trespasses comerciais.

Os ativos intangíveis gerados internamente são registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. A vida útil e o método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida são amortizados num período máximo de 10 anos.

4.17. IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS EXCLUINDO *GOODWILL*

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa, com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior entre o justo valor deduzido de custos para vender, e o seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são atualizados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e, quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa, relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, na rubrica de Perdas por imparidade, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem

ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

4.18. INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda.

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

4.19. PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado. É provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada, tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data.

As obrigações presentes, que resultam de contratos onerosos, são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a empresa é parte integrante das disposições de um contrato, cujo cumprimento tem associados custos, que não é possível evitar, que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a STCP desenvolve um plano formal detalhado de reestruturação, inicia a implementação do mesmo e anuncia as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração



da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, conseqüentemente, relacionados com as atividades correntes da empresa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de haver uma saída de recursos, englobando benefícios econômicos, não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo econômico futuro de recursos.

4.20. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados da seguinte forma:

- Ao custo ou custo amortizado; ou
- Ao justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

São mensurados ao custo amortizado os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características simultaneamente:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estes ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros).

São ainda classificados na categoria ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, bem como instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente classificados na categoria ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro, na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria ao custo ou custo amortizado são classificados na categoria ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas Perdas por reduções de justo valor e Ganhos por aumentos de justo valor.

Imparidade de ativos financeiros:

- Os ativos financeiros classificados na categoria ao custo ou custo amortizado são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados. Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.
- Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.
- As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica Perdas por imparidade, no período em que são determinadas.
- Subseqüentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por

resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados, na rubrica Reversões de perdas por imparidade. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade em instrumentos de capital próprio.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

- A empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.
- A empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos compostos:

- Os instrumentos compostos são instrumentos financeiros que incluem uma componente de passivo financeiro e uma componente de instrumento de capital próprio. Estas duas componentes são apresentadas no balanço separadamente, de acordo com a substância das correspondentes disposições contratuais.
- A distinção entre passivo financeiro e instrumento de capital próprio é efetuada de acordo com a substância das disposições contratuais associadas.
- No reconhecimento inicial do instrumento composto, a componente de passivo financeiro é determinada com base nas taxas de juro de mercado para instrumentos similares não compostos. Esta componente é mensurada ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo. A componente de capital próprio é determinada pela diferença entre o montante recebido e o montante da componente de passivo financeiro, sendo registada no capital próprio. A componente de capital próprio não é subseqüentemente remensurada.

4.21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E CONTABILIDADE DE COBERTURA

A STCP utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos financeiros derivados com o objetivo de especulação.

Os instrumentos derivados utilizados pela empresa dizem respeito a SWAP de taxa de juro para cobertura do risco de variação de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos instrumentos de cobertura de taxa de juro são substancialmente idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. No entanto, não se encontram cumpridos os requisitos necessários para a qualificação da contabilização de cobertura.

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. Em cada data de relato são remensurados ao justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda de remensuração registado de imediato em resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um ativo financeiro, na rubrica "Outros instrumentos financeiros – Derivados". Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro, na rubrica "Outros instrumentos financeiros – Derivados".

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação nesse limite de prazo.

No início da operação da cobertura, a empresa documenta:

- A relação entre o instrumento de cobertura e o item coberto;
- Os seus objetivos e estratégia de gestão do risco; e
- A avaliação da eficácia do instrumento de cobertura a compensar variações nos justos valores e fluxos de caixa do item coberto.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como instrumento de cobertura no âmbito de cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias, no âmbito de um compromisso ou de uma transação futura de elevada



probabilidade, e risco de investimento líquido numa operação estrangeira, são registadas no capital próprio, na rubrica “Outras reservas”. Tais ganhos ou perdas registadas em Outras reservas são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afetar resultados, sendo apresentados na linha afetada pelo item coberto.

A contabilidade de cobertura é descontinuada quando a empresa revoga a relação de cobertura, quando o instrumento de cobertura expira, é vendido, ou é exercido, ou quando o instrumento de cobertura deixa de se qualificar para a contabilidade de cobertura. Qualquer montante registado em Outras reservas apenas é reclassificado para resultados quando a posição coberta afetar resultados. Quando a posição coberta consistir numa transação futura e não for expectável que a mesma ocorra, qualquer montante registado em Outras reservas é de imediato reclassificado para resultados.

4.22. EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

Não aplicável.

4.23. AGRICULTURA

Não aplicável.

4.24. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data da aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras

serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis;
- Análises de imparidade de ativos tangíveis e intangíveis;
- Registo de imparidade aos valores do ativo, nomeadamente inventários e contas a receber;
- Provisões;
- Cálculo da responsabilidade associada aos fundos de pensões;
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados;
- Apuramento do justo valor das propriedades de investimentos e dos terrenos e edifícios incluídos nos ativos fixos tangíveis.

4.25. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Caixa e seus equivalentes inclui para além de numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, os descobertos bancários e outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	2018	2017
Numerário	187.931,12	127.744,94
Depósitos bancários	14.059.939,46	3.331.238,60
Caixa e equivalentes de caixa no Balanço / Demonstração de Fluxos de Caixa	14.247.870,58	3.458.983,54

6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício de 2018 e 2017 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, estimativas ou correção de erros materiais de períodos anteriores.

7. PARTES RELACIONADAS

Participações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Designação Social	Sede	% Part.	Atividade
Subsidiárias			
STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal Lda.	Porto	100%	Atividades de operador turístico e transporte terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros.
Associadas			
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Porto	33,30%	Gestão de bilhética de transportes.
Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.	Oeiras	20%	Exploração de toda e qualquer publicidade em veículos e instalações.
Outras participadas			
Metro do Porto, S.A.	Porto	16,60%	Transporte urbano e local de passageiros por metropolitano.
OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA	Porto	8,33%	Desenvolvimento de projetos de I&D na área dos transportes coletivos, desenvolvendo soluções informáticas avançadas para a gestão e otimização de sistemas de transportes.



As remunerações do pessoal-chave de gestão da empresa, nos exercícios findos em 2018 e 2017, encontram-se descritos no ponto 6.6 deste relatório e contas.

No decurso dos exercícios findos em 2018 e 2017, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Descrição das transações	2018			Total
	Subsidiárias	Associadas	Outras partes relacionadas	
Serviços obtidos	-	1.845.317,26	138.430,18	1.983.747,44
Serviços prestados	-	35.704.078,30	55.333,42	35.759.411,72

Descrição das transações	2017			Total
	Subsidiárias	Associadas	Outras partes relacionadas	
Serviços obtidos	-	1.696.254,14	163.099,26	1.859.353,40
Serviços prestados	-	35.743.370,28	162.957,23	35.906.327,51

Saldos com partes relacionadas em 2018 e 2017:

Saldos	2018				Total
	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	
Contas a receber correntes	-	3.637.034,38	-	6.332,16	3.643.366,54
Contas a pagar correntes	-	220.202,54	-	1.014,90	221.217,44

Saldos	2017				Total
	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	
Contas a receber correntes	-	3.398.640,30	-	11.390,72	3.410.031,02
Contas a pagar correntes	-	226.972,47	-	12.275,65	239.248,12

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Ativos intangíveis	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Valor líquido a 01.01.2018	-	21.059,27	388,44	-	5.000,00	26.447,71
Ativo bruto						
Saldo a 01.01.2018	88.749,10	5.240.355,49	98.439,49	1.106.517,00	5.000,00	6.539.061,08
Movimentos de 2018						
Adições	-	108.955,65	-	-	-	108.955,65
Regularizações e transferências	-	5.000,00	-	-	-5.000,00	-
Saldo a 31.12.2018	88.749,10	5.354.311,14	98.439,49	1.106.517,00	-	6.648.016,73
Amortizações acumuladas						
Saldo a 01.01.2018	-88.749,10	-5.219.296,22	-98.051,05	-1.106.517,00	-	-6.512.613,37
Movimentos de 2018						
Gastos de amortização	-	-32.722,40	-277,54	-	-	-32.999,94
Saldo a 31.12.2018	-88.749,10	-5.252.018,62	-98.328,59	-1.106.517,00	-	-6.545.613,31
Valor líquido a 31.12.2018	-	102.292,52	110,9	-	-	102.403,42

Ativos intangíveis	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Valor líquido a 01.01.2017	-	83.583,18	665,9	92.209,75	5.245,69	181.704,52
Ativo bruto						
Saldo a 01.01.2017	88.749,10	5.237.759,95	98.439,49	1.106.517,00	5.245,69	6.536.711,23
Movimentos de 2017						
Adições	-	310,25	-	-	2.039,60	2.349,85
Regularizações e transferências	-	2.285,29	-	-	-2.285,29	-
Saldo a 31.12.2017	88.749,10	5.240.355,49	98.439,49	1.106.517,00	5.000,00	6.539.061,08
Amortizações acumuladas						
Saldo a 01.01.2017	-88.749,10	-5.154.176,77	-97.773,59	-1.014.307,25	-	-6.355.006,71
Movimentos de 2017						
Gastos de amortização	-	-65.119,45	-277,46	-92.209,75	-	-157.606,66
Saldo a 31.12.2017	-88.749,10	-5.219.296,22	-98.051,05	-1.106.517,00	-	-6.512.613,37
Valor líquido a 31.12.2017	-	21.059,27	388,44	-	5.000,00	26.447,71



A empresa não procede à capitalização das despesas de investigação. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas apenas quando cumprem os critérios de reconhecimento definidos nas NCRF.

Após análise dos ativos intangíveis foi determinado que não existem bens com vida útil indefinida. As amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Rubricas do ativo fixo intangível	Anos de vida útil
Projetos de desenvolvimento	3
Programas de computador	2 a 8
Propriedade industrial	3 a 7
Outros ativos intangíveis	5

Movimentos ocorridos, nos exercícios de 2018 e de 2017, nos ativos intangíveis em curso:

	Saldo 01.01.2018	Aquisições	Regularizações e Transferências	Abates / Alienações	Saldo 31.12.2018
Programas de computador	5.000,00	-	-5.000,00	-	-

	Saldo 01.01.2017	Aquisições	Regularizações e Transferências	Abates / Alienações	Saldo 31.12.2017
Programas de computador	5.245,69	2.039,60	-2.285,29	-	5.000,00
	5.245,69	2.039,60	-2.285,29	-	5.000,00

9. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Ativos tangíveis em curso	Adiantamento por conta de ativos tangíveis	Total de ativos fixos tangíveis
Valor líquido a 01.01.2018	32.730.992,72	7.730.089,21	14.369.417,23	44.900,88	384.886,11	1.099.859,19	91.822,77	-	56.451.968,11
Ativo bruto									
Saldo a 01.01.2018	33.254.451,19	27.495.832,76	69.809.840,55	1.303.672,52	4.398.105,20	1.859.999,19	91.822,77	-	138.213.724,18
Movimentos de 2018									
Adições	-	57.928,60	14.251.164,35	-	245.634,49	-	50.810,32	-	14.605.537,76
Abates / vendas	-	-	-303.650,03	-340.770,02	-5.307,06	-	-	-	-649.727,11
Regular. e transferências	-	173.199,31	-173.199,31	-	-	-	-	-	-
Saldo a 31.12.2018	33.254.451,19	27.726.960,67	83.584.155,56	962.902,50	4.638.432,63	1.859.999,19	142.633,09	-	152.169.534,83
Depreciações acumuladas									
Saldo a 01.01.2018	-	-18.207.739,40	-55.440.423,32	-1.258.771,64	-4.013.219,09	-760.140,00	-	-	-79.680.293,45
Movimentos de 2018									
Gastos de depreciação	-	-987.820,77	-2.481.834,01	-8.305,35	-117.491,65	-2.432,49	-	-	-3.597.884,27
Abates / vendas	-	-	297.471,04	340.770,02	3.649,20	-	-	-	641.890,26
Regular. e transferências	-	-164.459,23	164.459,23	-	-	-	-	-	-
Saldo a 31.12.2018	-	-19.360.019,40	-57.460.327,06	-926.306,97	-4.127.061,54	-762.572,49	-	-	-82.636.287,46
Perdas por imparidade acumuladas									
Saldo a 01.01.2018	-523.458,47	-1.558.004,15	-	-	-	-	-	-	-2.081.462,62
Saldo a 31.12.2018	-523.458,47	-1.558.004,15	-	-	-	-	-	-	-2.081.462,62
Valor líquido a 31.12.2018	32.730.992,72	6.808.937,12	26.123.828,50	36.595,53	511.371,09	1.097.426,70	142.633,09	-	67.451.784,75

A coluna das adições de 2018, inclui 15.774,21 euros de trabalhos para a própria entidade nos ativos fixos em curso.



Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras immobilizações corpóreas	Ativos tangíveis em curso	Adiantamento por conta de ativos tangíveis	Total de ativos fixos tangíveis
Valor líquido a 01.01.2017	32.774.328,00	8.842.480,59	16.398.591,79	5.344,92	365.057,50	1.102.423,75	279.942,38	-	59.768.168,93
Ativo bruto									
Saldo a 01.01.2017	33.310.507,78	27.700.520,14	69.482.587,26	1.451.724,13	4.322.473,90	1.859.999,19	279.942,38	-	138.407.754,78
Movimentos de 2017									
Adições	-	35.497,51	183.863,83	47.584,58	67.025,47	-	91.822,77	-	425.794,16
Abates / vendas	-	-	-68.088,82	-195.636,19	-48.683,14	-	-	-	-312.408,15
Regular. e transferências	-56.056,59	-240.184,89	211.478,28	-	57.288,97	-	-279.942,38	-	-307.416,61
Saldo a 31.12.2017	33.254.451,19	27.495.832,76	69.809.840,55	1.303.672,52	4.398.105,20	1.859.999,19	91.822,77	-	138.213.724,18
Depreciações acumuladas									
Saldo a 01.01.2017	-	-17.300.035,40	-53.083.995,47	-1.446.379,21	-3.957.416,40	-757.575,44	-	-	-76.545.401,92
Movimentos de 2017									
Gastos de depreciação	-	-998.399,29	-2.424.262,36	-8.028,62	-103.211,15	-2.564,56	-	-	-3.536.465,98
Abates / vendas	-	-	67.115,75	195.636,19	48.127,22	-	-	-	310.879,16
Regular. e transferências	-	90.695,29	718,76	-	-718,76	-	-	-	90.695,29
Saldo a 31.12.2017	-	-18.207.739,40	-55.440.423,32	-1.258.771,64	-4.013.219,09	-760.140,00	-	-	-79.680.293,45
Perdas por imparidade acumuladas									
Saldo a 01.01.2017	-536.179,78	-1.558.004,15	-	-	-	-	-	-	-2.094.183,93
Transferências	12.721,31	-	-	-	-	-	-	-	12.721,31
Saldo a 31.12.2017	-523.458,47	-1.558.004,15	-	-	-	-	-	-	-2.081.462,62
Valor líquido a 31.12.2017	32.730.992,72	7.730.089,21	14.369.417,23	44.900,88	384.886,11	1.099.859,19	91.822,77	-	56.451.968,11

A coluna das adições inclui 13.514,79 euros de trabalhos para a própria entidade, sendo 687,65 euros de edifícios e outras construções, 10.239,53 euros de equipamento básico e 2.587,61 euros de ativos em curso.

À data de 31 de dezembro de 2016, a empresa Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. solicitou uma avaliação externa e independente (Basis of Value – Peritos Avaliadores de Imóveis, Lda) dos seus terrenos e edifícios (todos eles localizados no grande Porto) classificados como ativos fixos tangíveis e procedeu à sua revalorização.

O trabalho consistiu na determinação do Justo Valor dos edifícios e terrenos, para efeitos contabilísticos, respeitando as exigências da norma contabilística e de relato financeiro n.º 7 e os termos de referência indicados pela empresa. A data de referência da avaliação é 31 de dezembro de 2016.

No âmbito da avaliação, o Justo Valor foi calculado através do Método de Mercado e do Método do Rendimento tendo em consideração valores correntes praticados para usos semelhantes e comparáveis ao uso em avaliação, dando cumprimento ao estipulado na NCRF 7.

O “Justo Valor” pode ser definido como “A quantia pela qual um ativo poderia ser trocado (...), entre entidades conhecedoras e a isso dispostas, numa transação em que nenhum relacionamento exista entre elas”. O Justo Valor é o “Valor de Mercado” determinado por peritos avaliadores qualificados.

Em determinadas circunstâncias, designadamente quando devido à natureza especializada do imóvel e se este for raramente vendido exceto como parte integrante de um “negócio em continuidade”, pode-se atribuir o “Justo Valor” usando uma abordagem pelo “rendimento” ou pelo “Custo de Reposição Depreciado”.

Importa realçar que, neste processo de avaliação, não foram tidas em conta quaisquer condicionantes de natureza comercial ou de obsolescência económica dos negócios ou atividades a exercer nas instalações, sendo os imóveis avaliados tal como se encontram e considerando a sua máxima e melhor utilização (uso alternativo).

Os pressupostos de avaliação usados na determinação do justo valor foram os seguintes:

- O trabalho de avaliação teve por base vistorias, isto é, inspeções visuais, realizadas ao exterior e interior de todos os imóveis.
- Foi recolhida informação sobre a envolvente e o mercado imobiliário local, tendo sido efetuado um levantamento dos valores atualmente pedidos no mercado para imóveis semelhantes e comparáveis.
- Na obtenção do valor de cada imóvel foram tomados em consideração os principais fatores determinantes como a localização, acessos, dimensões existentes, características e o estado atual.
- Tiveram-se ainda por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis com utilização potencial e localização semelhantes.
- As áreas de terreno e de construção foram obtidas através de elementos fornecidos pela empresa, os quais são considerados como corretos.
- Partiu-se do pressuposto de que todos os imóveis se encontram devidamente legalizados e licenciados, livres de ónus e encargos, para além dos constantes nos contratos de arrendamento em vigor.
- A valorização das infraestruturas afetas a cada imóvel - pavimentos, redes de abastecimento e distribuição de água, redes de drenagem de águas residuais e pluviais, rede de distribuição de eletricidade, etc. - foi considerada e incluída na valorização de cada imóvel.

Caso os “terrenos e recursos naturais” e “edifícios e outras construções” tivessem sido reconhecidos de acordo com o modelo do custo, a quantia escriturada seria, respetivamente, de:

Rubrica	2018	2017
Terrenos e recursos naturais	2.175.113,03	2.175.113,03
Edifícios e outras construções	5.729.934,28	5.934.804,17
	7.905.047,31	8.109.917,20



Não se procedeu à divulgação das restrições de titularidade de ativos, nem de ativos fixos dados como garantias de passivos, dado não existirem situações que se enquadrem neste âmbito.

Movimentos ocorridos, nos exercícios de 2018 e de 2017, nos ativos tangíveis em curso:

	Saldo 01.01.2018	Aquisições	Regularizações e Transferências	Abates / Alienações	Saldo 31.12.2018
Equipamento básico	91.822,77	50.810,32	-	-	142.633,09
	91.822,77	50.810,32	-	-	142.633,09

	Saldo 01.01.2017	Aquisições	Regularizações e Transferências	Abates / Alienações	Saldo 31.12.2017
Edifícios e outras construções	11.175,13	-	-11.175,13	-	-
Equipamento básico	212.197,04	91.822,77	-212.197,04	-	91.822,77
Equipamento administrativo	56.570,21	-	-56.570,21	-	-
	279.942,38	91.822,77	-279.942,38	-	91.822,77

A coluna das aquisições, em 2018, inclui 15.774,21 euros de trabalhos para a própria entidade, sendo que em 2017 inclui 13.514,79 euros.

Nos exercícios de 2018 e 2017 não se verificaram movimentos nos adiantamentos para ativos fixos tangíveis.

À data de 31 de dezembro de 2018, os compromissos contratuais assumidos para a aquisição de ativos fixos tangíveis são no montante de cerca de 33 milhões de euros.

10. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

A empresa não possui ativos nestas condições.

Anos	2018			2017		
	Valor descontado pag. mínimos	Juros	Total	Valor descontado pag. mínimos	Juros	Total
2018	-	-	-	1.908.654,31	37.145,85	1.945.800,16
2019	1.926.279,03	19.726,29	1.946.005,32	1.926.307,41	19.492,75	1.945.800,16
2020	1.071.668,52	3.317,42	1.074.985,94	1.071.593,01	3.278,01	1.074.871,02
Total	2.997.947,55	23.043,71	3.020.991,26	4.906.554,73	59.916,61	4.966.471,34

11. LOCAÇÕES

11.1. LOCAÇÕES FINANCEIRAS – LOCATÁRIOS

Nos exercícios de 2018 e 2017, a empresa pagou rendas de locação financeira no montante de 2.592.854,12 euros (inclui 50.604,09 euros de juros) e de 2.194.160,98 euros (inclui 62.969,14 euros de juros), respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a empresa mantinha responsabilidades, como locatária, relativas a rendas de contratos de locação financeira, no montante de 3.020.991,26 euros e 4.966.471,34 euros, respetivamente (com IVA incluído quando este não é dedutível), a vencer nos próximos exercícios segundo o mapa abaixo:

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a quantia escriturada líquida para cada categoria de ativo em regime de locação financeira era a seguinte:

Descrição	2018			2017		
	Valor aquisição	Amortizações acumuladas / Perdas por imparidade	Valor líquido	Valor aquisição	Amortizações acumuladas / Perdas por imparidade	Valor líquido
Ativos fixos tangíveis						
Equipamento Básico	22.235.500,00	17.239.136,52	4.996.363,48	22.235.500,00	16.079.901,91	6.155.598,09
Total	22.235.500,00	17.239.136,52	4.996.363,48	22.235.500,00	16.079.901,91	6.155.598,09

11.2. LOCAÇÃO OPERACIONAL

Nos exercícios de 2018 e 2017, foram reconhecidos gastos de rendas de contratos de locação operacional no montante de 52.050,98 euros e 39.775,60 euros, respetivamente.

As rendas de contratos de locação operacional (inclui a componente de outros serviços e IVA, quando não dedutível), a 31 de dezembro de 2018, apresentam os seguintes vencimentos:

Anos	2018	2017
2018	-	26.098,14
2019	109.964,57	23.876,69
2020	83.006,32	21.443,54
2021	75.324,04	14.530,00
2022	41.897,54	-
Total	310.192,47	85.948,38



12. CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito a taxa de juro efetiva dos mesmos.

Juros e gastos similares suportados e reconhecidos, nos exercícios de 2018 e de 2017:

	2018	2017
Juros de financiamentos obtidos	3.598.408,15	4.188.984,29
Juros instituições crédito e instituições financeiras	37.254,28	55.081,68
Juros de financiamentos de participação no capital	3.561.153,87	4.133.902,61
Juros de outros instrumentos financeiros	17.845.523,75	14.888.581,99
Outros gastos e perdas de financiamento - relativos a financiamentos obtidos	208.661,99	208.686,89
Despesas e descontos c/ emissão de financiamentos	4.271,65	4.279,06
Taxa de aval	202.777,78	202.777,78
Comissões e outros encargos	1.612,56	1.630,05
Juros e gastos similares suportados	21.652.593,89	19.286.253,17

Juros e rendimentos similares obtidos, reconhecidos nos exercícios de 2018 e de 2017:

	2018	2017
Ganhos por aumentos de justo valor - em instrumentos financeiros	14.724.867,88	15.150.186,73
Juros e rendimentos similares obtidos	14.724.867,88	15.150.186,73

A empresa não procedeu à capitalização no custo de ativos de encargos financeiros por não ter ativos qualificáveis para tal.

13. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A empresa procedeu, a 31 de dezembro de 2018 e a 31 de dezembro de 2017, a aplicação do justo valor nas propriedades de investimento, tendo sido determinado através de uma avaliação efetuada por entidades externas e especializadas, independentes e com qualificação profissional reconhecida (Em 2018, pela CPU Consultores, Lda e em 2017, pela Basis of Value – Peritos Avaliadores de Imóveis, Lda).

O trabalho consistiu na determinação do Justo Valor dos edifícios e terrenos, para efeitos contabilísticos, respeitando as exigências da norma contabilística e de relato financeiro n.º 11 e os termos de referência indicados pela empresa. A data de referência da avaliação foi de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respetivamente para o ano de 2018 e ano de 2017.

O Justo Valor a determinar para efeitos de reporte contabilístico, tal como definido no SNC, poderá ser equiparado ao “Valor de Mercado”.

No âmbito da avaliação de 2018, o Justo Valor foi calculado através do Método de Mercado e do Método de Rendimento e tendo em consideração valores correntes praticados para usos semelhantes e comparáveis ao uso em avaliação, dando cumprimento ao estipulado na NCRF 11.

Os pressupostos de avaliação usados na determinação do justo valor foram os seguintes:

- O trabalho de avaliação teve por base vistorias, isto é, inspeções visuais, realizadas ao interior e exterior de todos os imóveis;
- Para a totalidade dos imóveis foi recolhida informação sobre a envolvente e o mercado imobiliário local, tendo sido efetuado um levantamento dos valores atualmente pedidos no mercado para imóveis semelhantes e comparáveis;
- Na obtenção do valor de cada imóvel foram tomados em consideração os principais fatores determinantes como a localização, acessos, dimensões existentes, características e o estado atual. Tiveram-se ainda por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis com utilização potencial e localização semelhantes;

- As áreas de terreno e de construção foram obtidas através de elementos fornecidos pela empresa;
- Partiu-se do pressuposto de que todos os imóveis se encontram devidamente legalizados e licenciados, livres de ónus e encargos, para além dos constantes nos contratos de arrendamento em vigor.

Uma vez que se trata de imóveis que não estão afetos à produção, encontram-se desativados e portanto disponíveis para a utilização que o mercado entenda mais favorável do ponto de vista dos benefícios a retirar desses imóveis.

Assim, nomeadamente para os casos dos imóveis constituídos por terrenos livres, a sua valorização foi efetuada na perspetiva do seu desenvolvimento urbanístico, com base nas capacidades construtivas definidas no PDM ou planos em vigor atualmente para cada local.

Para os imóveis constituídos por terrenos e construções mas que atualmente já não têm utilidade - antigas instalações operacionais mas atualmente desativadas - foi considerada a mesma perspetiva de desenvolvimento urbanístico, com base nas capacidades construtivas definidas no PDM ou planos em vigor atualmente para cada local, sendo neste caso as construções consideradas obsoletas e sem valor atual.

Neste sentido, foram utilizados para a valorização dos imóveis os critérios de comparação de mercado e critério do rendimento, nuns casos pelo método de capitalização direta (nos casos de edifícios atualmente utilizáveis) e, noutros, pelo método do valor residual (nos casos em que não existe utilização atual para o existente).

O justo valor é definido na NCRF 11, parágrafo 37, como “o preço pelo qual a propriedade poderia ser trocada entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre as mesmas”. Foram assim cumpridos os requisitos exigidos na NCRF 11 para a determinação do valor de mercado dos imóveis.



Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os movimentos ocorridos na rubrica das propriedades de investimento, foram os seguintes:

2018				
Propriedades investimento	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Adiantamentos por conta prop. Investimento	Total
Saldo a 01.01.2018	11.224.496,02	2.082.989,70	24.726,00	13.332.211,72
Varição justo valor	2.887.253,98	-251.569,42	-	2.635.684,56
Varição justo valor / reversão excedente revalorização	-	-1.021.120,28	-	-1.021.120,28
Aquisições	9.908,54	-	-	9.908,54
Transferências	24.726,00	-	-24.726,00	-
Abates / Vendas	-831.834,54	-	-	-831.834,54
Saldo a 31.12.2018	13.314.550,00	810.300,00	-	14.124.850,00

2017				
Propriedades investimento	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Adiantamentos por conta prop. Investimento	Total
Saldo a 01.01.2017	10.656.433,00	1.739.767,00	24.726,00	12.420.926,00
Varição justo valor por contrapartida de resultados	577.184,85	183.295,00	-	760.479,85
Varição justo valor por reversão excedente revalorização	-	-737,03	-	-737,03
Transferências	43.335,28	160.664,73	-	204.000,01
Abates / Vendas	-52.457,11	-	-	-52.457,11
Saldo a 31.12.2017	11.224.496,02	2.082.989,70	24.726,00	13.332.211,72

A empresa não assumiu nenhuma obrigação contratual relativamente à construção, desenvolvimento, reparação e manutenção de propriedades de investimento.

No decurso do exercício de 2018 e 2017, foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

Propriedades investimento	2018		2017	
	Arrendados	Para valorização	Arrendados	Para valorização
Rendimentos				
Rendimentos de Rendas	446.377,41	-	412.939,48	-
Outros Rendimentos	-	6.900,00	-	-
Gastos				
Gastos Diretos	-35.873,08	-26.324,24	-49.909,98	-26.763,28
Resultado	410.504,33	-19.424,24	363.029,50	-26.763,28

14. IMPARIDADE DE ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sendo a STCP uma empresa de capitais exclusivamente públicos, que presta um serviço social de transporte sem qualquer justificação comercial, deveria ser financeiramente compensada pela quota de serviço não comercial que lhe é imposto assegurar.

Neste contexto, entende-se que a situação histórica de geração de prejuízos sucessivos não reflete um índice de imparidade, mas sim um défice de cumprimento da obrigação por parte do Estado no financiamento das atividades sociais.

Para qualquer ativo em que existam indícios de imparidade, sejam eles de obsolescência técnica ou material, é feita uma análise de imparidade e reconhecidas as perdas decorrentes da mesma.

Em 2018 e 2017, não ocorreram movimentos nas perdas por imparidade dos ativos fixos tangíveis.

O detalhe das perdas por imparidade acumuladas de ativos fixos tangíveis, à data de 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontra-se na nota 9.

15. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E SUBSIDIÁRIAS

15.1. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Não aplicável.

15.2. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E SUBSIDIÁRIAS

Participações financeiras em subsidiárias e associadas, valorizadas pelo método de equivalência patrimonial, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:



Ano de 2018	Ativo	Passivo	Capital próprio	Rendimentos	Resultado líquido	% Detenção
Subsidiárias						
STCP Serviços	47.629,08	5.597,22	42.031,86	-	-1.431,66	100%
Empresas associadas						
TIP, ACE	21.054.201,70	18.279.384,84	2.774.816,86	7.355.395,67	1.615.503,24	33,33%
Transpublicidade, S.A.	1.247.767,24	707.582,54	540.184,70	1.151.144,32	-5.200,27	20%
Ano de 2017	Ativo	Passivo	Capital próprio	Rendimentos	Resultado líquido	% Detenção
Subsidiárias						
STCP Serviços	49.060,74	5.597,22	43.463,52	-	-1.825,12	100,00%
Empresas associadas						
TIP, ACE	18.715.389,26	17.644.948,89	1.070.440,37	7.182.328,57	709.598,79	33,33%
Transpublicidade, S.A.	1.040.271,52	494.886,55	545.384,97	987.903,36	27.688,46	20,00%

Foram usadas as demonstrações financeiras das associadas e subsidiárias, à data de 31 de dezembro de cada exercício, ainda que provisórias.

A aplicação do método de equivalência patrimonial na subsidiária STCP Serviços está suspensa desde 2008, em virtude de a proporção da STCP nos resultados negativos da participada ter excedido a quantia escriturada do correspondente investimento.

Em 2017, o TIP, ACE apresentou, pela primeira vez desde a sua constituição, capitais próprios positivos, pelo que foi retomada a aplicação do método de equivalência patrimonial para esta participada.

Movimentos nas demonstrações financeiras da STCP relativos às participações financeiras em subsidiárias e associadas nos exercícios de 2018 e de 2017:

	2018	2017
Participações financeiras		
Saldo inicial	465.523,08	103.539,24
Regularizações – método da equivalência patrimonial (*)	567.452,81	361.983,84
Outras variações	-	-
Saldo final	1.032.975,89	465.523,08
Perdas por imparidade	-	-
Ativos líquidos	1.032.975,89	465.523,08

(*) No ano de 2018, 537.461,03 euros foram contabilizados na rubrica de “Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, 29.624,41 euros na rubrica “Ajustamentos / Outras variações de capital próprio” e 367,37 euros na rubrica de “Resultados transitados”. Em 2017, 241.703,31 euros foram contabilizados na rubrica de “Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos” e 120.280,53 euros na rubrica “Ajustamentos / Outras variações de capital próprio”.

16. CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Não aplicável.

17. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO

Vide nota 15.2.

18. EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

Não aplicável.

19. AGRICULTURA

Não aplicável.

20. INVENTÁRIOS

Rubrica de inventários em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	2018		2017		Quantia líquida
	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	
Matérias-Primas, sub. e de consumo	1.419.389,73	-899.480,13	1.397.884,73	-925.108,25	472.776,48
	1.419.389,73	-899.480,13	1.397.884,73	-925.108,25	472.776,48

Custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo, nos exercícios de 2018 e de 2017:

	2018	2017
Inventário Inicial	1.397.884,73	1.427.362,80
Compras	1.454.598,73	1.112.035,33
Regularizações	9.462,36	39.477,26
Custo das matérias consumidas	-1.442.556,09	-1.180.990,66
Inventário final	1.419.389,73	1.397.884,73

Nos exercícios de 2018 e de 2017, não ocorreram movimentos na rubrica de Variação dos Produtos e trabalhos em curso.



Evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários, nos exercícios de 2018 e de 2017:

Ano de 2018	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	925.108,25	-	25.628,12	899.480,13
Ano de 2017	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	947.173,70	-	22.065,45	925.108,25

21. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não aplicável.

22. RÉDITOS

Detalhe do crédito reconhecido, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, todo realizado em território nacional:

	2018	2017
Prestação de Serviços	47.924.924,87	45.645.941,55
Transporte público de passageiros (*)	47.828.516,10	45.548.713,86
Aluguer de viaturas	102.833,26	101.938,76
Descontos e abatimentos	-6.424,49	-4.711,07
Rendimentos suplementares	933.163,03	861.208,16
Aluguer de equipamento	644,28	2.050,00
Royalties	1.138,22	2.976,43
Outros rendimentos suplementares	931.380,53	856.181,73
Serviços de manutenção	66.856,29	64.805,89
Publicidade	270.741,23	212.112,02
Cedências de trabalhadores	115.248,52	100.671,13
Renda e cedência espaço	285.402,79	269.836,27
Prestação de serviços de assessoria e outros	30.174,62	22.264,95
Venda sucata e outros bens	13.941,60	26.226,47
Vendas e serviços do museu	114.087,52	100.993,54
Outros	34.927,96	59.271,46
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	453.277,41	412.939,48
	49.311.365,31	46.920.089,19

(*) As subvenções públicas estão definidas no Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, que estabelece dois tipos de subvenções: indemnizações compensatórias e outros tipos de subvenção.

As indemnizações compensatórias caracterizam-se por pagamentos efetuados com verbas do Orçamento do Estado a entidades públicas e privadas, que se destinam a compensar custos de exploração resultantes de prestação de serviços de interesse geral (art.º 3º do Decreto-Lei n.º 167/2008). O conceito de interesse geral exige, entre outras, obrigações de praticar serviços que tenham uma natureza universal e garantam a acessibilidade em termos de preços à generalidade dos cidadãos (art.º 4º).

Por outro lado, o mencionado decreto-lei admite outros tipos de subvenção através de acordos ou contratos com o Estado, mas exclui as subvenções de carácter social concedidas a pessoas singulares. Obriga, contudo, o Estado à publicitação das importâncias concedidas ao abrigo de tais acordos ou contratos realizados com as Entidades.

A STCP celebrou três acordos com o Estado que não contemplam indemnizações compensatórias, porquanto não cumprem a definição de indemnização compensatória acima mencionada.

Esses acordos têm em vista a prestação de serviços por tarifas mais económicas a pessoas singulares com determinadas condicionantes de ordem social. O Estado reembolsa a STCP por parte do desconto de preço praticado nestas tarifas cuja responsabilidade assume.

O acordo para a implementação do tarifário social no sistema intermodal Andante foi assinado em 29 de junho de 2006, o acordo para o tarifário 4_18@escola.tp foi celebrado em 29 de janeiro de 2009 e o acordo para o tarifário sub23@superior.tp foi celebrado em 1 de setembro de 2010.

Para além destes três acordos, e por via da Portaria n.º 272/2011 de 23 de setembro, foi criado ainda o título de transporte intermodal "Passe Social+", destinado a pessoas singulares cujo agregado familiar aufera rendimentos comprovadamente reduzidos.

Em 17 de dezembro de 2014, foi assinado um aditamento ao acordo para a implementação do tarifário social no sistema intermodal Andante que prevê a alteração da comparticipação do Estado de 40% para 68% da percentagem de desconto praticada neste tarifário, com efeitos a 1 de fevereiro de 2012.

A empresa reconhece estas subvenções, ao abrigo desses contratos com influência tarifária, na rubrica Crédito das vendas e dos serviços prestados - transporte público de passageiros.

23. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Foram constituídas as seguintes provisões:

- Processos judiciais em curso: de acordo com os encargos que a empresa poderá vir a suportar por processos pendentes em Tribunal no final de cada exercício e correspondendo ao valor previsível global.
- Acidentes de trabalho e doenças profissionais: conforme os encargos que a STCP deverá vir a suportar no futuro pelas pensões vigentes em 31 de dezembro de 2018. Até fevereiro de 1998, a empresa foi auto seguradora relativamente a estes acidentes, existindo no entanto um seguro parcial para grandes riscos. A partir de 1 de março de 1998, a empresa transferiu para uma seguradora a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho, com franquias de 30 dias. A partir de 1 de março de 2009, a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho deixou de contemplar franquias.
- Outros riscos e encargos: segundo os encargos que a STCP poderá vir a suportar por processos de sinistros ocorridos com a sua frota, da sua responsabilidade, pendentes em 31 de dezembro de 2018, bem como por encargos decorrentes de outros riscos existentes nessa mesma data, nomeadamente para fazer face aos compromissos assumidos com prejuízos em associadas e outras obrigações legais.

Movimento ocorrido nas provisões, nos anos de 2018 e de 2017:



	2018			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	16.017.222,80	-	2.499.669,11	13.517.553,69
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	430.333,24	-	5.777,28	424.555,96
Outras Provisões	3.464.438,24	75.643,29	2.305.758,44	1.234.323,09
	19.911.994,28	75.643,29	4.811.204,83	15.176.432,74
Aumentos e (reduções) de provisões	-	-	-4.735.561,54	-

	2017			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	9.362.217,47	6.655.005,33	-	16.017.222,80
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	443.744,79	-	13.411,55	430.333,24
Outras Provisões	2.997.643,52	2.081.855,38	1.615.060,66	3.464.438,24
	12.803.605,78	8.736.860,71	1.628.472,21	19.911.994,28
Aumentos e (reduções) de provisões	-	-	7.108.388,50	-

Em 2018, a redução nas provisões para processos judiciais em curso deve-se essencialmente à anulação da provisão existente para os seguintes processos judiciais:

- Processo nº 1793/17.1 BELRA – Autor Molgás Energia Portugal, S.A, face ao seu desfecho judicial em 2018, sem encargos;
- Processo 2576/13.3 BEPRT, atendendo ao previsível desfecho favorável e sem custos para a STCP, por prescrição da responsabilidade.

A 31 de dezembro de 2018, estavam pendentes dois processos judiciais, cujos valores são materialmente relevantes, com provisão constituída:

- Processo n.º 1213/16.9 BELSB - Autor Alsa Ferrocarril, S.A., Nex Continental Holdings, SL, Alsa Atlântica, SL, Alsa Metropolitana do Porto, Lda., - reclama uma indemnização em resultado da anulação do ato de adjudicação da subconcessão da exploração do sistema de transportes da STCP e do contrato de subconcessão;
- Processo n.º 1893/06.3 BEPRT -Autor Oliveira Fernandes e Ribeiro Lda. O Autor peticiona que a STCP se abstenha de explorar das carreiras 83 e 84, atuais 905 e 900 e reclama prejuízos;

Cabe relevar uma sentença desfavorável à STCP cujo valor é materialmente relevante, mas não provisionado:

- Processo judicial, instaurado pela ANTRP, contra o Estado Português e contra a STCP e Carris nos termos da qual se reclamava a anulação da Resolução do Conselho de Ministros nº 52/2003 de 27 de março na parte que atribui à Carris e à STCP as indemnizações compensatórias, respetivamente de 40.916.478,00 euros e de 12.376.201,00. A decisão do Supremo Tribunal de justiça, de 12 de janeiro de 2012, foi no sentido de anular aquela resolução. Assim, pode estar em causa a devolução das indemnizações compensatórias por parte da STCP. O facto de a STCP não ter efetuado o provisionamento de quaisquer valores para este processo decorre do seu entendimento de que a responsabilidade nas matérias em litígio cabe ao Estado. Do acima exposto, podemos concluir que estamos na presença de um passivo contingente porque a possibilidade de ocorrência de qualquer reembolso futuro é inferior a 50%. Acresce que, não é possível estimar o montante dos eventuais reembolsos futuros nem o seu prazo de ocorrência. Desta forma não é possível calcular uma estimativa do seu efeito financeiro.

Em 31 de dezembro de 2017, tinha sido constituída uma provisão para outros riscos e encargos, de montante relevante, para assunção do risco com responsabilidades legais, existentes à data do encerramento do ano, referente a anos transatos, cuja saída de recursos para liquidação da obrigação se estimou ocorrer em exercícios seguintes.

Em 12 de dezembro de 2018, foi celebrado um Acordo entre a STCP e os Sindicatos, do qual resultou a regularização de

uma parte substancial das responsabilidades legais passadas. Assim, foi possível reduzir significativamente a provisão existente em 31 de dezembro de 2018.

24. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Movimentos mais relevantes em subsídios nos exercícios de 2018 e de 2017:

2018					
Subsídios	Montante recebido no ano	Montante por receber no ano	Montante total atribuído	Rébito do período	Rébito acumulado
Subsídios à exploração:	4.333.136,20	2.294.436,06	4.851.737,01	4.851.737,01	4.851.737,01
Municípios (*)	4.246.050,19	2.253.102,91	4.757.402,51	4.757.402,51	4.757.402,51
Outras entidades públicas	87.086,01	41.333,15	94.334,50	94.334,50	94.334,50
Subsídios relacionados com ativos	3.298.875,77	1.641.898,47	14.140.037,33	616.287,83	6.563.549,99
Ativos tangíveis	3.204.215,07	1.641.898,47	13.929.214,01	592.543,52	6.444.996,67
Edifícios e outras construções	45.837,93	-	759.850,39	23.897,41	320.566,85
Equipamento básico	3.048.634,96	1.641.898,47	12.777.941,02	526.885,82	5.931.881,38
Equipamento administrativo	86.327,31	-	307.433,61	40.673,02	134.061,03
Outros ativos fixos tangíveis	1.084,46	-	61.658,58	1.087,27	58.487,41
Ativos tangíveis em curso	22.330,41	-	22.330,41	-	-
Propriedades investimento	-	-	33.141,16	-	17.556,95
Edifícios	-	-	33.141,16	-	17.556,95
Ativos intangíveis	94.660,70	-	177.682,16	23.744,31	100.996,37
Programas de computador	-	-	177.682,16	23.744,31	100.996,37
	7.632.011,97	3.936.334,53	18.991.774,34	5.468.024,84	11.415.287,00

(*) Os valores indicados não incluem IVA, sendo que, do montante recebido no ano de 2018, 1.338.597,57 euros são referentes a subsídios que ficaram em dívida no ano de 2017. No montante por receber, 322.461,30 euros são também relativos ao ano de 2017.

2017					
Subsídios	Montante recebido no ano	Montante por receber no ano	Montante total atribuído	Rébito do período	Rébito acumulado
Subsídios à exploração:	-	1.661.058,86	1.661.058,86	1.661.058,86	1.661.058,86
Municípios	-	1.661.058,86	1.661.058,86	1.661.058,86	1.661.058,86
Subsídios relacionados com ativos	942.940,18	1.727,98	9.201.028,01	455.873,83	5.947.299,10
Ativos tangíveis	935.561,50	1.084,46	9.084.221,87	452.891,89	5.852.490,09
Edifícios e outras construções	-	-	716.865,73	22.122,62	296.669,44
Equipamento básico	931.183,00	-	8.087.407,59	406.524,43	5.404.995,56
Equipamento administrativo	-	-	218.289,97	22.770,26	93.424,95
Outros ativos fixos tangíveis	4.378,50	1.084,46	61.658,58	1.474,58	57.400,14
Propriedades investimento	-	-	33.141,16	-	17.556,95
Edifícios	-	-	33.141,16	-	17.556,95
Ativos intangíveis	7.378,68	643,52	83.664,98	2.981,94	77.252,06
Programas de computador	7.378,68	643,52	83.664,98	2.981,94	77.252,06
	942.940,18	1.662.786,84	10.862.086,87	2.116.932,69	7.608.357,96



25. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Em 2018 não ocorreram quaisquer movimentos em moeda estrangeira. No exercício de 2017, ocorreram apenas operações em libras esterlinas mas de montantes irrelevantes.

26. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Nada a relatar.

Anos	Prejuízos fiscais
2013	7.178.252,27
2014	9.563.588,84
2015	15.624.481,05
2016	15.458.446,80
2017	16.642.181,82
	64.466.950,78

A STCP não contabiliza ativos por impostos diferidos por considerar que não existem expectativas de que a empresa venha a gerar lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos por se entender não ser expectável que a forma de financiamento do serviço público de transporte e as condições económicas venham a alterar-se significativamente gerando matéria coletável suficiente que origine coleta e consequentemente o pagamento de impostos sobre o rendimento.

27. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A empresa está sujeita ao regime geral de IRC.

Dada a sua histórica situação deficitária, não existem registos de ocorrência de lucros tributáveis. A 31 de dezembro de 2018, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 64.466.950,78 euros, conforme detalhe abaixo:

No final do exercício de 2018, a conta de imposto sobre o rendimento reflete apenas a estimativa da tributação autónoma a pagar em 2018, cujo valor ascende a 12.871,32 euros.

28. MATÉRIAS AMBIENTAIS

No exercício de 2018 e 2017 não temos informação relevante a relatar.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

29.1. IDENTIFICAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Categorias de ativos e passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Ativos Financeiros Ano de 2018	Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado	Ativos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados	Não abrangidos IFRS7 (*)	Total
Ativos não correntes	1.041.494,59	-	-	1.041.494,59
Outros investimentos financeiros	108.983,35	-	-	108.983,35
Créditos a receber	932.511,24	-	-	932.511,24
Ativos correntes	21.764.747,00	-	723.552,65	22.488.299,65
Clientes	3.110.155,66	-	-	3.110.155,66
Outros créditos a receber	4.406.720,76	-	723.552,65	5.130.273,41
Caixa e depósitos bancários	14.247.870,58	-	-	14.247.870,58
	22.806.241,59	-	723.552,65	23.529.794,24

(*) Rubrica de Devedores por acréscimos de rendimentos

Passivos financeiros Ano de 2018	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados	Não abrangidos IFRS7 (*)	Total
Passivos não correntes	262.776.876,70	82.627.579,30	-	345.404.456,00
Financiamentos obtidos	262.776.876,70	-	-	262.776.876,70
Outros passivos financeiros	-	82.627.579,30	-	82.627.579,30
Passivos correntes	68.283.372,81	1.412.723,81	6.740.267,37	76.436.363,99
Fornecedores	2.738.396,39	-	-	2.738.396,39
Adiantamento de clientes	1.395,35	-	-	1.395,35
Financiamentos obtidos	61.853.882,02	-	-	61.853.882,02
Outras contas a pagar	3.689.699,05	-	6.740.267,37	10.429.966,42
Outros passivos financeiros	-	1.412.723,81	-	1.412.723,81
	331.060.249,51	84.040.303,11	6.740.267,37	421.840.819,99

(*) Rubrica de Credores por acréscimos de gastos



Ativos financeiros Ano de 2017	Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado	Ativos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados	Não abrangidos IFRS7 (*)	Total
Ativos não correntes	91.822,63	-	-	91.822,63
Outros investimentos financeiros	91.822,63	-	-	91.822,63
Ativos correntes	8.522.805,43	-	1.061.925,47	9.584.730,90
Clientes	3.251.009,93	-	-	3.251.009,93
Outros créditos a receber	1.812.811,96	-	1.061.925,47	2.874.737,43
Caixa e depósitos bancários	3.458.983,54	-	-	3.458.983,54
	8.614.628,06	-	1.061.925,47	9.676.553,53

(*) Rubrica de Devedores por acréscimos de rendimentos

Passivos financeiros Ano de 2017	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados	Não abrangidos IFRS7 (*)	Total
Passivos não correntes	276.330.596,67	97.352.447,18	-	373.683.043,85
Financiamentos obtidos	276.330.596,67	-	-	276.330.596,67
Outros passivos financeiros	-	97.352.447,18	-	97.352.447,18
Passivos correntes	56.454.369,30	30.869.687,70	5.709.567,97	93.033.624,97
Fornecedores	1.135.513,99	-	-	1.135.513,99
Financiamentos obtidos	54.614.375,63	-	-	54.614.375,63
Outras dívidas a pagar	704.479,68	-	5.709.567,97	6.414.047,65
Outros passivos financeiros	-	30.869.687,70	-	30.869.687,70
	332.784.965,97	128.222.134,88	5.709.567,97	466.716.668,82

(*) Rubrica de Credores por acréscimos de gastos

De acordo com o ponto 29 da IFRS7, alínea a), quando a quantia escriturada é uma aproximação razoável do justo valor, como para os instrumentos financeiros tais como contas comerciais a receber ou a pagar a curto prazo, não é necessária a divulgação do seu justo valor. Em 2018 e 2017, encontram-se nesta situação as rubricas de Clientes, Outros créditos a receber, Caixa e depósitos bancários e Outras dívidas a pagar.

29.1.1. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Detalhe do financiamento em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Financiamentos obtidos	Ano de 2018					
	Custo amortizado			Montante nominal		
	Total	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente
Instituições crédito e sociedades financeiras	3.008.811,39	1.937.142,87	1.071.668,52	3.008.811,39	1.937.142,87	1.071.668,52
Locações financeiras	2.997.947,55	1.926.279,03	1.071.668,52	2.997.947,55	1.926.279,03	1.071.668,52
Cartão de crédito	10.863,84	10.863,84	-	10.863,84	10.863,84	-
Mercado de valores mobiliários	99.999.870,06	10.183,25	99.989.686,81	100.000.000,00	-	100.000.000,00
Empréstimos Obrigacionistas não convertíveis	99.999.870,06	10.183,25	99.989.686,81	100.000.000,00	-	100.000.000,00
Empréstimos Obrigacionista 07	99.999.870,06	10.183,25	99.989.686,81	100.000.000,00	-	100.000.000,00
Participantes de capital	221.622.077,27	59.906.555,90	161.715.521,37	221.328.570,83	59.613.049,46	161.715.521,37
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos	221.622.077,27	59.906.555,90	161.715.521,37	221.328.570,83	59.613.049,46	161.715.521,37
	324.630.758,72	61.853.882,02	262.776.876,70	324.337.382,22	61.550.192,33	262.787.189,89

Financiamentos obtidos	Ano de 2017					
	Custo amortizado			Montante nominal		
	Total	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente
Instituições crédito e sociedades financeiras	4.912.070,95	1.914.170,53	2.997.900,42	4.912.070,95	1.914.170,53	2.997.900,42
Locações financeiras	4.906.554,73	1.908.654,31	2.997.900,42	4.906.554,73	1.908.654,31	2.997.900,42
Cartão de crédito	5.516,22	5.516,22	-	5.516,22	5.516,22	-
Mercado de valores mobiliários	100.097.265,08	111.845,74	99.985.419,34	100.000.000,00	-	100.000.000,00
Empréstimos Obrigacionistas não convertíveis	100.097.265,08	111.845,74	99.985.419,34	100.000.000,00	-	100.000.000,00
Empréstimos Obrigacionista 07	100.097.265,08	111.845,74	99.985.419,34	100.000.000,00	-	100.000.000,00
Participantes de capital	225.935.636,27	52.588.359,36	173.347.276,91	225.575.347,55	52.228.070,64	173.347.276,91
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos	225.935.636,27	52.588.359,36	173.347.276,91	225.575.347,55	52.228.070,64	173.347.276,91
	330.944.972,30	54.614.375,63	276.330.596,67	330.487.418,50	54.142.241,17	276.345.177,33

Todos os empréstimos estão denominados em euros.



29.1.1.1. NÃO CORRENTE

A 31 de dezembro de 2018, os empréstimos não correntes em vigor, caracterizam-se como se segue:

- Em junho de 2007, foi emitido um empréstimo obrigacionista no montante de 100 milhões de euros, por 15 anos. A subscrição foi privada e direta. A taxa é variável, indexada à Euribor a 6 meses. Existe Call-Option, a partir do 5º ano, total ou parcial. As obrigações foram admitidas à negociação em mercado regulamentado no início do ano de 2011. Tem a Garantia do Estado Português. Pelo contrato de Garantia, a República Portuguesa garante incondicional e irrevogavelmente o pagamento dos montantes correspondentes ao capital e juros exigíveis nos termos e condições dos contratos.
- Em outubro de 2014, o Estado Português concedeu à STCP um empréstimo de mútuo no valor de 301.250.248,72 euros destinado a satisfazer as necessidades de financiamento desta sociedade no período compreendido entre outubro e dezembro de 2014. O empréstimo vence juros a taxas fixas, semestralmente, e será reembolsado em doze prestações de capital iguais e sucessivas, com início em maio de 2016 e termo em 30 de novembro de 2021. O capital mutuado foi disponibilizado em três tranches:
 - 122.166.600 euros, em 6 de outubro de 2014;
 - 177.083.648,72 euros, em 27 de novembro de 2014;
 - 2.000.000 euros, em 15 de dezembro de 2014.
- Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 629/15-SET, de 4 de maio, e da Secretaria das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 15 de maio de 2015, foi aprovada a concessão de um empréstimo de médio/longo prazo para fazer face a necessidades operacionais relativas ao 2º trimestre de 2015, no valor de 4.540.000 euros. A disponibilização foi faseada, nos seguintes montantes e datas:
 - 1.875.000 euros, em 22 de maio de 2015;
 - 1.511.000 euros, na mesma data, 22 de maio;
 - 1.154.000 euros, em 16 de junho de 2015.
- Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 1220/15-SET, de 4 de agosto, e da Secretaria das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 16 de setembro de 2015, foi aprovada a concessão de um segundo empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 3.178.175 euros, tendo sido igualmente autorizado o respetivo endividamento, para fazer face às necessidades operacionais relativas ao 3º trimestre de 2015:
 - 1.472.710 euros, em 30 de setembro de 2015;
 - 1.705.465 euros, na mesma data, 30 de setembro.
- Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 1900/15-SET, de 19 de novembro, foi aprovada a concessão de um terceiro empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 4.400.000 euros para fazer face a parte das necessidades de financiamento operacionais da empresa, relativas ao 4º trimestre de 2015. A verba foi disponibilizada numa única tranche em 26 de novembro de 2015.
- Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 340/17-SET, de 31 de maio, foi aprovada a concessão do primeiro empréstimo de médio e longo prazo, pelo acionista, até ao valor de 14.643.369,27 euros, para fazer face a parte das necessidades de financiamento da empresa, associada aos fluxos a vencer em 2017, do contrato SWAP da STCP, cujo pagamento se encontra previsto no n.º 2 da cláusula 3ª do Acordo celebrado entre o Estado Português, as Empresas de Transporte e o Banco Santander Totta, S.A., em 2 de maio de 2017. O respetivo endividamento da empresa foi autorizado pelo referido Despacho e pelo Despacho do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, de 1 de junho de 2017. O capital mutuado foi disponibilizado em duas tranches:
 - 6.947.865,80 euros, em 1 de junho de 2017;
 - 7.695.503,47 euros, em 27 de novembro de 2017.

- Por Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 1140/17-SET, de 15 de dezembro, foi aprovada a concessão de um 2º empréstimo de médio e longo prazo à Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A, no valor até 29.666.503,73 euros, para fazer face às necessidades de financiamento desta empresa até 31 de janeiro de 2018, correspondendo aos vencimentos que foram suspensos, desde dezembro de 2013, do SWAP contratado com o Banco Santander Totta, S.A. O respetivo endividamento da empresa foi autorizado pelo referido Despacho e pelo Despacho do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, de 19 de dezembro de 2017, sendo o valor concedido desembolsado somente durante o mês de janeiro de 2018.
- Através dos Despachos do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 407/18-SET, de 25 de maio de 2018, e do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente de 28 de maio de 2018, foi aprovada a concessão de um 1º empréstimo de médio e longo prazo, do Estado, à Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A, no valor até 17.589.232,29 euros para fazer face às necessidades de financiamento associadas aos fluxos, a vencer em 2018, do contrato SWAP da STCP, cujo pagamento se encontra previsto no n.º 2 da Cláusula 3ª do Acordo celebrado entre o Estado, as Empresas de Transporte e o Banco Santander Totta, S.A., em 2 de maio de 2017. O capital mutuado foi disponibilizado em duas tranches:
 - 8.427.624,65 euros, em 1 de junho de 2018;
 - 9.161.607,64 euros, em 30 de novembro de 2018.

- Através dos Despachos do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 1048/18-SET, de 20 de dezembro de 2018, foi autorizada a concessão de um 2º empréstimo de médio e longo prazo, do Estado, à Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A, no montante até 1.211.424,00 euros para fazer face às necessidades de financiamento associadas ao Acordo, celebrado entre a empresa e os Sindicatos dos trabalhadores, em 12 de dezembro de 2018. O capital mutuado foi disponibilizado em duas tranches:
 - 725.557,90 euros, em 31 de dezembro de 2018;
 - 390.956,18 euros, a desembolsar durante o ano de 2019.

A 31 de dezembro de 2018 a empresa não regista situações de incumprimento em nenhum dos empréstimos contraídos.

29.1.1.2. CORRENTE

A empresa dispõe de um cartão de crédito destinado exclusivamente ao pagamento pontual de despesas correntes de tesouraria, cujo saldo, a 31 de dezembro de 2018, ascendia a 10.863,84 euros. A modalidade de cartão de crédito configura a solução oferecida pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública-IGCP, E.P.E, como alternativa ao uso do cartão multibanco.

29.1.2. OUTROS INVESTIMENTOS / ATIVOS FINANCEIROS

29.1.2.1. NÃO CORRENTE

A rubrica Outros investimentos financeiros, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresenta o seguinte detalhe:

Outros investimentos financeiros	2018	2017
Participações financeiras em outras empresas	25.000,00	25.000,00
Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias	1.400.000,00	1.400.000,00
Fundo de compensação do trabalho	41.951,49	23.359,11
Quantia bruta	1.466.951,49	1.448.359,11
Perdas por Imparidade acumuladas	-1.357.968,14	-1.356.536,48
Quantia escriturada	108.983,35	91.822,63
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (Perdas / reversões)	-1.431,66	-1.825,12



As participações financeiras em outras empresas encontram-se registadas ao custo por não se encontrarem cotadas num mercado ativo, pelo que, o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade.

Não ocorreram movimentos nestas participações, como se pode constatar pelo mapa abaixo, e o valor escriturado diz respeito apenas à participação na OPT, atendendo a que a participação na Metro do Porto é nula (por ter sido até 2007 valorizada ao método da equivalência patrimonial - a participação até essa data era de 25% - e apresentar capitais próprios negativos):

	2018		2017	
	Justo valor	Ao custo	Justo valor	Ao custo
Participações financeiras:				
Saldo inicial	-	25.000,00	-	25.000,00
Saldo final	-	25.000,00	-	25.000,00
Perdas por imparidade				
Ativos líquidos	-	25.000,00	-	25.000,00

A rubrica de Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias encontra-se em imparidade atendendo à situação deficitária dos capitais próprios da subsidiária.

29.1.2.2. CORRENTE

Nada a referir.

29.1.3. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2018, a empresa detém em carteira, uma operação de cobertura do risco de taxa de juro que replica 25% do valor nominal do empréstimo obrigacionista emitido no mesmo ano. A maturidade desta operação atinge-se em 2022.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o justo valor deste instrumento financeiro derivado de cobertura de taxa de juro (adicionado, no ano de 2017, na componente corrente, dos juros vencidos e não pagos no montante de 29.666.505,71 euros) era o seguinte:

Financiamento coberto	Montante nominal	Maturidade	2018		
			Justo valor	Corrente	Não corrente
Obrigacionista 2007	25.000.000	5-Jun-22	-84.040.303,11	-1.412.723,81	-82.627.579,30
Outros passivos financeiros	-	-	-84.040.303,11	-1.412.723,81	-82.627.579,30

Financiamento coberto	Montante nominal	Maturidade	2017		
			Justo valor	Corrente	Não corrente
Obrigacionista 2007	25.000.000	5-Jun-22	-128.222.134,88	-30.869.687,70	-97.352.447,18
Outros passivos financeiros	-	-	-128.222.134,88	-30.869.687,70	-97.352.447,18

A operação referenciada foi objeto de uma ação judicial proposta pela Instituição de Crédito perante o Tribunal de Comércio Inglês, requerendo a apreciação da validade do contrato, tendo a empresa contestado e pugnado a improcedência da ação. Com base nos fundamentos jurídicos de nulidade do contrato, a STCP tinha-se desvinculado do cumprimento de obrigações que dele decorria. Na pendência do litígio, a STCP tinha informado a Instituição da suspensão dos pagamentos do cupão desde 5 de dezembro de 2013, bem como qualquer outro alegadamente devido ao abrigo do contrato da mesma operação.

No ano de 2017, o Conselho de Administração aprovou os termos de um acordo assinado entre o Estado Português e

o Banco Santander Totta, S.A., abrangendo igualmente as Empresas Públicas de Transportes envolvidas, o qual pôs termo à ação judicial interposta por aquele Banco no Tribunal de Comércio de Londres, acordo assinado em 2 de Maio de 2017 e conduzido pela Tutela Financeira em representação das quatro empresas públicas de transporte envolvidas, nos termos do qual o Estado Português, o Banco Santander Totta, S.A., e as Empresas Públicas de Transportes com contratos de gestão de risco financeiro da taxa de juro celebrados, se comprometeram a cumprir os contratos e as obrigações de pagamento vincendas daí decorrentes, e cumprir, até 31 de janeiro de 2018, as obrigações de pagamento vencidas ao abrigo dos mesmos.

Detalhe das variações de justo valor, em 2018 e 2017:

Financiamento coberto	Montante nominal	Maturidade	2018	2017
Obrigacionista 2007	25.000.000	5-Jun-22	14.724.867,88	15.150.186,73
			14.724.867,88	15.150.186,73

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, o justo valor do instrumento financeiro derivado foi determinado pelo Banco Santander Totta, S.A.

Embora estes instrumentos derivados tenham sido contratados no âmbito de uma política de cobertura do risco da variação da taxa de juro, não se encontram reunidas todas as condições necessárias para o enquadramento contabilístico das operações como contabilidade de cobertura.

Assim, as variações no justo valor, ocorridas nos exercícios de 2018 e 2017, foram reconhecidas diretamente em resultados, nas rubricas Ganhos por aumentos de justo valor em instrumentos financeiros/Perdas por redução de justo valor em instrumentos financeiros (nota 12), enquadradas na demonstração dos resultados por natureza na rubrica Juros e rendimentos similares recebidos/obtidos.



29.2. GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

A Sociedade está exposta a riscos financeiros, essencialmente ao risco de variações da taxa de juro de mercado.

29.2.1. RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

Pela sua natureza a empresa tem uma exposição reduzida ao risco cambial, uma vez que as operações financeiras estão denominadas em euros e é reduzida a componente de aquisição de bens e serviços em moeda diversa.

29.2.2. RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão do risco de liquidez é de importância capital dado que a empresa gera um *cash-flow* de tesouraria insuficiente para a sua atividade.

O modelo de financiamento passou a ser garantido, desde 2014, por fundos provenientes do Acionista, e processa-se mediante solicitação da empresa, fundamentada em demonstrações financeiras previsionais, de modo a assegurar a liquidez para funcionamento da empresa.

29.2.3. RISCO DE CRÉDITO

A política de gestão de risco de crédito tem por objetivo garantir a cobrança, no estrito cumprimento das condições acordadas, do crédito sobre terceiros concedido no âmbito da sua atividade principal e atividades acessórias, a cuja exposição a empresa está sujeita.

Para mitigar este risco a empresa analisa e acompanha a carteira de crédito concedido, implementando procedimentos tendentes a diminuir as situações de incumprimento.

Detalhe da rubrica de Clientes, atendendo ao seu vencimento e recuperabilidade:

	2018	2017
Sem registo de imparidade		
Clientes c/c	3.110.155,66	3.251.009,93
Não vencido	1.185.440,22	11.560,36
Vencido	1.924.715,44	3.239.449,57
<30 dias	1.916.400,20	3.149.359,82
<60 dias	1.874,80	75.346,70
<90 dias	1.488,00	2.512,20
<120 dias	1.581,19	2.580,00
>=180 dias	3.371,25	9.650,85
Com registo de imparidade		
Clientes c/c	13.572,91	13.572,91
Vencido	13.572,91	13.572,91
>=180 dias	13.572,91	13.572,91

Detalhe da rubrica Outros devedores, atendendo ao seu vencimento e recuperabilidade:

	2018	2017
Sem registo de imparidade		
Outros devedores	5.153.271,62	1.535.293,94
Não vencido (*)	3.515.263,47	114.828,63
Vencido	1.587.455,44	1.376.866,60
<30 dias	161.699,12	1.287.557,43
<60 dias	618.719,93	16.705,03
<90 dias	335.645,57	3.211,61
<120 dias	255.317,74	9.298,98
<180 dias	31.181,52	13.257,77
>=180 dias	184.891,56	46.835,78
Depósitos e cauções pagas	50.598,71	43.598,71
Com registo de imparidade		
Outros devedores	25.081,18	25.081,18
Vencido	25.081,18	25.081,18
>=180 dias	25.081,18	25.081,18

(*) Em 2018, as dívidas não vencidas de outros devedores englobam o montante de 932.511,24 euros, cujo vencimento só ocorre em 2020, pelo que este valor se encontra catalogado no balanço como não corrente.

29.2.4. RISCO DE TAXA DE JURO

Os empréstimos contraídos vencem juros a taxas fixas e variáveis.

O instrumento financeiro derivado contratado teve por finalidade reduzir a exposição ao risco de taxa de juro.

Os financiamentos de médio e longo prazo contratados pela STCP estão essencialmente expostos à variação da Euribor 3 meses, no que diz respeito a operações de locação financeira, e, Euribor 6 meses, no que respeita ao empréstimo obrigacionista em vigor.



Em 31 de dezembro de 2018, a STCP não tinha operações de financiamento de curto prazo contratadas, salvo a facilidade de crédito em cartão, não sujeita ao risco de taxa de juro.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Efetuada uma análise de sensibilidade para um incremento de 0,5% nas taxas de juro do empréstimo obrigacionista de 100 milhões de euros e das operações de *leasing* financeiro, estima-se que em 2019 as rendas e encargos apresentariam um aumento de 48 mil euros face ao serviço da dívida em 31 de dezembro de 2018.

As responsabilidades com os *cash flows* futuros relativos aos empréstimos não correntes são as seguintes:

Anos	Juros	Reembolso	Cash-flow
2019	2.892.815,26	59.613.049,46	62.505.864,72
2020	1.940.395,69	62.665.514,49	64.605.910,18
2021	989.576,33	62.665.514,49	63.655.090,82
2022	255.663,57	112.457.139,70	112.712.803,27
2023	158.744,16	10.437.443,87	10.596.188,03
2024	81.306,44	10.437.443,87	10.518.750,31
2025	17.083,98	3.052.464,95	3.069.548,93

29.2.5. COVENANTS

Na contratação das operações financeiras a empresa diligencia no sentido de aceitar menores restrições contratuais possíveis no que diz respeito nomeadamente à livre disponibilização do seu património e à titularidade do seu capital. A empresa tem como política negociar e aceitar apenas as cláusulas contratuais que correspondam ao *standard* de mercado, limitada sempre à sua capacidade de negociação.

A generalidade dos contratos de financiamento em vigor têm, no seu clausulado, um conjunto de “*covenants*” habitual, e que prevê as situações habitualmente designadas de *default*, *cross default*, *negative pledge* e *pari passu*, acordadas e aceites pelas contrapartes. Há a assinalar também a existência de cláusulas de *ownership* do Estado Português.

Os “*covenants*” acordados não têm, na generalidade, correspondência em termos de indicadores, com exceção das cláusulas de *ownership* que obrigam à detenção do capital da empresa integralmente pelo Estado Português, ou noutros casos, à maioria de detenção, ou seja, mais de 50% do mesmo capital.

29.3. GASTOS, RENDIMENTOS, PERDAS E GANHOS

Os gastos e perdas, bem como os ganhos e rendimentos, relativos aos empréstimos obtidos e aos instrumentos financeiros derivados encontram-se detalhados na nota 12.

29.4. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

29.4.1. CAPITAL SOCIAL

Em 29 de maio de 2018, por vontade expressa do acionista único Estado Português, por meio de Deliberação Social Unânime por Escrito, foi decidido aumentar o Capital Social da empresa em 18.200.000 euros, através da emissão de 3.640.000 novas ações, no valor nominal de 5 euros cada, subscritas pelo acionista único, e integralmente realizado em numerário.

Em 27 de dezembro de 2018, por vontade expressa do acionista único Estado Português, por meio de Deliberação Social Unânime por Escrito, foi decidido aumentar o Capital Social da Empresa em 56.682.010 euros, através da emissão de 11.336.042 novas ações, no valor nominal de 5 euros cada, subscritas pelo acionista único, e integralmente realizado através da conversão de créditos, no montante de 55.504.948,95 euros, detidos pelo Estado / Direção Geral do Tesouro e Finanças, que se venceram em 31 de maio e 30 de novembro de 2018, e, o montante de 1.177.061,05 euros, em numerário.

Em 31 de dezembro de 2018, a quantia escriturada do capital social emitido pela empresa correspondia à rubrica Capital social, no montante de 288.034.780 euros, totalmente realizado, e representada por 57.606.596 ações, em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5 euros cada, totalmente detido pelo Estado Português, sendo que, a essa data, se aguardava o registo na Conservatória do Registo Comercial do último aumento de capital social, o que só ocorreu em fevereiro de 2019.

O capital social do Grupo é detido a 100% pelo Estado Português.

29.4.2. RESERVAS

Rubrica de Reservas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Reservas	2018	2017
Reservas legais	74.907,42	74.907,42
Outras reservas	25.727,80	25.727,80
Outras reservas - Reservas livres	25.256,95	25.256,95
Outras reservas - Fundo de auxílio ao pessoal	470,85	470,85



29.4.3. EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO

Movimento do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis, em 2018 e 2017:

	Ativos fixos tangíveis
Saldo a 01.01.2017	43.551.099,80
Amortizações	-762.369,05
Reversão da Revalorização (*)	-737,03
Saldo a 31.12.2017	42.787.993,72
Saldo a 01.01.2018	42.787.993,72
Amortizações	-748.864,38
Vendas	-34.792,94
Reversão da Revalorização (*)	-1.021.120,28
Saldo a 31.12.2018	40.983.216,12

(*) Em 2018, o montante de 1.021.123,28 euros diz respeito à utilização da reserva de revalorização para compensar perdas de justo valor com propriedades de investimento que transitaram de ativos fixos tangíveis com reserva de revalorização constituída. Em 2017, este valor foi de 737,03 euros.

29.4.4. AJUSTAMENTOS / OUTRAS VARIAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

Ajustamentos e outras variações nos capitais próprios em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	2018	2017
Ajustamentos em ativos financeiros - relativos ao MEP	521.635,89	249.940,86
Ajustamentos de transição	-32.560,03	-32.560,03
Lucros Não Distribuídos	404.290,98	162.220,36
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	149.904,94	120.280,53
Outras variações no capital próprio	8.482.165,97	4.159.407,54
Subsídios relacionados com ativos	7.576.487,34	3.253.728,91
Doações	281.048,63	281.048,63
Outras variações no capital próprio	624.630,00	624.630,00
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	9.003.801,86	4.409.348,40

29.4.5. RESULTADO POR AÇÃO

Resultado por ação nos anos de 2018 e de 2017:

	2018	2017
Resultados líquidos do período	-1.820.042,93	-14.910.937,48
Nº médio ponderado de ações	44.915.126	31.189.582
Resultado por ação básico	-0,04	-0,48

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

30. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

30.1. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

A empresa possui, desde 1 de maio de 1975, um plano de benefícios definidos que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez a todos os trabalhadores, conforme previsto nos acordos da empresa e legislação em vigor, calculado com base numa fórmula fixada, e pago desde que o somatório da pensão atribuída pela Segurança Social com o respetivo complemento não ultrapasse 650 euros (valor em vigor desde 2007).

A 31 de dezembro de 2018 e de 2017, de acordo com o estudo atuarial levado a efeito pelo BPI Vida e Pensões, o valor presente das obrigações assumidas com responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez era o seguinte:

	2018	2017
Custo com serviços passados de reformados	1.792.487,00	2.119.771,00
Responsabilidade do fundo	1.792.487,00	2.119.771,00



A avaliação atuarial das responsabilidades, em 2018 e 2017, utilizou o método da unidade de crédito projetada e teve por base os seguintes pressupostos atuariais:

Principais pressupostos	2018	2017
Pressupostos financeiros		
Taxa de desconto na determinação das responsabilidades	0,83%	0,52%
Taxa de desconto na determinação dos custos	0,52%	0,40%
Taxa de crescimento dos salários	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de crescimento das pensões da Segurança Social	1,75%	1,75%
Taxa de crescimento das pensões da STCP	Igual à taxa de crescimento das pensões da Seg. Social com limite da diferença entre o valor do teto e a pensão da Seg. Social	Igual à taxa de crescimento das pensões da Seg. Social com limite da diferença entre o valor do teto e a pensão da Seg. Social
Taxa de crescimento do teto (*)	Sem crescimento, valor fixo de 650,00 Euros	Sem crescimento, valor fixo de 650,00 Euros
Pressupostos demográficos		
Tábua de mortalidade	Tábua francesa TV 73/77	Tábua francesa TV 73/77
Tábua de invalidez	Não aplicável	Não aplicável

(*) Nos anos anteriores a 2001 o teto era de 548, 68 euros. De 2001 até 2006 inclusive, passou a 598,56 euros. A partir de 2007, passou a 650,00 euros. No entanto, no período de janeiro de 2014 a março de 2016, por força do art.º 75º da lei 83-C/2013, de 31 de dezembro de 2013, e do art.º 78 da lei 82-B/2014 de 31-12-2014 até março de 2016, passou a 600€ euros. Pela lei n.º 11/2016, volta a ser reposto o valor de 650,00 euros.

Em dezembro de 1998 a empresa transferiu a sua responsabilidade para o Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização, tendo vindo a contribuir anualmente, e desde essa data, de acordo com os pedidos de financiamento exigidos pelo Fundo.

Movimentos no Fundo de Pensões a 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	2018	2017
Valor dos ativos no fundo no início do exercício	1.642.119,00	1.820.027,00
Contribuições empresa	-	121.134,00
Pensões pagas	-326.765,00	-369.927,00
Rendimento efetivo	-86.623,00	70.885,00
Valor dos ativos no fundo no final do exercício	1.228.731,00	1.642.119,00

No final de 2017, foi reforçado o fundo com 121.134 euros, de forma a cobrir os níveis mínimos de financiamento exigidos pelo ASF à data de 31 de dezembro de 2017. Em fevereiro de 2019, foi reforçado o fundo com 213.317 euros, de forma a cobrir os níveis mínimos de financiamento exigidos pelo ASF à data de 31 de dezembro de 2018.

À data do encerramento das contas, não é possível estimar com fiabilidade o valor das contribuições para o ano de 2019, cujo montante será determinado em função do nível de financiamento.

Alterações verificadas nas responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e invalidez a 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	2018	2017
Responsabilidades no início do exercício	2.119.771,00	2.385.763,00
Custo dos juros sobre as responsabilidades	10.064,00	8.749,00
Pensões pagas	-326.765,00	-369.927,00
Perdas e (Ganhos) atuarias de experiência	21.709,00	110.327,00
Perdas e (Ganhos) alteração taxa de desconto	-32.291,00	-15.141,00
Responsabilidades no final do exercício	1.792.488,00	2.119.771,00

Uma alteração na taxa de desconto para menos 0,25% resultaria num aumento das responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e invalidez em 25.947 euros, e uma alteração na taxa de desconto para mais 0,25% resultaria numa diminuição das responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e invalidez em 25.189 euros.

assumidas por complementos de pensões de reforma e invalidez em 331.978 euros, e uma alteração na taxa de crescimento das pensões para mais 1% resultaria numa diminuição das responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e invalidez em 285.728 euros.

Uma alteração na taxa de crescimento das pensões para menos 1% resultaria num aumento das responsabilidades

assumidas por complementos de pensões de reforma e invalidez, reconhecidas na rubrica Gastos com o pessoal foram as seguintes:

	2018	2017
Reconhecidos na demonstração de resultados	2.484,00	2.263,00
Custo líquido dos juros	2.484,00	2.263,00
Reconhecidos nos capitais próprios	83.621,00	30.787,00
Remensuração do passivo (ativo) líquido de benefícios definidos	83.621,00	30.787,00
Perdas e (Ganhos) atuarias	63.710,00	137.670,00
Perdas e (Ganhos) benefícios (pensões)	-42.001,00	-27.343,00
Perdas e (Ganhos) de rendimento	94.203,00	-64.399,00
Perdas e (Ganhos) alteração taxa desconto	-32.291,00	-15.141,00
	86.105,00	33.050,00



Taxas de rendimento efetivo do Fundo de Pensões nos últimos 5 anos:

	2018	2017	2016	2015	2014
Taxa de rendimento efetiva	-3,60%	5,30%	-0,10%	4,00%	5,90%

Evolução do valor presente da obrigação de benefícios definidos, nos últimos 5 anos, no justo valor de ativos do plano e do excedente ou défice do plano:

Ano	Responsabilidades do fundo	Valor dos ativos no fundo	Défice / Superavit do fundo	Taxa de cobertura do fundo
2014	1.887.064,00	1.423.032,00	-464.032,00	75%
2015	1.776.576,00	1.142.024,00	-634.552,00	64%
2016	2.385.763,00	1.820.027,00	-565.736,00	76%
2017	2.119.771,00	1.642.119,00	-477.652,00	77%
2018	1.792.488,00	1.228.731,00	-563.757,00	69%

Composição do Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização a 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Composição	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Ações	335.248	27%	471.938	29%
Obrigações Taxa Fixa	709.603	58%	826.909	50%
Obrigações Taxa Variável	53.632	4%	167.497	10%
Retorno Absoluto	80.709	7%	109.379	7%
Imobiliário	13.967	1%	24.270	1%
Liquidez	35.572	3%	42.125	3%
	1.228.731		1.642.119	

A 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o valor patrimonial da adesão do Grupo ao Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização era respetivamente de 1.228.731 euros e de 1.642.119 euros, representando 0,6% e 0,8% do valor total do Fundo de Pensões.

O Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização não tem, na sua composição, ativos da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto.

30.2. DETALHE DOS GASTOS COM PESSOAL

Gastos com pessoal a 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	312.044,27	179.781,73
Remunerações do pessoal	25.804.642,59	23.470.675,06
Benefícios pós-emprego	52.619,95	51.496,08
Indemnizações	2.500,00	52.191,48
Encargos com remunerações	5.847.579,55	5.285.806,24
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	393.890,21	407.450,29
Gastos com ação social	184.432,82	191.398,69
Outros gastos com o pessoal	178.422,18	172.905,98
Gastos com pessoal	32.776.131,57	29.811.705,55

No ano de 2018, os gastos com o pessoal incluem o montante de 1.116 mil euros relativos a contabilização do Acordo celebrado entre a empresa e os Sindicato, em 12 de dezembro de 2018, para regularização de responsabilidades legais passadas.

30.3. NÚMERO DE TRABALHADORES

Durante os exercícios de 2018 e de 2017, o efetivo médio ao serviço da empresa (sem órgãos sociais) foi respetivamente de 1.231 e 1.226 trabalhadores.

Em 31 de dezembro de 2018, o efetivo (sem órgãos sociais) era de 1.271 trabalhadores e de 1.242 em 31 de dezembro de 2017.

31. DIVULGAÇÃO EXIGIDA POR DIPLOMAS LEGAIS

Nada a relatar.



32. OUTRAS INFORMAÇÕES

32.1. FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

Dívidas a fornecedores, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	2018	2017
Fornecedores c/c	2.738.396,39	1.135.513,99
Não vencido	1.398.509,39	907.228,13
Vencido	615.206,10	168.978,03
<30 dias	354.756,68	79.890,03
<60 dias	118.530,67	23.093,26
<90 dias	66.781,40	7.592,36
<120 dias	8.307,55	14.968,93
<180 dias	7.223,45	10.851,97
>=180 dias	59.606,35	32.581,48
Em recepção e conferência	724.680,90	59.307,83

	2018	2017
Fornecedores de investimento	3.058.423,98	83.728,37
Não vencido	3.044.688,76	76.896,95
Vencido	13.735,22	6.831,42
<30 dias	6.334,18	-
<60 dias	1.629,75	3.289,02
<90 dias	1.978,89	-
<120 dias	250,00	-
>=180 dias	3.542,40	3.542,40

Outros credores, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	2018	2017
Outros credores	443.470,77	485.986,67
Não vencido	222.231,59	116.123,53
Vencido	119.223,89	326.794,44
<30 dias	26.884,89	324.982,36
<60 dias	33.028,99	6,65
<90 dias	41.451,54	2,82
<120 dias	15.530,29	2,82
<180 dias	5,64	5,64
>=180 dias	2.322,54	1.794,15
Depósitos e cauções recebidas	102.015,29	43.068,70

As dívidas de fornecedores e contas a pagar foram registadas ao seu valor nominal porque não vencem juros e, por outro lado, porque o efeito do seu desconto financeiro não é material, tendo em conta o prazo médio de pagamento aplicável, que é puramente comercial: 60 dias.

32.2. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Rubrica de Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento	563.955,26	-	543.149,54	-
IRC - pagamento por conta	402.325,00	-	411.162,50	-
IRC -A recuperar	161.630,26	-	131.987,04	-
Retenção de impostos sobre rendimentos	-	511.293,76	-	253.808,17
Imposto sobre o valor acrescentado	1.706.747,81	-	339.496,66	-
IVA- A recuperar / reembolsos pedidos	1.706.747,81	-	339.496,66	-
Contribuições para a Segurança Social	-	910.837,65	-	600.980,84
Outras tributações	-	362.002,24	-	135.850,08
Estado e outros entes públicos	2.270.703,07	1.784.133,65	882.646,20	990.639,09



32.3. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Detalhe das Outras dívidas a pagar em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Outras dívidas pagar	2018	2017
Pessoal	187.804,30	133.650,74
Outros devedores - saldos credores (*)		1.113,90
Fornecedores de investimento c/c	3.058.423,98	83.728,37
Credores por acréscimos de gastos	6.740.267,37	5.709.567,97
Credores diversos	443.470,77	485.986,67
	10.429.966,42	6.414.047,65

(*) Em 2017, esta rubrica englobava 988,90 de saldos credores de clientes que em 2018 passaram a ser catalogadas na rubrica de adiantamento a clientes.

Credores por acréscimos de gastos	2018	2017
Fornecimento e serviços externos	2.216.776,05	1.817.050,26
Trabalhos especializados	2.119.327,11	1.704.674,38
Materiais	655,38	466,35
Energia e outros fluidos	6.362,86	18.520,75
Serviços diversos	90.430,70	93.388,78
Custos com pessoal	4.413.483,00	3.765.972,70
Outros gastos	110.008,32	126.524,92
Encargos financeiros		20,09
	6.740.267,37	5.709.567,97

32.4. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Detalhe dos Outros créditos a receber, catalogados como ativo corrente, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Outros créditos a receber	2018	2017
Fornecedores e outros credores - saldos devedores	6.754,86	12.792,09
Adiantamento a fornecedores	635,54	565,29
Pessoal	178.569,98	264.160,64
Devedores por acréscimos de rendimentos	723.552,65	1.061.925,47
Devedores diversos	4.245.841,56	1.560.375,12
Quantia bruta	5.155.354,59	2.899.818,61
Perdas por Imparidade acumuladas	-25.081,18	-25.081,18
Quantia escriturada	5.130.273,41	2.874.737,43
Devedores por acréscimos de rendimentos	2018	2017
Prestações de serviços	553.537,66	544.997,99
Subsídios à exploração	-	498.317,65
Outros rendimentos - Proveitos suplementar	2.379,25	1.175,37
Outros rendimentos - Outros	164.012,12	17.434,46
Juros a receber	3.623,62	-
	723.552,65	1.061.925,47

No ano de 2018, os Créditos a receber, catalogados como não correntes, no montante de 932.511,24 euros, referem à rubrica de devedores diversos cujo vencimento ocorrerá em 2020.

32.5. DIFERIMENTOS

Rubrica de Diferimentos, no Ativo corrente e no Passivo corrente, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Diferimentos	2018	2017
Ativo - Gastos a reconhecer	632.272,64	633.228,97
Fornecimento e serviços externos	421.436,40	417.362,06
Outros gastos	210.836,24	215.866,91
Passivo - Rendimentos a reconhecer	2.040.959,06	1.895.786,44
Prestações de serviços	180.436,69	183.733,61
Subsídios à exploração	1.693.246,99	1.575.651,42
Outros rendimentos	167.275,38	136.401,41



32.6. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Rubrica de Fornecimentos e serviços externos, nos exercícios de 2018 e de 2017:

	2018	2017
Serviços especializados	8.476.081,22	8.502.792,73
Trabalhos especializados	327.436,36	334.035,15
Publicidade e propaganda	91.150,32	41.738,63
Vigilância e segurança	240.571,02	217.219,55
Honorários	110.066,23	58.091,50
Comissões	1.854.988,97	1.793.025,96
Conservação e reparação	5.539.902,45	5.729.504,09
Comunicação e informação Público	32.951,86	22.210,70
Fiscalização da receita	274.927,58	304.249,38
Outros	4.086,43	2.717,77
Materiais	55.362,01	45.975,57
Energia e fluidos	9.180.265,07	7.916.975,73
Eletricidade	519.313,13	483.589,63
Combustíveis	8.633.759,95	7.405.283,16
Água	27.191,99	28.102,94
Deslocações, estadas e transportes	12.993,40	13.371,77
Serviços diversos	2.188.369,94	2.020.512,46
Rendas e alugueres	72.091,72	65.748,65
Comunicação	203.452,43	177.586,52
Seguros	544.890,42	514.301,07
Royalties	141.929,41	127.440,68
Contencioso e notariado	14.683,16	5.750,11
Despesas de representação	2.774,25	14.257,82
Limpeza, higiene e conforto	996.517,41	939.737,69
Outros serviços	212.031,14	175.689,92
Fornecimento e serviços externos	19.913.071,64	18.499.628,26

32.7. OUTROS GASTOS

Outros gastos operacionais, a 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	2018	2017
Impostos	154.776,32	203.433,63
Impostos diretos	111.938,91	114.781,57
Impostos indiretos	6.055,16	5.565,65
Taxas	36.782,25	83.086,41
Perdas em inventários	59.750,97	6.947,15
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	67.984,04	106.624,36
Alienações	5.318,66	28.542,05
Abates	468,06	1.409,05
Gastos em propriedades de investimento	62.197,32	76.673,26
Outros gastos	644.852,22	877.565,29
Donativos	87.296,60	98.262,95
Quotizações	22.229,55	24.996,58
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	103,77
Outros não especificados	535.326,07	754.201,99
Multas e penalidades	453,09	3.343,44
Indemnizações por sinistros	502.893,80	749.245,45
Despesas bancárias e outros serviços financeiros	13.605,23	8.201,98
Juros de mora e compensatórios	850,99	4,71
Outros não especificados	17.522,96	1.613,10
Outros gastos	927.363,55	1.202.777,12



32.8. OUTROS RENDIMENTOS

Detalhe de Outros rendimentos operacionais a 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	2018	2017
Rendimentos suplementares	933.163,03	861.208,16
Descontos de pronto pagamento obtidos	6.803,92	4.964,29
Ganhos em inventários	70.213,33	46.424,41
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	655.797,31	443.118,88
Alienações	193.699,09	29.000,00
Sinistros	8.820,81	-
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	453.277,41	412.939,48
Outros rendimentos	-	1.179,40
Outros	1.419.244,19	1.041.960,63
Excesso da estimativa para impostos	2.381,24	-
Imputação de subsídios para investimentos	616.287,83	455.873,83
Restituição de impostos	-	41.349,30
Subsídios (*)	-	28.735,20
Diferenças de câmbio favoráveis	-	80,65
Outros não especificados	800.575,12	515.921,65
Benefícios e penalidades contratuais	122.543,49	111.026,08
Indemnização de sinistros	510.345,01	341.226,40
Juros de mora e indemnizatórios	42.623,01	-
Outros não especificados	116.701,10	63.669,17
Outros rendimentos	3.085.221,78	2.397.676,37

(*) Em 2018, o rendimento de outros subsídios, no montante de 94.334,50 passou a ser catalogado na rubrica de subsídios à exploração.

32.9. RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

Responsabilidades assumidas com garantias prestadas a terceiros, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Beneficiário da Garantia	Descrição	2018	2017
Tribunais de Trabalho	Pensões de Acidentes de trabalho	447.473,97	447.473,97
		447.473,97	447.473,97

32.10. CAPITAL PRÓPRIO NEGATIVO

No exercício de 2018 a empresa incorreu num prejuízo de 1.820.042,93 euros verificando-se que, nessa data, o passivo total excede o ativo total em 331.741.408,83 euros.

A STCP apresenta sistematicamente resultados líquidos e capital próprio negativo. O Acionista sempre assumiu as

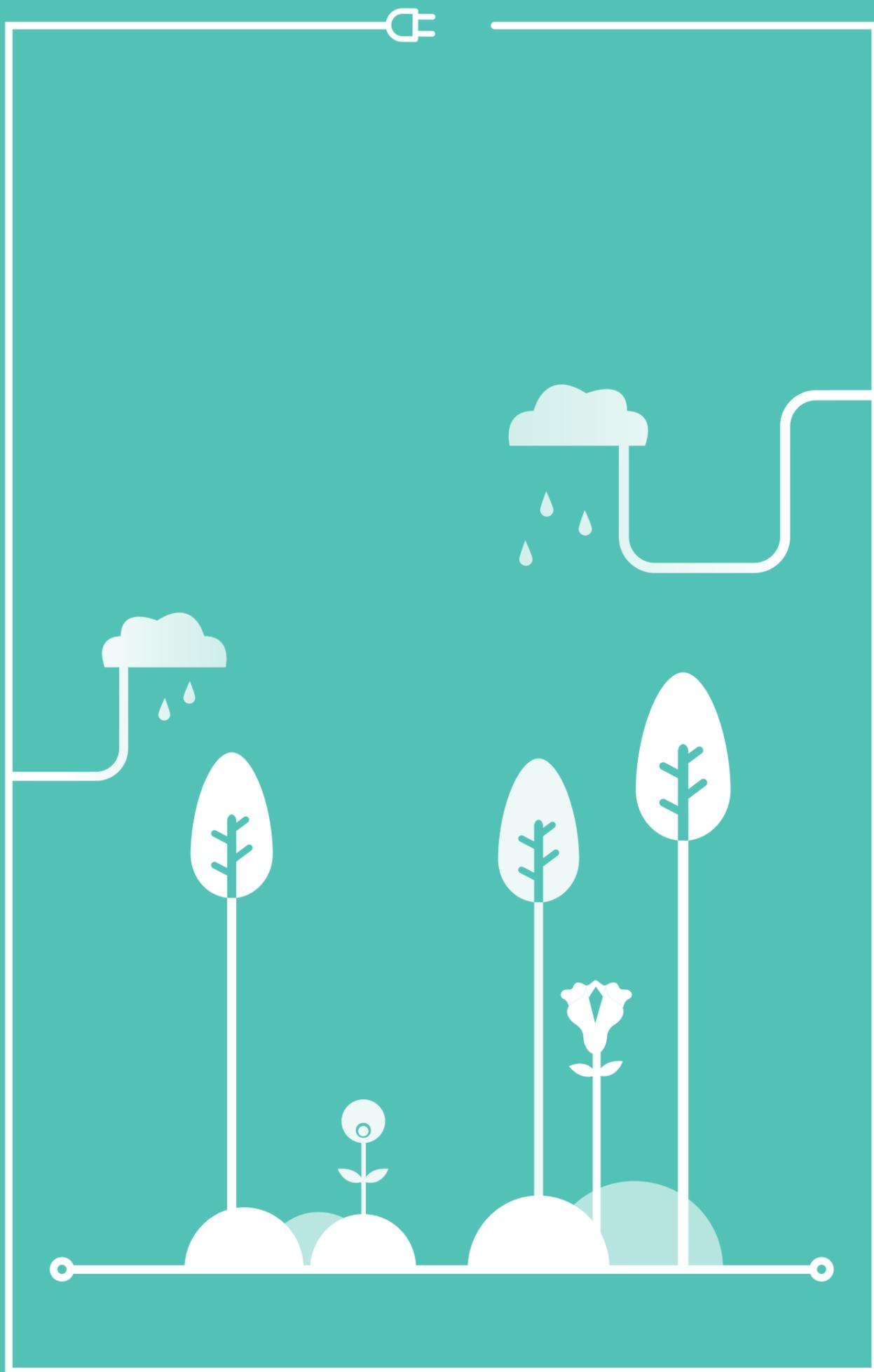
responsabilidades globais com terceiros. É entendimento da STCP que, por desenvolver um serviço de interesse geral, com uma quota relevante de serviço social, desempenha um papel vital na mobilidade da Área Metropolitana do Porto, garantindo dessa forma o empenhamento do Acionista para a manutenção da atividade da empresa.

Porto, 12 de abril de 2019

O Contabilista Certificado nº 6622

O Conselho de Administração
Presidente
Vogais executivos
Vogais não executivos





10

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO, S.A. (a Entidade) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 109.664.694 EUR e um total de capital próprio negativo de 331.741.409 EUR, incluindo um resultado líquido negativo de 1.820.043 EUR), as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme decorre do balanço e do capítulo 5 do Relatório de Gestão o capital próprio da STCP encontra-se negativo em 331.741.409 EUR (408.051.385 EUR em 31 de dezembro de 2017), situação em que se aplica o disposto nos artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais. De notar, no entanto, que de acordo com o referido capítulo e as notas anexas 29.1.1 e 29.4, o Estado, enquanto acionista único, tem vindo a fazer aumentos de capital e a conceder financiamentos que, em 2018, ascenderam a 74.882.010 EUR e 47.981.294 EUR, respetivamente.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Reconhecimento do rédito decorrente do serviço de transporte público de passageiros	
Risco	Síntese da abordagem de auditoria
<p>O rédito da Entidade decorre, essencialmente, do serviço de transporte público de passageiros, cujo total, de acordo com o divulgado no relatório de gestão e nas notas anexas 4.5 e 22, foi de 47.822 milhares de EUR em 2018 e de 45.544 milhares de EUR em 2017.</p> <p>Do total da receita de 2018, 45.965 milhares de EUR respeitam ao modo autocarro (36.370 milhares referentes a títulos intermodais, incluindo 4.008 milhares de EUR de participação do Estado no tarifário social Andante, e 9.595 milhares a títulos monomodais) e 1.857 milhares de EUR ao modo carro elétrico.</p> <p>A gestão operacional de parte significativa da receita é feita pelo TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE, no qual participam, em partes iguais, a própria STCP, o Metro do Porto, S.A. e a CP-Comboios de Portugal, E.P.E.</p> <p>De acordo com a nota 24, são reconhecidas como subsídio à exploração as compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações de serviço público a suportar pela Área Metropolitana do Porto, mais concretamente, pelos Municípios servidos pela rede STCP, cujo total em 2018 ascendeu a 4.757 milhares de EUR (1.661 milhares em 2017).</p> <p>A relevância do rédito no contexto da informação financeira e a particularidade de a receita ser gerida, maioritariamente, por entidade externa (o agrupamento complementar), conduzem a que esta matéria se afigure relevante para efeitos de auditoria.</p>	<p>A abordagem adotada com vista a validar as asserções contabilísticas inerentes ao rédito envolveu o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreensão da proveniência da receita e revisão analítica por categoria de títulos de transporte. - Compreensão dos controlos existentes ou desenvolvidos pela Entidade relativamente à receita comunicada pelo TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE e quanto aos títulos vendidos a bordo dos autocarros e carros elétricos. - Comunicação com o revisor oficial de contas do TIP de modo a conhecer a avaliação do sistema de controlo interno e os procedimentos desenvolvidos com vista a assegurar a integralidade da receita e a adequada repartição por operador de transporte. - Confirmação das participações recebidas inerentes ao tarifário social Andante, as quais são reconhecidas como componente da prestação de serviços. - Análise do contrato de serviço público (versão consolidada) celebrado entre o Estado, a Área Metropolitana do Porto e a STCP. - Confirmações externas do TIP e dos diferentes Municípios, tendo sido obtidas reconciliações relativamente às respostas divergentes e os esclarecimentos considerados necessários.

Mensuração dos ativos imobiliários: ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento	
Risco	Síntese da abordagem de auditoria
<p>Conforme divulgado nas notas 4.14 e 9 (ativos fixos tangíveis), nas notas 4.15 e 13 (propriedades de investimento) e na nota 29.4.3 (excedente de revalorização), os ativos imobiliários que integram o ativo fixo tangível são mensurados segundo o modelo da revalorização (última avaliação em 2016) e os ativos imobiliários que integram as propriedades de investimento são mensurados anualmente segundo o modelo do justo valor através de resultados, tendo sido reconhecido no exercício de 2018 um ganho de 2.636 milhares de EUR (760 mil em 2017). Os referidos ativos representam, no seu conjunto, 49% do ativo.</p> <p>As referidas avaliações são efetuadas por peritos externos com recurso a métodos de avaliação que envolvem um elevado nível de julgamento, abarcando diferentes pressupostos e</p>	<p>Como resposta aos riscos de distorção material identificados, foram desenvolvidos os seguintes procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Obtenção da lista dos ativos imobiliários classificados como ativo fixo tangível e como propriedades de investimento e confirmação da adequada classificação e respetiva titularidade. - Obtenção dos relatórios de avaliação e análise dos métodos e pressupostos usados bem como da aderência dos dados considerados face aos que constam dos registos e cadernetas prediais. - Indagações sobre a competência e objetividade do perito. - Verificação do adequado registo contabilístico decorrente das avaliações dos imóveis face aos montantes apresentados nos respetivos relatórios de avaliação.

metodologias, que requerem validações por parte do órgão de gestão da Entidade.

Face à materialidade dos valores envolvidos e ao grau de julgamento subjacente ao método de avaliação adotado, consideramos a valorização dos referidos ativos imobiliários como matéria relevante para a nossa auditoria.

- Avaliação sobre a adequação das divulgações efetuadas, incluindo o tratamento seguido relativamente aos impostos diferidos, considerando o referencial contabilístico aplicável.

Financiamentos obtidos e instrumentos financeiros derivados

Risco	Síntese da abordagem de auditoria
<p>Conforme divulgado nas notas 4.20 e 29.1.1, a Entidade apresenta financiamentos obtidos de 324.631 milhares de EUR mensurados ao custo amortizado (61.854 milhares de EUR de passivo corrente e 262.777 milhares de EUR de passivo não corrente), cujo valor nominal é de 324.337 milhares.</p> <p>Em termos de valor nominal, 221.329 milhares de EUR respeitam a suprimentos do acionista Estado, 100.000 milhares de EUR a um empréstimo obrigacionista, 2.998 milhares de EUR a locação financeira e 10 mil EUR a outros.</p> <p>Associado ao financiamento obrigacionista, ainda que se considere que não verifica os requisitos contabilísticos de cobertura, a entidade detém um instrumento financeiro derivado de cobertura de taxa de juro, com montante nominal de 25.000 milhares de EUR (25% do empréstimo obrigacionista) e justo valor, em 31 de dezembro de 2018, de - 84.040 milhares de EUR. A redução registada face a 31 de dezembro de 2017 (justo valor de -128.222) está associada ao cumprimento das obrigações de pagamento vencidas na sequência do acordo assinado entre o Estado e o Banco Santander Totta, pondo termo à ação judicial interposta pelo banco, e a própria valorização do swap, conforme divulgado nas notas 4.21 e 29.1.3.</p> <p>A materialidade dos financiamentos e do swap de taxa de juro, no contexto da informação financeira da STCP, tornam estes passivos matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Como resposta aos riscos de distorção material identificados, foram desenvolvidos os seguintes procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Confirmação pela DGTF dos suprimentos concedidos pelo Estado e correspondentes juros corridos. - Verificação da ficha técnica do empréstimo obrigacionista e da adequada mensuração ao custo amortizado. - Obtenção dos contratos de locação em vigor e confirmação do respetivo passivo. - Confirmação pelo Santander Totta do justo valor do derivado e análise de todos os movimentos financeiros ocorridos no exercício. - Confirmação dos gastos de financiamento reconhecidos pela Entidade e dos pagamentos efetuados no exercício. - Análise da apresentação no balanço dos financiamentos obtidos e do passivo financeiro inerente ao swap. - Análise das divulgações efetuadas.

Provisões

Risco	Síntese da abordagem de auditoria
<p>Conforme divulgado nas notas 4.19 e 23, a Entidade apresenta provisões para processos judiciais em curso e outras no montante de 15.176 milhares de EUR (19.912 milhares em 31 de dezembro de 2017) e mantém a divulgação como passivo contingente referente a um processo instaurado pela ANTRON contra o Estado Português e a STCP, onde se reclama a anulação da Resolução do Conselho de Ministros n.º</p>	<p>Como resposta aos riscos de distorção material identificados, foram desenvolvidos os seguintes procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Confirmação externa dos advogados com quem a STCP opera e confronto das respostas obtidas com as provisões reconhecidas e passivos contingentes divulgados. - Leitura das atas dos diferentes órgãos sociais.

52/2003 que atribui à STCP indemnizações compensatórias de 12.376 milhares de EUR.

O julgamento inerente a esta matéria e os montantes envolvidos fazem da mesma uma matéria relevante.

- Indagações e análise das operações subsequentes.

Outras matérias

As demonstrações financeiras da Entidade relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2017 foram auditadas por outro auditor que expressou uma opinião sem reservas sobre essas demonstrações financeiras em 7 de maio de 2018.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório do governo societário e a demonstração da informação não financeira, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais. Este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do regulamento (EU) nº 537/2014

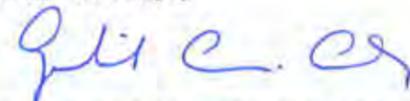
Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (EU) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez em 19 de março de 2019 para os exercícios de 2018 a 2020, conforme Deliberação Social Unânime por Escrito;
- o órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa

auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;

- confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta mesma data, em 14 de maio de 2019;
- declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria;
- informamos que, para além da auditoria, não prestámos à Entidade qualquer outro serviço permitido.

Lisboa, 14 de maio de 2019



RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.
representada por Gabriel Correia Alves, ROC



11

**RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL**

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL*Contas Individuais de 2018 da STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.***1. Introdução**

No cumprimento do estabelecido no artigo 14.º dos Estatutos que regem a Sociedade de Transportes Coletivos, S.A. (STCP), conjugado com o n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), e em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Relatório e Parecer, sobre o Relatório e Contas de 2018, o qual contempla, igualmente, os termos do ofício circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças n.º 1116, de 12 de março de 2019.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A., representada pelo sócio Fernando Manuel de Sousa Pires de Matos, que foi nomeada para o mandato 2016-2018, na Assembleia-Geral da STCP de 30 de maio de 2016, apresentou renúncia ao cargo a 30 de agosto de 2018, pela Deliberação Social Unânime Por Escrito de 19 de março de 2019, após procedimento de seleção, levado a cabo pelo Conselho Fiscal, seguido de apresentação de proposta de nomeação ao acionista único, foi a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A. representada pelo sócio Gabriel Correia Alves, nomeada para o biénio 2019-2020, que emitiu a respetiva Certificação Legal das Contas, em 14 de maio de 2019.

O Conselho Fiscal, eleito para o mandato 2016-2018 por Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE), datada de 25 de janeiro de 2016, durante o exercício em análise efetuou reuniões com membros do Conselho de Administração, e com o Revisor Oficial de Contas da Sociedade, de forma a acompanhar o desempenho da empresa, emitiu parecer sobre uma operação de financiamento, elaborou relatórios que incidiram sobre os relatórios de atividades e execução orçamental trimestrais, apresentados pelo Conselho de Administração nos termos previstos no Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE). Para o efeito obteve toda a cooperação por parte dos membros do Conselho de Administração da Sociedade bem como dos respetivos colaboradores, a qual foi indispensável à elaboração do presente Relatório.

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos (detida 100% pelo Estado Português), criada pelo Decreto-Lei n.º 202/94, de 23 de julho, cujo objeto principal é a exploração do transporte público rodoviário coletivo de passageiros na Área Metropolitana do Porto (AMP) e acessoriamente a exploração de atividades complementares ou subsidiárias daquele objeto.

2. Análise Económico-Financeira do Relatório e Contas de 2018

O Relatório e Contas apresentado pelo Conselho de Administração reflete adequadamente a atividade da empresa durante o exercício de 2018, encontrando-se as análises, nele efetuadas, coerentes com as demonstrações financeiras, do referido exercício, realçando-se os seguintes aspetos:

- Em termos da atividade verifica-se que os passageiros transportados aumentaram 1,4% relativamente a 2017, atingindo o total de 73,4 milhões de passageiros. No modo autocarro foram transportados cerca de 72,7 milhões de passageiros, aproximadamente mais 1 milhão quando comparado com o ano anterior. No modo carro elétrico foram transportados cerca de 745 mil passageiros, aproximadamente mais 17 mil (2,3%) em relação ao ano anterior.
- Em 2018, a STCP disponibilizou aos clientes uma rede de transporte público de passageiros, composta por 70 linhas em modo autocarro com uma extensão total de 485 km no modo rodoviário (abrangendo 33 freguesias de 6 concelhos da Área Metropolitana do Porto – Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Gondomar, Valongo e Maia) e 3 linhas em modo carro elétrico com uma extensão de rede total de 9 km (desde a Foz até ao centro histórico do Porto).
- No ano de 2018 foram percorridos 22.215 milhares de quilómetros serviço em modo autocarro praticamente os mesmos (-0,01%) quando comparados com o ano anterior. A taxa de cumprimento do serviço do modo autocarro, medida através das viagens realizadas face às viagens previstas, foi de 96%, apresentando uma ligeira diminuição face à taxa de cumprimento de 2017 (97,4%).
- A receita do serviço de transporte atingiu 47,8 milhões de euros no ano, crescendo 2,3 milhões de euros (5%) face ao ano anterior, devido ao crescimento da procura e ao

aumento tarifário verificado a partir de 1 de janeiro de 2018. De salientar que o peso do tarifário intermodal no total da receita foi de cerca de 76% em 2018, menos 0,7 pontos percentuais do que em 2017.

- A frota da STCP em 2018 era constituída por 419 autocarros e 6 carros elétricos, registando-se um aumento significativo da taxa de imobilização da frota, quando comparado com 2017, pese embora se tenha dado início à renovação da frota em 2018, com a entrada de 40 novos autocarros.
- Em 31 de dezembro de 2018 a STCP contava com 1.271 trabalhadores o que representa um aumento de 29 elementos relativamente ao final do ano anterior (o pessoal tripulante em funções ascendia a 944 efetivos).

Até 31 de dezembro de 2018, saíram da STCP 86 trabalhadores (incluindo saídas por licença sem vencimento), dos quais 59 de pessoal afeto à operação e 25 das áreas oficinais. Neste ano entraram na empresa 115 trabalhadores (incluindo regressos de licença sem vencimento).

As autorizações para a contratação para reforço de pessoal foram obtidas pelo Despacho n.º 540/18-SET, de 3 de julho de 2018, nos seguintes termos: i) Área de Apoio Administrativo / técnico de suporte: 7 trabalhadores; ii) Área de Operação do Carro Elétrico: 1 trabalhador; iii) Área de Operação do Modo Autocarro: 48 trabalhadores de forma faseada, 28 em 2018 e 20 em 2019.

- O resultado líquido do exercício de 2018 foi negativo em 1,8 milhões de euros, apresentando um desagravamento de 13,1 milhões de euros (87,8%) face ao ano de 2017. Face ao valor orçamentado, apresenta um desagravamento de 6,3 milhões de euros. O resultado líquido sem o efeito do *swap* (juros e variação de justo valor) foi positivo em 1,3 milhões de euros, apresentando um desagravamento de 16,5 milhões de euros (109%) relativamente a 2017.
- Os resultados operacionais foram positivos em 5,1 milhões de euros, apresentando uma melhoria de 15,9 milhões de euros (148%) face a 2017. Os rendimentos operacionais registaram um aumento de 6,2 milhões de euros (12,4%) comparativamente com o ano anterior, em resultado do aumento das Vendas e Serviços Prestados em 2,3 milhões de euros, do aumento das participações pelas Obrigações de Serviço Público em 3,2 milhões de euros de 2017 para 2018, dado que em 2017 foram

contabilizadas as Obrigações de Serviço Público (OSP) apenas desde agosto, e pelo aumento dos outros rendimentos em cerca de 0,7 milhates de euros, devido essencialmente ao aumento de indemnizações por sinistros, à imputação de subsídios ao investimento e a mais-valias com as alienações de ativos.

Os gastos operacionais registaram uma diminuição de 9,7 milhões de euros (16,1%), essencialmente em resultado dos valores não correntes (imparidades, provisões, variação de justo valor, reversões e ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos) que foram positivos em 2018 em cerca de 7,9 milhões de euros verificando-se um desvio positivo de 14 milhões de euros face a 2017, montante que foi parcialmente compensado pelo aumento dos gastos com FSE em 1,4 milhões de euros, devido ao aumento dos gastos com combustíveis (gás e gasóleo) em 1,2 milhões de euros, bem como pelos gastos com o pessoal, que aumentaram cerca de 3 milhões de euros.

- Os gastos com o pessoal aumentaram cerca de 3 milhões de euros (9,9%) face a 2017, devido essencialmente aos 1,7 milhões de euros que respeitam ao acréscimo das reposições salariais ao abrigo da LOE de 2017 e LOE 2018 (2,5 milhões de euros em 2018 e 0,74 milhões de euros em 2017), cerca de 293 mil euros respeitam ao impacto no ano das valorizações remuneratórias, com efeitos a maio, decorrendo do memorando de entendimento celebrado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT), cerca de 1,1 milhões de euros respeitam à inclusão no subsídio de férias e retribuição das férias, dos valores referentes à prestação de trabalho noturno e extraordinário, desde que ocorram em pelo menos 11 meses num ano, considerando também os anos de 2012 a 2017, e cerca de 258 mil euros, relativos ao ano de 2018 (a pagar em 2019). Expurgando aos gastos com pessoal estes efeitos, no montante de 3,38 milhões de euros, os mesmos atingiriam o valor de 28,65 milhões de euros no ano, reduzindo 1,4% (- 418 mil euros) face a 2017.
- O Resultado Financeiro de 2018 foi negativo em 6,9 milhões de euros verificando-se um agravamento de 2,8 milhões de euros (-67,5%) face a 2017, devido ao aumento dos encargos com o *Swap*, em cerca de 3,4 milhões de euros já que os encargos e juros com a dívida diminuíram em cerca de 591 mil euros.
- A empresa detém, desde 2007, uma operação de cobertura de risco de taxa de juro contratada junto do Banco Santander Totta, S.A., com maturidade em 2022.

dos empréstimos do Estado vencido no ano de 2018), que foi parcialmente anulada pela circunstância de que foram contratados novos empréstimos. No âmbito da política de financiamento a partir de dezembro de 2013 e por aplicação do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, sendo a STCP uma empresa pública não financeira do setor empresarial do Estado, que anualmente apresenta capital próprio negativo, só pode aceder a financiamento junto de instituições de crédito com prévia autorização da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a qual solicita parecer do IGCP, E.P.E., quanto às condições financeiras aplicáveis. Assim, no ano de 2018 em cumprimento das supramencionadas determinações foram concedidos pela DGTF empréstimos no valor de 47.981.293,92 euros.

- Os encargos financeiros em 2018 atingiram o montante de 21,65 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 12,3% (+2,4 milhões de euros), em resultado essencialmente dos encargos com o swap.
- O ativo atingiu em 31 de dezembro de 2018, o montante de 109,7 milhões de euros, registando um aumento de 27,7 milhões de euros (33,8%) face a 2017, devido principalmente ao investimento realizado no ano, e ao aumento das disponibilidades em 10,8 milhões de euros, para fazer face à liquidação, nos primeiros meses de 2019, das faturas relativas aos novos autocarros, recebidas nos últimos meses do ano.
- O passivo, em 31 de dezembro em 2018, atingiu 441,4 milhões de euros, registando uma redução de 48,6 milhões de euros (33,8%), face ao período homólogo de 2017, principalmente pela amortização dos empréstimos contraídos junto do Estado, através do aumento de capital em espécie. As provisões atingem o montante de 15,2 milhões de euros a 31 de dezembro, tendo registado uma variação negativa face ao ano de 2017 de 4,7 milhões de euros.
- O capital próprio da STCP, a 31 de dezembro de 2018, era negativo em 331,7 milhões de euros, registando um desagravamento de 76,3 milhões de euros (18,7%) devido essencialmente aos aumentos de capital, ocorridos no ano que totalizaram cerca de 74,9 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2018, a quantia escriturada do capital social emitido pela empresa correspondia à rubrica Capital subscrito, no montante de 288.034.780 euros, totalmente realizado, e representada por 57.606.596 ações, em forma meramente escritural, com o

Em resultado do processo negocial conduzido pela Tutela Financeira, em representação das quatro empresas públicas de transporte envolvidas, em concreto, a Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., a Metro do Porto, S.A., o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., foi assinado em 2 de maio de 2017, o acordo entre o Estado Português, o Banco Santander Totta, S.A., e as Empresas Públicas de Transporte com contratos de gestão de risco financeiro de taxa de juro celebrados, que determinou o termo à ação judicial interposta por aquele Banco no Tribunal de Comércio de Londres, no qual as citadas empresas se comprometeram a cumprir os referidos contratos e as obrigações de pagamento vincendas daí decorrentes, e cumprir, até 31 de janeiro de 2018, as obrigações de pagamento vencidas ao abrigo dos mesmos.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de mercado do instrumento derivado contratado ascendia ao montante de -84.040.303,11 euros, o qual foi determinado pelo Banco Santander Totta, S.A..

Para financiar encargos com *swaps*, o Estado, através da DGTF, concedeu os seguintes empréstimos de médio e longo prazo à STCP em 2018: o primeiro, no montante de 29.666.503,77 euros, autorizado em dezembro de 2017 mas desembolsado em janeiro de 2018, para fazer face às necessidades de financiamento da empresa relativas ao pagamento dos juros do contrato *Swap* vencidos e não pagos, que se encontravam suspensos desde dezembro de 2013 e até dezembro de 2017; o segundo, de até 17.589.232,29 euros, para fazer face às necessidades de financiamento da empresa associadas aos fluxos de *Swap* do ano, cujo capital mutuado foi disponibilizado em duas tranches, a primeira, de 8.427.624,65 euros, realizada em 1 de junho, e a segunda, de 9.161.607,64 euros, realizada em 30 de novembro.

- O EBITDA recorrente de 2018 foi de 1,9 milhões de euros, registando uma melhoria face a 2017 de 2,9 milhões de euros.
- No final de 2018 a dívida remunerada total da STCP era de aproximadamente 324.630.759 euros, registando uma diminuição de 1,9% face a 2017 (-6,3 milhões de euros). A contribuir para a diminuição do endividamento temos os aumentos de capital por conversão de créditos do Estado, no montante de 55,5 milhões de euros (serviço da dívida

valor nominal de 5 euros cada, totalmente detido pelo Estado Português, sendo que, a essa data, se aguardava o registo na Conservatória do Registo Comercial do último aumento de capital social, o que só ocorreu em fevereiro de 2019.

- O montante do investimento realizado em 2018 foi de cerca 14,7 milhões de euros, do qual se destaca a renovação da frota de autocarros que ascendeu a 14,1 milhões de euros (96%). Os investimentos aprovados em 2018 ascendiam ao montante de 25,8 milhões de euros, dos quais 18,8 milhões de euros referem-se a investimentos associados à renovação da frota. Na medida em que alguns dos projetos de investimento aprovados para 2018 são investimentos plurianuais, nomeadamente a renovação das instalações das Estações de Francos e Via Norte, a respetiva execução será efetuada no período 2018-2020.
- Por fim, reiteramos a ênfase assinalada na certificação legal de contas, emitida pelo ROC da sociedade, quanto à situação de incumprimento do estipulado no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, salientando que o Estado, enquanto acionista único, fez aumentos de capital e concedeu financiamento em 2018 nos montantes de 74.882.010 EUR e 47.981.294 EUR, tendo ficado definido, no Contrato de Delegação de Competências celebrado entre o Estado e a Área Metropolitana do Porto, que fica a cargo do acionista Estado todo o serviço da dívida histórica da empresa e o grande investimento.

3. Aferição das orientações legais vigentes para o SEE

No âmbito do disposto no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais tanto quanto é do conhecimento deste Conselho Fiscal, a STCP deu cumprimento à generalidade das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado previstas no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, bem como às disposições constantes na Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (LOE 2018), no Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio (DLEO 2018), e no ofício-circular n.º 1116, de 12 de março de 2019, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, salientando-se as seguintes situações:

- O Contrato de Gestão Operacional celebrado entre o Estado Português e a Área Metropolitana do Porto, em 2 de janeiro de 2017, estabeleceu os objetivos/metapas para cada ano do contrato, os quais não foram integralmente cumpridos, pela Sociedade, no que se

refere a alguns indicadores designadamente: i) o EBITDA (de gestão) do modo rodoviário, que foi de 1.233 milhares de euros, registando um desvio negativo em cerca de 2.300 milhares de euros (-65%), face à meta estabelecida; ii) o resultado rodoviário foi de -1.605 milhares de euros, ficando aquém da meta estabelecida, de -1.147 milhares de euros, em cerca de 500 mil de euros; iii) veículos Km de Serviço atingiram os 22.215 milhares de quilómetros, aquém em 185 milhares de quilómetros face à meta de 22.400; iv) a compensação Financeira – Obrigações de Serviço Público (OSP), no ano de 2018, foi de 4.757 milhares de euros, inferior à meta estabelecida, de 4.838 milhares de euros, em 1,7% (81 milhares de euros).

Os desvios verificados no EBITDA e no Resultado Rodoviário são explicados essencialmente pelas reposições remuneratórias de cerca de 2,7 milhões de euros, incluindo encargos sociais, pelo impacto das reposições dos direitos previstos em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e pelo impacto das atualizações salariais, decorrentes do memorando de entendimento assinado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores, aprovado pela Tutela.

- De acordo com o n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (LOE 2018), o crescimento global do endividamento das empresas públicas fica limitado a 2 %, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo investimentos, nos termos a definir no decreto-lei de execução orçamental.

A STCP terminou o ano de 2018 com uma dívida remunerada total de 324,6 milhões de euros, tendo efetuado aumentos de capital por dotação, no montante de 19.377.061 euros, e por conversão de créditos do Estado, no montante de 55.504.949 euros. Assim, considerando o endividamento corrigido pelo capital social realizado, a empresa registou um aumento do endividamento em 9,9%, face a 31 de dezembro de 2017.

Se ao cálculo da variação do endividamento for retirado o efeito do montante da dívida contraída para pagamento das obrigações decorrentes do contrato *swap*, o crescimento do endividamento apurado é de 1,24 %.

- O Prazo Médio de Pagamento apurado no final do ano de 2018 foi de 46 dias, quando em igual período de 2017 era de 41 dias, o que se traduz num aumento de 5 dias (13%), face ao ano anterior, incumprindo com o objetivo definido na RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro. Esta situação é explicada pelo aumento da dívida a fornecedores, no final do

mês de dezembro, pese embora 96% da dívida (5,4 M€) não se encontrar vencida ou com um prazo de vencimento igual ou inferior a 30 dias, correspondendo à aquisição de 7 autocarros a gás e 2 elétricos, cujas faturas se encontravam pendentes, a aguardar a homologação das viaturas.

- No que respeita às remunerações dos membros do Conselho de Administração foram aplicadas as disposições previstas na Lei 12-A/2010, de 30 de junho, que estabelecem a redução dos vencimentos dos gestores público e equiparados. No Ano de 2018 não houve lugar à atribuição de Prémios de Gestão aos membros do Conselho de Administração.

Quanto à remuneração auferida pelo ROC, a qual em virtude da respetiva renúncia, em 30 de agosto de 2018, correspondeu a 6 meses, tendo sido aplicadas as reduções legalmente previstas.

- No âmbito do Estatuto do Gestor Público foi dado cumprimento ao disposto nos artigos 32.º e 33.º, no que se refere: i) à não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa; ii) ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal; iii) ao valor das despesas associadas a comunicações; e, iv) ao valor associado a gastos anuais associados às viaturas afetas ao Conselho de Administração.
- A empresa elaborou o Relatório sobre Remunerações por género do ano de 2018, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, o qual será divulgado internamente, através da sua publicação na intranet, e disponibilizado na internet no sítio da empresa.
- Em 2018 foi elaborado relatório anual sobre prevenção da corrupção, conforme disposto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o qual será oportunamente publicado nas páginas de internet e intranet da STCP.
- Em 2018 a STCP aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, nas adjudicações em que aquele diploma se aplicava, e, nas restantes em que tal regime não era aplicável, efetuou consultas através da plataforma eletrónica. De salientar que no ano de 2018, foram lançados 2 concursos públicos internacionais à luz do CCP.

- A STCP aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas, em março de 2011, através da celebração de contrato com a Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (ANCP), no entanto, em 2018, não procedeu a qualquer adjudicação ao abrigo deste sistema.
 - No âmbito do cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais, em conformidade com o determinado no artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio (DLEO 2018), constata-se o seguinte:
 - Em 2018 o peso dos gastos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com o Pessoal corrigidos dos encargos com indemnizações por rescisão de contrato e do impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro) sobre o volume de negócios foi de 92%, apresentando uma redução de 5,8 pontos percentuais face a 2017, sendo inferior ao previsto no orçamento (de 99%), dando, assim, cumprimento ao disposto sobre a promoção do equilíbrio operacional.
 - Em 2018 o conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel, foi inferior ao previsto no orçamento aprovado.
 - A 31 de dezembro de 2018, o efetivo da STCP, sem órgãos sociais, trabalhadores requisitados e licenças sem vencimento, era constituído por 1.271 trabalhadores o que corresponde a um aumento de 29 trabalhadores face a 2017.
 - Os Gastos com o Pessoal corrigidos dos encargos com indemnizações por rescisão de contrato e do impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro) foram de 30,03 milhões de euros, superior em cerca de 1 milhão de euros relativamente a 2017.
- É de referir que os gastos com pessoal têm incluídos o montante de aproximadamente 1,1 milhões de euros referente ao acordo celebrado com as ORT, a 12 de dezembro de 2018, autorizado pelo Despacho n.º 1048/18 – SET de 20.12.2018, relativo à inclusão no subsídio de férias e retribuição das férias, dos valores referentes à prestação de trabalho noturno e extraordinário, desde que ocorram em pelo menos 11 meses num ano, considerando também os anos de 2012 a 2017, e para os quais tinha sido constituída uma provisão em 2017 no montante de 2,08 milhões de euros, que foi revertida, em 2,02 milhões de euros, em 2018, e o valor de 258 mil euros, referente aos

encargos a pagar em 2019 relativos a férias e subsídio de férias, calculado com base na média do extra, feriados e trabalho noturno, prestados de uma forma regular durante 11 meses, do ano de 2018.

- O IGCP, através do seu ofício n.º SGC – 2018/11914, de 18 de julho de 2018, proferiu o despacho de autorização no sentido de excecionar do cumprimento da UTE, a STCP, para os anos de 2018 e 2019. No ano de 2018 a empresa concentrou a maioria das suas disponibilidades na Conta da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., não tendo auferido quaisquer juros de aplicações financeiras junto da banca comercial.

4. Relatório de governo societário

Em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o Conselho Fiscal é de parecer que o Relatório de Governo Societário de 2018 da STCP inclui informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no Capítulo II – Secção II do supramencionado diploma, e que o mesmo foi elaborado em conformidade com o modelo disponibilizado pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial.

5. Outros aspetos

- No que se refere às demonstrações não financeiras previstas no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, verifica-se que foi dado cumprimento a esta obrigação, tendo a STCP incluído a citada informação no seu Relatório de gestão o qual irá ser publicado no seu sítio na Internet.
- Não obstante a melhoria dos resultados apresentados em 2018, considerando o elevado endividamento da empresa esta continua a depender do suporte financeiro do acionista, através da obtenção de novos financiamento junto da DGTF ou através de novos aumentos de capital.

6. Parecer

Assim, face ao exposto e considerando os elementos disponibilizados, bem como, tendo em consideração a Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal no âmbito das suas competências, conclui que o Relatório e Contas de 2018 cumpre a generalidade das exigências legais aplicáveis, refletindo a atividade da empresa ao longo do ano e a sua evolução económica e financeira face ao período homólogo, evidenciando os factos mais relevantes, pelo que, somos de parecer que seja:

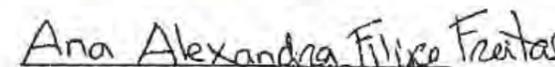
- Aprovado o Relatório e Contas do exercício de 2018, bem como o Relatório de Governo Societário referente ao mesmo ano, apresentados pelo Conselho de Administração da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A. atenta a ênfase constante na Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria às Demonstrações Financeiras Individuais; e,
- Apreciada e aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração, a qual está em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Porto, 15 de maio de 2019

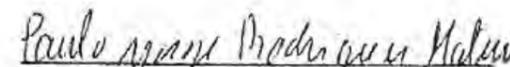
O Conselho Fiscal,



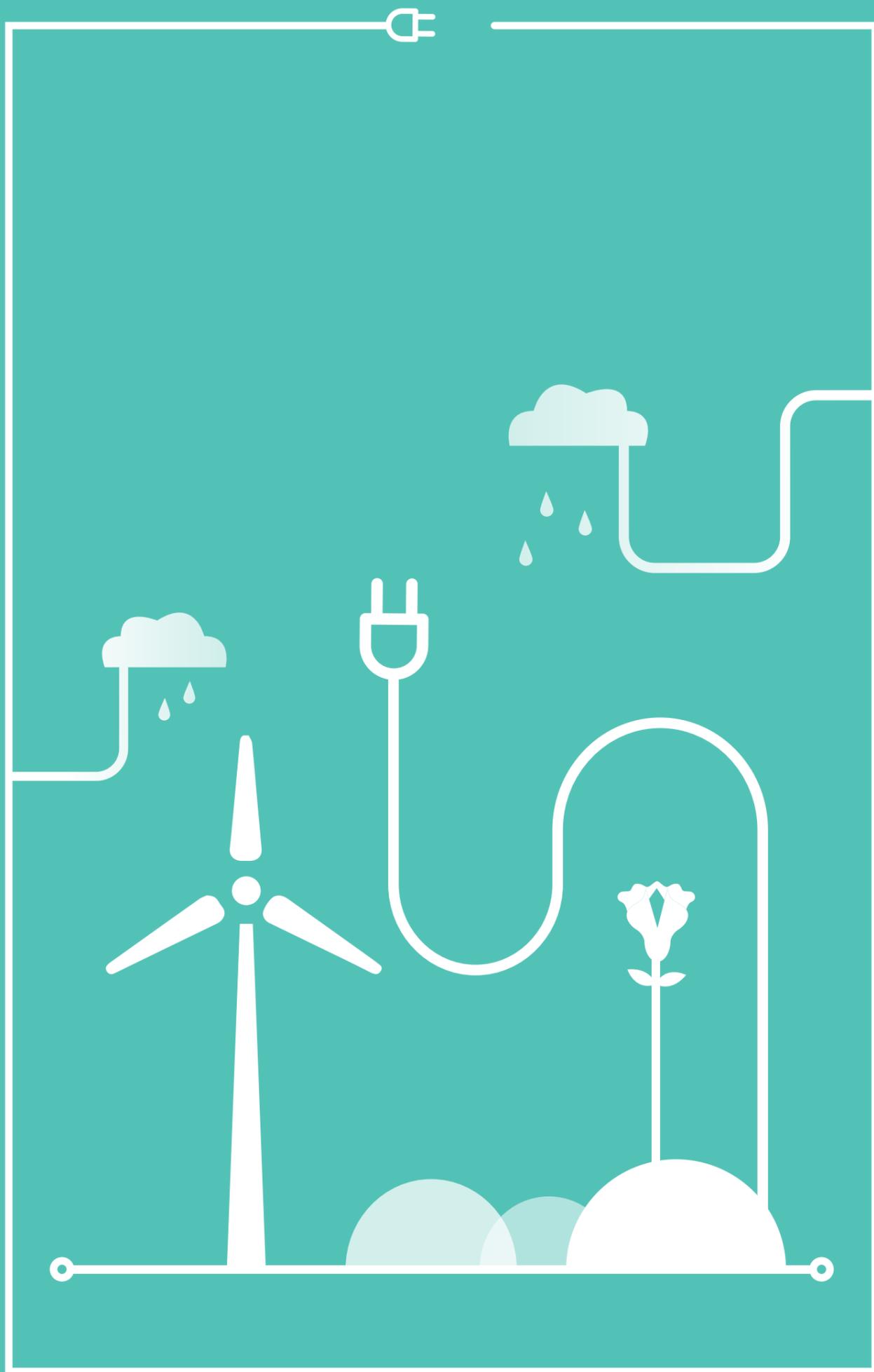
Pedro Romano Martinez (Presidente)



Ana Alexandra Filipe Freitas (Vogal)



Paulo Jorge Rodrigues Mateus (Vogal)



12

**ÍNDICE GLOBAL REPORTING
INITIATIVE (GRI)**

Índice GRI G4		
DIRETRIZES GRI		Página
ESTRATÉGIA E ANÁLISE		
G4 - 1	Mensagem do Presidente	6-7
G4 - 2	Descrição dos impactos, riscos e oportunidades	29-74
PERFIL ORGANIZACIONAL		
G4 - 3	Nome da organização	contracapa
G4 - 4	Principais marcas, produtos e serviços	26
G4 - 5	Localização da sede da organização	contracapa
G4 - 6	País onde opera	26
G4 - 7	Natureza da propriedade e forma jurídica da organização	26-27
G4 - 8	Mercados em que a organização atua (discriminação geográfica, setores abrangidos e tipos de clientes e beneficiários)	17, 33-37
G4 - 9	Dimensão da organização	14-15, 33-37, 122-124
G4 - 10	Número total de empregados por género	59
G4 - 11	Colaboradores cobertos por acordos de negociação coletiva	62
G4 - 12	Cadeia de fornecedores da organização	63
G4 - 13	Mudanças significativas ocorridas no período coberto pelo relato	18-23
G4 - 14	Abordagem ao princípio da precaução	29-32, 61-62, 73-74
G4 - 15	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de carácter económico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa	26, 51-54
G4 - 16	Participação em associações e organizações nacionais ou internacionais	26, 52
ASPETOS MATERIAIS E LIMITES		
G4 - 17	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	17, 141
G4 - 18	Processo para a definição do conteúdo e limites do relatório	3, 11
G4 - 19	Aspetos considerados materiais na definição do conteúdo do relatório	29-32
G4 - 20	Identificação dos aspetos materiais internos e seus limites	29-32
G4 - 21	Identificação dos aspetos materiais externos e seus limites	29-32
G4 - 22	Efeitos de reformulação de informação fornecida em relatórios anteriores e razões para essa reformulação	29-32
G4 - 23	Mudanças significativas em comparação com períodos anteriores	18-23, 29-32
ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS		
G4 - 24	Identificação das partes interessadas	32
G4 - 25	Metodologia de identificação das partes interessadas	29-31
G4 - 26	Abordagem para o envolvimento das partes interessadas	33-63
G4 - 27	Principais temas e preocupações das partes interessadas e medidas adotadas	33-63
PERFIL DO RELATÓRIO		
G4 - 28	Período coberto pelo relatório	11
G4 - 29	Data do relatório anterior	122-129
G4 - 30	Ciclo de emissão de relatórios	130-131
G4 - 31	Contacto para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo	11
G4 - 32	Reportar a opção "de acordo" escolhida pela empresa	N. A.
G4 - 33	Política e prática corrente adotada para submeter o relatório a verificação externa	N. A.

Índice GRI G4		
DIRETRIZES GRI		Página
GOVERNAÇÃO		
G4 - 34	Estrutura de governação da organização	26-29
G4 - 51	Políticas de remuneração aplicadas aos órgãos de governação	94-100
ÉTICA E INTEGRIDADE		
G4 - 56	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização, como códigos de conduta e de ética	26, 29-31, 101-102
ECONÓMICO		
DESEMPENHO ECONÓMICO		
G4 - EC1	Valor económico direto gerado e distribuído	70-73, 78-84
G4 - EC3	Cobertura das obrigações previstas no plano de pensões	60, 173-177, 185
G4 - EC4	Apoio financeiro recebido do governo / acionista	80-81
IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS		
G4 - EC7	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestruturas e serviços oferecidos	18-20, 78-79
G4 - EC8	Impactos económicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactos	70-73, 83-84
AMBIENTAL		
ENERGIA		
G4 - EN3	Consumo de energia dentro da organização	64-65
G4 - EN5	Intensidade energética	65-68
G4 - EN6	Redução do consumo de energia	64-68
ÁGUA		
G4 - EN8	Consumo de água por fonte	68
EMISSIONES		
G4 - EN15	Emissões diretas de GEE	65-68
G4 - EN16	Emissões indiretas de GEE	-
G4 - EN17	Intensidade de emissões de GEE	65-68
G4 - EN18	Redução de emissões de GEE	68
G4 - EN21	Emissões de NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas	65-68
EFLUENTES E RESÍDUOS		
G4 - EN23	Peso de resíduos produzidos, por tipo e método de tratamento	69
G4 - EN25	Peso de resíduos produzidos considerados perigosos	69
CONFORMIDADE		
G4 - EN29	Valor monetário de multas significativas decorrentes de não conformidades de leis e regulamentos ambientais	-
GERAL		
G4 - EN31	Total de investimentos e gastos com proteção ambiental, discriminados por tipo	79



Índice GRI G4		
DIRETRIZES GRI		Página
SOCIAL		
SOCIAL - PRÁTICAS LABORAIS		
EMPREGO		
G4 - LA1	Número e taxa de novas contratações de empregados e rotatividade por faixa etária e género	55-59
G4 - LA2	Benefícios concedidos a empregados a tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários	59-60, 62
SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO		
G4 - LA6	Tipo e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e fatalidades	56-57, 61-62
G4 - LA7	Trabalhadores com elevado risco ou incidência de doenças profissionais	61-62, 74
FORMAÇÃO		
G4 - LA9	Média de horas de formação por ano, por trabalhador, discriminadas por género	60-61
G4 - LA11	Percentagem de empregados que recebam regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira	60-61
DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES		
G4 - LA12	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria de acordo com género, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	27-29, 55-59
IGUALDADE DE REMUNERAÇÃO ENTRE HOMENS E MULHERES		
G4 - LA13	Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria profissional	59
SOCIAL - SOCIEDADE		
COMUNIDADES LOCAIS		
G4 - SO1	Operações com programas de envolvimento das comunidades locais	44-45, 51-54
COMBATE À CORRUPÇÃO		
G4 - SO3	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	101-102
G4 - SO4	Comunicação e formação em políticas e procedimentos anti-corrupção	101
G4 - SO5	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	39, 101
CONFORMIDADE		
G4 - SO4	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes de não conformidade com leis e regulamentos	39, 183
MECANISMOS DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES RELACIONADA COM IMPACTOS NA SOCIEDADE		
G4 - SO11	Número de reclamações relacionadas com impactos na sociedade	50

Índice GRI G4		
DIRETRIZES GRI		Página
SOCIAL - RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO		
SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE		
G4 - PR1	Percentagem de categorias de produtos e serviços significativas para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança	N.D.
G4 - PR2	Número total de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários relacionados com impactos na saúde e segurança causados pelos produtos ou serviços	N.D.
ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS		
G4 - PR3	Tipo de informações sobre produtos e serviços exigidas pelos procedimentos da organização referentes a informações e rotulagem de produtos e serviços e percentagem de categorias significativas sujeitas a essas exigências	36-51
G4 - PR4	Número total de casos de não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a informação e rotulagem dos produtos e serviços, discriminado por tipo de resultados	40-41, 48
G4 - PR5	Resultados de avaliação de satisfação do cliente	49-50
COMUNICAÇÃO E MARKETING		
G4 - PR7	Número total de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicação de <i>marketing</i> , incluindo publicidade, promoção e patrocínio, por tipo de resultado	N. D.
PRIVACIDADE DO CLIENTE		
G4 - PR8	Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes	N. A.
CONFORMIDADE		
G4 - PR9	Valor monetário de multas significativas pelo incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços	39
N. A. - Não Aplicável		
N. D. - Não Disponível		





P.PT

1306

1308

1305

1311

1304

1311

POSEUR PORTUGAL 2020

POSEUR 2020

